

Públio Henrique Nunes Tibúrcio

A emergência de subjetividade no ato de transcrição
Da oralidade à transcritura

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, Fevereiro de 2011

Públio Henrique Nunes Tibúrcio

A emergência de subjetividade no ato de transcrição
Da oralidade à transcritura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração:

Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Linha de Pesquisa:

Linguagem, texto e discurso

Tema para orientação:

Linguagem e constituição do sujeito

Orientadora: Profa. Dra. Cármen Lúcia
Hernandes Agustini

Uberlândia, Fevereiro de 2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- T554e Tibúrcio, Públio Henrique Nunes, 1979-
A emergência de subjetividade no ato de transcrição [manuscrito]: da oralidade à transcritura / Públio Henrique Nunes Tibúrcio. -- Uberlândia, 2011.
217 f. : il.
- Orientadora: Cármen Lúcia Hernandes Agustini.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Inclui bibliografia.
1. Comunicação escrita - Teses. 2. Análise do discurso - Teses. 3. Subjetividade – Teses. I. Agustini, Cármen Lúcia Hernandes. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 800.852

Públio Henrique Nunes Tibúrcio

A emergência de subjetividade no ato de transcrição
Da oralidade à transcritura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos / Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada; Linha de Pesquisa: Linguagem, texto e discurso – do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Banca Examinadora


Prof. Dra. Carmen Lúcia Hernandes Agustini – ILEEL/UFU (orientadora)


Prof. Dra. Alice Cunha de Freitas – ILEEL – UFU


Prof. Dr. Luiz Francisco de Assis – FALÉ – UFMG

Uberlândia, (MG)

“Queríamos apenas induzir a pensar que a espontaneidade, a liberdade, a fantasia atribuídas a Platão na lenda de Theuth foram vigiadas e limitadas por rigorosas necessidades.” (DERRIDA, 1995b, p. 31)

Sou grato

a Deus, em primeiro lugar, pois é Dele que ganhamos a vida e todas as oportunidades que nela surgem;

a minha esposa Elizabete, que sempre me apoiou em minhas decisões e me ajudou naquilo que estava a seu alcance, além de caminhar ao meu lado nos momentos mais difíceis deste percurso;

a meus pais Jaime e Ângela e meu irmão Fernando, que também me apoiaram sempre e me ajudaram em tudo aquilo que puderam, inclusive financeiramente;

à Professora Cármen Lúcia Hernandes Agustini, que mesmo nas complicações pelas quais passei, profissional e pessoalmente, nesses quase três anos de trabalho, foi paciente e sempre apostou em minha capacidade, o que foi determinante para que pudéssemos chegar até aqui;

ao Professor Ernesto Sérgio Bertoldo, que, ao lado da Professora Cármen, sempre deu contribuições significativas para que este trabalho pudesse acontecer;

aos Professores José Sueli Magalhães, Eliane Mara Silveira, Waldenor Barros Moraes Filho, Cármen Lúcia Hernandes Agustini, Ernesto Sérgio Bertoldo e Cleudemar Alves Fernandes, que ministraram as disciplinas que cursei e que contribuíram enormemente para a construção deste trabalho;

às Professoras Alice Cunha de Freitas e Dulce do Carmo Franceschini pelas contribuições mais que produtivas;

aos Professores Valdir do Nascimento Flores, Terezinha Marlene Teixeira e Eduardo Calil de Oliveira, pelas interlocuções que me ajudaram a crescer muito nesse percurso;

aos colegas que, nas conversas em sala de aula e fora dela, também deram boas contribuições;

ao Instituto de Letras e Linguística – ILEEL, ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e a todos os seus servidores, pela justeza da atenção e do suporte prestados ao longo do caminho

e a todos aqueles que, de alguma forma, estiveram presente neste momento de grande importância para minha trajetória e que por ventura eu não tenha citado mas que recebem minha gratidão.

Dedico este trabalho a minha esposa Elizabete, ao meu filho Heitor, à minha filha que está ainda em gestação, aos meus pais Jaime e Ângela e ao meu irmão Fernando.

Resumo

Este trabalho problematiza o processo de transcrição da oralidade à escrita, de modo que entendemos a transcrição como um ato enunciativo e não simplesmente mero espelhamento entre texto transcritível (texto oral – gravações das entrevistas) e a transcrição (texto escrito). Transcrever é um ato muito corriqueiro em nosso cotidiano, especialmente no meio acadêmico, em pesquisas em torno da fala. No entanto, em decorrência de um investimento imaginário, o transcritor sempre transcreve acreditando na possibilidade de manter o estatuto do texto transcritível na transcrição, o que não acontece, considerando-se a transcrição um ato enunciativo. Assim, ao considerarmos que a transcrição é um ato enunciativo, consideramos consequentemente a presença de um sujeito da enunciação, a emergência de subjetividade, bem como a emergência de rastros de singularidade. Desse modo, filiados à Linguística da Enunciação de Émile Benveniste, à Linguística de Ferdinand de Saussure – mais especificamente à Teoria do Valor – à Filosofia de Jacques Derrida e Michail Bakhtin, analisamos as transcrições de duas entrevistas do programa Canal Livre da Rede Bandeirantes de Televisão, quais sejam: entrevista com o médico legista Badan Palhares e o ministro das telecomunicações Hélio Costa, feitas por três transcritores: um jornalista, um linguista e o próprio pesquisador. Nesse sentido, nosso objetivo é observar as diferenças que emergem de uma comparação entre as transcrições e, assim, apontar para os efeitos produzidos por essas diferenças, já que acreditamos serem, esses efeitos, lugar de emergência de subjetividade, bem como de rastros de singularidade.

Palavras-chave: Transcrição, enunciação, subjetividade, singularidade, diferença.

Résumé

Cet travail propose problématiser le processus de transition du langage parlé au langage écrit afin que nous comprenions la transition d'un acte énonciative et pas simplement une simple mise en miroir entre le texte transcriptible (texte oral - les enregistrements des entretiens) et la transcription (texte écrit). La transcription est un acte trop courant dans notre quotidien, principalement dans les domaines universitaires, dans la recherche par rapport à la langue parlée. Cependant, grâce à un investissement imaginaire, le transcripateur transcrit toujours en croyant à la possibilité de maintenir le statut du texte transcriptible dans la transcription, ce qui n'arrive pas, en considérant la transition, un acte d'énonciative. Ainsi, lorsqu'on considère que la transcription est un acte d'énonciation, l'émergence de la subjectivité, bien qu'une émergence des traces d'une singularité. Ainsi, affilié à la linguistique de l'énonciation d'Émile Benveniste, à la linguistique de Ferdinand de Saussure - plus précisément à la théorie de la valeur - la philosophie de Jacques Derrida et de Mikhaïl Bakhtin, nous avons analysé les transcriptions des deux entrevues d'un programme sur une Chaîne brésilienne qui s'appelle Rede Bandeirantes de Télévision, par rapport à : un entretien avec le médecin Badan Palhares et le ministre des Télécommunications Hélio Costa, qui ont été faites par trois transcripateurs: un journaliste, un linguiste et le propre chercheur. En ce sens, notre objectif est d'observer les différences qui s'émergent d'une comparaison entre les transcriptions et, ainsi, point sur les effets produits par ces différences, puisque nous croyons être, ces effets, des endroits d'émergence de la subjectivité ainsi que des traces de la singularité.

Mots-clés: transcription, l'énonciation, la subjectivité, la singularité et la différence.

SUMÁRIO

Introdução	19
CAPÍTULO I – Bases teóricas para o estudo das transcrições	27
1.1. A propósito da Teoria do Valor	29
1.2. O valor e a enunciação	37
1.3. Valor e enunciação: em quê implicam na transcrição?	53
CAPÍTULO II – A transcrição como ato enunciativo	63
2.1. A transcrição sob a perspectiva de outros teóricos	63
2.2. A transcrição sob a perspectiva da Linguística da Enunciação	68
2.3. Ato enunciativo e o estatuto do “mesmo”	86
CAPÍTULO III – Da oralidade à escrita: a emergência de subjetividade	93
3.1. Constituição do <i>corpus</i> de análise	93
3.2. Das análises: enunciação, transcrição, subjetividade	97
Considerações finais	119
Bibliografia	125
1. Referências Bibliográficas	125
2. Bibliografia Consultada	127
ANEXOS	129

Introdução

Embora não pareça, transcrever é um ato enunciativo muito corriqueiro em nosso cotidiano. Por exemplo, quando um patrão pede à secretária que anote um recado, caso algum cliente o procure, ou quando esse mesmo patrão dita uma carta (transcrita pela secretária) para que seja enviada a um fornecedor, estamos diante de um ato de transcrição. É também um ato de transcrição muito comum o depoimento de acusados e testemunhas de um crime, que é transcrito por um escrivão; outro processo de transcrição que tem se tornado muito frequente em nossa sociedade é o de se transcrever escutas telefônicas de pessoas que estão sendo investigadas pela justiça. Nesse sentido, muitas são as implicações e estatutos da transcrição em nossa sociedade.

É perceptível pelos exemplos supracitados que, em nossa sociedade, há várias formas de transcrição cujos aspectos característicos e cujas especificidades devem ser observadas. Quando se fala da anotação da secretária, por exemplo, parece possível inferir que há uma passagem do oral para o escrito que ocorre quase que de forma simultânea e que é diferente de uma transcrição para fins de análise, feita com objetivo acadêmico. A transcrição com objetivo acadêmico também é uma forma de transcrição bastante comum em pesquisas nas quais a linguagem, especialmente a linguagem falada, é a base para a definição do objeto de pesquisa. Assim, nessa comparação, a anotação não é gravada pela secretária e, por isso, há o caráter de simultaneidade, enquanto a outra, além de ser gravada previamente, é cercada de critérios relativos ao tema da pesquisa motivadora do processo de transcrição e, além destes critérios, há ainda os aspectos metodológicos que envolvem o processo de análise, nesse último caso.

Sobre transcrição, também é possível encontrar transcrições envolvendo diferentes formas de linguagem, como no caso de uma pintura transcrevendo um poema ou vice-versa. Flores (2009, p. 17) fornece o exemplo de uma dissertação de mestrado, na qual encontrou “um conjunto escaneado de produções escritas da criança-sujeito da pesquisa”. Segundo o autor (*idem*), o simples fato de estas produções de uma criança estarem inseridas, a partir de um escaneamento, no contexto da dissertação, já as caracterizam como uma transcrição e configura, do mesmo modo, um ato enunciativo, dado o uso outro impresso pela nova circunstância em que se encontram aqueles escritos.

Na presente dissertação, problematizamos a transcrição como ato enunciativo e, para tanto, analisamos os aspectos enunciativos que envolvem o ato de transcrever, uma vez que, a nosso ver, a transcrição não é uma mera transposição de formas de linguagem, já que nela emerge algo da subjetividade do transcritor; trata-se da produção de uma versão, já que há interpretação. Segundo Benveniste (2005, p. 286), ‘a subjetividade [...] é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito” e-feito de linguagem. Flores (2009), em relação a essa definição, ainda pontua que o “locutor [e, em nosso caso, o transcritor] é a causa da enunciação, é a origem da enunciação, mas o sujeito é o efeito do uso que o locutor faz da língua.”[grifo nosso]. Nesse sentido, torna-se pertinente analisarmos a transcrição sob o prisma teórico da Linguística da Enunciação, uma vez que essa análise pode contribuir para se pensar, no espaço acadêmico, a construção de *corpora*, inclusive.

Para a realização do presente trabalho de pesquisa, elegemos analisar três transcrições de duas gravações do Programa *Canal Livre*, transmitido pela Rede Bandeirantes de Televisão. Nesse programa de entrevistas, há uma mesa-redonda composta por um jornalista apresentador, três jornalistas convidados e um convidado entrevistado. Os jornalistas fazem perguntas ao convidado entrevistado, a fim de debater algum tema social que os apetece e que esteja em circulação no espaço nacional, no mo(vi)mento da produção do programa.

O *Canal Livre* é um programa que trata de temas sociais diversos, mas cuja temática possa interessar à opinião pública, já que os editores e produtores do programa procuram selecionar os temas de acordo com fatos e acontecimentos em evidência no mo(vi)mento da produção do programa.

A eleição desse material respalda-se em dois aspectos, a saber: primeiro, trata-se de material transcrito por dois transcritores profissionais, cuja prática cotidiana de transcrever possui finalidades distintas para cada um desses transcritores, além do fato de que o próprio pesquisador também fez uma transcrição do mesmo material. Segundo, trata-se de material potencial para transcrição para ambos os profissionais. Embora a transcrição do material tenha sido solicitada para a realização do presente trabalho, foi solicitado aos transcritores que transcrevessem a gravação dos dois programas seguindo os mesmos critérios por eles empregados na prática cotidiana de transcrição que realizam.

Um dos transcritores possui formação em Jornalismo e o outro, formação em Linguística. O transcritor de formação em jornalismo presta serviços de transcrição para jornais, revistas etc. Sendo assim, as transcrições que faz são motivadas pela prática de

citação; as transcrições servem para que o transcritor-jornalista retire os trechos que citará na reportagem, ou artigo, ou editorial que escreverá sob encomenda do jornal para o qual trabalha. Desse modo, para o jornalista, que se utilizará de trechos das transcrições para citá-los em suas publicações, é importante que, ao citar o trecho de uma transcrição, seja mantida uma fidelidade em relação ao dizer citado, para evitar, inclusive, possíveis problemas jurídicos, já que com a publicação haverá uma exposição desse material transcrito-citado e o uso indevido dessas citações pode acarretar processo jurídico por parte, por exemplo, da pessoa citada que, eventualmente, possa se sentir lesada, em decorrência do uso da transcrição-citação.

Nesse sentido, é preciso que o jornalista tenha o cuidado necessário ao fazer o recorte do material transcrito, inclusive porque não se transcreve todo o texto transcritível e, com isso, um trecho daquilo que “supostamente” é dito na enunciação transcrita, em outro contexto, pode produzir interpretações cujos efeitos de sentido convirjam em direção diferente daquela que o falante citado acredita ter sido a que imprimiu à sua fala, ao que acredita ter dito no texto transcritível. Ademais, o jornalista, ao produzir um texto escrito, “limpa” a transcrição-citação dos aspectos específicos da oralidade, tais como, por exemplo, as hesitações, as pausas, as trunicações etc.

Já o linguista presta serviços de transcrição para pesquisadores da área da linguagem, bem como para as suas próprias pesquisas. Assim, quando transcreve, o linguista, em uma perspectiva acadêmica, geralmente transcreve textos eleitos para pesquisas voltadas para uma materialidade falada. Sendo assim, ao transcrever, ele precisa considerar critérios formais de identificação dos elementos que interessam para o recorte temático da pesquisa que utilizará sua transcrição. Uma transcrição fonética, por exemplo, possui características específicas distintas de uma transcrição feita para uma pesquisa que estudará aspectos de textualização etc. Desse modo, cada transcrição feita pelo linguista precisará antes de ter definidos os objetivos dessa pesquisa, bem como o recorte temático, além de aspectos metodológicos que definirão como serão feitas as análises da transcrição pretendida.

Vale ressaltar, ainda, que nas transcrições feitas pelo linguista, geralmente, é necessário manter as hesitações, as trunicações, ou seja, as especificidades da oralidade. Esse é um aspecto que diferencia a prática de transcrição do linguista da prática de transcrição do

jornalista. Interessa ao jornalista uma “fidelidade¹” em termos de sentido e efeitos de sentido enquanto interessa ao linguista uma “fidelidade” tanto ao sentido e efeitos de sentido quanto à forma e suas especificidades.

Portanto, a transcrição é uma prática cotidiana dos transcritores que participam de nossa pesquisa. O fato de os dois transcritores já realizarem trabalhos de transcrição é importante no sentido de que as diferenças percebidas na comparação das transcrições são oriundas da constituição de cada transcritor e nos permitem observar que essas mesmas diferenças constituem rastros de singularidade impressos a partir da mobilização que o transcritor, enquanto sujeito da enunciação, faz ao apropriar-se da língua para enunciar/transcrever. Em decorrência disso, essas diferenças nos permitem conceber a transcrição como um ato enunciativo. Um ato único e irrepetível realizado pelo transcritor. Nossa análise pautar-se-á na questão da diferença, uma vez que consideramos que são as diferenças percebidas, ao se comparar as transcrições, o primordial para que possamos problematizar os aspectos enunciativos oriundos do processo de transcrição do oral para o escrito, de modo a discutir questões como a emergência de subjetividade, os rastros de singularidade, a manutenção do estatuto do texto transcritível na transcrição e, também, as diferenças de materialidade entre oralidade e escrita.

Nas análises, valer-nos-emos do método comparativo, de modo a analisar os efeitos produzidos pelas diferenças², seja em relação ao léxico, seja em relação à pontuação, já que este é um mecanismo comumente usado, sob um investimento imaginário, com a função de conter o não-um do sentido, de determinar o indeterminado. Essas diferenças podem abrir para interpretações distintas e elas impõem a consideração de outros aspectos que consistem das escolhas feitas pelos transcritores para formatar o texto da transcrição, bem como fatores de identificação de elementos extralinguísticos que não aparecem no fio do dizer, mas que estão presentes no texto transcritível e que precisam ser trabalhados no texto da transcrição, como, por exemplo, as legendas que identificam cada turno de fala, a identificação de quem fala, possíveis problemas de compreensão do áudio etc.; afinal, estamos tomando como pressuposto o fato de essas diferenças se constituírem como um ponto

¹ Aspeamos o termo “fidelidade” uma vez que, de nossa perspectiva teórica, essa fidelidade é da ordem do Imaginário.

² No capítulo 4, discutimos o modo como concebemos essas diferenças. Adiantamos, no entanto, que, se o texto transcritível é o mesmo, a transcrição deveria ser a mesma, mas encontramos nela(s) o diferente e um diferente que não é diferente por uma questão relativa à qualidade da gravação. Um diferente relativo à interpretação e a interpretação é subjetiva, porque está em relação de dependência com aquele que lê, ouve, escreve.

importante de observação da emergência da subjetividade, e, sendo assim, elas ainda põem à mostra de que modo ocorre a relação constitutiva entre sujeito da enunciação³ e linguagem. Dessa forma, ao analisarmos essas diferenças, julgamos ser possível pontuar a emergência de subjetividade no processo de transcrição, sinalizando a presença do sujeito da enunciação naquilo que transcreve.

Objetivamos, por conseguinte, por um lado, estudar e problematizar a maneira como o transcritor se posiciona diante da cena enunciativa que a transcrição comporta, mediante sua tentativa de conter sentidos em trânsito na cena da transcrição. Nesse sentido, conforme discutiremos no capítulo II, tópico I, a transcrição *mo(vi)menta*⁴ duas cenas enunciativas, sendo que, de nossa perspectiva teórica, é impossível dizer que a cena enunciativa transcrita comporta, em sua integridade, a cena enunciativa do texto transcritível; no entanto, é necessário que algo da cena enunciativa do texto transcritível apareça na cena enunciativa do texto transcrito, de modo que a transcrição possa ser reconhecida como tal. Há sempre um resto que permanece irrepresentável; trata-se de um resto impossível de ser apreendido. Esse resto produz uma hiância constitutiva entre as duas cenas, o que implica dizer que a transcrição não é, nunca, mera transposição de formas de linguagem.

Por outro lado, há que se considerar que o transcritor precisa de sensibilidade auditiva – o que se trata de um saber da ordem do real⁵ –, além de certo conhecimento

³ Sujeito esse que, de nossa perspectiva teórica, é estruturalmente faltante, o que significa dizer que se trata de um sujeito que não sabe tudo de si, incompleto por natureza e que, por isso, não é senhor da linguagem, mas é na linguagem, uma vez que em sua relação com a linguagem, este sujeito se constitui, mas constitui também seu interlocutor, já que somente há a possibilidade de constituição do sujeito, se se pensar nessa relação como uma relação de três partes: o sujeito, o intersujeito e a linguagem. Usar o termo “intersujeito” justifica-se uma vez que a instância discursiva somente pode existir a partir de uma relação entre locutor e interlocutor (*eu/tu*). Considerando que ao mobilizar a língua para convertê-la em discurso, o locutor se inscreve como sujeito e necessariamente instaura um interlocutor. Assim, se as posições locutor/interlocutor se alternam na medida em que os envolvidos na conversação tomam a palavra para dizer *eu*, e se locutor se posiciona como sujeito ao mobilizar a língua na direção do interlocutor, este também pode ser considerado (inter)sujeito, já que se encontra em situação de interação com o sujeito via linguagem.

⁴ A utilização dos parênteses nessa palavra é decorrente de termos utilizado o mesmo recurso para o substantivo *mo(vi)mento* para jogar com o sentido de movimento e momento, em uma referência de espaço e tempo, caracterizando o ato enunciativo. No entanto, *mo(vi)menta* é um verbo conjugado na 3ª pessoa do singular e se observarmos separadamente, teremos *movimenta* e *momenta*, que consistem em dois verbos. O fato é que não existe o verbo *momentar*. Assim, trazemo-lo na condição de neologismo, de modo a manter nossa perspectiva em relação ao efeito causado pelos parênteses em relação às noções de tempo e espaço.

⁵ Nesse caso, consideramos a noção de Real abordada por Milner (1983, p. 7) e que consiste naquilo “que há – proposição tética que só tem por conteúdo sua própria posição – um gesto de corte sem o qual não há nada que exista.” Nesse sentido, se observamos que o único conteúdo do Real é sua própria posição, é importante considerarmos que essa sensibilidade auditiva é uma propriedade natural, constitutiva do sujeito. Assim, ser sensível aos sons é algo que não se constrói em um sujeito, pois já está lá, diferente do conhecimento gramatical que é construído a partir do letramento do sujeito e que não interfere no funcionamento do sistema de percepção de sons, por parte deste sujeito.

gramatical para proceder à interpretação e à transcrição do texto transcritível, imprimindo no papel o que está percebendo do que supõe ter sido dito no texto transcritível. Sendo assim, ao partirmos do pressuposto de que há um sujeito da enunciação, podemos dizer que este está sujeito às impressões do inconsciente que determina a maneira como (se) produz seus enunciados. Desse modo, ao dizer que a constituição do sujeito é singular, emerge a possibilidade de afirmar que de um “mesmo” texto transcritível é possível fazer diferentes transcrições. Portanto, estamos interessados nesses aspectos enunciativos que marcam a presença de subjetividade na transcrição realizada, via análise das diferenças.

Esse interesse nos leva a questionar sobre as implicações da subjetividade em um processo de transcrição do oral para o escrito e como o transcritor se posiciona diante da tensão gerada pela equivocidade que emerge da relação que este transcritor, na condição de sujeito da enunciação, estabelece com a língua para (se) enunciar; além disso, o que é possível perceber das diferenças que emergem ao compararmos as transcrições e quais as implicações em torno da produção de efeitos de sentido. A partir desse questionamento, trabalhamos, então, com a seguinte hipótese: se partirmos do pressuposto de que o ato de transcrever é um ato enunciativo porque prevê a ação de um transcritor ao realizar uma transcrição e se consideramos o conceito de sujeito da enunciação, constituído na e pela linguagem de forma singular, parece ser possível observar alguns rastros de singularidade. Nesse sentido, se há diferenças emergindo entre as transcrições e se essas diferenças observáveis são lugares onde o sujeito mostra algo de si ao (se) enunciar, então parece possível pensar nessas diferenças como rastros de singularidade.

Assim sendo, tomamos como objetivo primeiro discutir e analisar aspectos enunciativos que envolvem o ato de transcrever, a fim de problematizar a singularidade nele implicada, via a mobilização que o transcritor faz da língua ao transcrever, convertendo-a em discurso. Desse objetivo primeiro, visualizamos os seguintes objetivos específicos: i) analisar a implicação da subjetividade em três transcrições de um “mesmo” texto transcritível via análise das diferenças observadas a partir da comparação dessas transcrições; ii) discutir o estatuto da transcrição e sua relação com o transcritor, com o intuito de, por meio desta discussão, abordar a emergência de subjetividade nas transcrições e analisar sua relação com o ato de transcrever.

Para tanto, dividimos a presente dissertação em três capítulos. No capítulo 1, que consiste na base teórica de nosso trabalho de pesquisa, abordamos a Teoria do Valor de Ferdinand de Saussure, bem como a Linguística da Enunciação de Émile Benveniste. Em

primeira instância, pretendemos olhar as relações possíveis a serem observadas entre esses dois autores, porém o foco principal é problematizar a implicação de tais teorias para se pensar o estatuto da transcrição como ato enunciativo. No segundo capítulo, apresentamos um estudo sobre o ato de transcrever. Propomos um olhar sobre esse fato linguístico na tentativa de demonstrar que transcrever não é apenas um ato de transposição de uma modalidade linguística a outra, e, sim, um ato enunciativo. Em seguida, no capítulo 3, tratamos das análises do *corpus* escolhido por nós, com base nas teorias estudadas nos capítulos 1 e 2. Na sequência, apresentamos as considerações às quais chegamos em relação às análises feitas no capítulo anterior, de modo a demonstrar os resultados de nossa investigação.

CAPÍTULO I

Bases teóricas para o estudo das transcrições

A transcrição é tradicionalmente considerada um ato de mera transposição, em nosso caso específico, da oralidade à escrita. Pretendemos, a partir de uma filiação à Linguística da Enunciação, mas também lançando um olhar cuidadoso sobre a teoria do valor de Ferdinand de Saussure, que entendemos ser uma teoria que parece dar as bases de sustentação para o estudo da enunciação, estudar os mecanismos enunciativos, a fim de compreender e explicitar que o ato de transcrever transcende à simples transposição, constituindo-se, com efeito, uma versão, haja vista que, na realização das produções humanas, o sujeito está injungido a interpretar, ou seja, está fadado a colocar algo de si naquilo que realiza. Nesse sentido, compreendemos que a escrita não seja mera representação da oralidade, um seu registro; há na escrita outra forma de simbolização. Para tanto, faz-se mister discutir a relação estabelecida entre essas duas modalidades linguísticas de simbolização.

Em relação à oralidade e à escrita, o que podemos observar inicialmente é que são modalidades linguísticas com características próprias. Por um lado, a oralidade é adquirida de maneira espontânea, sem que haja um trabalho de ensino, já na primeira infância, além de estar mais presente nas relações sociais. Faz-se necessário atentar-nos ainda para o fato de que a oralidade se caracteriza a partir de uma realização vocal⁶, de modo que a articulação dos fonemas, bem como dos morfemas, comparece por meio do aparelho vocal de cada falante

⁶ Termo utilizado por Benveniste (1989).

que, ao falar, apropria-se da língua para a instauração do ato enunciativo⁷. Outro aspecto que não podemos esquecer é que a oralidade recebe a colaboração de elementos extralinguísticos⁸ que contribuem para a segmentação do discurso, feita por meio da respiração, do ritmo, além dos gestos, que operam de forma articulada com os signos linguísticos, contribuindo para a produção de efeitos de sentidos. Por outro lado, a escrita possui um estatuto gráfico, no qual os signos se articulam via registro escrito e recebem da pontuação, por exemplo, a colaboração para a segmentação do texto e o estabelecimento de certo “programa de leitura”⁹. Esse registro se dá a partir da utilização de um sistema de sinais, que Meschonnic (*apud* FUCHS, 1987) aborda como elementos grafemáticos que possuem o que Dahlet (2006) chama de “princípio diretor”. No que se refere a esse princípio diretor, vale lembrar que esse sistema de sinais grafemáticos é o que conhecemos como sinais de pontuação da escrita.

É importante, além dos aspectos referentes às características próprias da oralidade e da escrita, ponderar que, se consideramos os aspectos linguísticos que constituem a materialidade desta pesquisa, bem como os aspectos enunciativos, uma vez que partimos do pressuposto da transcrição como ato enunciativo, é preciso levar em conta que toda escrita é produto de algo fundante no sujeito, algo que Derrida (1995) chama de escrit(ur)a. Para esse autor, é a escrit(ur)a que funda o sujeito porque somente a partir do momento que o ser (se) escreve, ele cria o mundo em que vive e, ao mesmo tempo, se cria. Assim, segundo Derrida (*idem*) somente há o ser a partir do momento em que ele se inscreve na linguagem e escreve de si para o outro. Trazendo esse pensamento para a perspectiva da enunciação, Benveniste (2006) pondera que o sujeito somente se constitui na e pela linguagem. Assim, antes de se inscrever na condição de sujeito e se apropriar da língua para enunciar não há a possibilidade de se dizer que haja sujeito.

Em suma, o que parece possível ponderar é que, independentemente da materialidade que constitui a oralidade e a escrita, o que precisamos observar de fato é que, diferentemente do que se apregoa por aí, e Saussure (2006, p. 35) coloca isso de forma bem enfática quando diz: “a língua tem, pois, a sua tradição oral independente da escrita e bem diversamente fixa (...)”, ambas são instâncias diferentes, de modo que não há como dizer que

⁷ Com efeito, o homem apropria-se da lingual para nela e por meio dela (se) enunciar; no entanto, essa apropriação somente é possível porque o homem já foi capturado pela língua. Trata-se de uma espécie de “vingança” da língua. O homem imerso em um mundo de linguagem é capturado pela língua; no entanto, sente-se como se fosse senhor dela, quando, na verdade, está submetido aos limites postos pela própria língua.

⁸ O que, nesse caso, caracteriza a pontuação da oralidade.

⁹ Esse “programa de leitura” é prevalentemente imaginário, porque é parte da tentativa de o produtor fazer o *um* (do sentido) com o leitor.

uma é o registro gráfico da outra. Assim, essa assertiva nos autoriza dizer que há um sistema linguístico – a língua – e as modalidades oral e escrita que o encarnam de modo diverso.

Nesse sentido, se entendemos oralidade e escrita como entidades que comportam a língua, é preciso observar que esta se manifesta por meio da integração¹⁰ dos signos que a compõem e que, segundo Saussure, é um princípio de ordenação, de modo que a definição deste princípio é feita a partir da Teoria do Valor. Desse modo, olhar para a língua como um sistema de signos é levar a sério a noção de sistema, considerando uma noção de relação, oposição e negação entre os signos que a constitui. E para que se possa realmente falar de língua, seja pela via da oralidade, seja pela via da escrita, é necessário considerar que para que a Teoria do Valor realmente funcione, ou seja, para que os signos sejam articulados entre si, de modo a produzirem sentido, é preciso que se encontrem em uso. Isso porque o uso é a condição de existência da língua. Essa reflexão nos permite observar que, se a condição de existência da língua é o uso, então, tanto a oralidade quanto a escrita precisam da mobilização de um locutor para que se inscrevam na cena enunciativa, o que nos permite observar que a condição para a existência da oralidade e da escrita é a enunciação. Desse modo, observemos a Teoria do Valor de Saussure e a pertinência de se pensar a Linguística da Enunciação a partir do olhar saussuriano. Nossa pretensão neste momento da discussão é, pois, problematizar o que Saussure discute ao definir a Teoria do Valor em relação aos princípios pensados por Émile Benveniste em sua teoria sobre a Enunciação. Este é, como sabemos, um assunto já discutido sobremaneira: tanto a Teoria do Valor quanto as teorias da Enunciação, mas também já se encontram algumas discussões sobre o fato de Émile Benveniste ser um fiel discípulo de Ferdinand de Saussure ou, pelo menos, um dos seus leitores mais coerentes e dedicados. Assim, não pretendemos apenas repetir ou citar trechos das reflexões já feitas sobre esse assunto, mas fazê-las com o propósito de olhar para a análise de um *corpus* que consiste em analisar transcrições da oralidade ao escrito com o olhar voltado para a Linguística da Enunciação, buscando identificar os traços da emergência de subjetividade.

1.1. A propósito da Teoria do Valor

¹⁰ Conceito cunhado por Benveniste (1988), para designar o processo de conversão da língua em discurso, o qual se dá segundo a ordem própria da língua e por um ato individual de apropriação da língua.

Para abordar a Teoria do Valor, recorremo-nos ao Curso de Linguística Geral, doravante CLG. Embora existam outros textos, como o do livro Escritos de Linguística Geral, o CLG é suficiente para as reflexões pretendidas neste tópico.

No capítulo II da segunda parte do CLG, Saussure diz:

a entidade linguística só existe pela associação do significante e do significado; se se retiver apenas um desses elementos, ela se desvanece; em lugar de um objeto concreto, tem-se uma abstração. (...) a sílaba só tem valor em Fonologia. Uma sequência de sons só é linguística quando é suporte de uma ideia; tomada em si mesma, não é mais que a matéria de um estudo fisiológico. (CLG, 2006, p. 119)

De início, observa-se que o autor defende o conceito de concretude da entidade linguística e faz essa defesa dizendo que essa concretude só existe se a entidade fizer parte de um sistema linguístico; caso contrário, ter-se-ia apenas abstração. Assim, Saussure observa que as dicotomias – língua/fala; significado/significante; diacronia/sincronia, por exemplo – somente têm sua existência constatada se, para além da definição feita, elas forem consideradas a partir do sistema linguístico. Desse modo, é perfeitamente possível priorizar o estudo da língua em relação à fala. Basta observar o trabalho de Saussure. Da mesma forma, é possível estudar a fala em relação à língua. No entanto, é impossível dissociar as partes desta dicotomia, uma vez que uma língua sem o falante é considerada uma língua morta, assim como o falante sem a língua não interage com o mundo à sua volta.

Com relação à dicotomia significado/significante, Saussure (2006) define que para a existência do signo linguístico, é preciso que haja um conceito que se ligue a uma imagem acústica e que é descrito no circuito de fala (Saussure, p. 19). Assim, também devemos observar que, se a sincronia, basicamente, é um estudo baseado em um recorte em que se considera um determinado intervalo de tempo no qual seja possível se estudar o funcionamento do sistema linguístico sem a interferência direta do tempo, a diacronia, ao contrário, é um estudo linguístico que observa as mudanças ocorridas em dada língua na sucessão temporal à qual esta língua está submetida. O fato é que é o estudo de cada elemento destas dicotomias [todas elas], estudando-se cada elemento em sua particularidade, é feito o tempo todo no curso. Isto porque Saussure, naquele momento, estava fundando um novo ponto de vista sobre os estudos da linguagem, o que viria a fundar a Linguística tal qual a conhecemos hoje. Porém, ao se estudar as dicotomias, é imprescindível que se estude

primordialmente a relação entre os elementos de cada dicotomia, bem como qual o seu funcionamento no sistema linguístico. Alguns parágrafos à frente, afirma ainda:

A entidade linguística não está completamente determinada enquanto não esteja *delimitada*, separada de tudo o que a rodeia na cadeia fônica. São essas entidades delimitadas ou *unidades* que se opõem no mecanismo da língua. (CLG, 2006, p. 120)

Podemos observar, neste trecho do CLG, que, por mais que busquemos definições para as entidades linguísticas, estas têm sua existência atestada em relação a outras entidades que estão à sua volta, o que atesta, portanto, o caráter relacional, percebido no funcionamento da linguagem. E é a natureza dessa relação que atribui valores às entidades em questão. Outro ponto relevante é quando, logo abaixo da citação supracitada, Saussure (p. 120) diz que “considerada em si própria, ela (a cadeia fônica) é apenas uma linha, uma tira contínua, na qual o ouvido não percebe nenhuma divisão suficiente e precisa; para isso, cumpre apelar para as significações.” Ao pensarmos na definição do caráter linear da cadeia fônica, percebemos que os valores se estabelecem a partir dos elementos que se encontram circunscritos antes e depois do signo, mas parece possível perceber também que o estabelecimento do valor de dado signo está intimamente ligado à produção de sentido. Assim, não é *a priori* que os signos se apresentam delimitados e, sim, *a posteriori*, ou seja, a partir da relação que se constrói na cadeia fônica.

Para que possamos caminhar nessas reflexões, no entanto, é preciso ter cautela ao se falar que os valores das entidades linguísticas não são determinados previamente, pois pode parecer que os signos se constituem – fonema a fonema, sílaba a sílaba, morfema a morfema – de maneira aleatória ou assistemática. Faz-se necessário, então, observar que há o que é denominado *ponto de basta*, ou seja, os valores são relativos, mas os signos baseiam sua relação no funcionamento da língua que, por ser um princípio de ordenação, determina as possibilidades de produção.

Para ilustrar essa reflexão, observemos, pois, determinado grupo de palavras que possuem uma relação de sinonímia. As palavras: *medo*, *receio*, *temor*, *pavor*, *terror* possuem uma aproximação quanto ao significado, porém é de fato somente uma aproximação, pois quando se verifica seu significado em um dicionário, bem como quando inseridas na instância discursiva, apresentam tanto significação quanto valores diferentes. Vejamos. *Medo*, de acordo com o Dicionário Aurélio, é substantivo masculino que significa: 1. Sentimento de

grande inquietação ante a noção de um perigo real ou imaginário, de uma ameaça; susto, pavor, temor, terror; 2. V. *receio* (1 e 2). *Pavor*, de modo semelhante, é: 1. Grande susto ou medo; terror. *Temor* consiste em 1. Ato ou efeito de temer; medo; susto, mas também: 2. Sentimento de reverência ou de respeito, além de: 3. Fig. Pessoa ou coisa que causa medo, e 4. Pontualidade, zelo, escrúpulo. A palavra *terror*, na definição do mesmo dicionário, é 1. Qualidade de terrível; 2. Estado de grande pavor ou apreensão; 3. Grande medo ou susto; pavor; 4. Época da Revolução Francesa, da queda dos girondinos (31 de maio de 1793) até a queda de Robespierre (27 de julho de 1794); 5. Pessoa ou coisa que espanta, amedronta, aterroriza. E, por último, a palavra *receio* consiste em: 1. Dúvida acompanhada de temor; medo; e 2. Apreensão quanto a possível dano, perigo ou malogro; medo, temor. Diante das definições acima, de cada uma das palavras que abordamos para este exemplo, é possível observar que há entre elas uma relação de sinonímia. No entanto, uma não toma o lugar da outra em termos de distribuição de uso, assim como não toma o lugar da outra nas nuances de sentido que apresentam; são, portanto, diferentes, embora possam funcionar como sinônimos. Essa diferença pode, inclusive, levar ao questionamento da existência de sinonímia ou não, do ponto de vista do significado.

Com base no dicionário consultado, é possível perceber que uma palavra leva a outra, outra leva a uma e as cinco se tocam, de alguma forma, no que diz respeito à significação. No entanto, para entendermos a pertinência dessas palavras para o exemplo relativo ao valor linguístico, é necessário considerarmos uma perspectiva linguística como a de Milner (2006), uma vez que esse autor discute a noção de homonímia e sinonímia.

Ao abordar a questão da homonímia e da sinonímia, Milner (2006) considera a definição dos três registros borromianos, sob a forma de proposições, quais sejam: real ou R, simbólico ou S e imaginário ou I. Para Milner (2006, p. 7),

a primeira [proposição], por mais arbitrária que seja, é que *há*: proposição tética que só tem por conteúdo sua própria posição – um gesto de corte; sem o qual não há nada que exista. Chamaremos isso de real ou R. Outra suposição, dita simbólica ou S, é que *há alíngua*, suposição sem a qual nada, e singularmente nenhuma suposição, poderia ser dita. Uma outra suposição, enfim, é que *há semelhante*, na qual se institui tudo o que constitui laço: é o imaginário ou I.

Assim, de acordo com o autor, é necessário que haja um enodamento dos três registros para que uma nomeação possa existir. Ou seja, somente a partir do nó, em que R, S e I se tocam é que pode haver linguagem. Isso porque o Real - apesar de ser da ordem do

indizível, do incapturável, uma vez que R apenas há - por meio do que Milner (idem) chamou de corte, define a existência, uma vez que todo corte acaba por mostrar algo que há, mas que não se mostra. Esse corte, além de deixar à mostra o real da nomeação, também serve para delimitar, ou seja, marcar as fronteiras de determinado nome. O simbólico, por sua vez, mostra que há, para além do R, uma possibilidade de materialização da nomeação, pois é por meio da proposição simbólica que a estrutura da linguagem se articula materialmente, possibilitando a relação entre os nomes. Por fim, o que garante ao sujeito uma segurança que o faz produzir, ou seja, uma crença imaginária que possibilita à nomeação uma condição de classificável é I, na medida em que é por via de I que se estabelecem as semelhanças, a certeza de que dado nome transportaria “sem equívoco”¹¹ o sentido desejado.

Ao observar esses três registros e constatar que toda nomeação advém de uma enodação de tais registros, Milner (2006, p. 41) propõe que somente há homonímia e sinonímia em caráter radical, ou seja, “em cada instante de nomeação, ela [a homonímia] se efetiva, sustentando, assim, a necessidade de que o encontro borromiano seja indissolivelmente causa de equívoco.” Desse modo, o que parece possível inferir destes dizeres de Milner é que, de fato, somente em decorrência do encontro borromiano torna-se possível a emergência de uma homonímia, uma vez que esse encontro é a condição de existência de toda nomeação; porém, no que se refere à inserção dessa nomeação, pela via de S, em um encadeamento¹² com outras nomeações, ou seja, no estabelecimento de uma relação entre as nomeações, observa-se que cada instante de nomeação é único e irrepetível, pois submete-se à contingência imposta neste instante mesmo da nomeação. Dessa maneira, se observarmos a irrepetibilidade enquanto condição para a mobilização da linguagem, a palavra medo, por exemplo, jamais será empregada duas vezes com o mesmo sentido. De fato, observamos a definição proposta pelo dicionário, o que garante, de certa maneira, um limite para os efeitos de sentido que esta palavra pode produzir. Porém, a cada ato enunciativo, o sujeito da enunciação, ao enunciar a palavra medo, fá-lo-á uma única vez. Jamais a empregará da mesma maneira.

Nesse sentido, se considerarmos que a única possibilidade de se ocorrer uma homonímia, bem como uma sinonímia, é a partir da maneira como ela ocorre – por meio do

¹¹ Essa expressão recebe aspas, pois é uma característica da ordem do imaginário que haja garantia de a linguagem estar isenta do equívoco, uma vez que o equívoco de fato constitui a linguagem.

¹² Esse encadeamento, no qual são inseridas as nomeações, é o que passaremos a chamar de cadeia simbólica, ou seja, lugar em que se encadeiam as enunciações de modo a se produzir discurso.

nó em que há o encontro dos três registros – ao retomarmos as cinco palavras que motivaram este exemplo, podemos observar que, apesar de o dicionário estabelecer uma relação de sinonímia entre *medo*, *receio*, *temor*, *pavor* e *terror*, há nessa relação um investimento imaginário que tenta garantir a existência de uma aproximação de sentido, mas que ocorre como uma prescrição, ou seja, *a priori*. Este investimento é necessário para que nós, enquanto sujeitos da enunciação, possamos nos inscrever na instância discursiva e enunciar; no entanto, se cada ato enunciativo é único e produz, ao encadear-se, efeitos únicos de sentido, esta noção proposta pelo dicionário cai por terra, na medida em que cada vez que cada uma dessas palavras que abordamos for articulada na instância discursiva, assumirão efeitos de sentido distintos.

Para além da noção de sinonímia abordada até aqui, é necessário observar que a oposição entre estas cinco palavras permite a emergência de valores distintos. De forma bem simples, podemos até mesmo fazer uma classificação por grau de intensidade no que se refere ao significado trazido pelo dicionário Aurélio. A classificação seria: *receio*, *temor*, *medo*, *pavor* e *terror*, respectivamente. *Receio* traria um sentimento de ameaça de forma mais branda enquanto *terror*, no que se refere ao dicionário, traria a ameaça mais grave. O fato é que a existência destas cinco palavras, referentes a sentimentos bastante semelhantes, concede, ao falante, opções variadas para o uso em atos de fala, fazendo o sistema linguístico funcionar. No entanto, supondo que desaparecesse, deste sistema, a palavra *receio*, as possibilidades de emergência de valores, bem como de efeitos de sentido referentes a esta palavra se distribuiriam entre as quatro que permaneceram. Se de forma progressiva fôssemos retirando uma a uma das quatro que restaram até que sobrasse apenas a palavra *medo*, as possibilidades de significação e de atribuição de valor se acumulariam na palavra *medo*. Diante desta redução, podemos perceber que a língua é um sistema dinâmico que sempre se organiza de forma que seu funcionamento esteja garantido. Mesmo quando um signo perde seu lugar no sistema, há sempre outro que pode substituí-lo de modo que o funcionamento do sistema não seja prejudicado.

De acordo com Saussure (2006, p. 131),

O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das ideias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. (...) Não há, pois, nem materialização de pensamento, nem espiritualização de sons; trata-se, pois, antes, do fato, de certo modo misterioso, de o “pensamento-som”

implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas.

Para o autor (*idem*), som e pensamento consistem em duas massas amorfas, enquanto a língua surge como segmentadora e articuladora, unindo som e pensamento, constituindo assim o signo. Desse modo, estas duas massas amorfas não podem isolar-se, já que uma só existe a partir da relação com a outra, e essa articulação promovida pela língua “produz uma forma, não uma substância”, o que permite considerar que, com esse ato articulatório, se se produzisse uma substância, ter-se-ia uma negação da arbitrariedade, uma vez que o significante teria, em decorrência dessa substância, características intrínsecas e isso impediria, por exemplo, que houvesse, ao se excluir uma das palavras citadas no exemplo acima, a redistribuição das possibilidades de efeitos de sentido e possíveis valores entre as outras quatro palavras. Isso porque ao se considerar que uma substância comporta características intrínsecas, dadas *a priori*, quando esta se desfaz, desfaz-se também a possibilidade de dinamismo do sistema linguístico, pois este perde sua característica relacional em decorrência da imanência da substância. Essa condição articulatória da língua, entre som e pensamento, mostrada por Saussure, é que abre a possibilidade de se pensar o caráter relacional da língua.

Essa relação reforça a noção de arbitrário, pois descarta a ideia de que a união entre significado e significante (ou pensamento e som) constitui-se por elementos extralinguísticos (CLG, 2006, p. 132), ou seja, tudo o que está relacionado ao signo e à língua sempre se constitui a partir do funcionamento do sistema linguístico. Ainda sobre a citação supracitada, há outro aspecto que contribui para a observância do sistema linguístico e atesta a existência de um ponto de basta definido por seu funcionamento. Quando Saussure (CLG, p. 131) diz que a língua deve servir de “intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza *necessariamente* a delimitações recíprocas de unidades” [Grifo nosso], parece possível observar que cada signo encontra seu caminho na cadeia fônica sempre de acordo com o que o sistema linguístico lhe permite. Assim, não se pode dizer que se o sentido de determinado enunciado é dado *a posteriori*, ele depende somente da contingência observada no momento de sua enunciação, como também não é possível dizer que o sentido é dado *a priori*. Quando se intenta pensar esse aspecto da linguagem, um determinado enunciado possui signos circunscritos em um sistema linguístico e, regido por este mesmo sistema, este enunciado somente produzirá algum efeito de sentido a partir do momento em que se inscrever na cadeia simbólica, caso contrário, sem essa inscrição, qualquer enunciado

não passa de pura abstração. É importante observar, ainda nesta citação, que o termo *necessariamente* confere à relação entre significado e significante uma relação que vai além da arbitrariedade e deixa-nos entrever a impossibilidade de existência do significado sem o significante e vice-versa. Ou seja, quando observamos o circuito da fala, estabelecido por Saussure (2006, p. 19, 20), percebemos que para que uma instância de discurso possa ser estabelecida entre falantes, a relação entre imagem acústica (significante) e conceito (significado) é imprescindível para que este circuito de fala possa ser estabelecido. De outro modo, o “ato articulatório da língua” é o responsável por colocar em jogo significante e significado que, para Saussure (2006, p. 131), são duas massas amorfas que somente passam a ter função no sistema linguístico no momento em são articulados pela língua.

Seguindo, no capítulo IV sobre a Teoria do Valor, Saussure faz uma distinção entre aspecto conceitual e material do valor linguístico. Sobre estes aspectos, o autor fala da relação entre valor e significação. Segundo ele, o valor é um elemento presente na produção da significação. Este é um fato linguístico que ocorre tanto na direção verticalizada do esquema proposto por Saussure, na relação entre significado e significante, quanto na relação horizontalizada e linear, entre os signos na cadeia sintagmática. Isso nos permite observar, como Saussure define na página 134 do CLG, que o valor se estabelece, tanto a partir das relações estabelecidas na cadeia sintagmática, quanto a partir da observância de elementos semelhantes e dessemelhantes, ou seja, das diferenças existentes em dado signo que se coloca em oposição a outros signos, o que estabelecerá a delimitação do valor deste no sistema linguístico. No que se refere ao aspecto material, “o que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam à significação” (2006, p. 137). Desse trecho do CLG, é possível observar o caráter material do valor linguístico na medida em que se define que um fonema somente é definido e tem valor a partir das características fônicas que não possui em relação aos outros fonemas. Assim, como no exemplo de Saussure, *b* existe em oposição a *p*, pois apesar de terem semelhante o fato de serem bilabial e oclusiva, uma é vozeada e a outra é desvozeada. Portanto, o que determina, de fato, *b* em oposição a *p* é a característica que os diferencia.

Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema. O que haja de matéria fônica num signo importa menos

que o que existe ao redor dele nos outros signos. (Saussure, CLG, 2006, p. 139)

Assim, reforça-se a ideia do caráter relacional da língua e do fato de que o signo só pode ser delimitado a partir daquilo que ele não é, e isso só faz sentido se considerado a partir do sistema linguístico.

Em suma, a reflexão feita neste tópico justifica-se na medida em que abre os caminhos, baseando-nos nos dizeres de Saussure, para que possamos pensar a Linguística da Enunciação e, logo em seguida, fazermos os direcionamentos pertinentes em relação à transcrição do oral para o escrito, ponto central desta pesquisa.

1.2. O valor e a Enunciação

Por que falar da Teoria do Valor em Linguística da Enunciação? Se a forma como Saussure fundou a Linguística – e isso nos referindo ao Curso de Linguística Geral – impôs-lhe abordar de modo secundário o que ele denominou *parole*, traduzido, em português, por fala. O mesmo não aconteceu com Benveniste ao elaborar seus conceitos sobre a Enunciação.

Saussure, de fato, precisou se concentrar na língua, e ele deixa essa necessidade linguisticamente posta no CLG: “Cumpre escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente” (p. 28). Isso mostra também a maturidade intelectual do autor ao perceber que havia dois caminhos fundamentais para o estudo da linguagem; porém, era necessário concentrar-se naquele que lhe permitiria, naquele momento, falar da noção de sistema, dado que esta é a parte objetiva da linguagem, e desenvolver sua teoria linguística. Essa escolha não significa uma negação da importância da fala, tampouco do falante, uma vez que são os falantes, em consenso social, quem mo(vi)mentam a língua, conforme aquilo que a própria língua lhes permite.

Uma das consequências que tiramos dessa leitura para nossa perspectiva teórica é que trabalhamos com o que há e não com o que deveria ou poderia ter sido colocado em termos linguísticos. Assim, há uma materialidade linguística que constitui o *corpus* de pesquisa, a qual utilizamos para as nossas análises. Não nos cabe, por exemplo, fazer questionamentos sobre como seria se o sujeito tivesse enunciado em determinada situação, ou por que ele enunciou assim e não de outra forma, uma vez que não lidamos com a possibilidade de se enunciar, ou melhor, não lidamos com a(s) possibilidade(s) de apropriação da língua pelo sujeito e, sim, com a enunciação em si. É necessário considerarmos dois

pontos: primeiro o fato de o sujeito da enunciação não ser senhor da língua, e, por isso, não tem controle sobre sua operatividade na relação sujeito/língua – relação essa responsável pela interação deste sujeito da enunciação com o mundo no qual está inserido; segundo, em decorrência do primeiro ponto, este não controle do sujeito ao operar a língua impossibilita qualquer tentativa de se programar o ato enunciativo, o que lhe confere um caráter de espontaneidade. Desse modo, por mais que um sujeito tente se programar para enunciar, ele está relegado ao outro, neste caso o interlocutor bem como ao Outro, que podemos entender como o mundo que está à volta deste sujeito.

Nesse sentido, o ato enunciativo será sempre o efeito de uma relação de interação entre sujeitos que compõem as cenas enunciativas, ao enunciarem-se uns para os outros. Assim sendo, essa interação se estabelece por meio do encadeamento de atos enunciativos que se permitem registrar por meio dos enunciados que emergem desses atos. Desse modo, somente podemos problematizar a existência de valores em relação à enunciação por meio do registro/resto¹³ que nos cabe, uma vez que somente a partir deste registro/resto é que temos a possibilidade de manipular os fatos que emergem como efeito da enunciação e, a partir desta manipulação, produzir pesquisas e promover análises sobre esse registro/resto.

Benveniste, em especial na década de 60 do século XX, faz uma leitura cuidadosa e minuciosa da obra saussuriana e, diferentemente do que possa parecer, Benveniste não opta por trabalhar a fala em detrimento da língua. Ele busca na teoria saussuriana a base para seus estudos sobre a língua em uso.

Flores (2008, p. 16) lembra que Saussure se concentra na língua por deixar entrever no Curso que a fala faz parte do que o ele considera como Linguística Externa, por ser algo estranho ao sistema linguístico e por consistir em um objeto composto por irregularidades. Flores (idem, p. 17) ainda pondera que ‘a Linguística da Enunciação não estuda “irregularidades” nem seu objeto circunscreve algo que poderia ser chamado de “o individual”’. O autor faz essa colocação para lembrar o capítulo cinco da segunda parte, cujo

¹³ Uma observação curiosa, porém muito pertinente e que nos revela o quanto a linguagem é complexa e ao mesmo tempo impressionante é que, ao pensarmos que a enunciação somente se permite estudar a partir do registro de seu enunciado, observamos que este registro emerge com(o) um resto que fica do ato enunciativo e que permite ser capturado. No entanto, o que chamamos a atenção nesta questão é que a palavra registro contém a palavra resto [re gi st r o]. De acordo com o dicionário Aulete Digital, registro é “ação ou resultado de registrar” ou, ainda, “repartição oficial onde se faz o registro de certos atos”, entre outras. Por essas definições, parece possível observar que a palavra registro aparece como a apreensão do resto advindo de algum ato. Assim, pensar que o resto está contido na palavra registro seja mera coincidência é um tanto quanto ingênuo, pois quando se trata de atos de linguagem, é preciso ponderar que há algo da ordem do indizível que nos impede de explicar o porquê dessa ocorrência envolvendo as duas palavras.

título é “A comunicação”, que se encontra no livro “Problemas de Linguística Geral”, sob o título “O aparelho formal da enunciação”, de Benveniste, em que o autor define o *aparelho formal da enunciação*.

Nesse capítulo, Benveniste se detém em descrever um mecanismo, componente da estrutura linguística, que prevê a operatividade do sujeito ao fazer uso da língua. Por conseguinte, trata-se de um estudo que toma a enunciação como objeto e que, ao fazê-lo, mostra a impossibilidade de se lidar com o conceito *fala* sem lidar com o conceito *língua*, uma vez que na fala está imputada a língua. Sendo assim, cabe discorrer sobre como Benveniste concebe a Teoria do Valor saussuriana.

Antes de entrarmos nessa questão, é importante considerar o que Normand (2009, p. 201) diz acerca do pensamento de Benveniste sobre a arbitrariedade do signo, já que o pensamento benvenistiano é fundamental para pensarmos em valores no que se refere à enunciação: “A ligação, ele (Benveniste) dizia, é arbitrária somente do ponto de vista de Sirius, entre a coisa e o nome; entre o significante e o significado, ela é, ao contrário, ‘necessária’ para todo locutor”. Assim, Benveniste amplia a noção defendida por Saussure na medida em que, com isso, reforça a ideia de que o significante sem o significado, ou vice-versa, é pura abstração, ou seja, somente há arbitrariedade na ligação entre o signo e o objeto ao qual este signo se refere no mundo, mas entre as duas partes do signo – significante e significado – esta ligação é o pressuposto da produção de significação. Sobre essa questão Normand (*ibidem*) ainda pondera:

Alguma coisa mais profunda devia preocupar Benveniste nessa questão da ‘arbitrariedade’, isto explica por que ele preferia, em suas análises maravilhosamente saussurianas, falar mais de estrutura e de função do que de valores e de diferenças. Ousemos levantar a hipótese, pois ele próprio nunca disse isso, de que o que o incomodava era a contingência. Assim como o Deus de Einstein não podia ser suspeito de dar as cartas, o signo não pode ser, não deve ser inteiramente privado de fundamento. (Normand, 2009, p. 201-202)

Ou seja, para Benveniste, de acordo com Normand (2009), não dá para apostar completamente na contingência, pois “forma e sentido estão intimamente ligados, um não vive sem o outro” (*ibidem*, p. 202). Isso significa dizer que os valores e as diferenças não são instituídos e delimitados somente a partir da contingência, pois há, anterior a esta, um sistema linguístico cujo funcionamento é regido por um princípio diretor. Assim, ‘(...) se nos

aplicamos em descrever atentamente as formas, descobrimos que é o sentido que dá “a razão” de suas diferenças, até mesmo de suas anomalias’, diz Normand (2009, p. 202). O que parece sensato inferir deste trecho é que, para Normand, o que Benveniste faz é uma Linguística da significação e, se assim o é, os sentidos não surgem senão a partir das formas em uso, e as formas são meras abstrações se não servem para produzir sentido. Essa inferência nos autoriza outra consideração: como é possível pensar em valores e diferenças sem se pensar em uso? Para quê o sistema determina esses valores e essas diferenças? Esses questionamentos nos remetem ao falante que, para Benveniste, tem seu lugar previsto no funcionamento da linguagem.

Normand (2009) tece esses comentários com base no capítulo quarto do livro “Problemas de Linguística Geral”, segunda parte – A comunicação –, de nome “A natureza do signo linguístico”. Ao ler esse capítulo, é fácil perceber a preocupação de Benveniste (2006) em problematizar o conceito de “arbitrário”, no entanto o autor não nega a arbitrariedade do signo, ao contrário, ele a coloca em seu devido lugar, uma vez que observa que há arbitrariedade em relação ao signo e o objeto, e não na relação entre significado e significante. Ou seja, o mesmo objeto, no mundo, pode ser designado por diferentes signos, como no exemplo dado por Benveniste (2006, p. 53) em que de um lado da fronteira *boi* designa o mesmo animal que é designado por *ochs* do outro lado da fronteira. Assim, a relação entre *boi* e *ochs* com o animal torna-se arbitrária, uma vez que essa ocorrência de dois ou mais signos designando o mesmo objeto demonstra a impossibilidade de haver uma “ligação natural na realidade” (2006, p. 54). No entanto, entre significado e significante, há uma relação que define a condição de existência desse signo. Ou seja, de um lado ou de outro da fronteira, a imagem acústica *boi* [ou *ochs*] precisa ligar-se ao conceito de *boi* [ou *ochs*] e constituir-se como signo linguístico. Pensando que Saussure, ao definir o signo linguístico ainda observou, em relação a esse signo, a existência de valores baseados em simples diferenças e na oposição com outros signos, Benveniste (2006) pondera que esses valores são relativos e que, por assim ser, só podem ser pensados a partir de um sistema linguístico, no qual se estabelecerão os valores a partir da relação entre os signos. Somente no sistema linguístico é possível pensar em simples diferença ou em oposição, pois o falante opera (n)esse sistema linguístico e coloca os signos em uso relacionando-os entre si. Portanto, a abordagem que Benveniste faz acerca da arbitrariedade demonstra sua preocupação em pensar, acima de tudo, a ligação entre significado e significante no sistema linguístico e, em decorrência da necessidade dessa relação para a existência do signo, é que Benveniste (2006) diz que essa relação no interior do

signo linguístico não depende somente da contingência, uma vez que o signo está inserido em um sistema linguístico que o rege por meio de um princípio diretor.

Esse teórico, então, desenvolve o conceito de enunciação com base em uma leitura cuidadosa da teoria saussuriana, bem como a partir de uma análise minuciosa de várias línguas, de diversos lugares do planeta, e, com isso, ele observa que toda língua possui um funcionamento que prevê sua atualização por meio do locutor que a opera para se constituir sujeito no mundo. As análises de Benveniste contemplam o estudo da natureza de estruturas verbais e pronominais, em especial, a natureza dos pronomes pessoais, a partir dos quais definiu as categorias de pessoa e não-pessoa. Vejamos, então, com base nos capítulos 18 (Estrutura das relações de pessoa no verbo), 19 (As relações de tempo no verbo francês), 20 (A natureza dos pronomes) e 21 (Da subjetividade na linguagem), que compõem a quinta parte do livro “Problemas de Linguística Geral I”, cujo título é “O homem na língua”, como o autor desenvolve sua Linguística da Enunciação.

No capítulo dezoito, Benveniste (2005, p. 247) afirma que “o verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria de pessoa.” Interessa a ele, nesse capítulo, estudar o verbo na medida em que este permite o estudo da pessoa verbal. Assim, define, inicialmente, três pessoas verbais, com base nos pronomes pessoais *eu*, *tu*, *ele* e de suas formas correlatas. Digo *inicialmente* pelo fato de que, a princípio, segundo Benveniste (p. 250), todas as línguas que possuem verbo, possuem consequentemente pessoas verbais e que “a categoria da pessoa pertence realmente às noções fundamentais do verbo” e, acrescenta, “a originalidade de cada sistema verbal sob esse aspecto deve ser estudada em particular”. Essa afirmação parece remeter ao que Saussure diz, no CLG, a respeito do caráter geral e particular da língua, em que coloca que há um princípio geral de funcionamento para todas as línguas, mas que cada uma delas possui particularidades decorrentes da sua condição geográfica, cultural, política e social.

Admitindo-se a importância da noção de pessoa verbal, Benveniste apóia-se na definição árabe de pessoa. Segundo os árabes, primeira pessoa é “aquele que fala”, segunda pessoa é “aquele a quem nos dirigimos” e terceira pessoa é “aquele que está ausente”. Essas definições se tornam o combustível para Benveniste determinar que *eu* e *tu* (primeira e segunda pessoas) sejam realmente pessoas por serem, ambos, elementos envolvidos diretamente na instância discursiva; no entanto, o *ele* (que inicialmente seria a terceira pessoa), em decorrência de sua definição de ausência – em relação ao discurso –, é classificada, por ele, como sendo uma não-pessoa, já que pode remeter-se a uma pessoa, bem

como a um objeto, além de não precisar estar presente na instância discursiva. De acordo com Benveniste (*ibidem*, p. 250), ‘*Eu* designa aquele que fala [eu na presente instância de enunciação] e designa ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”’, ao passo que “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”. Neste sentido, observa-se que há uma “ligação necessária” entre *eu* e *tu* sem a qual ambos deixam de existir. Isso porque *eu* sempre instaurará um *tu* ao enunciar, o que leva ao fato de que somente existe *tu* a partir da existência do *eu*. Assim, sempre que se enuncia, enuncia-se para alguém, mesmo que esse alguém seja uma projeção da mente, como o que ocorre em um monólogo em que o *tu* é uma projeção mental do *eu*. Já o *ele* não está circunscrito como pessoa discursiva por se tratar de um signo que pode ser substituído por um nome e que pode ter como referência uma pessoa, mas também um objeto, ou seja, por ser tema da alocação e não participante dela. Benveniste define as pessoas *eu* e *tu* como signos vazios de referência virtual, uma vez que não designam um objeto específico, ou seja, é o que se pode chamar de posicionamento, uma vez que o falante, ao atualizar a língua, se posiciona como *eu* para enunciar e enuncia para um *tu*, mesmo que, para tanto, não se utilize do pronome “eu”. Trata-se, por conseguinte, de um instaurar-se na posição de “eu”, de locutor responsável por uma enunciação. Assim, havendo interação, se o interlocutor que está na condição de *tu* resolve enunciar, este já não será mais *tu* e, sim, *eu*. Se retomarmos Saussure, a noção de pura diferença e de valor linguístico, podemos perceber que essa definição benvenistiana, que se configura como ponto de partida para as teorias enunciativas, está de acordo com a Teoria do Valor, já que a delimitação das pessoas verbais *eu* e *tu* ocorre negativamente de modo que só há valor para *eu* em relação com *tu* e, da mesma forma, para *tu*.

A mesma análise, com base na Teoria do Valor, pode ser feita em relação ao tempo verbal (2005, p. 260). Para tanto, faz-se necessário considerar que, se a relação *eu/tu* configura-se a partir da relação entre locutor e interlocutor em um mo(vi)mento de troca de posições a cada vez que se intenta enunciar algo, a cada troca, a cada enunciação, há, pois, um ato enunciativo. E é a partir deste princípio que Benveniste institui a noção de tempo verbal no discurso. Desse modo, se pensarmos em ato enunciativo e pensarmos no que Benveniste diz em seu livro “Problemas de Linguística Geral II, no capítulo 5, “O aparelho formal da enunciação”, podemos reafirmar com ele (2005) que cada enunciação é única e irrepetível e que o tempo, na enunciação, é sempre presente. Assim, o passado é sempre instituído como um tempo dado a partir do presente, e o futuro institui-se, também, a partir do presente, como

uma projeção enunciativa. Benveniste, faz um trabalho detalhado para definir o tempo verbal, no entanto, o que nos interessa é observar que é o ato enunciativo, em que o tempo está sempre no presente, que marca a relação temporal da linguagem. Essa perspectiva também nos permite entrever que o passado e o futuro somente podem se definir na relação com o presente e este também só se define como tal em oposição com os outros dois tempos em questão.

No capítulo vinte, “A natureza dos pronomes”, Benveniste (2005) problematiza a natureza de estruturas, existentes na língua, com o objetivo de observar seu funcionamento. Assim, como ele já havia começado a discussão acerca dos pronomes pessoais como determinativos das categorias de pessoas verbais, ele retoma o assunto e destaca que:

Entre *eu* e um nome referente há uma noção lexical, há não apenas as diferenças formais, muito variáveis, impostas pela estrutura morfológica e sintática das línguas particulares. Há outras, que se prendem ao próprio *processus* da enunciação linguística e que são de uma natureza mais geral e mais profunda. (Benveniste, 2005, p. 278)

Esse trecho nos possibilita pensar que os pronomes, sejam eles pessoais, sejam demonstrativos etc., bem como advérbios, expressões adverbiais, como, por exemplo, *aqui*, *agora*, *lá*, *em dois dias*, dentre outros, possuem, na língua, uma noção lexical. Mas, no que diz respeito à sua natureza, remetem à enunciação linguística. Assim, a natureza desses elementos surge como demonstrativa da operância do locutor na instância discursiva, indicando a quem, quando e onde aquele ato enunciativo se refere. Desse modo, ao olhar para as marcas enunciativas impressas no enunciado, estes elementos permitem que se situe a frase em um dado espaço, em um dado tempo e em relação à dada pessoa verbal, convertendo-a a enunciado.

Em seguida, no capítulo 21, intitulado “da subjetividade na linguagem”, Benveniste (2005, p. 284 e 285) começa por problematizar a concepção de linguagem enquanto instrumento de comunicação do homem. Ele pondera que é preciso desconfiar dessa noção de linguagem como instrumento, pois isso seria opor “o homem e a [sua] natureza”. Isso porque a linguagem não é fabricada pelo homem. Segundo ele,

não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que

encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (2005, p. 284 e 285)

Desse modo, é um equívoco tomar a linguagem como instrumento na medida em que a linguagem define o homem. Se assim o é, então a linguagem constitui o homem como sujeito, uma vez que ele nasce e a linguagem já está estabelecida. Para que ele – o homem – interaja com o mundo ao qual pertence, o homem precisa ser capturado pela linguagem e, dessa forma, apropriar-se dela para fazer-se sujeito de linguagem. Sem esta interação entre homem e linguagem, parece possível afirmar que tanto um quanto outro não passam de pura abstração. Se podemos, pois, tomar a apropriação da linguagem pelo homem como um ato enunciativo, a enunciação é, portanto, o movimento em que se pode observar a operatividade da Teoria do Valor. Isso se reflete no que diz Benveniste (2005, p.286):

é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego”.

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”.

Assim, se o locutor, ao se constituir sujeito, tem a faculdade de dizer *eu* é porque está previsto pelo funcionamento da língua que isso lhe é dado desta forma. Nesse sentido, algo que parece se deixar entrever nessa relação homem/língua/gem/ na qual Benveniste se apoiou para desenvolver suas teorias enunciativas é que a Linguística da Enunciação tem apoio na Teoria do Valor, uma vez que o sujeito se apropria da língua, deixando escapar traços da operatividade da linguagem a partir do ato enunciativo. Assim, se pensarmos nos valores como pura diferença, em oposição entre signos, observarmos que esses valores são relacionais e que essa relação se estabelece no interior do sistema linguístico, parece possível afirmar que a operatividade da linguagem se faz no ato enunciativo, pois para se pensar em valores linguísticos é necessário que se considere o sistema linguístico em uso, pela via do sujeito da enunciação, uma vez que essa relação entre os signos, sem a apropriação do sujeito da enunciação, torna-se apenas possibilidade de ocorrência em atos enunciativos. Uma língua enquanto sistema pode perfeitamente ser estudada em detrimento dos seus falantes, porém esses falantes são a condição para sua sobrevivência, na medida em que colocam-na em uso. Portanto, uma língua sem a operatividade pelos falantes é uma língua morta. Essa afirmação nos permite observar que se queremos falar de valores é preciso pensar que o sistema

linguístico prevê um “aparelho” (2006) com o qual o sujeito da enunciação fará os mo(vi)mentos necessários para enunciar de acordo com o que o sistema (lhe) permite, ou seja, se o sistema linguístico prevê em funcionamento o lugar de operância do sujeito da enunciação e se somente das relações estabelecidas no interior deste sistema é que surgem os valores linguísticos, então, parece possível concluir que o sujeito da enunciação mobiliza tais valores a partir da operatividade que faz do sistema linguístico.

Se é na e pela linguagem que o sujeito se constitui, se é por meio de uma apropriação, única e irrepetível, que este sujeito converte a língua em discurso. E, ainda, se cada apropriação pode ser vista como um ato deste sujeito, torna-se necessário olharmos para o termo ato com mais atenção.

De acordo com o dicionário Aurélio (2000, p. 72), ato (*sm*) é “1. Aquilo que se fez; feito. 2. O que se está fazendo; ação. (...)”. Esta noção é bastante superficial e para que pudéssemos problematizar a noção de ato, recorremos a Bakhtin (1993), em seu livro “Para uma filosofia do ato”, no qual ele discute os aspectos relativos ao ato, e os efeitos dessa discussão têm muito a contribuir para a definição de ato enunciativo.

Inicialmente, Bakhtin (1993) define que para falarmos em ato, é necessário entendermos que o máximo que se nos permite é uma representação deste ato. Isso porque, segundo o autor (*idem*), todo ato possui uma cisão que lhe é constitutiva: por um lado, “há a realidade histórica” do ato que consiste na realidade em que este ocorre e, por outro, há o seu “conteúdo-sentido” que, de acordo com o autor (*idem*, p. 20), “pretende ser capaz de alcançar plena e definitiva auto-determinação dentro da unidade deste ou daquele domínio de sentido ou significado”. Esta cisão é determinante para a existência do ato, uma vez que é possível que se perceba o ato no momento de seu acontecimento a partir do conteúdo-sentido que este comporta, porém não há, para Bakhtin (*idem*), a possibilidade de se capturar o ato em si próprio, de modo que percebê-lo torna-se possível apenas por via de uma espécie de representação deste ato. A impossibilidade considerada por Bakhtin para uma captura do ato em sua realização é decorrente de um aspecto que ele observa na constituição do ato, que consiste na sua irrepetibilidade e unicidade.

No que se refere à realidade histórica do ato, parece possível inferir que se trata de sua manifestação, exteriorização pela via de um sujeito que, seja por um simples pensamento, vai sendo constituído ato a ato. É realidade porque essa manifestação não é pura abstração teórica – Bakhtin (1993) pontua que esta abstração faz parte do ato, mas não é o ato em sua totalidade – e sim um evento real. Além de sua condição de realidade, este evento real ainda

possui uma historicidade, uma vez que sua ocorrência depende de um dado tempo, uma dada circunstância, além das condições para sua emergência. Além desses três elementos, há ainda a necessidade de um sujeito que o realize. Nessa perspectiva, o ato adquire ainda a condição de singular, pois o sujeito permite a emergência de rastros de singularidade ao realizar um ato. Nesse sentido, parece possível inferirmos que essa realidade histórica é que confere ao ato a noção de irrepetibilidade, pois se trata da concretização do ato no mundo real. No entanto, o fato de o ato ser irrepetível, único e singular, segundo Bakhtin (*idem*), confere a ele [ao ato] o aspecto da impossibilidade de captura, ou seja, se considerarmos apenas a realidade histórica deste ato, que é, *grosso modo*, a sua manifestação no mundo real, ao tentarmos agarrar este ato com nossas mãos, ele simplesmente se esvai por entre nossos dedos e nos deixa somente a possibilidade de representação baseados em seu aspecto teórico, o do conteúdo-sentido. Ao considerar este aspecto como parte constituinte do ato, Bakhtin (1993) aborda a noção de dever. Assim, ao se pensar sobre a questão do dever como categoria formal, capaz de se colocar como elemento regulador da sociedade, é preciso observar que na medida em que realizamos nossos atos, paira sobre nós o dever que surge como referência para nossos atos. O fato é que este dever pode vir a ser materializado como ato, porém não é uma garantia de que todo ato esteja de acordo com esse dever. Seja de um determinado ser, seja de todos os seres de uma dada sociedade, o que Bakhtin (1993) parece tentar nos mostrar é que esse dever como “uma das mais altas categorias formais” acaba por gerar um equívoco por não ser uma garantia de que, ao realizar seus atos, um sujeito os realize cumprindo verdadeiramente este dever, ou seja, o ato, em sua realização, pode se manifestar como uma representação de uma prática deste dever, porém na condição de irrepetibilidade ele se esvai e dá lugar aos próximos atos de maneira que aqueles que surgirão em sequência podem não estar em concordância com esse dever. Desse modo, Bakhtin (*idem*) permite observarmos que o dever, em sua essência, é simples abstração, uma vez que funciona teoricamente, e que um dever só é de fato concreto a partir do momento que ganha vida em algum ato realizado. O ser, porém, tem a liberdade de realizar seus atos baseados nesse dever ou não, e é esse certo livre-arbítrio que confere ao ser “a responsabilidade moral” de seus atos. Assim, o ser pode até estar sujeito a um sistema de regras sociais que determinam os deveres a cumprir, mas estará também sujeito às consequências dos efeitos que advirão de seus atos, pois ao ser se confere toda a responsabilidade de seus atos.

De modo que todo contexto social possui normas a cumprir, ou seja, há direitos, mas também há deveres e esses deveres parecem ser o que Bakhtin (*idem*) denomina como

categoria formal, cuja função é contribuir para a regulação desse contexto social, parece ainda possível inferir que essa categoria, apesar de não garantir o enquadramento de todos os atos, submete-os ao seu poder de coerção. Assim, todo ato produz efeitos, estejam estes efeitos em concordância ou não com o que é estabelecido pelas categorias formais que regulam o contexto social, ou seja, pelos deveres. Estes deveres podem ser locais e específicos de cada comunidade, bem como podem ser universais e abrangerem toda comunidade mundial. O fato é que o autor (*idem*) coloca o ato sob a responsabilidade de quem o realiza e parte do pressuposto de que o Ser, para se constituir, é dotado de livre-arbítrio e escolhe realizar seus atos da maneira que lhe aprouver. Uma pergunta, então, parece surgir desta reflexão: se o Ser, segundo Bakhtin (*idem*), possui o poder de livre escolha para realizar seus atos e, por isso, pode ou não cumprir as normas de uma sociedade, por que então há normas reguladoras se elas não possuem a garantia de que serão cumpridas? O que parece surgir como possibilidade para uma resposta é que cada sociedade não é um simples aglomerado de pessoas, mas um sistema em que cada ser se constitui na convivência com os demais. Assim, esta convivência entre os seres torna-se fundamental para o funcionamento deste sistema social. Nesse sentido, por mais que, segundo Bakhtin (*idem*), essas normas sejam apenas um mecanismo teórico, elas acabam funcionando como reguladoras, pois permitem aos seres tê-la como referência para se manter a organização do sistema social.

Segundo Bakhtin (1993, p. 25),

o conteúdo destacado do ato cognitivo passa a ser governado por suas próprias leis imanentes, de acordo com as quais ele se desenvolve como se tivesse vontade própria. Na medida em que nós entramos nesse conteúdo, isto é, realizarmos um ato de abstração, nós somos agora controlados por suas leis autônomas, ou, para ser exato, nós simplesmente não estamos mais presentes nele como seres humanos individualmente e responsavelmente ativos.

A partir destes dizeres, podemos observar o que o autor (*idem*) propõe como responsabilidade moral em relação ao ato realizado pelo ser. Ou seja, o ato caracteriza-se por sua irrepetibilidade, pela impossibilidade de apreensão, por sua singularidade, mas também por integrar um sistema social responsável por gerir a sociedade. Nesse sentido, o ser perde a possibilidade de controle sobre seus atos, pois, apesar do livre-arbítrio de que é dotado, não realiza seus atos baseado somente em sua própria vontade, de forma descontextualizada. Para a realização de seus atos, este ser está submetido ao contexto que o rodeia e o orienta.

Contudo, este mesmo contexto lhe impõe a responsabilidade sobre a forma como age, pois cada ato seu produz efeitos que não estão sob seu [do ser] controle. Ao retomar o conceito de dever colocado por Bakhtin (1993) anteriormente, observamos que, se os atos realizados por um determinado ser não estiverem de acordo com os deveres a que se submetem, eles sofrerão com a coerção imposta pelos deveres. Assim, respondem por todos os efeitos produzidos por seus atos, sejam eles um reflexo destes deveres ou não.

Quando Bakhtin (*idem*), nesta citação fala de imanência, o que parece nos ser permitido inferir é que não é uma imanência do ato em si, pois este jamais poderá ter seu conteúdo-sentido dado a *priori*, mas o autor parece falar de uma imanência de normas que regem o sistema social ao qual o ser se inscreve para realizar seus atos. Desse modo, o funcionamento deste sistema permite ao ser agir livremente, porém lhe delega a responsabilidade por cada ato que realiza.

O ponto de vista de Bakhtin é importante para que possamos pensar no ato enunciativo. De acordo com o pensamento de Benveniste (2006), o aparelho formal da enunciação é um mecanismo previsto pelo funcionamento da linguagem e que prevê a atuação do sujeito para por a língua em uso. Ao definir este aparelho formal da enunciação, o autor (*idem*) diz que a enunciação possui o aspecto de irrepetibilidade, bem como o de singularidade. De irrepetibilidade, porque o sujeito jamais realiza a mesma enunciação duas vezes. Assim, a enunciação em si, quando realizada, neste mesmo momento ela se esvai, deixando como resto o enunciado. Este sim pode até ser repetido, várias e várias vezes, porém a cada repetição uma nova enunciação surge e logo em seguida desaparece. De singularidade, pois ato enunciativo transporta rastros de singularidade do sujeito da enunciação, de modo a marcar de forma singular cada enunciação. Pensando que a enunciação possui esses aspectos, é necessário lembrar outro [aspecto] que tem bastante relevância para pensarmos o conceito de ato enunciativo: a apropriação e atualização da linguagem pelo sujeito da enunciação. Este último aspecto nos permite observar a atuação do sujeito da enunciação por meio de atos que atualizam a língua ao se apropriar dela. Nesse sentido, toda vez que o sujeito da enunciação enuncia é por meio de um ato enunciativo, produzido de forma única, pois a enunciação é irrepetível, bem como singular, pois do sujeito da enunciação emergem rastros de singularidade. Além destes dois aspectos, o ato enunciativo, assim como na definição de ato feita por Bakhtin (1993), não pode ser capturado, pois deixa como resto apenas o enunciado que é produzido. Na definição de Benveniste (2005, p. 82) lemos, pois, que a enunciação “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”, o que

nos permite inferir que enunciação e ato enunciativo são o mesmo. Ainda segundo Benveniste (2005, p. 82), “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, ou seja, o mo(vi)mento promovido pelo sujeito da enunciação ao enunciar é um ato que jamais poderá ser repetido.

Se se considerar que o sujeito da enunciação se constitui na e pela linguagem, assim como defende Benveniste (2006), é importante observar que, apesar de o ato enunciativo não poder ser apreendido, de ser irrepetível, todo ato enunciativo realizado pelo sujeito da enunciação, além de produzir os efeitos de significação ao se encadear aos atos de outros sujeitos, constituindo o mundo no qual estes sujeitos se inserem, todo ato enunciativo realizado deixa marcas no/do sujeito da enunciação de modo a constituí-lo enquanto sujeito. Assim, a cada nova enunciação há, por conseguinte, um novo sujeito, que já não é mais o mesmo da última enunciação. Portanto se a enunciação é sempre uma nova enunciação, por mais que se repitam os enunciados, o sujeito é também sempre um novo sujeito, pois cada enunciação é como um tijolo que o sujeito da enunciação coloca ao se construir como sujeito.

Tendo o ato enunciativo, então, como o mo(vi)mento que o sujeito da enunciação faz para atualizar a língua e enunciar, torna-se necessário problematizar a relação do sujeito da enunciação com a linguagem. Assim como a língua tem a fala como condição de existência, a fala tem no falante o agente necessário para sua [da fala] existência, e o falante, no caso da enunciação, o sujeito da enunciação, tem na língua e na fala sua condição para existir. Desse modo, há uma relação necessária na qual o sujeito não possui a possibilidade de escolher ficar dentro ou fora da linguagem, ou seja, a partir do momento em que o sujeito é capturado pela linguagem ele está perpetuamente preso a ela [à linguagem] e é na linguagem que ele se constituirá, de forma progressiva, até o fim de seus dias. Nesse contexto, o sujeito da enunciação está submetido ao funcionamento do sistema linguístico e, por isso, por se submeter às normas estabelecidas por este sistema, além do fato de ter sempre como condição constituinte a necessidade do outro, bem como do Outro¹⁴. O enunciado produzido por um ato

¹⁴Tanto outro (com inicial minúscula) quanto Outro (com inicial maiúscula, de acordo com Chemama (2005), dizem respeito à noção de alteridade. No que se refere ao outro, segundo o autor (*idem*), “a ênfase foi posta no lugar e na função daqueles em relação aos quais se forma o desejo da criança: mãe, pai, e até mesmo, em uma dimensão de rivalidade, irmãos e irmãs.” Nesse sentido, de nossa perspectiva, considerando essa definição, o que se pode observar é que esse outro, com inicial minúscula, corresponde, pensando na Linguística da Enunciação, ao interlocutor, ou, de acordo com Benveniste (2005), um tu que é condição de existência para o eu (sujeito), ou seja, a alteridade que constitui o sujeito, porém uma alteridade representada pela figura do interlocutor. No que se refere ao Outro, cunhado por Jacques Lacan (*apud* CHEMAMA, 2005) com um “grande A” (em francês: *Autre*), este transcende o outro, uma vez que, segundo Chemama (2005, p. 285), consiste em uma “alteridade que não se reduz, um Outro que não é semelhante, e que J. Lacan escreve

enunciativo se encadeará e não pertencerá mais ao sujeito da enunciação que o produziu, o que impede o sujeito de ser dono de seus dizeres e de controlá-los.

Depois de fazer esta reflexão a respeito do ato enunciativo, importa considerarmos a noção temporal posta por Benveniste (2005).

Benveniste (2005, p. 260) abre a discussão sobre “as relações de tempo no verbo francês” pontuando a necessidade de se fazer uma separação entre língua escrita e língua falada. O autor utiliza este critério para dizer que é preciso considerar o plano enunciativo da história e o plano enunciativo do discurso.

O primeiro, para o autor, é reservado à língua escrita, pois “caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados.” Ou seja, acontecimentos ocorridos em dado momento sobre cujo narrador não pode intervir. O que se observa é que, nesse tipo de narrativa, o narrador, segundo Benveniste (2005), jamais se posicionará para dizer *eu* e, conseqüentemente, jamais instaurará um *tu*, ficando, a narrativa histórica, marcada pelo uso da terceira pessoa, ou como definiu Benveniste, da não-pessoa; além disso, mesmo se se utilizar de tempo presente, ao narrar os fatos, estar-se-á discorrendo de forma a narrar fatos passados. Pensar por esse viés implica uma “delimitação particular às duas categorias verbais do tempo e da pessoa tomadas em conjunto” (2005, p. 262). Assim, no que se refere à narrativa de acontecimentos históricos, é possível observar que há uma cena enunciativa, porém, de certo modo, preocupada em encadear os eventos da forma em que eles “aparecem no horizonte da história” (2005, p. 267). Para Benveniste (*idem*) “Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos. O tempo fundamental é [...] o tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador”. Desse modo, o narrador se apresenta para a cena enunciativa apenas como um elemento que faz a ligação dos acontecimentos. É importante ressaltar que esta definição do plano enunciativo histórico é feita pensando inicialmente em uma postura neutra por parte do narrador. No entanto, pensando que cada enunciação consiste em uma mobilização da língua pelo sujeito e que este sujeito deixa em seus enunciados marcas de subjetividade, de ordem

com um A maiúsculo, um “grande A”, para distingui-lo do parceiro imaginário, do pequeno outro.” O que se pode observar é que o conceito de alteridade com o “grande A” não se restringe à relação de um sujeito com o seu interlocutor (outro). Vai além, pois coloca o sujeito com o não-semelhante, ou seja, com elementos anteriores e exteriores ao sujeito, já que quando este sujeito se inscreve como tal, estes elementos já estão lá. Nesse sentido, Chemama (*idem*, p. 285) coloca que o “Outro se confunde, no limite, com a ordem da linguagem. É na linguagem que se distinguem os sexos e as gerações, e que se codificam as relações de parentesco.” Assim, o Outro da linguagem torna-se o lugar em que o sujeito se constitui. Levando em conta as considerações benvenistianas sobre enunciação, o Outro parece figurar no ato enunciativo, momento em que o sujeito se apropria da linguagem para enunciar, para converter a língua em discurso, isso porque é nesse mo(vi)mento que o sujeito se coloca em relação com essa alteridade.

singular, portanto irrepetíveis, é preciso considerar que mesmo na narrativa de fatos históricos, ao intentar alcançar uma objetividade no encadeamento dos fatos, este narrador sempre deixará escapar algum momento em que imprimirá algum comentário ou que dará alguma opinião sobre determinado fato ou contexto histórico. Quando isto acontece, o narrador converte o plano enunciativo histórico em plano enunciativo do discurso.

Quando Benveniste (2005, p. 267) propõe um plano enunciativo do discurso, ele pondera que: “É preciso entender discurso na sua mais ampla extensão: toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro.” Assim, sempre que um locutor instaura um interlocutor, apropriando-se da língua para enunciar, ele está convertendo língua em discurso. Pensando ainda sobre os dois planos enunciativos, propostos por Benveniste (2005) neste capítulo, o autor chama a atenção para o fato de que definir plano enunciativo histórico e plano enunciativo do discurso não implica uma separação, neste caso, entre língua escrita e língua falada. Embora Benveniste relegue a enunciação histórica à língua escrita, ele pondera que a enunciação discursiva¹⁵ (ou discurso somente) acontece nas duas instâncias da língua: escrita e falada. O que vai diferenciar, pois, é a maneira como são produzidos. E o que isso tem a ver com o tempo verbal, tema da nossa reflexão?

Antes de entrar propriamente nesta discussão, é interessante observar que, considerando que no discurso o locutor sempre emprega as forma de pessoa *eu/tu*, na enunciação histórica, como dito anteriormente, intenta-se uma objetividade por parte do narrador, uma vez que esta narrativa que consiste em um encadeamento de acontecimentos passados na ordem e na forma que ocorreram, porém o narrador (locutor) talvez não demonstre linguisticamente uma instauração do *tu*, a partir de um posicionamento *eu*, mas a partir da forma como seleciona os acontecimentos, da forma como os encadeia, este locutor, na condição de narrador está instaurando um *tu* que se encontra em ausência e, esse movimento (im)posto pelo locutor permite a impressão de subjetividade que se tenta objetivar com uma imaginária neutralidade de quem está narrando os fatos. Nenhum locutor, por mais objetivo que se pretenda ser, enuncia em vão. Sempre há um interlocutor pretendido, instaurado pelo próprio funcionamento da linguagem. Assim também o é com o objeto de

¹⁵ Diferentemente da Análise do Discurso, o termo discursivo usado aqui deve ser levado em conta de acordo com o que Benveniste definiu como discurso. Para Benveniste, discurso é “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro.” (2005, p. 267)

estudo desta pesquisa: a transcrição. Neste sentido, quando se faz uma transcrição do oral para o escrito, por exemplo, há uma tentativa de preservação do texto transcritível. Essa tentativa acontece em decorrência de um investimento imaginário¹⁶ que visa conferir uma estabilidade no ato de transcrever e, até mesmo, tenta garantir que ocorra uma espécie de espelhamento entre o texto transcritível (o material gravado em áudio) e o texto transcrito. Quando esta transcrição é feita para fins de divulgação jornalística, por exemplo, há uma busca pela neutralidade e por uma fidelidade em relação ao que se supõe que tenha sido dito no texto transcritível, uma vez que os veículos de imprensa sempre se colocam em uma posição dita neutra e fiel aos acontecimentos. O problema é que, quando se transcreve, a interpretação do transcritor se imprime na transcrição, ou seja, a maneira como este transcritor recebe os dizeres gravados em áudio do texto transcritível e os imprime no papel. Por esse motivo, é impossível que se alcance neutralidade plena, isenta de qualquer marca de subjetividade, no processo de transcrição do oral para o escrito.

Retomando o texto de Benveniste (2005), no que se refere ao plano enunciativo do discurso, ou simplesmente discurso, o tempo pode ser observado de maneira distinta ao da narrativa histórica. Enquanto nesta o tempo é quase sempre passado, o presente nela considerado geralmente tem valor de passado, e o futuro parece ser uma projeção baseada em uma análise dos acontecimentos narrados. Já no discurso o tempo surge de forma diferente. Quando o locutor diz *eu* e automaticamente instaura um *tu* o movimento produzido faz surgir um efeito que é o ponto de partida para a análise deste plano enunciativo. Se considerarmos que Benveniste (2006), no texto “o aparelho formal da enunciação” (p. 81-90) define a enunciação como um ato individual de utilização da língua, e este ato é único e irrepetível, é possível observar a diferença entre discurso e narrativa histórica, na medida em que no discurso, o tempo, para Benveniste (2005, 2006), será sempre o tempo da enunciação. Assim,

¹⁶ Pensando no contexto em que emerge esta expressão, é interessante observar a definição de Imaginário de Milner (2006, p. 7), quando ele diz: “Uma outra suposição, enfim, é que *há semelhante*, na qual se institui tudo o que constitui laço: é o imaginário.” [grifo do autor]. É importante observar que quando se intenta ser fiel a um texto transcritível na transcrição que dele se faz, o investimento imaginário produz no transcritor o sentimento de que ele realmente está sendo fiel ao texto transcritível, ou seja, há uma semelhança entre o texto transcritível e a transcrição que garante ao transcritor a produção da transcrição. É possível observar este conceito, na transcrição, também pelo viés da representação, pois como diz Milner (2006, p. 7 e 8): “Concluiremos, enfim, que há representável, já que a representação nada supõe a não ser a similitude e a relação.” Assim, entre texto transcritível e transcrição não há um espelhamento no sentido de dizer que ambos são o mesmo texto em modalidades linguísticas diferentes. São textos diferentes, porém as semelhanças que lhes são comuns os definem e evidenciam-lhes as *dessemelhanças*. O Imaginário surge, pois, como um laço que garante ao transcritor que ele está sendo fiel ao texto transcritível, e que, portanto, é possível transcrever.

a base temporal para se pensar o discurso será sempre o presente, pois será sempre o instante em que o locutor (*eu*) opera a língua para se dirigir a um interlocutor (*tu*). Ao se fazer esta constatação, o presente será, por conseguinte, o ponto de partida para se instituir o passado, baseado nos enunciados produzidos anteriormente, e o futuro, uma projeção enunciativa, também a partir do presente.

Pensar no tempo do discurso, da maneira como o definiu Benveniste, é imprescindível para entendermos o que é ato. Segundo Benveniste (2006),

Ele (o tempo) é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. (p. 85)

Assim, se o tempo do discurso é marcado pelo instante em que o locutor opera sobre a língua, colocando-a em funcionamento, é por meio de um ato que este tempo se marca e, como bem colocou Benveniste (*idem*), é este ato o responsável por transforma locutor em sujeito da enunciação. Desse modo, o discurso é trazido ao mundo por um ato praticado pelo locutor na condição de sujeito, apropriando-se da língua, enunciando (-se). Se é na e pela linguagem que o sujeito se constitui; se é na linguagem que o homem dá conta do mundo que está a sua volta, é por meio do ato enunciativo que ele o faz.

Em suma, o ato enunciativo é o senhor do tempo do discurso, uma vez que a cada ato, único e irrepetível, produzido a partir de uma utilização individual da língua pelo locutor ao assumir a condição de sujeito, um tempo presente é instituído e institui, consequentemente, um passado e um futuro.

1.3. Valor e Enunciação: em quê implicam a transcrição?

O ato de transcrever permite-nos uma reflexão tanto pela perspectiva da Teoria do Valor, quanto pela perspectiva da Linguística da Enunciação. No capítulo II desta dissertação, discutimos o estatuto da transcrição. No entanto, é importante, desde já abordar alguns pontos a respeito deste ato, que, a nosso ver, é um ato enunciativo.

Pensar em transcrição do oral para o escrito, já considerando o material que elegemos para esta pesquisa, exige um olhar sobre duas situações. Em primeiro lugar, há uma primeira cena enunciativa, que consiste na gravação de duas entrevistas promovidas pelo programa

Canal Livre, da Rede Bandeirantes de Televisão. Este programa se propõe a debater temas sociais de interesse da opinião pública. Desse modo, para cada assunto selecionado tem-se um especialista no assunto, entrevistado em uma espécie de mesa-redonda, constituída por um apresentador e três ou quatro jornalistas que farão as perguntas ao convidado. Para esta dissertação, selecionamos duas entrevistas: uma com o médico legista Badan Palhares, outra com o então ministro das telecomunicações Hélio Costa. Ao gravarmos estas entrevistas, realizamos o registro da primeira cena enunciativa.

É importante considerar, neste contexto, que, ao propormos uma análise baseada na perspectiva da Linguística da Enunciação, tratamos o ato de transcrever como ato enunciativo. Neste caso, assim como ponderamos no tópico anterior, o ato enunciativo é inapreensível, portanto: como estudar a enunciação, se não nos é permitido apreendê-la? Da enunciação, parece possível observarmos dois momentos: primeiro, há a realização de um ato, a qual nos é permitido observar apenas o momento de sua ocorrência. A partir deste ato enunciativo, como no caso das gravações feitas para a realização deste trabalho, é possível fazermos um registro da cena enunciativa que envolve as entrevistas, porém jamais conseguiremos retomar a cena enunciativa que possibilitou as gravações; o segundo momento consiste no registro deste ato enunciativo e, no caso que abordamos, trata-se inicialmente das gravações das entrevistas. Este registro surge como um resto. Ou seja, a enunciação, apesar de escorrer por entre os nossos dedos, deixa escapar um efeito que se permite apreender e, com isso, produz-se o registro.

Outro detalhe, que se faz necessário pensar sobre, é o conceito de cena enunciativa. Poderíamos tratar as enunciações que motivaram as gravações somente como enunciações ou atos enunciativos, simplesmente. No entanto, utilizamos o termo “cena enunciativa” com o intuito de observar que o registro feito pelo gravador capta um momento em que vários sujeitos interagem, em um jogo de perguntas e respostas, não se restringindo apenas, por exemplo, à atuação de um único sujeito. Assim, chamamos de “cena enunciativa” com o intuito de tentar mostrar a amplitude que há no espaço das entrevistas gravadas. O fato é que a cena enunciativa é composta de enunciações e, por ser assim, não nos permite apreendê-la, somente nos permite a possibilidade do registro de seu resto. Assim, no momento do registro da segunda cena enunciativa – neste caso, no momento em que se realizam as transcrições – há uma perda, pois, como pudemos observar no decorrer desta discussão, o ato enunciativo é composto de uma parte que se permite apreender, e daí a possibilidade de registro, mas

também há algo que é da ordem do inapreensível, que só nos permite observar seu acontecimento.

Pensando a respeito da discussão feita no tópico anterior sobre ato enunciativo, podemos dizer que a enunciação é efêmera, pois sua duração possui a medida exata de sua realização enquanto ato. Desse modo, buscando no dicionário inFormal¹⁷, encontramos o conceito de efemeridade como sendo algo transitório. Se nos autorizarmos a considerar este termo [transitório], é, então, importante observar que a enunciação parece surgir como um instante de transição entre o momento em que o sujeito se posiciona para, por meio do ato enunciativo, interagir com o mundo, constituindo-se, e o momento em que ele concretiza essa interação. Assim, a enunciação instaura um laço transitório que liga o sujeito da enunciação ao mundo no qual ele se insere. Do mesmo modo, quando tratamos a transcrição, consideramos como transitório o ato enunciativo de transcrever pelo fato de este ato produzir a representação de uma nova produção textual, diferente daquela do texto transcritível, o que nega a possibilidade de haver espelhamento, ou, de alguma forma, a manutenção dos mesmos efeitos de sentido possíveis para o texto transcritível.

Torna-se, então, possível, a partir do registro [as gravações], analisar os aspectos que envolvem o ato enunciativo. No entanto, com a transcrição deste material, o que se observa tradicionalmente é uma tentativa de preservar o estatuto do texto transcritível, por se tratar das entrevistas gravadas com a finalidade de serem transcritas. Assim, há um investimento imaginário que permite ao transcritor acreditar que está sendo fiel ao texto transcritível. Neste instante, porém, instaura-se novo ato enunciativo, entregue às impressões subjetivas que emergem como efeitos da operação do transcritor ao mobilizar o sistema linguístico na posição de sujeito.

Considerando, então, que há, no processo de transcrição do oral para o escrito, objeto de estudo desta pesquisa, “ao menos” duas cenas enunciativas, é possível observar que há, entre estas duas cenas, diferenças que as delimitam. A primeira diferença e, talvez, a mais marcante é a condição em que cada uma das cenas ocorrem. As gravações manifestam-se por meio da oralidade, uma vez que um aparelho gravador registra a fala dos locutores que participam das entrevistas. Neste caso, é importante pensar a oralidade, assim como a escrita, como modalidades por meio das quais a língua é colocada em uso. No que se refere às gravações, ainda é pertinente dizer que tanto pode ser visto como enunciativo o ato de gravar

¹⁷ www.dicionarioinformal.com.br

as entrevistas, quanto as próprias entrevistas em si mesmas. Em relação às entrevistas, estas podem ser observadas como um conjunto de atos enunciativos, uma vez que, na cena enunciativa transcritível, há vários locutores, posicionando-se como sujeitos da enunciação em alternância de assunção à posição de interlocutor, que entram em um mo(vi)mento de perguntas e respostas relacionadas ao tema proposto. Além dessas diferenças, referentes às entrevistas, há ainda o ato de gravar estas entrevistas que, apesar de o ato em si não se manifestar linguisticamente, encontra-se envolvido em um processo linguístico, já que a finalidade que o motiva é de natureza linguística: o registro para a transcrição.

Considerando o fato de termos elegido as entrevistas que foram gravadas muito mais por se tratar de temas de interesse público do que pelo seu conteúdo, é importante observar que, em decorrência desse critério de seleção do material a ser gravado, as transcrições a serem feitas poderiam assumir as mais variadas finalidades, uma vez que contamos com um transcritor jornalista, um linguista e um pesquisador. O pesquisador e o linguista transcreveriam, possivelmente, com finalidades semelhantes; por exemplo, a de desenvolver pesquisas nas quais estas transcrições constituiriam seu material de análise. Já o jornalista, por assumir uma perspectiva diferente dos outros dois transcritores, comumente, transcreveria com o intuito de publicar trechos em mídia impressa. Para o linguista e o pesquisador, as transcrições são comumente utilizadas para a coleta de dados de pesquisa. Para o jornalista, no entanto, a abordagem é diferente, pois este, em consonância com o assunto a ser publicado, utilizará recortes relativamente curtos ou longos de acordo com a estrutura textual exigida pelo texto jornalístico; é possível que a transcrição, nesse caso, sirva para fins de citação, para justificar algum argumento, contestar algum dizer proferido pelo entrevistado, ou pelo entrevistador, ou seja, para o jornalista que utiliza um trecho transcrito de uma entrevista, o importante são os efeitos de sentido produzidos por sua interpretação da entrevista. O fato é que, para que pudéssemos realizar esta pesquisa, procuramos eleger transcritores cuja prática de transcrição fosse algo relativo à sua profissão e que, em decorrência disso, estivessem habituados ao processo de transpor da oralidade à escrit(ur)a. Assim sendo, contactamos transcritores que, em seu cotidiano, transcrevem com finalidades distintas, mas que, para este trabalho de pesquisa, transcreveram da oralidade para o escrito material áudio que tanto poderia ser de interesse para o jornalista quanto para o lingüista e cuja finalidade foi servir de análise para que pudéssemos problematizar o processo de transcrição, uma vez que o processo de transcrição é uma prática frequente no trabalho acadêmico e que, para muitos linguistas, não se coloca como questão, ou seja, como um problema a ser discutido pelo pesquisador,

notadamente o pesquisador da área da linguagem. Nesse sentido, o pesquisador também se colocou na condição de transcritor¹⁸ para que pudéssemos experienciar a prática da transcrição e, também, para que tivéssemos outro material para análise.

Outro fato a se observar é que, a partir do momento em que estas entrevistas são gravadas, torna-se possível que se reproduzam por quantas vezes se quiser reproduzi-las. Desse modo, cada reprodução pode ser vista como um ato enunciativo único e irrepetível, pois ocorrem em tempo e espaço enunciativos diferentes. No caso específico desta pesquisa, após a gravação, as entrevistas foram reproduzidas no momento em que os transcritores fizeram as transcrições, o que já se configura como outro ato enunciativo. Então, antes de as transcrições acontecerem de fato, se fizemos uma análise minuciosa do material, dentro do processo de transcrição, com base em nosso aporte teórico, podemos observar que há a ocorrência de mais de um ato enunciativo. No que se refere às transcrições feitas, há, portanto, outro ato enunciativo que acontece pela via do registro escrito. Neste ato enunciativo, observa-se a operância do transcritor, que converte o texto transcritível em transcrição, o que abre espaço para que algo, próprio à interpretação do transcritor, possa emergir na transcrição.

Ao se observar estas diferenças neste processo de transcrição do oral para o escrito, observa-se, desse modo, que são estas diferenças que determinam o valor de cada ato enunciativo. Assim, o texto transcritível (as gravações das entrevistas) terá valor em oposição ao texto transcrito. Neste sentido, a transcrição é delimitada como tal pela oposição às gravações, uma vez que, nesta, há um registro sonoro e, naquele, há o registro escrito. Por outro lado, é importante ponderar que essas diferenças surgem de uma deformação ocorrida no processo de transcrição. No entanto, a deformação que há da cena transcritível, no ato de transcrever, possui limites que permitem reconhecer no texto transcrito, o texto transcritível. Assim, quando se transcreve, há um efeito imaginário que permite a impressão de espelhamento entre o texto transcritível e o texto transcrito. Desse modo, parece possível inferir que se há diferenças que delimitam, bem como determinam valores entre um texto e outro, há, para essas diferenças, um limite que garante a sua produção, o imaginário de que, no ato de transcrever, o transcritor está transpondo para o papel o “mesmo” texto transcritível.

O valor também pode ser observado na relação estabelecida entre estes dois atos enunciativos, ou seja, as gravações (texto transcritível) que foram feitas com o objetivo de

¹⁸ Ao realizarmos a transcrição das gravações, optamos por fazê-lo sem conhecimento prévio das transcrições realizadas pelos outros dois transcritores participantes da pesquisa: o jornalista e o linguista.

servirem de matéria-prima para as transcrições (texto transcrito). Além destes dois fatores aventados acima, há ainda o material linguístico contido em ambos os textos que consiste na representação, pelo uso, do sistema linguístico em pleno funcionamento. Este sistema, constituído por signos linguísticos regidos por um princípio de ordenação, também segue as diretrizes – discutidas anteriormente – estabelecidas por Saussure em relação à Teoria do Valor.

Com bases na discussão da noção de ato enunciativo, a transcrição é, de fato, um ato enunciativo, primeiro porque é produzida por um transcritor que, ao transcrever, inscreve-se como sujeito da enunciação deixando rastros de singularidade; segundo, porque possui as características de unicidade e irrepetibilidade que todo ato enunciativo requer. No entanto, torna-se necessário abordar a noção de singularidade.

Se admitimos, até aqui, que o ato enunciativo é único e irrepetível e que é por meio deste ato que o sujeito opera o sistema linguístico, constituindo-se, o que significa dizer que, a cada ato enunciativo, há o surgimento de um novo sujeito, é preciso considerar esta constituição do sujeito como algo que se dá de modo singular. Se assim o é, faz-se necessário uma discussão sobre o que é singularidade. De acordo com Alferes (2010, p. 50),

A singularidade é, a meu ver, o efeito entre o socialmente estabilizado (discurso) e o que desestabiliza (fala) a ordem própria da língua, portanto, trata-se de um acontecimento linguageiro, sendo, assim, algo (in)esperado. Dessarte, concebo singularidade não como "algo excêntrico", "bizarro", "único", "sem igual". A singularidade está justamente na ordem do que é próprio do sujeito.

Observamos que a autora considera singularidade como algo que guarda relação direta com a constituição do sujeito, ou seja, com o que lhe é próprio. Nesse sentido, se admitimos que o sujeito se constitui na e pela linguagem, e essa constituição configura um mo(vi)mento que nunca cessa, é necessário considerar que esse mo(vi)mento se dá de forma única para cada sujeito, uma vez que cada sujeito possui um modo único de entrada na língua. Assim, parece possível dizer que singularidade está na ordem do que é próprio do sujeito, pois significa dizer que, como considerado por Aferes (2010), por surgir como um efeito entre discurso e fala, ou seja, entre o que já é estabilizado e o que desestabiliza a ordem própria da língua, singularidade emerge como efeito do real do sujeito, pois deixa entrever algo da verdade desse sujeito. Desse modo, ao enunciar, o sujeito deixa rastros que denunciam algo próprio, algo de si. Nesse sentido, quando observamos a operatividade do transcritor sobre o

texto transcritível, ao fazer o mo(vi)mento de transcrição, é possível perceber rastros de singularidade do transcritor na transcrição. No caso específico desta pesquisa, há um jornalista, um linguista e o pesquisador assumindo o lugar de transcritor, o que nos permite observar, por meio da comparação das transcrições de um “mesmo” texto transcritível, que cada transcritor deixa escapar algo de sua constituição, ou seja, deixa rastros de sua singularidade nas transcrições.

Pensando a transcrição e todo seu processo de transposição da oralidade à escrit(ur)a, podemos observar a ocorrência do que Flores (2008, p. 264) chama de retorno à enunciação. Há um sujeito enunciando sobre um dizer anterior. De acordo com Flores (2008, p. 264):

o sujeito, quando se engaja no retorno à enunciação de alguém, faz acompanhar essa reapresentação da outra cena enunciativa de uma série de “tentativas” de cercamento de sentido do *dizer 1* [o texto transcritível], de buscas pela palavra certa, do que poderia chamar genericamente de um “não sei se foi bem isso que ele quis dizer”. [grifos do autor]

Da mesma forma, quando o transcritor se posiciona como sujeito e faz uma transcrição – o que, por ser um ato enunciativo, acaba sendo a produção de uma versão do texto transcritível – esse sujeito está de algum modo retornando sobre um dizer já enunciado, portanto, sobre uma cena enunciativa. Desse modo, o sujeito se engaja em tentar cercar o sentido do *dizer 1* (2008, p. 264). Considerando o transcritor, este transcreve, baseado em um investimento imaginário, que lhe confere a crença de que é possível manter o estatuto do texto transcritível na transcrição. Mais adiante, Flores (2008, p. 265) complementa:

o fato é que, quando se está engajado em relatar a palavra alheia, trata-se de cercá-la de forma a garantir que ou se a apresente da maneira mais fiel possível ou de forma a justificar que a compreensão que se tem dela é a mais “justa”. Reproduzir as palavras alheias é ato que se faz acompanhar da crença de que se reproduz o ato de enunciação, quando, na verdade, um ato é, por definição, algo irrepetível. [grifos do autor]

Nesse sentido, há na transcrição uma tentativa de preservação do estatuto do texto transcritível. No entanto, o retorno que faz sobre um dizer, sobre uma cena enunciativa não permite ao transcritor, na condição de sujeito da enunciação, reproduzir a enunciação. Somente o enunciado abre para a possibilidade de reprodução. Isso porque se considerarmos a enunciação em seu caráter único e irrepetível, como um ato, é necessário considerar que esse retorno sobre o texto transcritível constitui uma nova enunciação, um novo ato enunciativo.

Considerando, assim, a transcrição como ato enunciativo, único e irrepetível, parece possível retomar o que diz Alferes (2010) sobre singularidade como um efeito que surge entre o discurso e a fala, entre o socialmente estabilizado e o que o desestabiliza. Assim, considerando as perspectivas acima mencionadas, entendemos que a singularidade emerge como um rastro, um traço do sujeito no mo(vi)mento em que ele enuncia convertendo a língua em discurso. Esse rastro tem a ver com as associações que o sujeito da enunciação faz ao enunciar.

Um aspecto importante a ser considerado é que, em decorrência de seu caráter de unicidade e irrepetibilidade, a singularidade não se permite apreender, por isso a possibilidade de “observação” dos rastros de singularidade. Ou seja, apesar de uma tentativa imaginária que possamos fazer para tentar simbolizá-la, a impossibilidade de captura da singularidade parece nos dizer que esta está para a ordem do real da língua e que, desse modo, só se permite observar por entre frestas da cadeia simbólica. Com isso torna-se possível entender por que Flores (2008, p.261) faz o seguinte questionamento:

[...] é possível fazer uma teoria sobre o singular? A palavra teoria não seria refratária à noção de singularidade? Qual a validade de uma teoria que se propõe a discorrer sobre o que não é generalizável?

Assim, se cada abordagem sobre determinado tema, ou se cada tentativa de se elaborar conceitos teóricos a respeito de dado tema é o resultado de um mo(vi)mento¹⁹ particular de determinado sujeito, pensando, por exemplo, na assertiva de Saussure (2006) de que é o ponto de vista que faz o objeto, então discutir a noção de singularidade constitui um mo(vi)mento em que a particularidade de cada sujeito se manifesta por meio de seu ponto de vista. Assim, considerando a perspectiva saussuriana, bem como a condição de irrepetibilidade em que emergem as enunciações que se encarregam de permitir emersão de discussões e teorizações de toda a natureza, é possível perceber que ao se falar de singularidade, cada sujeito permite, pela via da fala, o irromper de algo que lhe é próprio, que lhe é constitutivo. Portanto, o importante de se olhar para este aspecto da singularidade, lembrando que, para Benveniste (2006), a enunciação é única e irrepetível, é que se os “mesmos” textos transcritíveis, utilizadas pelos transcritores ao fazerem as transcrições usadas

¹⁹ Já temos utilizado a palavra mo(vi)mento, por vezes, separando a segunda sílaba com a intenção de “tentar” dizer que a singularidade e, portanto, a enunciação – que permite a partir de si a emergência dos rastros de singularidade – acontecem em dados tempo e espaço.

nesta pesquisa, forem utilizadas por outros transcritores para outros fins, novos atos enunciativos surgem, em um tempo e um espaço²⁰ sócio-histórico diferentes.

Depois de refletir sobre a Teoria do Valor, sobre as Teorias da Enunciação, bem como depois de pensar sobre a singularidade, faz-se mister concluirmos nosso pensamento sobre as implicações que a Teoria do Valor e a Enunciação imprimem à transcrição da oralidade à escrit(ur)a.

Se iniciamos esta pesquisa empenhados em defender a ideia de que a transcrição não é um simples transpor, de forma idêntica, um texto transcritível para uma transcrição, é por entendemos que há mais que um simples espelhamento no processo de transcrição. Desse modo, nos inscrevemos em um lugar de investigação que concebe a transcrição como um processo que, apesar da tentativa de manutenção de uma neutralidade, não está isento das impressões que são deixadas pela ação do transcritor que, inscrito como sujeito, atua na produção de uma nova versão do texto transcritível e não na sua reprodução. E é nesse sentido que buscamos olhar para a transcrição pelos prismas da Teoria do Valor e da Linguística da Enunciação, uma vez que entendemos, ancorados nos pensamentos de Saussure e Benveniste, que, para haver a emergência de valores, antes é necessário que haja um sistema linguístico.

No entanto, esse sistema linguístico está em latência se não está sendo mobilizado por algum falante. Desse modo, é necessário que haja um sistema linguístico, porém é, do mesmo modo, necessário que, para esse sistema, haja um falante que se ocupe de operá-lo, colocando-o em funcionamento. E, se entendemos que a condição de existência para esse sistema é a operatividade que o sujeito imprime sobre ele, é necessário concluirmos que todo esse processo, em funcionamento, se manifesta por meio da apropriação que esse sujeito faz da língua no mo(vi)mento em que (se) enuncia. Assim, ao olharmos para a transcrição, observamos que há uma materialidade que nos permite observar a existência de um sistema: a língua; além disso, há um transcritor que mobiliza esse sistema para a produção do texto transcrito: posiciona-se como sujeito; por fim, há nesse processo, de acordo com Flores (2008), uma tentativa de afunilamento dos efeitos de sentido, com o intuito de direcioná-los, contê-los, o que acaba surgindo como um engodo, pois, embora o sujeito se esforce para conter a rebeldia do sentido, o sentido desliza, se rebela, se dissemina. Sob esse prisma, há, então, na transcrição, um processo que se produz a partir da relação dos elementos contidos

²⁰ Valemo-nos do termo espaço em detrimento do termo ambiente, uma vez que ambiente é um termo marcado pelo aspecto físico; já o termo espaço permite considerar a sua potencial virtualidade, relatividade e descontinuidade, assim como o aspecto não-orientável de um domínio pode conter.

no sistema linguístico, a partir da mobilização que o sujeito faz ao (se) enunciar. Nesse sentido, tanto há a possibilidade de observar os valores que emergem dessa relação, quanto também há a possibilidade observarmos o funcionamento de um sistema que prevê um lugar para a operação do sujeito.

No capítulo destinado às análises, a irrepetibilidade conferida pela enunciação e as diferenças oriundas da subjetividade surgem a todo momento e parecem evidenciar os rastros de singularidade do sujeito que se imprimem à transcrição.

Em seguida, no capítulo II, abordamos, de modo mais aprofundado, o estatuto da transcrição.

CAPÍTULO II

A transcrição como ato enunciativo

Quando se pensa a transcrição, tradicionalmente se acredita estar diante de uma mera transposição da oralidade à escrita, inclusive acredita-se, ainda, que a transcrição se restringe à oralidade e à escrita, imputando-lhes uma espécie de relação de espelhamento. Nosso interesse, ao propor o presente capítulo, é discutir o estatuto da transcrição e, assim procedendo, mostrar que a transcrição não é um mero ato de transposição de uma forma de linguagem para outra. Para tanto, a Linguística da Enunciação benvenistiana²¹ torna-se, para nós, fundamental, porque nos permite problematizar a implicação da emergência de subjetividade no ato de transcrever. Se a “subjetividade é a capacidade do locutor para se propor como sujeito”, a assunção à linguagem implica mo(vi)mento no e do sistema linguístico, de modo que haja emergência de subjetividade e, portanto, hiância, deriva, interpretação.

Antes, porém, de desenvolver o conceito de transcrição no quadro teórico da Linguística da Enunciação benvenistiana, torna-se relevante abordar esse conceito em outros quadros teóricos, inclusive porque esse movimento nos permitirá mostrar aproximações e afastamentos importantes, que evidenciarão a especificidade de nosso estudo.

2.1. A transcrição sob a perspectiva de outros teóricos

²¹ Benveniste (1988) diz que estudou as marcas de subjetividade mais evidentes e que outras marcas, inclusive, imperceptíveis são constitutivas da língua. A singularidade emana da subjetividade e a ela não se confunde. Em que medida uma marca de subjetividade pode se (con)figurar como um rastro de singularidade? Nossa hipótese é a de que a associação é o ponto de promove a emanação da singularidade.

Marcuschi (2006), apesar de filiar-se a um campo teórico diferente daquele ao qual nos filiamos para este trabalho, diz que a transcrição representa uma *transcodificação* do sonoro para o grafemático e ainda que o texto oral transcrito "perde" seu caráter originário e pessoal, já que há ali a presença do transcritor. Ou seja, 'não existe uma fórmula ideal para a transcrição "neutra" [...],[ou melhor, não há transcrição neutra] pois toda transcrição já é uma primeira interpretação na perspectiva da escrita' (idem, p.53).

Parece haver um ponto de aproximação à nossa perspectiva quando este autor aborda a presença do transcritor no processo de transcrição. No entanto, ao atribuir essa diferença/presença do transcritor à discrepância que há entre o registro oral e o registro escrito, alça a problemática ao estatuto linguístico, de modo a torná-la relativa à adequação entre dois modos de dizer: o modo oral e o modo escrito. E, por isso, a questão da subjetividade é expurgada. Ou seja, para Marcuschi (2006), é estritamente decorrente da diferença que há entre a oralidade e a escrita, puramente linguística, portanto. Desse modo, para este autor, o que há, nesse processo de passagem da oralidade para o escrito, é a produção de um efeito que dota a transcrição de um aspecto de neutralidade decorrente da sua *transcodificação*.

Nesse sentido, há um investimento imaginário que emerge dessa transcodificação que permite ao transcritor a sensação – e por isso efeito – de estar procedendo de forma neutra, sem as implicações decorrentes da subjetividade que emergem no processo de transcrição do oral para o escrito. Marcuschi (2006), nesse texto, está tratando dos processos de retextualização, mais especificamente do oral para o escrito e, por isso, aborda a questão do estatuto do texto original. O fato é que, sobre a transcrição, tratada por Marcuschi (*idem*) como uma *transcodificação* e, desse modo, uma mudança de materialidade linguística, a transcrição não pode figurar como um processo de retextualização, ainda que sejam processos parecidos, pois, segundo o autor (*idem*), o processo de retextualização conta, além da presença do retextualizador, com a sua interferência de modo a reformular, cortar, acrescentar elementos na escrita, que não fazem parte do texto oral. Já na transcrição, apesar de ser um ato enunciativo e, por isso, podermos constatar que, por mais que se tenha o mesmo texto transcritível, as transcrições feitas pelo transcritor serão sempre únicas a cada processo realizado e, portanto, diferentes, observamos, então, que o transcritor não detém a mesma liberdade que o retextualizador, para fazer cortes e modificações, já que as diferenças decorrentes do processo de transcrição são oriundas de equívocos que decorrem do fato de a

linguagem ser um mecanismo opaco, heterogêneo, no entanto esses equívocos não representam uma escolha consciente por parte do transcritor, eles simplesmente surgem no fio do discurso e se mostram, já o processo de retextualização, de acordo com Marcuschi (2006), a alteração do estatuto do texto original parece se configurar como uma escolha consciente do retextualizador. Considerando que a transcrição depende da interpretação do transcritor, o que pode alterar²² o estatuto do texto transcritível (oral), é importante considerar que interpretação na perspectiva da escrita tem a ver com a adequação da oralidade ao registro escrito. Nesse sentido, cabe ao transcritor, no ato de adequação, selecionar palavras, expressões, estruturas que, na transcodificação, veiculam/transitam a “mesma” informação de acordo com o registro escrito, considerando sempre que na transcrição essa adequação do oral ao escrito ocorre de maneira inconsciente, alheia à vontade e ao controle do transcritor. De nossa perspectiva, não estamos simplesmente tratando de adequações impostas pela própria mudança de registro, mas de uma radicalidade que Benveniste põe em relevo: a presença do homem naquilo que diz ao (se) enunciar. A essa presença, não há como se furtar e, por isso, não há texto original, porque, no ato de interpretação, já há aquele que lê, que transcreve.

Se, ainda segundo Marcuschi (2006), não existe transcrição “neutra”, pois toda a transcrição já é uma interpretação via escrita, há aí a comprovação da existência de um fator singular desvinculado do sujeito da enunciação que produz o texto transcritível (as gravações das entrevistas), uma vez que se vincula ao transcritor. Ou seja, como Marcuschi (2006) admite a existência de um gesto de interpretação por parte do transcritor, este gesto é o que impossibilitará um espelhamento no processo de passagem do oral para o escrito. De nossa perspectiva, porém, ao interpretar o texto original – para Marcuschi, texto transcritível para nós – para transcrevê-lo, o transcritor produz um texto impregnado de rastros de sua subjetividade. Nesse sentido, ao se pensar em “interpretação via escrita”, ao fazer uma transcrição oral/escrita, é possível que se pense também em “ato singular” e, para Benveniste (cf. 2005 e 2006), “a enunciação é um conceito geral que só tem sentido para o individual” e ainda que “cada enunciação é única e irrepitível”. Esse é o princípio básico da teorização benvenistiana sobre enunciação, e é exatamente este princípio que permite observarmos, a partir da irrepitibilidade da enunciação, que, se a cada vez que o locutor se apropria da língua convertendo-a em discurso e se inscrevendo como sujeito em ato de enunciação, este ato é

²² De nossa perspectiva teórica, essa alteração do estatuto do texto oral não é uma possibilidade, mas um *fato* constitutivo.

único, este sujeito está o tempo todo produzindo novas enunciações. Ainda nesta perspectiva, quando consideramos que o sujeito, ao enunciar, diz de si e que a cada ato enunciativo há um dizer novo, portanto, um sujeito novo, é preciso considerar que cada ato enunciativo é também singular. Assim, cada transcrição, considerada como ato enunciativo, produzida por um transcritor é, além de um ato enunciativo, um ato singular, pois traz em si rastros característicos do transcritor que, na condição de sujeito, a produziu.

Falbo (2005), por sua vez, levanta uma questão muito relacionada a esta sobre a qual estamos pesquisando. Ela também apresenta a problemática da transcrição e a forma como é encarado esse assunto, de forma a observar que há sempre, entre os transcritores, uma tentativa de sincronização entre o texto a que ela denomina original (TO) e o texto transcrito ou, segundo suas palavras, texto interpretado (TI). Assim, Falbo (2005) levanta aspectos importantes do processo de transformação textual como o estatuto do TO e do TI, a presença de um transcritor e, por conseguinte, uma subjetividade implicada ao TI, além da qualidade do material em áudio e a questão do gesto de interpretação. Desse modo, o que se pode observar é que a autora defende uma impossibilidade de haver sincronização entre TO e TI, uma vez que são produtos de instâncias diferentes.

Se pensarmos nos aspectos relativos ao estatuto, observamos que o TO – material em áudio – tem um produtor inicial. No entanto, ao passar esse material em áudio para o papel, surge a presença de um transcritor que precisa interpretar para executar a transcrição. Nesse sentido, é possível entender que não há, como vê o senso comum, uma mera decifração de uma modalidade a outra e, sim, um decifrar, bem como um cifrar novamente. Por esse motivo, a autora fala de interpretação, porém o mais interessante nisso tudo é que, a partir dessa perspectiva, o transcritor, ao mesmo tempo que altera o estatuto do TO, opera em uma tentativa de preservar sua autenticidade. Por esse motivo, Falbo (2005) diz ser, esta relação TO/TI, uma relação paradoxal.

Além desses fatores relativos às questões envolvendo o produtor do TO e o produtor do TI, a autora ainda coloca questões relativas à maneira como se faz a transcrição. Ela diz que a qualidade do TO faz toda a diferença na execução desse trabalho, uma vez que, em se tratando de transcrever do oral para o escrito, se as gravações são ruins, o trabalho do transcritor fica prejudicado e o esforço para se fazer a transcrição é redobrado. Nesse sentido, há um investimento no imaginário de que se a qualidade do material oral é boa, a fidelidade à transcrição é possível. Falbo (2005) ainda cita um *software* chamado *winpitch* que tem a função de melhorar a qualidade do áudio e, por conseguinte, favorecer a percepção do

transcritor, por meio da separação dos ruídos e a melhoria de possíveis distorções do material em áudio. Portanto, o esforço de Falbo (2005) é notadamente o de derrubar essa ideia de sincronização entre TO e TI, no sentido de tentar mostrar a presença de algo que vai além das circunstâncias formais e objetivas que se têm em relação ao processo de transcrição. Desse modo, é possível observar que há alterações no estatuto do TO, mesmo porque ambos textos pertencem a instâncias diferentes de modo que, de acordo com a autora, há um produtor operando em cada uma delas, o que confere ao transcritor mais que a simples função de transposição, ou seja, o transcritor é também agente do/no processo de transcrição.

Desse modo, tanto Marcuschi (2006) quanto Falbo (2005) problematizam um aspecto que Benveniste definiu em relação à linguagem, o de que esta prevê um aparelho formal da enunciação, ou seja, a estrutura da linguagem prevê um lugar para a subjetividade. Isso é visível no trabalho de ambos – Marcuschi (2006) e Falbo (2005) – uma vez que eles fazem considerações relevantes a respeito desse processo de transcrição do oral para o escrito. Porém, é preciso fazer uma ressalva em relação à perspectiva desses dois autores no sentido de ponderar que ambos não caminham na direção de um estudo da subjetividade, tal como encontramos na Linguística da Enunciação. Marcuschi caminha sob uma perspectiva teórica com ênfase em Filosofia da Linguagem, Metodologia, Epistemologia e Lógica, enquanto Falbo trabalha sob uma perspectiva cognitivista. Desse modo, ambos consideram a possibilidade de a linguagem permitir um lugar para o sujeito; no entanto, nenhum dos autores se atém à subjetividade oriunda da operância do sujeito em relação à linguagem, uma vez que suas análises se restringem à forma linguística e suas relações puramente linguísticas.

Pensando ainda sobre a noção de paradoxo levantada por Falbo (2005), é preciso considerar que esse paradoxo, do nosso ponto de vista, está para a relação entre um investimento imaginário e aquilo que é constitutivo e da ordem do real. Da perspectiva de Milner (2006), o Imaginário, ou simplesmente I, é aquilo que faz laço, ou seja, “há semelhante” (p. 7), o Simbólico, ou S, “há alingua” (idem), ou seja, toda possibilidade de se dizer algo e o Real, ou R, é aquilo que “há” (idem). Assim, se observarmos o processo de transcrição do oral para a escrita como ato enunciativo, parece possível observar, considerando que, segundo este autor (2006), estes três registros (RSI) somente ocorrem na língua como anéis que se ligam entre si, sendo impossível de se desfazer esta ligação, que há uma prevalência do I quando o transcritor transcreve acreditando que está produzindo uma transcrição isenta de sua participação no processo de passagem do oral para o escrito; de outro modo, há uma prevalência do S quando observamos o transcritor em ato de transcrição, pois é

somente pela via de S que há a possibilidade de se discernir a transcrição como transcrição, na medida em que, ao ser inserida na cadeia simbólica, essa transcrição, em oposição aos demais elementos que compõem essa cadeia, possa ser definida como tal e possa produzir efeitos de sentido; ainda com os olhos voltados para os três registros, é preciso observar que, por se considerar a transcrição como ato enunciativo, há que se considerar seu aspecto irrepetível e, por conseguinte, ainda é necessário ver o ato enunciativo como lugar para a emergência de rastros de singularidade, portanto, como lugar de emergência de algo que constitutivo nesse processo e, por isso mesmo, uma incidência de R. Considerando que, no processo de transcrição da oralidade à escrita, há, em vez de mero espelhamento, um ato enunciativo e, novamente, considerando este ato como algo que não se repete, observamos que o ato de transcrever só é possível porque há algo que se pode fazer representar pela via de S. No entanto, quando, a partir de um texto transcritível (oral), se produz uma transcrição, há um resto que sobra deste ato enunciativo que não se permite capturar, que não se permite apreender, codificar e que é constitutivo da enunciação. Desse modo, de acordo com Milner (2006, p. 8), “com certeza, da suposição pura de que *há* nenhuma dedução é possível. Só uma repetição indefinida autoriza-se aqui, mas, uma vez mais, ela se fecha sem saída”. Considerando a enunciação, é possível observar que, a cada ato enunciativo, há pura e simplesmente um ato e que, por ser o mecanismo por meio do qual o sujeito da enunciação opera a linguagem, há um mo(vi)mento que se repete toda vez que o sujeito incorre em ato para enunciar. O fato é que esse mo(vi)mento somente se permite observar, jamais apreender, capturar. Esse mo(vi)mento – único e irrepetível – é constitutivo da enunciação e, por somente permitir sua observação por meio de rastros deixados pela via do simbólico, talvez possamos chamar esse mo(vi)mento de Real da enunciação.

2.2. A transcrição sob a perspectiva teórica da Linguística da Enunciação

No que se refere à transcrição como ato enunciativo, recorreremos inicialmente a Benveniste, para buscar subsídios que possibilitem uma definição de transcrição como ato enunciativo. Isso porque esse autor se debruçou, como já dito anteriormente, sobre os conceitos saussurianos de modo a fazer um trabalho minucioso em Linguística, uma vez que seu *corpus* de pesquisa consta da análise de várias línguas, o que lhe possibilitou um trabalho comparativo fantástico. Por conta disso, Benveniste (2005) observou que o conceito de subjetividade é um problema de linguagem e não de línguas. Essa afirmação se justifica na

medida em que o autor observa, em suas análises, que todas as línguas possuem a relação de pessoa em oposição à de não-pessoa verbal. Assim, ao estudar a natureza dos pronomes e as relações de tempo e pessoa do verbo, o autor opera para a instauração do conceito de subjetividade de modo a pontuar que a língua prevê um lugar para que o falante possa operá-la.

Nesse sentido, Benveniste (2005) faz uma distinção entre pessoa e não-pessoa. Como vimos no capítulo I desta dissertação, a noção de pessoa, então, é baseada na relação *eu/tu* que, para o autor, são dois signos vazios de referência, uma vez que marcam um posicionamento linguístico, ou seja, é ao se posicionar discursivamente que o sujeito da enunciação assume posição de *eu* e instaura, para estabelecer relação, um *tu* que emerge na condição de interlocutor. Porém, o que nos faz observar essa relação de pessoa como um lugar no qual o sujeito se coloca para enunciar é que o sujeito somente assume a condição de primeira pessoa e instaura um interlocutor no ato de enunciação. Isso porque no momento em que o interlocutor responde ao locutor, ele assume a condição de primeira pessoa e inverte as posições iniciais. Ou seja, para que, segundo Benveniste (2005), possa haver a caracterização de pessoa do discurso, é preciso que os elementos que serão instaurados, como pessoas, estejam diretamente envolvidos com a instância discursiva. Em relação à não-pessoa, esta não faz parte diretamente do ato de enunciação de modo que as pessoas discursivas a inscrevem no discurso para se referir tanto a alguém, quanto a um objeto qualquer. Outro fator interessante a se observar é que quando o locutor, ao se propor como sujeito, diz *eu* e instaura um *tu*, ele deixa escapar quem ele é, pois diz de si, se mostra para o outro e ao mesmo tempo (se) constrói. Observa-se, pois, que esta relação *eu/tu* escancara um sujeito relegado a uma segunda pessoa que o constitui, já que o *tu* está o tempo todo chamando o *eu* para a cena enunciativa. De acordo com Benveniste (*idem*), é a primeira pessoa (*eu*) que instaura a segunda pessoa (*tu*). É preciso lembrar ainda que o autor pondera que um não existe sem o outro: tanto o *tu* depende de ser instaurado pelo *eu* para existir, quanto o *eu* precisa de um *tu* para enunciar. Esta reflexão permite inferir: é certo dizer que é o *eu* que instaura o *tu*, porém é necessário considerar que é o *tu* que motiva no *eu* o desejo de enunciar. Assim, se se privasse o *eu* da instauração do *tu*, *eu* seria, portanto, mera abstração e perderia a razão de ser, uma vez que toda vez que o locutor diz *eu*, ele o diz na projeção de um *tu*. Conclui-se, então, que o sujeito da enunciação apropria-se da língua para instaurar uma interação, que pode ser vista como constitutiva, uma vez que o constitui e constitui o outro (neste caso, o interlocutor). Além disso, esta relação enunciativa confere ao sujeito o poder de constituir também o mundo

à sua volta. Sob esta perspectiva, entendemos que, no que se refere à transcrição, há, portanto, toda essa relação (*eu/tu*) implicada ao processo de transformação de um texto transcritível (texto oral) em transcrição (texto escrito). E, desse modo, é essa relação que nos concede a possibilidade de abordarmos o processo de transcrição como ato enunciativo. Ou seja, há pelo menos, nesse processo, duas enunciações e, portanto, pelo menos dois sujeitos da enunciação diferentes operando o sistema linguístico na direção de um interlocutor.

É relevante observar, ainda, que, segundo Flores (2006, p. 01), a transcrição é "um ato de enunciação em que o 'dado' a ser transcrito tem seu estatuto enunciativo alterado". Assim, o texto transcritível que constitui a matéria-prima para o transcritor já possui marcas enunciativas tendo como condição para sua existência, um sujeito que o enunciou. E quando Flores (2006) afirma que o texto, ao ser transcrito, tem seu estatuto enunciativo alterado, ele nos permite observar que ao se transpor um texto oral para o escrito tem-se a presença de outro sujeito que não é o mesmo da primeira enunciação (a do texto transcritível) e que este, a partir de suas redes (históricas) de associação de sentidos, o interpreta. Nesse sentido, Flores (2006) reafirma, sob a perspectiva da Linguística da Enunciação, o que Marcuschi e Falbo também afirmaram, sob outra perspectiva teórica.

No final do capítulo anterior, começamos a discorrer sobre o fato de que, em relação ao material selecionado para compor o *corpus* de pesquisa desta dissertação, não há apenas uma duas enunciações – a do texto transcritível e a do texto transcrito. É importante olhar para o material, pensando em todo processo, com certo cuidado para que possamos visualizar as enunciações que compõem a cena enunciativa do material que selecionamos para este trabalho.

Considerando que se trata de duas entrevistas exibidas pelo programa Canal Livre da Rede Bandeirantes, é importante observar que, inicialmente, há uma equipe de jornalismo, que produz uma entrevista envolvendo quatro jornalistas que farão as perguntas e um entrevistado que as responderá. Se olharmos para esta situação, o que parece sensato dizer é que há aí um sistema de enunciações que constitui a entrevista. Esse sistema de enunciações é composto por ao menos cinco locutores (que tomam a palavra por meio de *eu*) e, como a entrevista se configura a partir de um mo(vi)mento de perguntas e respostas, é possível perceber, também, que pode haver ao menos cinco interlocutores, mais os telespectadores (que serão instaurados como *tu*, pelo *eu*). É importante observar que são quatro jornalistas e um entrevistado o que, ingenuamente, pressuporia haver quatro locutores e apenas um interlocutor. Mas considerando a natureza da linguagem e a impossibilidade de existência de

eu sem *tu*, além do fato de que *eu* e *tu* são signos vazios de referência e, por isso, permitem o mo(vi)mento de troca oriundo de uma interação enunciativa, quando o entrevistado toma a palavra para responder às perguntas, ele instaura os quatro jornalistas, mais o telespectador idealizado, como interlocutores, à medida que se dirige diretamente a cada um deles, e se posiciona como locutor. Sob essa perspectiva, no que se refere à entrevista, há, pois, ao menos²³ cinco sujeitos. O telespectador, que aparece como interlocutor, restringe-se a se comportar apenas como *tu*, uma vez que não participa da entrevista²⁴ no lugar de locutor.

Gostaria de abrir um parêntese para explicar porque “sistema de enunciações”. Se se observar a entrevista, há o que se pode chamar de cena enunciativa na qual emergem várias enunciações produzidas a partir da interação entre os sujeitos envolvidos na situação. No entanto, é preciso ter cuidado, pois é fácil incorrer no erro de chamar esta cena de “conjunto” de enunciados. Erro porque estes enunciados não estão simplesmente agrupados de maneira aleatória e assistemática a partir de uma propriedade comum, como, por exemplo, fazer parte da entrevista. Ou seja, as enunciações se encadeiam formando um sistema, regido por um princípio diretor, responsável pela possibilidade de estas enunciações produzirem certos efeitos de sentido ou não.

Paralelo a este que chamamos de sistema de enunciações, definido acima, há outro ato: a gravação destas entrevistas. Se observarmos as características deste ato, não é um ato que se constitui a partir de signos linguísticos, dizendo de outra forma, de caracteres verbais como é o caso das entrevistas propriamente ditas. Isso porque consta do registro, por meio de um aparelho gravador que possibilitará a reprodução deste material posteriormente e o tornará um texto (oral) transcritível. Por que considerar este ato de gravar as entrevistas como um ato enunciativo? Apesar de não ser um ato que se manifesta explicitamente por meio de uma ação verbal do sujeito da enunciação, é preciso que o sujeito, imbuído da intenção de transcrever, faça as gravações. E onde podemos perceber a subjetividade neste que é, aparentemente, um ato mecânico e não parece dar margens para a emergência da subjetividade? Se partirmos do pressuposto de que o sujeito faz as gravações, motivado por algum interesse, esta motivação é que conferirá ao ato de gravar as entrevistas a subjetividade de que estamos falando. Por exemplo: nas transcrições que analisamos, há dois transcritores com os mesmos objetivos em

²³ O uso desta expressão é decorrente do fato de o programa Canal Livre poder trazer para o programa mais de um entrevistado. No entanto, as gravações selecionadas para esta pesquisa constam de apenas um entrevistado.

²⁴ No caso do programa Canal Livre, as perguntas são feitas somente pelos jornalistas participantes, não havendo abertura para o telespectador participar nem mesmo via telefone ou e-mail.

relação à finalidade destas transcrições, uma vez que produziram transcrições para serem analisadas neste trabalho; no entanto, seus posicionamentos como transcritores, em decorrência de uma função profissional, conferem-lhes finalidades diferentes, no que se refere às transcrições que produzem profissionalmente. Elegemos, pois, um jornalista, que transcreve para publicar em alguma mídia impressa, um linguista que se utiliza das transcrições para fins de análise acadêmica, além do próprio pesquisador que transcreve para fins de ter mais uma transcrição para análise. Assim, parece possível observar que o ato de gravar as entrevistas já traz, em si, subjetividade. Ademais, há a perspectiva da câmera, que (re)corta a cena enunciativa, de modo que essa gravação já se configura como um recorte que produz resto.

O ato de gravar as entrevistas é de extrema importância para o processo de transcrição, uma vez que este é um processo que depende de um registro para que possa ocorrer. Ou seja, se estamos falando de transcrição da oralidade para a escrita, e se, de nossa perspectiva teórica, nos autorizamos a dizer que a transcrição é um ato enunciativo, o registro da enunciação produzida pela oralidade é o que permite que posteriormente se possa produzir uma transcrição. É fato que gravar as entrevistas não parece configurar-se como um ato enunciativo, uma vez que este se constitui no momento que o sujeito da enunciação apropria-se da língua para interagir com os outros a sua volta; no entanto, o ato de gravar as entrevistas está carregado de efeitos de sentido, pois apesar do silêncio verbal, ou seja, apesar de ser um ato que não se produz a partir de um proferimento, é um ato que surge a partir do interesse de um transcritor. Para Castilho (2010, p. 226), “sem a transcrição dos materiais, é impossível realizar uma análise”. Assim, ao concordarmos com esse ponto de vista, obrigamo-nos a concordar que a possibilidade de uma transcrição está diretamente relacionada com o registro do material – em nosso caso, o material oral – que interessa para as análises.

Na transcrição, há um sujeito que se apresenta para a produção de um ato enunciativo. Neste caso, em relação à transcrição e ao fato de esta ser um registro escrito, devem ser considerados alguns aspectos. É importante observar quem são estes transcritores. Um transcritor é jornalista, o outro é linguista e o outro é o próprio pesquisador. Dos três, um possui graduação em Jornalismo e os outros dois, em Letras. Em quê isso influencia as transcrições? Ao considerar a formação dos transcritores, observamos que possuem maior domínio da norma culta da língua, na medida em que se trata de (inter)locutores cuja formação impõe certo conhecimento da e sobre a língua. É importante saber, ainda, na prática de transcrição, qual é o gênero textual com o qual se está lidando, pois cada gênero textual

possui características e estruturas específicas. Outro fator importante a se levar em conta é o fato de que os três transcritores fazem transcrições profissionalmente; portanto, trata-se de uma prática habitual para eles. Nesse sentido, deve-se observar que, para este trabalho, serão analisados trechos de transcrições feitas pelos três transcritores e todas, feitas a partir da “mesma” gravação (portanto, o material para os três transcritores será o “mesmo”). Esse fato permite identificarmos em cada transcrição diferenças entre uma e outra, o que reafirma a ideia de que o processo de transcrição do oral para o escrito não é uma mera transposição.

Pensando nisso, buscamos Benveniste que, no capítulo 5, *O aparelho formal da enunciação*, do livro Problemas de Linguística Geral II (2006, p. 81), ao afirmar que a linguagem prevê um aparelho formal de enunciação, divide este aparelho em três aspectos. O primeiro aspecto é a realização vocal da língua que, para ele, é sempre um ato de utilização individual, uma vez que, além de considerá-lo como um ato, é necessário observar o momento e a maneira como ele ocorre, o que o caracteriza como ato enunciativo. Em seguida, Benveniste (2006) aborda os pronomes pessoais e demonstrativos que se referem às entidades envolvidas no discurso, tanto na condição de pessoa como na condição de não-pessoa, segundo abordado anteriormente. Nesse caso, esses signos linguísticos veiculam apenas conceitos. Ou seja, não estão representando um objeto ou um indivíduo, mas um lugar na língua que funciona como local de inscrição do sujeito. Por último, o autor fala do paradigma temporal, que consiste nas formas que se referem à temporalidade discursiva. Esta se caracteriza na e pela enunciação de modo a inserir, no mundo, a noção de presença e instaurar, assim, o tempo presente a partir do qual o sujeito se apresenta para a cena enunciativa, o que o autor definiu como *aqui/agora*.

Benveniste (1989) diz que essa "temporalidade" é produzida na e pela enunciação. Sendo assim, a relação *eu/tu* com a enunciação é que define a relação passado/presente e presente/futuro. O tempo da enunciação é sempre o tempo em que ela é produzida. Dessa forma, ao analisar os processos de transcrição do oral para o escrito, percebe-se que o texto transcritível foi produzido a seu tempo, no instante em que foi gravado, e a transcrição (deste texto transcritível) da mesma forma tem sua temporalidade marcada no momento de sua produção. Como vimos, se cada enunciação é "única e irrepetível" e seu fator temporal instaura-se no momento da produção, observa-se que, dessa forma, em uma transcrição, há vários processos enunciativos, ali envolvidos, como vimos anteriormente. Diante disso, quando se fala em presença de um sujeito na produção de uma transcrição e nesta como um ato enunciativo, sob o viés de Benveniste, fala-se inevitavelmente na relação *eu/tu* já que, em

se pensando, por exemplo, na oralidade, quando se fala, fala-se para alguém²⁵ e não a esmo e, ao estudar essa relação entre os pronomes que constituem a categoria de pessoa, percebemos que a temporalidade linguística ganha relevo também no ato de transcrever, uma vez que, considerando que a transcrição seja um ato enunciativo e que, para tornar possível a produção de uma transcrição, é necessário que haja uma enunciação que, por meio de um registro, servirá de material para o transcritor, todas as etapas do processo que envolve a transcrição acontece em determinado intervalo de tempo e de forma linear, ou seja, cada etapa tem seu momento de ocorrência no processo. Assim, há um tempo para a enunciação, registrada por meio de gravação do áudio das entrevistas e há, pois, o tempo da transcrição que ocorre após a gravação da etapa anterior.

Assim, estes três aspectos constituem o aparelho formal da enunciação, a partir do qual um sujeito se apropria da língua – sistema linguístico repetível na linguagem – em um ato de enunciação – único e irrepetível –, e é pautado nesse processo de apropriação que o transcritor transforma o texto transcritível na transcrição que dele faz. O que acontece é que Benveniste (2005) faz todo o seu trabalho a partir de uma materialidade linguística, o que o leva a entender que a língua permite, a partir desta materialidade, um estudo disso que observamos como lugar de inscrição do sujeito.

Flores (2006), com base em Wittgenstein, propõe que na transcrição, enquanto ato enunciativo, há algo que é da ordem do dizer e algo, da ordem do mostrar e que, por isso, há um hiato constitutivo na sua produção. Para definir essas duas instâncias, Flores (2006) mobiliza, inicialmente, esses conceitos a partir da perspectiva do filósofo Wittgenstein, no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Nessa obra, Wittgenstein estabelece os conceitos de figuração e de afiguração. Para o filósofo (*apud* FLORES, 2006, p. 64), afiguração é o “modelo da realidade que representa a existência ou não de um estado de coisas (*Tractatus*, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14), sendo a figuração (o ato de afigurar) também um fato (*Tractatus*, 2.141)”. Pensando no funcionamento da linguagem parece plausível observar que a afiguração está para a ordem do real (o real da língua) enquanto a figuração emerge na condição de ato inscrito na cadeia simbólica. Assim, ainda baseado no pensamento de Wittgenstein ao definir figuração e afiguração, ao dizer que a transcrição é tanto da ordem do dizer quanto da ordem do mostrar, Flores (2006, p. 72 e 73) aponta para duas operações que se podem perceber na transcrição: “operação de ciframento e operação de deciframento”. Segundo o autor (*idem*),

²⁵ Mesmo que esse *alguém* seja apenas uma produção virtual do fato de que se enunciou.

em relação à operação de ciframento, “trata-se de uma escrita com base em algo que não é ela (uma fala (...))”, ou seja, a transcrição surge como um produto de um processo em que um texto transcritível – que, em nosso caso, consiste na gravação das duas entrevistas, como já mencionado – passa por um ciframento no qual o seu aspecto oral transporta-se para a escrita de modo a produzir uma nova enunciação. Mais adiante, Flores (*idem*, p. 72) pondera que “a chave dessa escrita, desse ciframento, é o conjunto das regras subjacentes aos sinais”, isso porque trata-se do que Flores (*idem*) coloca como “mudança de uma materialidade significativa a outra materialidade significativa”. Ou seja, há materialidades significantes (oralidade e escrita) com características bastante específicas para cada uma delas, o que possibilita perceber essa *operação de ciframento*. A segunda operação é a de deciframento em que “a transcrição implica uma leitura do transcrito, e nesse caso também ela é uma estrutura enunciativa”, e, ainda, “a transcrição é um texto que pede uma leitura”. Assim Flores (2006), ao considerar a transcrição como ato enunciativo, coloca que há, baseado na definição dessas duas operações, dois tempos do ato de transcrever: o primeiro ocorre na operação de ciframento e o segundo, na operação de deciframento, ambos constituem o aspecto mostrado da transcrição. Pensando por esse viés, o autor (*idem*) nos conduz por um caminho que permite inferir que há uma “realidade” por trás da transcrição que somente se permite mostrar, ou seja, é da ordem do indizível e apenas se deixa mostrar no instante da enunciação, seja na operação de ciframento em que o transcritor opera a mudança da materialidade oral para a materialidade escrita, seja na operação de deciframento em que o produto da transcrição, o texto transcrito, cai nas mãos do leitor para ser lido. No entanto, ainda segundo Flores (*idem*), a transcrição também é da ordem do dizer, uma vez que, entre outras coisas, é uma nova enunciação, portanto um dizer diferente do texto transcritível (o da oralidade). Além desse aspecto, o autor (*idem*) afirma que a transcrição é também um dizer por se tratar de uma escuta em que o locutor/transcritor, na transcrição, diz o que escutou. Assim, Flores (*idem*) diz ter a transcrição uma dupla articulação: ao mesmo tempo em que é da ordem do mostrar, é também da ordem do dizer. De fato, esse duplo aspecto da transcrição (o mostrar e o dizer) parece surgir como um aspecto constitutivo do funcionamento da linguagem, no entanto, no que se refere à transcrição, parece possível observarmos que este é um processo em que há uma prevalência do mostrar em relação ao dizer. Isso porque, em relação ao texto transcrito (escrito), a escrita que se apresenta para essa enunciação (a da transcrição) não se configura como uma escrita produzida a partir do simples desejo, do sujeito da enunciação, de enunciar. A transcrição se configura como uma escrita destinada a mostrar algo que já foi dito, dizendo

de outro modo, é a transcrição uma representação de um texto transcritível. Nesse sentido, consideramos, então, a prevalência do mostrar sobre o dizer, no processo de transcrição, já que trata-se de uma escrita com a função de mostrar, embora se mostre a partir de um dizer. Pensando ainda sobre essa noção de prevalência, por considerar o mostrar como função mesma do ato de transcrever, o dizer, nesse caso, acaba surgindo como um resto que escapa e se manifesta na medida exata de exercer a função do texto transcrito, mostrar.

Voltando a Wittgenstein, observamos que a figuração representaria aquilo que ela tem de comum com a afiguração, ou seja, olhando estes dois conceitos abordados por Wittgenstein, e comparando com a perspectiva de Milner (2006) no que diz respeito às proposições R, S e I, da mesma forma como o real ou R permite que dele se perceba apenas traços de sua incidência, via simbólico, a afiguração permite ser representada pela figuração²⁶.

No entanto, Flores (2006) observa que o filósofo não teoriza sobre a condição de incompletude da língua, o que é perceptível na afirmação que fecha o *Tractatus* “sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar”. Desse modo, para Lacan (*apud* Flores, 2006), esse é o ponto chave do *Tractatus*, uma vez que Lacan parte da noção de sujeito cindido estruturalmente. Portanto, o real da língua é que há aquilo que se pode apenas mostrar e aquilo que se pode dizer, e a transcrição pode ser observada a partir do mostrar, em decorrência de sua estrutura, na medida em que possui um funcionamento do qual só se é permitido observar como ele se dá; mas pode ser observada também como dizer, uma vez que há produção de enunciados que surgem a partir de um ato enunciativo que não é o mesmo daquele das gravações.

Há algumas linhas acima, colocamos, acerca do pensamento de Flores (2006), que no que se refere ao mostrar e ao dizer, há um “hiato constitutivo” na produção de uma transcrição. De acordo com o dicionário Aurélio, hiato é, além de encontro de duas vogais em sílabas diferentes, um intervalo. Pensando por esse viés, se consideramos hiato como intervalo, e esse intervalo é constitutivo da/na língua, então da enunciação que consiste das gravações da materialidade oral para a enunciação da transcrição há um hiato, na medida em que há dois intervalos de tempo bem distintos acontecendo de forma consecutiva e esse hiato localiza-se entre o término da primeira enunciação e o início da segunda. Esse hiato é

²⁶ Isso remete ao pensamento de Milner (1998) no que se refere à *alíngua*, uma vez que esta suporta a língua e, desse modo, se a língua é o que, segundo Milner (*idem*), o inconsciente pratica, então a *alíngua* parece ser o que constitui o inconsciente, pois a *alíngua* é o lugar da emersão da singularidade e, por isso, talvez seja pertinente dizer que ela constitui o inconsciente, uma vez que tudo isso está previsto pelo funcionamento da linguagem.

constitutivo porque produz um resto oriundo das diferenças de cada materialidade e dada a impossibilidade de a materialidade escrita dar conta da materialidade oral a partir da transcrição e vice-versa. Além disso, a delimitação de cada enunciação é dada a partir desse resto que demarca até onde cada uma (oralidade e escrita) pode ir, uma em relação à outra. Essa observação nos remete a uma colocação de Calil²⁷ (2010), em seminário do programa de pós-graduação, a que nos filiamos, em que abordava a Teoria do Valor. Calil (*idem*) ponderava que, ao se observar um signo linguístico em oposição aos outros signos que o circundam, há um espaço, um “vazio”²⁸ que, para esse autor, talvez possa ser o que possibilitou a definição de real da língua, uma vez que esse vazio é inapreensível, porém é o que delimita e constitui o signo linguístico. Essa colocação de Calil (2010) parece caminhar bem próxima da noção de hiato constitutivo de que falávamos linhas acima. Assim, o que se observa é que a língua possui uma falta que a constitui e, por isso, a necessidade de um falante que a mobilize. Da mesma forma, podemos pensar que, na Teoria do Valor, para que se possa atribuir ao signo linguístico qualquer valor que seja, é necessário colocá-lo em oposição a outros signos; portanto, em funcionamento na língua, e nessa oposição, percebemos uma relação necessária entre estes signos o que parece evidenciar a falta que constitui cada signo linguístico, que fora do sistema linguístico é mera abstração.

Após refletir sob esta perspectiva de Flores (2006) do dizer e do mostrar, outro olhar importante para pensar o processo de transcrição do oral para o escrito é o conceito de representação abordado por Michel Foucault. Em seu livro “Isto não é um cachimbo” (1989), Foucault disserta sobre o conceito de representação, baseado no quadro de René Magritte, que consiste no desenho de um cachimbo e um enunciado logo abaixo do desenho escrito: “isto não é um cachimbo”. Além disso, o quadro encontra-se apoiado sobre um cavalete, montado sobre um piso de madeira. Observe o trecho a seguir:

A moldura, de pé, apoiada contra o cavalete e repousando sobre as cavilhas de madeira, indica que se trata do quadro de um pintor: obra acabada, exposta, e trazendo, para um eventual espectador, o

²⁷ Colocação feita pelo professor Eduardo Calil no VIII SEPELLA – Seminário de Pesquisa em Linguística e Linguística Aplicada, promovido pelo Instituto de Letras e Linguística – ILEEL –, juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL – da Universidade Federal de Uberlândia, ocorrido nos dias 11 e 12 de novembro de 2010.

²⁸ As aspas aqui se justificam na medida em que o fato de haver um vazio, ou um intervalo, ou, como Flores disse, um hiato [constitutivo], não pressupõe um vazio desprovido de função – porque delimita – e de significação – pois esse “vazio” é que parece abrir para a produção de efeitos de sentido, já que abre para a emergência de uma equívocidade que também é constitutiva da língua.

enunciado que a comenta ou explica. E, no entanto, esta escrita ingênua que não é exatamente nem o título da obra nem um de seus elementos picturais, a ausência de qualquer outro indício, que marcaria a presença do pintor, a rusticidade do conjunto, as largas tábuas do assoalho. (2004, p.4)

O que pensar se, ao chegar a uma exposição de determinado artista, encontrarmos a pintura de uma figura qualquer, porém com um dizer, logo abaixo da figura, que negue aquilo que seus olhos supostamente estariam vendo? Haveria um estranhamento. De fato, ao olhar para o quadro de Magritte, no qual está desenhado um cachimbo, com uma espécie de caligrama que diz exatamente que aquele cachimbo desenhado dentro da moldura não é um cachimbo, nos faz pensar nessa relação que a linguagem estabelece com o mundo à nossa volta. A princípio, os nossos olhos se recusam a admitir que aquilo não é, de fato, um cachimbo. Reação justa se considerarmos que, por um investimento imaginário, de fato se trata de um cachimbo. Isso porque, ao olharmos para a pintura desse cachimbo, estamos diante de um signo linguístico que representa, em um sistema, um dado objeto. Mas que objeto é esse? Como saber se não nos é permitido alcançá-lo? Estamos falando do quadro? Não era um cachimbo? Enfim, quadro ou cachimbo, o que parece ser possível inferir dessas observações de Foucault é que quando se trata de linguagem e sua relação com o mundo, somente nos é permitido representar. O fato é que nesse mo(vi)mento de pintar, ou de se pegar um pedaço de madeira e entalhar um cachimbo ou, ainda, ir a uma tabacaria e comprar um cachimbo de “verdade”, ou seja, algo que nos é palpável, que podemos pegar com as mãos, o que há é uma tentativa imaginária de dizer que, nesses casos, estamos de posse de um objeto de verdade. Mas que verdade é essa? Foucault diz:

não busquem no alto um cachimbo verdadeiro; é o sonho do cachimbo; mas o desenho que está lá sobre o quadro, bem firme e rigorosamente traçado, é este desenho que deve ser tomado por uma verdade manifesta. (2004, p. 5)

Talvez, a partir deste trecho, o estranhamento aumente ainda um pouco, pois o quadro parece desmentir o que os olhos estariam vendo: como não é um cachimbo se o que eu vejo é um cachimbo. A questão é que, ao dizer que o quadro de Magritte, constituído do desenho e de um caligrama, é uma verdade manifesta, Foucault (*idem*) mostra que tanto o cachimbo desenhado quanto o cachimbo suspenso são uma representação de um objeto, real, impossível de ser atingido. E isso nos remete a Platão quando define o mundo das ideias e o

mundo dos sentidos, de modo que tudo aquilo que existe no mundo dos sentidos, existe antes no mundo das ideias de forma abstrata e perfeita. Pensando que o que está no mundo das ideias esteja para a ordem do real, e considerando que o real é inatingível, é imperioso pensar que, de acordo com o pensamento de Foucault (idem), o objeto (neste caso, o cachimbo) é impossível de ser alcançado, pois se encontra no “mundo das ideias”. O que parece perceptível, na abordagem foucaultiana, é que há, por parte do sujeito, uma prevalência imaginária que o faz acreditar que está diante do objeto de fato. Porém, este sujeito sempre está diante de uma representação deste objeto.

Com a transcrição, é possível perceber o imaginário atuando da mesma forma. É decorrente da prevalência do imaginário que se acredita em espelhamento, ao se transcrever um texto do oral para o escrito. Este espelhamento decorre da tentativa, pelo mesmo investimento, de se preservar o estatuto do texto transcritível na transcrição que dele se faz; no entanto, o que se tem é apenas uma similitude relativa ao texto oral. Nesse caso, o leitor que tiver acesso à transcrição da entrevista e que, por ventura, as tenha assistido no momento em que foram ao ar, poderá dizer: “esta é aquela entrevista a que assisti há algum tempo!” Porém, ele não está diante do texto transcritível (oral), pois a matéria significativa é outra: enquanto o texto transcritível é produzido a partir de um registro sonoro, a transcrição se dá pela via da escrita. O leitor está diante de uma representação da representação do transcritor. Se assim o é para o leitor, para o transcritor também o é. Desse modo, o transcritor atua na produção da representação, na transformação de um texto transcritível em uma transcrição, e o leitor, na condição de espectador é também um produtor, pois, na medida em que lê, este leitor interpreta aquilo que leu e também produz representações a partir deste gesto de interpretação. Pensar o conceito de representação em relação à transcrição somente tendo como referência o texto oral, parece algo, de certo modo, simples, diante das reflexões feitas até aqui. No entanto, pensar o conceito de transcrição em relação a si mesma é um pouco mais complicado, porém, deste modo, fica mais condizente com o pensamento de Foucault.

Como vimos anteriormente, para transcrever, o transcritor necessita de interpretar o texto transcritível. Em decorrência disso, torna-se possível considerar o fato de que há, nesse processo de transcrição, pelo menos dois atos enunciativos. Neste sentido, ao analisarmos estes dois atos, parece possível perceber Magritte dizendo: *Ceci n'est pas un texte*

*transcriptible*²⁹ ou, ainda, *Ceci n'est pas une transcription*³⁰. Isso porque o nosso objeto de estudos (a transcrição) não é o objeto em si, mas sim uma representação sua. O mesmo se dá com o texto transcritível. Mais uma vez, estamos tentando apreender o real inapreensível. Lembrando Flores (2006), há algo que somente pode ser mostrado, assim como há algo que somente pode ser dito. Mas como mostrar algo senão pela via do simbólico. O fato é que, como o objeto é inapreensível, somente é permitido pelo funcionamento da linguagem chegar a esse objeto por meio da representação. Da mesma forma não se chega ao objeto *transcrição*, pois o real da língua, ou como diria Milner (1998) a *alíngua*, só permite acesso aos efeitos que ela deixa escapar pelas frestas da cadeia simbólica. E é nesse ponto que nos interessa o estudo da transcrição, pois o transcritor, ao se inscrever como sujeito da enunciação e enunciar para produzir a transcrição, deixa escorrer, por essas frestas, rastros de sua singularidade.

Todo esse jogo entre a estrutura da língua e o sujeito da enunciação é que permite recorrermos a exteriores teóricos como a Psicanálise, por exemplo, a fim de estudarmos a constituição do sujeito, o que podemos observar com muita propriedade em Milner, Authier-Revuz, além de outros que recorrem à Psicanálise freudo-lacaniana como possibilidade de diálogo com a Linguística. No entanto, o campo psicanalítico requer um aprofundamento que, para esta dissertação, é interessante para pensarmos o sujeito sob o viés do inconsciente, porém desnecessário à medida que os nossos objetivos de pesquisa permitem que abramos mão de buscar aprofundamento e diálogo com a Psicanálise. Segundo Authier-Revuz (1998, p.17),

Se, (...) apoiamo-nos em exteriores teóricos que destituem o sujeito do domínio de seu dizer (...) consideramos que o dizer não poderia ser transparente ao enunciador, ao qual ele escapa, irrepresentável.

E, nesse sentido, o transcritor que opera na transformação de um texto oral em um texto escrito deixa rastros de sua singularidade em sua (re)produção, uma vez que as condições de produção dessa transcrição só podem ocorrer via linguagem, o que deixa entrever um transcritor que, apesar de um investimento imaginário que lhe confere a ideia de que é senhor de si, não tem controle sobre seus dizeres, pois é constituído na e pela

²⁹ Ao trazer para o texto do caligrama adaptado, porém em seu idioma de origem – o francês – optamos pela utilização deste termo “*transcriptible*”, porque, apesar de o termo *transcritível* ser um neologismo em português, ele deriva da palavra transcrição (em francês, *transcription*). Assim, associamos o radical *transcript-* com o sufixo *-ible* (passível de) para formarmos o termo *transcriptible*.

³⁰ “Isso não é um texto original” (transcritível) e “isso não é uma transcrição”.

linguagem, e isso implica um sujeito em constante processo de construção, que ao enunciar visa ao encadeamento de seus enunciados na cadeia simbólica. Desse modo, o transcritor tanto não tem controle sobre o ato de transcrever, pois está relegado a sentir o que o texto transcritível lhe imprimirá no momento em que entrarem em contato; quanto não tem controle sobre os efeitos que esta transcrição produzirá naqueles que a lerem. A partir dessa observação é que entendemos haver bastantes subsídios para investigarmos a emergência de subjetividade no processo de transcrição do oral para o escrito.

Um outro ponto de vista a ser considerado sobre transcrição é o fato de que há uma inscrição do transcritor como sujeito da enunciação e que, ao ir ouvindo e lendo as gravações, esse transcritor vai produzindo uma escrita: a transcrição. Esse mo(vi)mento ler/interpretar/transcrever/ler permite que a escrit(ur)a na qual o sujeito (se) cria seja mostrada naquilo que este sujeito fala ou escreve. Para problematizar o conceito de escrit(ur)a, buscamos apoio em dois livros de Derrida: *A farmácia de Platão* e *A escritura e a diferença*.

No livro *A escritura e a diferença*, Derrida (1995a, p. 52) diz que:

a escritura é a saída como descida para fora de si em si do sentido: metáfora-para-outrem-em-vista-de-outrem-neste-mundo, metáfora como possibilidade de outrem neste mundo, metáfora como metafísica em que o ser deve ocultar-se se quisermos que o outro apareça.

O que se observa é que, para o autor, a escritura é um movimento na direção de outrem. Assim, considerando que o sujeito se constitui a partir de sua relação na e pela linguagem, bem como toda vez que este sujeito enuncia, enuncia na direção de um interlocutor e, ainda, considerando que essa relação sujeito/língua/interlocutor é de caráter essencial, uma vez que é a condição de existência para os três elementos desse tripé. Desse modo, o sujeito somente pode existir se lhe for concedido o direito de interagir com o interlocutor³¹ por meio da língua, assim como o interlocutor somente pode existir se, por meio da língua, for instaurado pelo sujeito e, ainda, a língua somente existe se for operada como meio de contato entre sujeito e interlocutor. Sendo esta relação a condição de existência para o sujeito, o pensamento de Derrida (1995a) contribui para pensarmos o conceito de escritura como fundador, ou melhor, criador do sujeito. Nesse sentido, parece possível pensar que há

³¹ Nesse caso, estou considerando para esse tripé, a noção de interlocutor não somente como o outro, mas também o Outro. Entendendo o outro como os outros falantes que estabelecem relação de interlocução com este sujeito, mas também o Outro que consiste da cultura, da historicidade e de todo o exterior que envolve o sujeito, já que há uma relação de interlocução também com o Outro.

também, ali, uma relação trina, pois a escritura faz do sujeito o criador do mundo em que se inscreve, ou no qual foi “gerado”; criatura, uma vez que é um elemento criado por esse mundo criado por ele; além disso, este sujeito é também um criado nessa relação, porque, para sobreviver nesse mundo, precisa se submeter ao princípio diretor que rege essa relação. Nesse sentido, quando Derrida (1995a) trata da relação dos judeus com as escrituras sagradas, ele pondera que antes de (para que pudesse) Deus criar o homem era preciso que primeiro o homem criasse Deus, por meio da escritura. Assim, só se pode ter um mundo criador de um sujeito se, antes, o sujeito criar o mundo. A princípio parece uma relação paradoxal, pois não parece ser possível definir quem (ou o quê) cria quem (ou o quê). O fato é que nesse caso, ao aprofundarmos um pouco no pensamento de Derrida (1995a), observamos que o paradoxo se desfaz na medida em que a escritura não é como a noção benvenistiana de que quando o homem nasce, a linguagem já está lá e este homem, na verdade, é instaurado na linguagem como sujeito. Realmente, a linguagem já existe antes do parto do ser, porém quando Derrida (*idem*) fala da escritura e a coloca na condição de criadora do ser, muitas vezes parece dar a entender que, para este autor, escrita e escritura são a mesma coisa, mas ele não está se referindo a uma escrita estabilizada pelos processos de discursividade, ou àquilo que Benveniste (2006) chamou de repetível na língua. Derrida (1995a) refere-se à escrita que mostra um ser em sua individualidade, aquela que permite o aparecimento do equívoco constitutivo da prática languageira e, portanto, de algo único, irrepetível, ou seja, singular.

Derrida (*idem*, p. 52) ainda coloca que “a escritura é o momento desse Vale originário do outro no ser. Momento da profundidade também como decadência, instância e insistência do grave.” Desse modo, pensando na escritura como momento em que o sujeito é parido e colocado no mundo, ainda de acordo com o pensamento deste autor, é relevante pensar que nesse momento este sujeito é criado, mas, ao mesmo tempo, abandonado, pois é relegado a passar todos os dias de sua vida em uma busca interminável pelo (O)outro. Quando Derrida (1995a) fala da palavra soprada, ele evidencia este abandono, pois mostra que as palavras proferidas por esse ser, no momento mesmo da proferição, já não mais lho pertencem, já que lhes são roubadas e, por isso, o relegam ao total abandono. Quando Derrida (*idem*) se põe a pensar o conceito de escritura, ele se vê obrigado a pensar também o conceito de diferença. Assim, o ser somente pode ser criado pela escritura se houver em seu processo de criação o aspecto de singularidade. No entanto, se consideramos um ser relegado à relação com outro ser e admitirmos o caráter de unicidade para cada ser, somente poderemos considerar essa singularidade, ou melhor, essa escritura, a partir das diferenças existentes

entre cada ser. Assim, Derrida (1995a, p. 66) pontua que “o Ser não é nem se mostra nunca a si próprio, nunca está presente, agora, fora da diferença (em todos os sentidos exigidos hoje por esta palavra).” E conclui (*idem*, p. 67): “Quer seja o ser ou o senhor do sendo, o próprio Deus é, aparece como o que é na diferença”.

Segundo Benveniste (2005), é na e pela língua(gem) que o homem se constitui enquanto sujeito da enunciação. Sendo assim, esse sujeito se constitui a cada ato enunciativo, o que caminha na mesma direção do pensamento de Derrida (1995a), já que, resguardando as devidas diferenças de perspectivas teóricas de cada autor (Benveniste e Derrida), é a partir do momento em que o locutor/ser se mo(vi)menta na direção de operar o sistema linguístico que ele se constitui como sujeito/ser. No entanto, olhando para o conceito de escritura, abordado por Derrida (*idem*), e relacionando-o ao processo de transcrição, ainda mesmo que consideremos o fato de que o transcritor cria e é criado no momento em que transcreve, há sim um processo de constituição do sujeito da enunciação (o transcritor), porém esse sujeito não é criado no momento em que transcreve, pois, no momento em que o locutor toca a linguagem, ou melhor, é capturado por ela, ele está perpetuamente relegado à condição de sujeito. Assim, pensar o conceito de escritura, tal qual Derrida propõe, em relação à transcrição, requer certo cuidado. Além do fato de que o sujeito não está sendo criado no momento em que transcreve, pois sua fundação ocorre anteriormente, ainda precisamos ponderar sobre o mesmo raciocínio que nos levou a considerar – linhas acima – a transcrição a partir de uma prevalência do mostrar sobre o dizer. Nesse sentido, como a transcrição é uma escrita produzida para mostrar/representar uma primeira enunciação, então, o sujeito não dispõe de uma escrita espontânea, na qual ele pode expressar seu ponto de vista, conceituar sobre dado assunto, etc. O sujeito, na condição de transcritor, se coloca a serviço do texto transcritível e sua enunciação (a transcrição) caminha na direção de mostrar, com prevalência do imaginário, que a transcrição diz “fielmente” o que consta no texto transcritível, ou seja, o sujeito-transcritor está relegado ao enunciado do texto transcritível. Portanto, da perspectiva de Derrida, parece possível concluir que, considerando o conceito de escritura, o sujeito não se cria no momento em que transcreve, porque ele já se encontrava na condição de sujeito antes da transcrição, já que é um ser constituído na e pela linguagem, contudo, talvez seja possível uma aproximação com o conceito de escritura, por analogia, considerarmos que o transcritor, sim, é criado no momento em que transcreve, apesar de ser apenas uma das posições que um sujeito da enunciação pode assumir para (se) enunciar.

Como contribuição para refletirmos um pouco mais sobre a transcrição e o modo como funciona seu processo de escrita, Roger Chartier (2002), em seu livro *Os desafios da escrita*, faz, no segundo capítulo, uma análise da escrita de Miguel de Cervantes ao produzir a história do lendário fidalgo de La Mancha, Dom Quixote. No decorrer do livro do autor espanhol, há várias menções e episódios envolvendo os tipógrafos e as tipografias, no sentido de tentar mostrar a influência que os elementos envolvidos na publicação de um livro interferem e modificam o estatuto do manuscrito entregue pelo autor à tipografia para publicação. Esse é um assunto levantado por Cervantes, ao longo da obra, utilizando-se do artifício da metalinguagem e que é problematizado por Chartier (2002, p. 38):

Se o corpo do livro é o produto do trabalho feito pelos impressores ou pelos encadernadores, a criação de sua alma não envolve apenas a invenção de seu autor. A alma é moldada também pelos tipógrafos, editores ou revisores, que se encarregam da pontuação, da ortografia ou do *lay-out* do texto.

Assim, o que Chartier (*idem*) coloca é que, ao se encaminhar uma história, ou um ensaio, ou um artigo para ser publicado, o resultado final de uma escrita não conta apenas com a autoria de quem o escreveu, mas com uma espécie de co-autoria do diagramador, do revisor, do editor, e de quantos mais fizerem parte do processo de publicação desta escrita. Nesse sentido, a alma de uma escrita, ao ser publicada, perde seu caráter originário de manuscrito, saído das mãos, unicamente de seu escritor. Há, pois, nesse processo, o que podemos chamar de uma escrita sobre outra. Desse modo, ao observarmos a perspectiva de Chartier (*idem*), percebemos a relevância do esforço desse autor para pensarmos o estatuto da transcrição, no que se refere à questão da escrita. Considerando o processo de publicação de uma escrita e todas as implicações decorrentes desse processo, parece possível fazermos uma aproximação deste como o processo de transcrição do oral para o escrito. No caso de uma publicação, observamos um processo que parte da escrita para a escrita. Já a transcrição é um processo da oralidade para a escrita. Contudo, o que permite uma aproximação entre os dois processos é o fato de, em ambos, haver uma transformação de um texto inicial (transcritível, no caso da transcrição) para um texto final (a transcrição em si). Com isso, entendemos que, para haver essa transformação, é preciso que haja, em decorrência de como o processo se dá, um agente que transforme um texto inicial em um texto final.

Portanto, pensar o conceito de escrita é sobremaneira complexo e nos faz refletir, para esta pesquisa, que o conceito de escritura se afasta, em termos de uma escrita que funcionaria como elemento fundante do sujeito, uma vez que a transcrição é uma escrita que

se configura a partir de uma prevalência do mostrar, embora diga. Assim, parece mais adequado considerar o pensamento de Chartier (2002), que problematiza o conceito de escrita também sob o aspecto da prevalência do mostrar, ou seja, uma escrita relegada a outra escrita, ponto que se aproxima do processo de transcrição (que em nosso caso é uma transposição do oral para o escrito). Desse modo, se nos distanciamos do conceito de escritura proposto por Derrida (1995a) e nos aproximamos do conceito de escrita abordado por Chartier (2002) e, considerando ainda que, no processo de transcrição do oral para o escrito, há a criação do transcritor – que não é a criação do sujeito ou do ser, como aponta Derrida – no momento em que transcreve, em vez considerar o termo escritura, talvez fosse mais interessante pensarmos no termo transcritura que parece se adequar melhor à proposta desta pesquisa.

Voltando ainda em Derrida (1995a), outro aspecto definido por ele é que o ser é constituído também na leitura. Isso porque ao ler um texto, o leitor o interpreta e ao interpretar deixa algo de si na leitura que faz, pois, via de regra, ele lê e comenta o que leu, ou lê para produzir outro texto. O transcritor, pensando por esse viés, é também um leitor, pois ao transcrever, interpreta o texto transcritível e, por isso, mesmo que se intente pensar na manutenção do estatuto do texto transcritível na transcrição, em decorrência disso, é, pois, impossível – e essa é a nossa motivação para esse trabalho – que possamos problematizar os rastros de singularidade deixados pelo transcritor na transcrição que faz. Assim, se há singularidade decorrente da operação de um sujeito [o transcritor], é preciso admitir que o processo de transcrição seja um ato enunciativo. Ainda considerando a leitura como lugar de constituição do ser, observamos que essa constituição não ocorre somente no momento em que, a partir da interpretação feita, o ser produz uma escrita ou uma fala referente ao que leu, mas, no momento da leitura, o ser constrói em si novos conceitos de aceitação ou refutação das informações absorvidas a partir da interpretação feita.

Em suma, é notável o fato de que há instâncias diferentes, no que se refere aos atos enunciativos constitutivos do processo de transcrição do oral para o escrito. Assim, haverá sempre algo que ficará de fora, nessa passagem de uma modalidade a outra, não só em decorrência das implicações advindas da emergência da subjetividade, mas também em relação à materialidade que constitui cada uma destas instâncias – o texto transcritível e a transcrição: uma pelo registro oral, a outra pelo registro escrito. Aqui, referimo-nos à impossibilidade de existência do todo, na medida em que consideramos que este sujeito que enuncia jamais encontrará, enquanto viver, uma enunciação final, pois a falta que o move é a mesma que impossibilita a sua completude. De acordo com Agustini & Bertoldo (2009, p.6),

há resto porque algo foi dito sobre certo fato linguístico; no entanto, sempre é possível sobre ele dizer mais. Ou permanecer sobre a falta constitutiva. Portanto, registra-se sempre, nesse momento (...), algum aspecto da singularidade.

Desse modo, além do fato de haver diferenças na materialidade de ambas as modalidades da língua, há ainda e sempre haverá, após a gravação daquilo que se quer transcrever, a possibilidade de se fazer novas transcrições, seja por outros transcritores, seja pelo mesmo transcritor, já que consideramos que o sujeito, a cada enunciação, já não é mais o mesmo.

Ao fundamentarmos nossos estudos sobre a transcrição na Linguística da Enunciação, elegemos analisar, com fins comparativos, a transcrição de um “mesmo” texto transcritível (oral) produzida por três transcritores falantes de uma “mesma” língua. Contamos, então, com três transcritores, portanto, três sujeitos, uma vez que consideramos o ato de transcrever como um ato enunciativo. E, desse modo, pretendemos analisar e problematizar como essa singularidade afeta o processo de transcrição. Antes, porém, concluímos que é preciso problematizar o motivo pelo qual utilizamos as aspas, utilizadas acima para destacar a palavra *mesmo* e, assim, problematizar, portanto, seu estatuto.

2.3. O ato enunciativo e o estatuto do “mesmo”

“a *continuidade do sentido* entre a obra e a loucura só é possível a partir do *enigma do mesmo* que deixa aparecer o *absoluto da ruptura*.” (DERRIDA, 1995a, p. 108)

Pudemos observar até aqui que, para estudar o funcionamento da linguagem, é preciso considerar, de acordo com o pensamento de Benveniste, que a linguagem possui um aspecto repetível que consiste no sistema de signos linguísticos, e um aspecto irrepetível que consiste a língua em uso, mobilizada por um locutor que, ao se inscrever como sujeito da enunciação, se apropria da língua a partir de atos únicos e irrepetíveis.

Com base no duplo aspecto da enunciação – quais sejam o de repetibilidade porque é geral para todos os falantes, e de irrepetibilidade porque é individual no que se refere ao uso que se faz da língua – discutiremos, a partir de agora, o estatuto do conceito de *mesmo*. Nesta pesquisa, usamos este conceito quando dissemos que três transcritores diferentes

transcreveram um “mesmo” texto transcritível. Esta discussão, no entanto, surge em decorrência do fato de o estatuto do conceito de *mesmo*, neste caso, não estar de acordo com o senso comum.

Para o senso comum, quando se fala em *mesmo*, fala-se em situações idênticas, o que tenta conferir a situações diferentes um caráter de unicidade. O que nos autoriza dizer “situações diferentes”? O fato de se estar em questão o ato enunciativo não permite a possibilidade de se pensar em repetição, ou seja, se se pensar que nem o sujeito é idêntico à última vez que enunciou, pois se constitui o tempo todo, de forma progressiva e singular, discutir o estatuto do “*mesmo*” implica considerar que não é possível pensar no conceito de *mesmo* como se pensa no senso comum. Isso porque é possível trabalhar com a ideia de *mesmo*, mas na medida em que se tem como princípio a irrepetibilidade do ato enunciativo. Assim, o conceito de *mesmo* não converge na direção da unicidade de uma dada situação ou de um dado elemento, mas na direção de uma semelhança em que se permite observar a ruptura e, a partir dessa ruptura, observa-se, pois, as diferenças entre os elementos que são considerados como “o *mesmo*”. Nesse sentido, o mesmo (com)porta uma repetição com diferença.

Se pensarmos no objeto desta pesquisa, por exemplo, observamos que há um texto transcritível (material em áudio) que é repassado aos transcritores. No entanto, pensar que este material é o “*mesmo*” para todos os transcritores implica pensar que: i) os transcritores são diferentes e se partirmos do pressuposto de que assim que este transcritor se inscreve como sujeito na cena enunciativa, ele age de forma singular, por ser constituído também de forma singular; ii) se cada sujeito atua de forma singular, a forma como perceberão o texto transcritível também é singular, portanto, não idêntica; iii) como são transcritores diferentes, fez-se necessário a gravação de cópias desse material para cada transcritor, o que nos permite dizer que fisicamente essa noção de unicidade também acaba se perdendo.

Ao olharmos para o sistema linguístico, o que percebemos é que este é um sistema de valores puros, isso porque na língua tudo é diferente nas relações que se constituem. Em termos de linguagem, não há *mesmo*, no sentido de igual; há sempre deformação. Assim, toda operação feita por parte do sujeito da enunciação na/pela língua provoca, por mais que se faça um esforço imaginário de se produzir igual, uma deformação que sempre surge no/do ato enunciativo, na medida em que os elementos que provocarão e circundarão este ato, são sempre diferentes. É-nos permitido considerar essa diferença, porque, de acordo com o pensamento de Benveviste (2005), o tempo é o fator determinante e, o que torna esse ato

enunciativo um fato linguístico. Desse modo, antes de considerar fatores como historicidade e contingencialidade, é preciso considerar a temporalidade, pois é o tempo que determina os demais fatores desse jogo que envolve o ato enunciativo. Portanto, todo ato enunciativo é singular porque, a cada vez que se enuncia, há um tempo novo sendo instaurado e, que (se) instaura (em) uma nova contingência, por isso, um novo espaço enunciativo social e historicamente novo.

Além disso, considerando que um signo não é senão nas relações que estabelece no sistema linguístico, observamos que os efeitos produzidos por essas relações é que abrirão as portas para a produção de significação. Esses efeitos são os valores que emergem da oposição entre os signos e, dessa oposição, o que determina esses valores e delimita cada signo nas relações que estes estabelecem no sistema linguístico são as diferenças que cada um traz em si. Desse modo, se consideramos que o conceito de diferença é que determina, é que concede dada identidade ao signo linguístico e que essa diferença é oriunda da oposição desse signo em relação aos demais no sistema linguístico, no que se refere ao conceito de *mesmo*, então, entendemos que há um investimento imaginário que permite a emergência de um efeito de igualdade, de modo que o sujeito acredite que haja uma *mesmidade* no processo de apropriação/atualização da língua. Retomando o pensamento de Milner (2006), imaginário é a proposição que define, na língua, que há semelhante, e essa noção de semelhante é que abre para a possibilidade de instauração dessa *mesmidade*. Assim, toda vez que o sujeito, ao (se) enunciar, repete um enunciado já dito, esse sujeito acredita estar fazendo o *mesmo* que fora feito na(s) enunciação(ões) anterior(es) em que o enunciado ocorreu. Aqui é relevante retomar o exemplo saussuriano sobre o proferimento da palavra “senhores”. Se determinado falante, diante de uma plateia, para chamar a atenção dos espectadores, diz “senhores” e, por não receber a atenção desejada, diz novamente “senhores”, tantas quantas forem as vezes que este falante disser esta palavra, tantas quantas serão as possibilidades de observarmos as diferenças em cada uma das ocorrências. Isso porque, segundo Saussure (2006), a cada repetição da palavra “senhores”, o aparelho vocal não consegue realizar de forma idêntica as repetições, pois há sempre diferenças fônicas a serem observadas. Considerando o pensamento de Benveniste (2005), retornando novamente ao conceito de temporalidade, um mesmo falante somente pode proferir a palavra “senhores” de maneira consecutiva, sequenciada, jamais de forma paralela. Assim, cada vez que este falante pronuncia “senhores”, instaura-se um novo intervalo de tempo, o que instaura, conseqüentemente, diferenças entre uma ocorrência e outra. De forma bem simples, podemos observar nesse exemplo que a primeira vez que o

falante profere a palavra “senhores” ele está pedindo a atenção da plateia. Na segunda vez, ele ainda está pedindo a atenção da plateia, porém o segundo proferimento surge como um reflexo da reação da plateia que, por não reagir da maneira esperada pelo falante, em relação à primeira tentativa de chamar a atenção, abre-se para a possibilidade de se proferir *novamente*³² a palavra “senhores”, de modo que o falante intente *novamente* conseguir a atenção desejada. De fato, há uma diferença sonora a cada proferimento da palavra “senhores” pelo *mesmo* falante; no entanto, considerar as diferenças apenas a partir do aspecto sonoro seria, talvez, reter-se um pouco na superfície de um fato linguístico, ou em um aspecto fonológico, que tem mais a oferecer que o aspecto sonoro. Não estamos, com isso, querendo afirmar que Saussure tenha se restringido a estudar superficialmente o sistema linguístico, uma vez que sabemos da profundidade do pensamento saussuriano. Mas o fato é que é preciso ir mais fundo e observar os efeitos produzidos na apropriação da língua pelo falante enquanto sujeito da enunciação ao proferir repetidas vezes a palavra “senhores”. Assim, pensando na noção de repetível e irrepetível, há um significante [senhores] sendo repetido nesse processo a cada ato enunciativo, porém, a cada vez que este significante se repete, ele se inscreve na cadeia simbólica de maneira singular, portanto, única.

Em relação ao nosso objeto de estudo, nesta pesquisa, quando se fala de transcrição da oralidade ao escrito, é preciso observar inicialmente dois aspectos em relação ao conceito de *mesmo*: i) para produzir as transcrições, os transcritores recebem cópias das gravações feitas e que constituirão os textos transcritíveis que serão os “*mesmos*” para cada transcritor; e ii) depois de prontas as transcrições, há sempre uma tentativa, tanto de quem lê as transcrições quanto de quem as produz [os transcritores], de instituir entre texto transcritível e transcrição uma identidade, ou seja, de dizer que ambos são o “*mesmo*”. No que se refere às gravações das entrevistas e ao fato de serem colocadas na condição de iguais, devemos observar que o aspecto físico já diz o contrário, já demonstra as diferenças. Ao fazermos as gravações das duas entrevistas do programa Canal Livre por meio de um aparelho gravador, fizemos, pois, o registro destas entrevistas. A partir deste registro, as entrevistas tornaram-se textos transcritíveis, além de abrirem para a possibilidade de reprodução (por meio de cópias) dessas gravações. Assim, cada cópia feita ocupará um espaço diferente, tanto

³² O destaque da palavra “*novamente*” surge como uma forma de destacar o paradoxo que pode ser observado na utilização do conceito de *mesmo*, uma vez que estas duas palavras caminham quase sempre juntas. Isso porque é muito comum dizer que um mesmo enunciado fora dito novamente. Assim, como considerar como *igual* algo que ocorre de *modo novo*? Reside aí, portanto, um paradoxo que reflete o quão é complexa as relações que se estabelecem com a língua, no ato enunciativo.

uma cópia em relação à outra, quanto às cópias em relação à primeira gravação, o que fecha para a possibilidade de tratarmos essas cópias como iguais. Outro detalhe é que, como estas cópias constituem os textos transcritíveis, portanto, com objetivo de serem transcritos por transcritores, é preciso considerar que cada transcritor fará uma leitura e uma interpretação singulares, únicas e, sendo assim, cada texto transcritível constituirá um texto diferente na perspectiva de cada transcritor. Já em relação à noção de *mesmo* entre texto transcritível e transcrição, observamos que há uma materialidade oral, com toda a sua especificidade: gestos, respiração, entonação, pontuação específica; e uma materialidade escrita com sua especificidade gráfica. O fato é que o conceito de *mesmo*, neste caso, cai por terra quando se observa que não há como dizer que são iguais os enunciados registrados em materialidade oral e, posteriormente, transcritos para a materialidade escrita.

Fuchs (1982), abordando o conceito de paráfrase, faz considerações relevantes para pensarmos o conceito de *mesmo* em relação à transcrição do oral para o escrito. Quando trata da paráfrase, no que se refere a seu aspecto enunciativo, a autora (*idem*), retomando a noção de ar de família de Wittgenstein e falando de um jogo de semelhanças que se relacionam, cruzando-se e entrecruzando-se numa espécie de tecido, e que confere a essa aproximação entre a paráfrase e o texto que a motivou um caráter de familiaridade.

Pensando o conceito de paráfrase trabalhado pela autora, observamos seu esforço em problematizar paráfrase como um conceito que comumente é abordado de forma objetiva, considerada a partir da noção de reprodução de um enunciado já dito em uma nova situação textual. Para além dessa objetividade, Fuchs (*idem*) lança seu olhar sobre as circunstâncias enunciativas oriundas do processo de construção da paráfrase. Em primeiro lugar, a autora considera as condições de ocorrência da paráfrase, que, *grosso modo*, consiste em produzir formulações diferentes a conteúdos “idênticos”. Nesse sentido, quando olhamos para o conceito de transcrição que estamos abordando nesta pesquisa, observamos que, quando se trata da paráfrase, assim como na transcrição, há uma tentativa de man(ter) o estatuto de uma primeira enunciação. De fato, como considera Fuchs (*idem*), o processo de construção parafrástica faz emergir as semelhanças existentes entre a paráfrase e o enunciado que lhe serve de referência; no entanto, é preciso considerar que a referência de que se serve o sujeito para produzir a paráfrase não é a própria paráfrase configurada de outra forma. Assim, o pensamento de Wittgenstein (*apud* FUCHS, 1982) nos permite observar que essas semelhanças escancaram as diferenças existentes tanto entre o enunciado de referência e a paráfrase, quanto entre as paráfrases que são produzidas a partir de um *mesmo* enunciado de

referência. Surge, de acordo com a autora (*idem*), então, um jogo de semelhanças que conferem ao processo de paráfrase uma noção que Wittgenstein (*ibidem*) denomina de “ar de família”. Ou seja, há no processo de paráfrase uma familiaridade que aponta para elementos comuns entre a paráfrase e o enunciado que lhe serviu de referência, bem como entre as múltiplas paráfrases que podem ser produzidas a partir de um *mesmo* enunciado.

Esse jogo entre semelhança e diferença, segundo Fuchs (1982), para a possibilidade de se pensar em um aspecto de transparência da linguagem baseado num investimento imaginário, já que emerge do processo parafrástico um efeito de manutenção de um estatuto inicial, porém que abre para o equívoco, para a ruptura, na medida em que observamos que a cada paráfrase produzida, os efeitos de sentido se distanciam desse estatuto inicial. Assim, também ocorre com a transcrição, pois parte-se de um texto transcritível que, para ser transcrito, deverá ser primeiro interpretado. Sendo assim, o transcritor não estará fazendo uma mera cópia, em outra materialidade linguística, do texto transcritível. Ou seja, ao transcrever, ao contrário de uma simples reprodução, idêntica, mesma, há a produção de uma versão. Assim, podemos perceber, nesse processo, mais um indício de que o conceito de *mesmo* é apenas um efeito imaginário, já que seja na análise de paráfrases, como aponta Fuchs (*idem*), seja na transcrição, o que podemos perceber é que se trata de atos enunciativos, nos/dos quais eclodem os rastros singulares; portanto, permitem observar a emergência de subjetividade na enunciação. E, se assim consideramos, apesar da possibilidade de considerarmos as semelhanças, o que mais nos chama a atenção são as diferenças.

Em suma, o “*enigma do mesmo*” de que trata o trecho que serve de epígrafe é que abre para a produção de efeitos de sentido, ou seja, na medida em que há um investimento imaginário que permite a instauração de uma mesmidade, há sempre um resto que sobra tanto no caso da paráfrase quanto no da transcrição, já que em ambos os casos há, em vez de simples reprodução, a produção de algo novo, ou seja, há sempre um novo ato enunciativo a cada vez que se produz paráfrase ou a cada vez que se transcreve. Portanto, o conceito de *mesmo* precisa ser teorizado segundo o quadro teórico da Linguística da Enunciação e do conceito de sujeito da enunciação, uma vez que estamos lidando com questões enunciativas. Nessa perspectiva, nossa teorização sobre o estatuto do mesmo leva à concluir que não há mesmo e, sim, repetição com diferença.

CAPÍTULO III

Da oralidade à escrita: a emergência de subjetividade

3.1. Constituição do *corpus* de análise

Antes de iniciarmos as análises propriamente ditas, é necessário abordar a construção do *corpus*.

Quando começamos a pesquisar sobre transcrição do oral para o escrito, nos questionamos sobre a necessidade de trabalhar com profissionais cuja prática de transcrição fizesse parte de seu cotidiano. Por isso, elegemos trabalhar com um linguista e um jornalista, além de uma transcrição feita pelo próprio pesquisador. Nessas circunstâncias, optamos, pois, por buscar um programa televisivo que pudesse interessar aos transcritores. Desse modo, entendemos que o programa Canal Livre, da Rede Bandeirantes de Televisão, cujo formato consiste em uma mesa-redonda em que se escolhe o assunto a ser debatido na semana e se convida um ou mais especialistas sobre o assunto para ser entrevistado. Nesse formato, há um apresentador que conduz a discussão, três outros jornalistas que tecem perguntas de acordo com o desenvolvimento da entrevista. Além desses elementos, há ainda, de acordo com o momento da entrevista, trechos de reportagens referentes ao assunto debatido na noite. Outro questionamento importante que surgiu foi: quem e quantos seriam os transcritores? Foi então que tivemos a oportunidade de eleger como transcritores um jornalista e um linguista, bem como o próprio pesquisador. Isso porque, ao considerarmos a transcrição um ato enunciativo, foi preciso considerar que os transcritores, no ato de transcrição, posicionam-se como sujeitos

da enunciação e, por isso, emergem rastros de singularidade que permitem observar a condição singular de cada transcritor. Assim, além de buscarmos transcritores que têm como prática cotidiana o ato de transcrever, cada transcritor possui formação distinta. Neste sentido é que vimos como importante um olhar comparativo sobre as transcrições, pois além de haver transcrições feitas por transcritores diferentes, há ainda aspectos relativos à formação destes transcritores que permitem a emergência de efeitos que possibilitam a observação das diferenças, a partir das quais parece ser possível observarmos também a emergência de subjetividade. Nesse sentido, as diferenças que conduzem a uma diferença na interpretação e, em consequência, na transcrição foram consideradas diferenças relativas à subjetividade do transcritor e não diferenças relativas, por exemplo, à qualidade do áudio ou a uma demanda da transposição do oral ao escrito.

Sobre os transcritores, é preciso considerar ainda que o jornalista, cotidianamente, transcreve para fins de publicação em mídia impressa. Neste sentido, faz a transcrição de acordo com sua constituição como sujeito, o que inclui sua formação acadêmica. Desse modo, a maneira como o jornalista se (com)porta ao se apropriar da língua para transcrever depende do conhecimento que possui da língua. Ainda é preciso considerar que, no caso do jornalista, as publicações que comportam a transcrição sob a forma de citação, geralmente, exigem uma linguagem específica da escrita e, em certa medida, abrangente, uma vez que é redigida para leitores diversos. Já o linguista, com formação acadêmica diferente, geralmente, não confere à transcrição a uma linguagem específica da escrita, pois ao transcrever, visa à produção de materiais para análise (à constituição de um banco de dados), o que lhe impele a tentar manter as marcas específicas da oralidade, tais como, por exemplo, digressões, hesitações, lapsos, reconstruções, anacolutos etc.

Após eleger o material que serviria aos propósitos estabelecidos na hipótese, na pergunta de pesquisa e nos objetivos gerais e específicos, procedemos às análises ancorados às bases teóricas que possibilitam observar os aspectos pertinentes ao recorte feito para a pesquisa. Contudo, ainda é preciso observar, tanto em relação ao linguista quanto em relação ao jornalista, que, no que se refere ao nosso objeto de estudo, foi pedido aos transcritores que fizessem uma transcrição especificamente para esta pesquisa, mas que transcrevessem segundo o modo como o fazem em seu cotidiano. Assim, juntamente com as cópias das gravações das entrevistas [o texto transcritível], foi, também, entregue aos transcritores uma cópia do projeto desta pesquisa para que eles tomassem conhecimento do que seria feito com as transcrições que eles se propuseram a fazer. E foi em decorrência dessa finalidade que

optamos por produzir uma transcrição, mas, nesse caso, a finalidade, diante da proposta desta pesquisa, era de sentir como o processo de transcrição de fato ocorre, além de ter mais uma transcrição para comparar com as outras.

Além da emergência de subjetividade verificada no processo de transcrição do oral para o escrito, há ainda uma questão subjetiva que se interpõe, ao se constituir o *corpus* de análise. Se observarmos o linguista que participa desta pesquisa como transcritor, este transcreve motivado por algum recorte temático. E assim é em toda pesquisa que envolve transcrição. A maneira como o linguista abordará a transcrição é única e irrepetível. Assim, se em outro momento os “mesmos” textos transcritíveis forem matéria para outra pesquisa, novas transcrições serão feitas; portanto, novos atos enunciativos entrarão em cena. Em decorrência do fato de estarmos tratando de atos enunciativos é que achamos pertinente o pensamento de Flores (2009) quando diz que é impossível a constituição de um banco de transcrições. Desse modo, surgem, nesse novo processo de transcrição, possibilidades para outros efeitos de sentido. Em relação a esta pesquisa, o pesquisador trabalhará com a transcrição em uma perspectiva diferente, uma vez que o foco é a análise da subjetividade implicada no processo de transcrição. Neste sentido, a constituição do *corpus* é também subjetiva, uma vez que se trata de uma pesquisa em particular. Qualquer outro que vise tentar repeti-la, repete-a, porém de forma diferente, pois se trata de um ato enunciativo, único e irrepetível.

Sobre essa questão, Agustini & Bertoldo (2009, p. 5 e 6) dizem que:

na construção de *corpus*, a implicação da interpretação do pesquisador se reflete nos recortes estabelecidos; ao mesmo tempo em que instaura uma outra enunciação (uma enunciação sobre a enunciação da qual o *corpus* é construído), porque o lugar de enunciação torna-se outro, inclusive o ponto de vista é outro. Portanto, qualquer construção de *corpus* é uma transcrição.

Assim, considerar ato enunciativo a transcrição, nos moldes em que desenvolvemos nesta dissertação, implica considerar que, ao constituir o *corpus* de pesquisa, o pesquisador também faz uma transcrição, para obter seu material para análise. Além disso, ao manipular o material de análise, o pesquisador, por meio de um gesto de interpretação, insere estas transcrições em outro contexto, diferente daquele que motivou as primeiras transcrições e suas análises refletem sua presença na condição de sujeito.

Para a realização deste trabalho, foram gravadas duas entrevistas: uma com o médico legista Badan Palhares, outra com o então ministro das telecomunicações Hélio Costa. A escolha dessas duas entrevistas foi feita em decorrência dos assuntos. É claro que o foco da pesquisa não é a observação do conteúdo, mas a análise do funcionamento da linguagem. O fato é que o doutor Badan Palhares é um médico que atuou em casos polêmicos de conhecimento nacional, como o caso do assassinato do ex-tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor de Melo, Paulo César Farias e sua namorada Suzana Marcolino, entre outros. A entrevista ocorreu no momento em que o médico lançava seu livro “Por que converso com os mortos” eixo central do debate. A outra entrevista, com o então ministro Hélio Costa, foi realizada no dia em que o Governo Federal lançou oficialmente a TV Digital no Brasil. Se a pesquisa analisa o funcionamento da linguagem, por que, então, dizer que há importância no conteúdo das entrevistas? É que a escolha dessas entrevistas e seu conteúdo se configuram como bons representantes de assuntos que interessam à opinião pública, além de interessar, para fins de publicação ou de análise, aos transcritores eleitos para esta pesquisa.

Após selecionadas e gravadas as entrevistas, fizemos a distribuição do material aos transcritores. Para fazer a escolha dos transcritores, o principal critério utilizado foi o de considerar, como já dissemos, que as transcrições deveriam ser produzidas por transcritores com formações distintas, bem como cada transcritor tivesse a prática de transcrever como algo que fizessem habitualmente. Portanto, os transcritores escolhidos fazem este tipo de trabalho profissionalmente. Desse modo, não escolhemos participantes sem experiência em transcrição. Isso porque, para o tipo de análise que empreendemos neste trabalho, visamos observar a inscrição do transcritor como sujeito e entendemos que a prática de transcrição seria uma aliada no processo de análise na medida em que estes transcritores já têm estabelecidos critérios para a transcrição do oral para o escrito.

Para realizar essas análises, consideramos relevante estabelecer, como parte do método de análise, algumas etapas básicas, quais sejam: 1. realizar leituras teóricas, 2. realizar as gravações do Programa *Canal Livre*, 3. confrontar a percepção auditiva da gravação dos programas com as transcrições, 4. recortar³³, do material coletado, as sequências que constituiriam o *corpus* de análise, 5. analisar as ocorrências de pontuações distintas para a mesma sequência, 6. compará-las, a fim de observar a relação entre o texto transcritível, o

³³ É importante lembrar que o próprio recorte é marcado por questões subjetivas, uma vez que o pesquisador, para produzir sua pesquisa, se posiciona como sujeito.

transcritor e a transcrição e 7. a partir das diferenças que foram observadas, analisar a emergência de subjetividade, bem como a emergência de rastros de singularidade do transcritor.

Depois das transcrições feitas, o próximo passo era recortar. A princípio parece uma tarefa fácil, mas este precisou ser um trabalho minucioso de observação e escolha dos trechos em que pudéssemos explicitar e problematizar a emergência dos rastros de singularidade. Flores³⁴ (2009) afirma que, em pesquisas filiadas à Linguística da Enunciação, não é a quantidade de recortes que conta, uma vez que uma única sequência pode possibilitar a observação de muitos aspectos relacionados aos objetivos da pesquisa que se pretende fazer. Ou seja, após ter recortado mais de trinta páginas de transcrição, ainda era preciso escolher quais os trechos a serem utilizados, pois era preciso levar em consideração as sequências que, a nosso ver, melhor atenderiam às nossas expectativas de análise. Assim, optamos por fazer os recortes primeiramente no texto do jornalista e, na sequência, identificávamos os trechos recortados nas outras transcrições. A princípio, essa opção foi aventada por acreditarmos haver mais diferenças na transcrição do jornalista que nas outras duas transcrições, no entanto, é importante considerar a afirmação de Saussure (2006) quando ele coloca que é o ponto de vista que faz o objeto, uma vez que, no caso das diferenças entre as transcrições, ao olharmos para as outras transcrições, é também possível dizer, por exemplo, que a transcrição do linguista é a que apresenta mais diferenças, já que, mesmo tendo formação semelhante à do pesquisador, não é a formação acadêmica que garante uma quantificação menor dessas diferenças entre pesquisador e linguista, e maior entre estes dois e o jornalista. Isso porque essas diferenças surgem no fio do dizer em decorrência da singularidade de cada transcritor, no entanto não há como quantificar as diferenças, uma vez que elas simplesmente emergem no processo de transcrição. Assim, a escolha que fizemos constitui-se muito mais pelo fato de haver uma necessidade de se fazer os recortes a partir de uma das transcrições – qualquer que seja ela – o que nos permite observar que essa escolha é uma questão de perspectiva.

3.2. Das análises: enunciação, transcrição, subjetividade

³⁴ Conversa pessoal ocorrida durante o XII SILEL – XII Simpósio Nacional de Letras e Linguística e II Simpósio Internacional de Letras e Linguística - promovido pelo Instituto de Letras e Linguística – ILEEL – da Universidade Federal de Uberlândia, realizado nos dias 17,18 e 19 de novembro de 2009.

Com a finalidade de problematizar como os transcritores se (com)portam diante do ato de transcrever um texto do oral para o escrito e com o intuito de tentar mostrar algo do funcionamento da linguagem no processo de transcrição, como ato enunciativo e, por isso, lugar de emergência de subjetividade, partimos agora para as análises propriamente ditas.

Para tanto, selecionamos alguns recortes enunciativos para compararmos e analisarmos a emergência de subjetividade no processo de transcrição. Para isso, observemos a sequência 1 abaixo:

Jornalista
Transcrição Badan Palhares Ele foi chefe do Instituto Médico Legal de Campinas e do Departamento de Medicina Legal da USP, responsável por milhares de laudos em três décadas de carreira, participou das mais importantes autopsias da história recente do País. Em seu currículo está entre outros a identificação da ossada do carrasco nazista Joheph Mengele. Mas foi em 1996 que participou do seu caso mais polêmico até hoje contestado. A investigação sobre as circunstâncias da morte de Paulo César Faria o PC farias e sua namorada Suzana Marcolino em casa de praia do empresário, no litoral de Alagoas. Evidentemente que o nosso entrevistado do Canal Livre de hoje é o médico legista Badan Palhares que está lançando o livro "Porque Converso com os Mortos", reunião de relatos de este e outros casos importantes de sua carreira e da própria história do País. Entrevista da qual participam os jornalistas Fernando Mitre, Fernando Vieira de Melo e Marcelo Parada. Mas antes um pouco mais sobre o nosso entrevistado e os casos que já participou. Doutor em medicina Legal pela universidade de Campinas, Fortunato Badan Palhares é um dos mais conhecidos e polêmicos médicos legistas do País. Em seus mais de 30 anos de carreira autou na investigação de crimes que chocaram o país. (...)
Linguista
Entrevista com Badan Palhares JB: Boa noite. Ele foi chefe do Instituto Médico Legal de Campinas e do Departamento de Medicina Legal da UNICAMP. Responsável por milhares de laudos em três décadas de carreira, participou das mais importantes autópsias da história recente do país. Em seu currículo, está, entre outros, a identificação da ossada do carrasco nazista (?)Joseph Menghelli; mas foi em 1996, que participou do seu caso mais polêmico até hoje cotestado: a investigação sobre as circunstâncias da morte de Paulo César Farias, PC Farias, e sua namorada Suzana (?)Marcolino, em casa de praia do empresário, no litoral de Alagoas. Evidentemente que nosso convidado, no Canal Livre de hoje, é o médico legista Badan Palhares (BP), que está lançando o livro "Por que converso com os mortos?", reunião de relatos sobre esses e outros casos importantes de sua carreira e da própria história do país. Entrevista da qual participam os jornalistas Fernando Mitre (FM), Fernando Vieira de Melo (FVM) e Marcelo Parato (MP). Mas, antes, um pouco mais sobre nosso convidado e os casos que já participou. R: Doutor em Medicina Legal pela Universidade de Campinas, Fortunato Badan Palhares é um dos mais conhecidos e polêmicos médicos legistas do país. Em seus mais de trinta anos de carreira, atuou na

investigação de crimes que chocaram o país.
Pesquisador
<u>Médico Legista Badhan Palhares</u> Legenda: apresentador J.B.- Joelmir Bething convidados F.M.- Fernando Mitre F.V.- Fernando Vieira de Melo M.P.- Marcelo Parada entrevistado B.P.- Badhan Palhares J.B.- boa noite! Ele foi chefe do Instituto Médico Legal de Campinas e do departamento de medicina legal da Unicamp, responsável por milhares de laudos em três décadas de carreira, participou das mais importantes autópsias da história recente do país. Em seu currículo, está, entre outros, a identificação da ossada do carrasco nazista Joseph Menguele. Mas foi em 1996 que participou do seu caso mais polêmico, até hoje contestado: a investigação da morte de Paulo César Farias – PC Farias – e sua namorada Suzana Marcolino em casa de praia do empresário, no litoral de Alagoas. Evidentemente que o nosso convidado do Canal Livre de hoje é o médico legista Badhan Palhares que está lançando o livro: <i>“Por que converso com os mortos?”</i> – reunião de relatos sobre esses e outros casos importantes de sua carreira e da própria história do país. Entrevista da qual participam os jornalistas Fernando Mitre, Fernando Vieira de Melo e Marcelo Parada. Mas, antes, um pouco mais sobre o nosso convidado e os casos que já participou. Reportagem: Doutor em medicina legal pela Universidade de Campinas, Fortunato Badhan Palhares é um dos mais conhecidos e polêmicos médicos legistas do país e, nos mais de trinta anos de carreira, atuou na investigação de crimes que chocaram o país. (...)

Sequência 1

Ao perceber que já na formatação há diferenças entre as transcrições, observa-se uma tentativa de conter o não-um do sentido, uma vez que, ao formatar, cada transcritor, com um investimento imaginário, utiliza uma formatação que entende ser clara e adequada ao programa de leitura no qual a transcrição está inscrita. Em decorrência de uma tradição positivista, o primeiro impulso que se tem, ao começar as comparações entre as transcrições, é de tentar levantar possíveis explicações para essas diferenças, de se tentar responder por que cada transcritor formata diferentemente sua transcrição, uma vez que o texto transcritível é o “mesmo”. Isso ocorre porque, enquanto pesquisadores da linguagem e como sujeitos operantes (n) dessa linguagem, muitas vezes com a prevalência do imaginário, intentamos buscar “evidências” que satisfaçam nosso desejo de apr(e)ender o sentido. Porém, o que acontece é que, na verdade – se podemos falar em verdade – essas diferenças nada mais são que a emergência de rastros da singularidade de cada transcritor e que demonstram como cada

transcritor lida com a linguagem, com a transcrição. É relevante dizer que o fato de termos um transcritor jornalista e um transcritor linguista, ainda tendo a possibilidade de comparar as transcrições destes entre si e também com uma transcrição feita pelo próprio pesquisador é mais um elemento que nos permite observar que a constituição do sujeito afeta sua produção.

Ainda nessa primeira sequência, é possível observar outras diferenças que apontam para a subjetividade de cada transcritor. Observemos a sequência 2 abaixo:

Jornalista
que o nosso <i>entrevistado</i> do Canal Livre de hoje é o médico legista Badan Palhares
Linguista
que nosso <i>convidado</i> [,] no Canal Livre de hoje[,], é o médico legista Badan Palhares
Pesquisador
que o nosso <i>convidado</i> do Canal Livre de hoje é o médico legista Badan Palhares

Sequência 2

A primeira diferença que nos interessa ressaltar nessa segunda sequência é a contração da preposição com o artigo definido. Nos trechos do jornalista e do pesquisador há a contração da preposição *de* com o artigo definido masculino *o*, enquanto no trecho do linguista a contração muda em relação à preposição *que*, no lugar da preposição *de*, há a presença da preposição *em*. O fato de colocar a preposição *em* no lugar da preposição *de* implica uma mudança no efeito de sentido ali produzido. Assim, nos trechos em que se observa o uso da preposição *de*, observa-se uma relação de posse entre o programa que está sendo realizado e o entrevistado pelo programa, pois se trata de um “convidado DO Canal Livre” e não de outro programa, já o trecho do linguista, de modo diverso, em lugar da preposição *de* mais artigo definido masculino, há a utilização da preposição *em* também em contração com o artigo definido masculino, que configura a expressão “NO Canal Livre de hoje” como um locativo. Assim, em vez de se estabelecer uma relação de posse entre o entrevistado e o programa que fará e exibirá a entrevista, há uma relação de lugar, ou seja, o local em que o entrevistado responderá aos entrevistadores do programa em questão. Ainda no trecho do linguista, o que marca ainda mais a noção de locativo são as vírgulas utilizadas para destacar a expressão que funciona como uma locução adverbial de lugar intercalada na oração entre o sujeito e o verbo, o que justifica o uso das duas vírgulas, já que entre sujeito e verbo, de acordo com a norma culta, o uso de vírgulas somente é permitido se for feito para marcar uma expressão ou mesmo uma oração intercalada. Pelo mesmo motivo, as vírgulas não aparecem nos trechos do jornalista e do pesquisador, já que, ao trocar a preposição *em*

pela preposição *de*, converte-se a expressão que se configura, no trecho do linguista, como locução adverbial de lugar, em uma expressão que assume a função de adjunto adnominal, uma vez que a expressão “do Canal livre de hoje” liga-se ao núcleo do sujeito [convidado/entrevistado] da oração “que o nosso entrevistado/convidado *do Canal Livre de hoje* é o médico legista Bad(h)an Palhares.”

Outro detalhe a ser observado é que, no trecho do jornalista, o núcleo do sujeito é *entrevistado*, enquanto nos outros dois trechos, aparece o termo *convidado*. Diante desse fato, o primeiro ímpeto que se tem é o de tentar buscar nas gravações qual seria o termo que ali está realmente. No entanto, essa verdade³⁵ é inatingível, uma vez que o pesquisador teria que escutar a entrevista e escutar traz embutido nessa ação também a emergência de subjetividade. Ou seja, não há como escapar à subjetividade. Sendo assim, se na gravação é proferido entrevistado ou convidado, pouco importa para a nossa pesquisa, como dissemos no capítulo anterior, em que problematizávamos os aspectos enunciativos da transcrição. Dessa forma, ao questionar o estatuto do conceito de *mesmo*, não existe a possibilidade de afirmar que os textos transcritíveis são o *mesmo* para o jornalista e para o linguista, assim como para o pesquisador. Ou seja, se insistirmos em buscar o termo que teria sido proferido pelo apresentador do programa em relação ao núcleo do sujeito da oração que estamos analisando, precisaríamos entender que, nesse caso, a implicação da subjetividade tem a ver com a verdade de cada sujeito, já que se trata da verdade da língua que, via mobilização do sujeito da enunciação, confere uma verdade para cada sujeito. Desse modo, apesar de os transcritores se submeterem a um mesmo sistema linguístico para enunciarem e produzirem suas transcrições, eles operam esse sistema de maneira única dada a sua constituição. Daí podermos dizer que essas diferenças discutidas acima são vestígios de uma subjetividade que (se) aflora na utilização da língua.

Jornalista
<i>O médico legista</i> não pode ser aquele indivíduo que fica adstrito ao Instituto <u>M</u> édico <u>L</u> egal aguardando o corpo que muitas vezes chega sem qualquer informação.
Linguista
<i>Um médico legista</i> não pode ser aquele indivíduo que fica adstrito ao Instituto <u>M</u> édico <u>L</u> egal, aguardando o corpo, que, muitas vezes, chega sem qualquer informação.
Pesquisador

³⁵ A verdade de que falamos aqui é a que se refere ao fato de, nas gravações, constar o termo convidado e não entrevistado ou vice-versa.

Então, o médico legista não pode ser aquele indivíduo que fica adstrito ao **instituto médico legal** aguardando o corpo que, muitas vezes, chega sem qualquer informação.

Sequência 3

Na sequência 3 acima, observamos que, diferentemente do que analisamos anteriormente, em vez da troca de palavras simplesmente, há um acréscimo que demonstra algo da subjetividade do transcritor pesquisador. Enquanto o jornalista e o linguista já começam direto no artigo, o pesquisador transcreve o advérbio “então” que, considerando o significado veiculado pelo Dicionário Aurélio (2002, p. 270), está sendo utilizado para marcar: “1. nesse ou naquele tempo; 2. Nesse caso.” Desse modo, se levarmos em consideração a sequência 3, observando o trecho transcrito pelo pesquisador, trata-se de um trecho de resposta dada pelo entrevistado no qual o advérbio “então” confere ao enunciado um caráter de maior especificidade em relação aos trechos transcritos pelo jornalista e pelo linguista. O que reforça nossa tese da maior especificidade decorrente da presença do advérbio “então” é que no trecho do jornalista, apesar de esse transcritor utilizar um artigo definido que funciona como um determinativo em relação ao termo com o qual se relaciona no sintagma, o artigo definido sozinho não produz o efeito de especificidade que se produz com o advérbio “então”.

Como o processo de transcrição implica escutar a gravação mais de uma vez, a cada trecho transcrito, os transcritores procuram “verificar se realmente transcreveu certo”³⁶. Essa procura tem a ver com o investimento imaginário empreendido por cada transcritor ao transcrever, já que, para transcrever, é necessário que haja a ilusão de que se está mantendo o estatuto do texto transcritível. Esse investimento imaginário é fundamental para que haja transcrição. Portanto, não deve ser encarado como um aspecto negativo. Na verdade, não se deve qualificar o imaginário.

Assim, percebemos que esse investimento imaginário, ao conferir ao transcritor a crença de manutenção do estatuto do texto transcritível, a crença de que se está reproduzindo fielmente o que fora dito por outros, permite a eclosão do diferente, como podemos observar na sequência acima, tanto em relação à questão já discutida em torno do advérbio “então”, quanto, por exemplo, em relação à forma que se escreve “Instituto Médico Legal”. Nos trechos do jornalista, notamos o uso das iniciais maiúsculas, o que seria uma marca de

³⁶ As aspas, nesse caso, justificam-se pelo fato de que a verificação da escuta do transcritor no ato de transcrição não garante que as diferenças deixem de ocorrer, pois apesar de forte investimento imaginário, que aponta na direção de buscar a verdade do que consta no texto transcritível, as diferenças ocorrem sim.

pontuação, justificada pelo fato de se tratar de uma instituição que recebe por nome próprio “Instituto Médico Legal”. Mesmo sendo o nome próprio de determinada instituição e não um nome de caráter genérico, esse aspecto parece não ser considerado pelo pesquisador que, ao transcrever, fá-lo com as letras iniciais minúsculas.

Quando observamos, na sequência 3, o trecho de transcrição feita pelo jornalista:

O médico legista não pode ser aquele indivíduo que fica adstrito ao Instituto Médico Legal aguardando o corpo **que muitas vezes chega sem qualquer informação**.

– há uma oração adjetiva cuja – assim como ocorre, em parte, no trecho de transcrição feita pelo pesquisador – ausência da vírgula contribui para a ocorrência de uma restrição do sentido, enquanto, no trecho do linguista, a pontuação é outra:

Um médico legista não pode ser aquele indivíduo que fica adstrito ao Instituto Médico Legal, aguardando o corpo, **que, muitas vezes, chega sem qualquer informação**.

Aparece uma vírgula que caracteriza a oração como explicativa, conforme a Gramática Normativa da Língua Portuguesa apregoa. Além disso, o linguista separa por vírgulas (o que ocorre também no texto do pesquisador) a expressão *muitas vezes* que assume função sintática de adjunto adverbial. Embora o uso das vírgulas, nesse caso, seja facultativo, em decorrência de seu posicionamento - lembrando que, nesse caso, a expressão deve ficar entre vírgulas para não caracterizar uma separação sintática entre sujeito e verbo - a presença das vírgulas imprime ênfase à expressão, o que mostra algo da leitura que o jornalista faz daquilo que acredita ser o que disse o entrevistado.

Nessa sequência, parece termos uma amostragem da heterogeneidade mostrada da linguagem – segundo Authier-Revuz (1998, p. 22). Inicialmente, parece-nos um exemplo de uma não-coincidência interlocutiva. Isso porque os sujeitos ali presentes são sujeitos que, segundo a autora, constituem-se como “sujeito não-coincidente consigo mesmo”, constituído a partir de uma relação de alteridade e de forma singular – e, por isso, “não-simetrizáveis”. Desse modo, se pensarmos nos transcritores como sujeitos “não-simetrizáveis”, essa relação de não-coincidência interlocutiva surge, uma vez que esse transcritor inscreve-se em uma posição sujeito que está entre uma enunciação que já ocorreu – o texto transcritível – e uma cadeia significativa à qual sua transcrição – o texto escrito – está submetida. Seguindo essa linha de raciocínio, parece possível aportarmos, nesse momento, no cais de Authier-Revuz

(2004), com um olhar para a alteridade que envolve o ato enunciativo da transcrição, já que o transcritor se posiciona como um servo – talvez humilde, talvez não – dessa alteridade. Assim, ainda sob o viés de Authier-Revuz (2004), é possível observar que o sujeito encontrado em ato de enunciação é aquele que está sempre enunciando para o *outro* e projeta seu desejo em um interlocutor que completa a parceria *eu/tu*, descrita por Benveniste (1989), na medida em que o sujeito projeta o lugar da interlocução e inscreve-se em uma cadeia. Desse modo, quando se diz de uma não-coincidência, observa-se um sujeito heterogêneo a si próprio que, para se fazer sujeito, tem sempre um desejo pela alteridade. E como esse sujeito é constituído na e pela linguagem e esta é equivocada, de modo que provoca um mo(vi)mento de opacificação - em vez de transparência -, essa linguagem, ao fazer furo, deixa emergir os rastros de singularidade do sujeito que a mobiliza.

Pensando nisso, ao observar a forma como cada transcritor pontua o texto que transcreve, observamos que esses traços emergem inalienavelmente. Por exemplo, nos trechos selecionados do jornalista - tanto na sequência 1 quanto na sequência 2 - é possível observar um texto sem muita segmentação (aparente – via pontuação)³⁷, o que deixa flagrar um ritmo mais fluido e direto. O que nos leva a refletir sobre o viés jornalístico aplicado por esse transcritor que tenta imprimir ao texto um caráter mais dinâmico e, por isso, menos segmentado³⁸. Isso talvez não dê para ser afirmado, porém o que podemos observar é que, de um modo geral, há diferenças de funcionamento entre os sujeitos aqui analisados e essas diferenças não estão para a ordem do controlável, de modo que alguém se atrevesse a dizer que esse mo(vi)mento singular fora planejado por cada transcritor. A linguagem simplesmente escorre do corpo do sujeito, cindido entre o saber e o não-saber, entre o dizer e o silêncio, entre o todo e a falta. Assim, este sujeito se constitui a partir de uma falta que produz um resto advindo de uma tentativa incessante de suprir essa falta e se dar por completo, o que é impossível, já que o todo é impossível. Ou seja, se consideramos o sujeito um sujeito relegado à alteridade, é porque este sujeito busca essa completude imaginária no outro.

³⁷ É importante observar que, nesses casos, quando se fala de segmentação sintática, mesmo quando um texto não a apresenta explicitamente – via pontuação – ela existe, uma vez que as orações podem ser identificadas apesar de não estarem marcadas por vírgulas que, em alguns casos, se permite a supressão sem grandes prejuízos de sentido.

³⁸ Um texto jornalístico precisa atender um público que vai além do contexto acadêmico. Um jornal é lido por pessoas de vários meios sociais, assim como pessoas de várias áreas do conhecimento. Por isso, em linhas gerais, talvez assuma uma postura mais despojada em relação às questões formais da língua, já que, ao que parece, seu principal objetivo é tentar apresentar um texto que possa ser lido por diversos segmentos da sociedade.

Nesse sentido, se fizermos uma análise separada da pontuação de cada transcritor, é possível observar a pontuação operando na direção da cadeia significativa, assumindo dessa forma uma função significativa. Ao compararmos, então, os trechos selecionados dos três transcritores, observamos cada um posicionando-se de forma diferente e interpretando a cena enunciativa do texto transcrível de modo singular.

Jornalista
Bom[,] dentro do que o senhor falou[] porque então existem tantos conflitos nos casos[] os quais o senhor participou[,] como{,} por exemplo[,] no caso PC Farias[,] o seu laudo é contestado[.] Em outros casos também <i>porque</i> há tanta divergência na área legal nesses casos mais polêmicos da história brasileira?
Linguista
Bom[,] diante do que o senhor falou[,] por que{,} então{,} existem tantos conflitos nos casos[] os quais o senhor participou[,] como{,} por exemplo[,] no caso do PC Farias – o seu laudo é contestado[.] E outros casos também. <i>Por que</i> há tanta divergência na área legal, nesses casos mais polêmicos da história brasileira?
Pesquisador
Bom[!] Então, diante do que o senhor falou, por que então existem tantos conflitos nos casos[,] os quais o senhor participou[,] como por exemplo[,] no caso do PC Farias, o seu laudo é contestado[,] em outros casos também. <i>Por que</i> há tanta divergência na área legal nesses casos mais polêmicos da história brasileira.

Sequência 4

Ao observarmos a sequência 4, deparamo-nos com uma tensão gerada pela pontuação. Como dito antes, os trechos do jornalista possuem uma segmentação diferente, na qual o texto se apresenta de forma mais livre e sem muita interferência da pontuação. Porém, nesse trecho, há um aumento de tensão em relação à maneira como são divididos os períodos, já que ocorre, no trecho da transcrição feita pelo jornalista, uma união dos dois últimos períodos, o que altera o sentido em relação ao trecho da transcrição feita pelo linguista. Neste, o trecho encontra-se dividido em três períodos, dos quais a disposição do segundo período opera de modo a dar ênfase ao questionamento que é feito a respeito dos laudos emitidos pelo médico legista Badan Palhares, o entrevistado. Porém, na construção do jornalista, há uma junção entre o que seriam os dois últimos períodos que dá ênfase não ao questionamento (como no trecho do linguista), mas à autoridade do entrevistado enquanto médico, ou seja, o período transcrito pelo jornalista parece afirmar que a medicina legal brasileira, assim como o entrevistado (Badan Palhares), têm altos índices de divergência em relação a casos mais polêmicos. Um detalhe que reforça esse aspecto é que o “porque” utilizado pelo jornalista emerge da enunciação sob a forma de uma conjunção explicativa, o que de certa forma altera

o caráter interrogativo desta construção sintática de modo que ela se converta em uma afirmação. Desse modo, restringe ao primeiro período o caráter interrogativo, já que se trata de uma pergunta feita por um dos entrevistadores.

Considerando a questão que envolve os *porquês*, de acordo com o que encontramos em dicionários e em gramáticas normativas, há ao menos quatro possibilidades de aplicação para os *porquês*, isso porque, apesar da semelhança sonora, cada forma aponta para uma direção semântica diferente. Assim, de acordo com Infante (2001), *porque* é uma conjunção explicativa que funciona como conectivo entre duas orações e, além disso, também pode assumir função causal; já o *porquê*, com o acréscimo do acento circunflexo transforma-se em substantivo e assume sentido e função diversos da forma sem o acento circunflexo; *por que*, segundo o gramático (idem), é a junção da preposição *por* com o pronome interrogativo *que*, e, nesse caso, há uma correlação de referência com o sintagma nominal *por qual razão* e ocorre geralmente em sentenças interrogativas, diretas ou indiretas, porém o autor (idem, p. 581) coloca que quando o *por que* estiver ao final da sentença interrogativa, “imediatamente antes do ponto”, o pronome interrogativo *que* recebe o acento circunflexo [*por quê*]. Nesses dois últimos casos, o acento não marcaria mudança entre o *por que* e o *por quê*; porém, ainda considerando a visão da gramática, é preciso considerar que o acento circunflexo surge como uma marca diferencial que assinala as circunstâncias em que os *por que* poderão ocorrer.

Observando a forma como o jornalista utiliza a palavra *porque*, parece possível perceber que essa distinção entre as formas diferentes dessa palavra não têm relevância em relação aos efeitos de sentido, na construção de um texto. Dizemos isso com certa cautela, uma vez que não é função nossa tentar definir quais os juízos de valor que os transcritores fazem sobre suas escolhas lexicais, até porque estamos problematizando como se dá o funcionamento da linguagem na transcrição. Porém, nos permitimos afirmá-lo porque esse fato é recorrente em toda a transcrição feita pelo jornalista. A questão que se coloca, nessa sequência, sobre a transcrição feita pelo jornalista, é que, ao escolher o *porque* – conjunção explicativa – há uma perda quanto ao aspecto interrogativo do período que se deixa mostrar mesmo com a utilização de um ponto de interrogação ao final. Assim, a união de dois períodos em um e a escolha por uma conjunção explicativa permitiram um efeito de sentido diferente daquele que emerge no/do trecho da transcrição feita pelo linguista que possui um caráter interrogativo bem definido.

Nessa análise, deixamos de fora o trecho da transcrição feita pelo pesquisador, já que a segmentação do trecho transcrito por esse transcritor é feita em dois períodos também.

No entanto, a forma como foi segmentado, juntamente com a escolha do por que, determina seu caráter interrogativo. E, apesar de o caráter interrogativo não ter sofrido grandes alterações, é possível observar um fato que pode se configurar como um equívoco, já que o último período do trecho da transcrição do pesquisador está configurado textualmente como uma sentença interrogativa direta; porém, o uso do ponto final em detrimento do ponto de interrogação nega essa construção e mostra uma sentença que, talvez, pudéssemos chamar de mista ou de (in)direta, uma vez que é possível perceber um conflito entre a escolha da pontuação e a escolha lexical feita pelo pesquisador. No trecho da transcrição feita pelo jornalista, de modo diverso, há também um equívoco, como já colocamos, e, em ambos casos, a escolha lexical é que determina se se trata de uma sentença interrogativa ou afirmativa. Os sinais de pontuação, nos trechos da transcrição feita pelo jornalista e pelo pesquisador, acabam funcionando apenas como elemento de marcação do final do período.

Ainda sobre a sequência 3, os acréscimos põem à mostra a presença do sujeito da enunciação e permite observarmos novas diferenças em relação aos efeitos de sentido. Há um acréscimo [do advérbio “então”], que aparece no trecho da transcrição feita pelo pesquisador, mas ao qual não nos ateremos, uma vez que seu uso, nesse trecho, é semelhante ao do trecho contido na sequência 2. No entanto, gostaríamos de ressaltar que o momento enunciativo é outro, além do fato de que o sujeito da enunciação não é o entrevistado como observamos na sequência 2, mas um dos entrevistadores. Assim, não estamos colocando as duas ocorrências como idênticas, mas, sim, como um segundo plano no que diz respeito aos acréscimos que mencionamos no começo do parágrafo. Isso porque queremos dar ênfase à outra diferença que aparece com uma supressão no trecho da transcrição feita pelo jornalista, qual seja: *no caso PC Farias*. Nas transcrições feitas pelo linguista e pelo pesquisador aparece a construção: *no caso do PC Farias*.

Contextualizando o trecho na entrevista, observamos que se trata do caso do assassinato de PC Farias e sua namorada Suzana Marcolino, fato que ficou famoso em todo Brasil e no qual o médico legista Badan Palhares atuou. Diante desse contexto, o trecho transcrito pelo linguista e pelo pesquisador possui uma construção diferente daquela que aparece no trecho transcrição feita pelo jornalista: a utilização da contração da preposição *de* com o artigo definido masculino *o* diante do sintagma nominal PC Farias. Ao analisar o trecho da transcrição feita pelo jornalista, a ausência tanto da preposição quanto do artigo definido e, em decorrência, também a não ocorrência da contração entre preposição e artigo, parece alçar o sintagma nominal PC Farias a nome próprio. No entanto, o aparecimento da

contração *do*, confere ao trecho da transcrição outro efeito de sentido: nesse caso específico em contraponto com outros.

Novamente estamos diante de uma situação não-coincidente, em que a possibilidade de univocidade da linguagem cai por terra, pois, ao considerar que as transcrições que fornecem material para as nossas análises advêm de um “mesmo” texto transcritível, percebemos que estamos diante de textos diferentes, apesar de um investimento imaginário que os alçam à condição de transcrições do “mesmo” texto transcritível.

Diante disso, podemos observar que a opacidade da língua é constitutiva, pois nestes três trechos analisados, os transcritores confirmam a afirmativa de Benveniste (1988) e se apropriam da língua (repetível) para o ato enunciativo (irrepetível). Assim, os transcritores produzem textos diferentes e, por isso, talvez, possa-se afirmar que o sentido não é imanente ao texto, já que um “mesmo” texto transcritível permite que se produzam tantas diferenças ao ser transcrito.

As análises feitas até aqui permitem-nos observar e discutir os efeitos de sentido produzidos a partir das diferenças entre as transcrições. Considerando essas diferenças, podemos observar que, decorrentes dos equívocos que escapam das mãos dos transcritores ao transcrever, são essas diferenças que põem à mostra os rastros de singularidade impressos no texto a partir da mobilização da língua pelo transcritor enquanto sujeito da enunciação. Assim, as diferenças levantadas até aqui mostram a subjetividade que emerge no processo de transcrição do oral para o escrito, considerando, basicamente, os enunciados do texto transcritível e sua transposição para a escrita via transcrição. A partir de agora, analisaremos aspectos que apontam para a interferência dos transcritores no texto que transcrevem, por meio de aspas, marcações em itálico, legendas e elementos que possam ser inseridos na formatação e que possam permitir a observação de rastros de singularidade que denunciam a subjetividade implicada à operação do sujeito da enunciação. Vejamos a sequência 5 abaixo:

Jornalista	
Boa noite O canal Livre está no ar. E no dia que o Brasil entra na era da TV digital nós recebemos aqui, ao vivo, o Ministro das Comunicações Hélio Costa. Que é um dos responsáveis por sua implantação do sistema no País. Nós vamos tratar deste assunto em detalhes da nova tecnologia que promete mudar o jeito como nós brasileiros assistimos televisão.	
Linguista	
JB:	Joelmir Beting
R:	Repórter
MHC:	Ministro Hélio Costa
RB:	Ricardo Boechat

PL:	Presidente Lula
FM:	Fernando Mitre
AT:	Antônio Telles
MP:	Marcelo Parato
(xxx):	trecho em que há sobreposição de falas, trecho cuja transcrição ficou impossibilitada.
JB:	Boa noite. O Canal Livre está no ar. E, no dia em que o Brasil entra, na era da TV digital, nós recebemos aqui ao vivo... o Ministro das Comunicações Hélio Costa; que é um dos responsáveis por sua... implantação do sistema, no país. Nós vamos tratar desse assunto em detalhes: da nova tecnologia que promete mudar o jeito como nós brasileiros assistimos televisão;
Pesquisador	
Ministro Hélio Costa Legenda: apresentador J.B.- Joelmir Bething convidados F.M.- Fernando Mitre A.T.- Antônio Teles M.P.- Marcelo Parada entrevistado H.C.- Ministro Hélio Costa J.B.- Boa noite! O Canal Livre está no ar. E no dia em que o Brasil entra na Era da TV Digital, nós recebemos aqui, ao vivo, o Ministro das Comunicações Hélio Costa que é um dos responsáveis por sua implantação do sistema no país. Nós vamos tratar desse assunto, em detalhes, da nova tecnologia, que promete mudar o jeito como nós brasileiros assistimos televisão.	

Sequência 5

Transcrever é um ato enunciativo que requer critérios para ser realizado. Assim, quando se transcreve, há procedimentos a serem seguidos para que, além dos enunciados, possa-se fazer uma identificação do texto transcritível na transcrição. De acordo com Blanche-Benveniste et al. (1979, *apud* CASTILHO, 2010, p. 226), “a transcrição da oralidade representa já uma pré-análise, instituindo a língua falada como objeto científico.” Nessa perspectiva, observamos que, no que se refere às pesquisas em torno de uma materialidade falada, a forma que se tem de instituir a língua falada como objeto de ciência é pela via da transcrição. Após citar Blanche-Benveniste, Castilho (2010) observa que um dos primeiros critérios, que definem como a transcrição será realizada, é a pergunta, ou seja, o que se espera daquela materialidade falada, para que se possa, por meio de marcas gráficas, marcar possíveis incompreensões, dúvidas, ênfase em dado momento das falas gravadas, sobreposição de vozes etc. As legendas, que geralmente são colocadas antes da transcrição para que se possa identificar no corpo do texto a função daquelas marcas, configuram-se de acordo com os objetivos que se pretendem com as transcrições. Assim, Castilho (*idem*) aponta alguns tipos de transcrição, comumente utilizados para tratar de *corpus* de natureza falada,

quais sejam: transcrições fonéticas, fonológicas, morfológicas, e sintáticas quando se tratam de pesquisas sobre a gramática e ainda sobre o léxico. O autor (*idem*) ainda dá um exemplo de transcrição conversacional adotada pelo Projeto Nurc³⁹ e traz uma tabela (CASTILHO, 2010, p. 226) com a legenda adotada para a transcrição. A partir dessas questões, chamamos a atenção para o fato de que as transcrições feitas para esta pesquisa também apresentam critérios para sua realização.

Da perspectiva enunciativa, observamos que, como não foi exigida uma legenda para os transcritores, cada transcritor adotou a legenda que lhe aprouve. Desse modo, o linguista e o pesquisador, em suas legendas, preocuparam-se em identificar cada um dos locutores envolvidos nas entrevistas utilizando as iniciais maiúsculas. O jornalista, por sua vez, não utilizou nenhuma legenda para definir os locutores. Diante dessas diferenças em específico, talvez intentássemos dizer que, enquanto o linguista e o pesquisador adotam critérios de identificação para os participantes das entrevistas, o jornalista não adota critério algum, pois não há nenhuma marca que possa caracterizar uma legenda nas transcrições feitas pelo jornalista. Contudo, se considerarmos que o não-dizer pode dizer algo, já que está carregado de significação, a aparente falta de critério ao transcrever pode ser considerado um critério de transcrição, afinal de contas, como já dito, cada transcritor recebeu uma cópia do projeto desta pesquisa, a fim de que tomassem conhecimento da proposta da pesquisa. Sendo assim, é preciso considerar que cada transcritor fez uma interpretação diferente da proposta feita no projeto. Além da interpretação do projeto, para transcrever, cada transcritor, ao escutar o texto transcritível, também interpreta o que escuta e transcreve. Ou seja, no processo de transcrição, como ato enunciativo, admitindo este ato como único e irrepetível e, por isso mesmo, singular, além de considerar que, antes de enunciar, o transcritor faz uma interpretação da proposta que é feita em torno da finalidade da transcrição que lhe está sendo solicitada e outra interpretação do texto transcritível e, dessa forma, não há como afirmar que o jornalista não usou nenhum critério de identificação.

Se observarmos sua transcrição, apesar da ausência de legendas, há uma espécie de alínea que separa cada pergunta e resposta. Nesse sentido, entre uma pergunta e sua resposta não há espaço algum, o que diferencia pergunta de resposta é que, naturalmente, as perguntas costumam terminar com um ponto de interrogação, até porque observamos que a

³⁹ O projeto Nurc é um “Projeto de Estudos da Fala Culta e sua Execução no Domínio da Língua Portuguesa”.

maioria das perguntas são interrogativas diretas; além disso, a resposta sempre começa na linha imediata à última linha da pergunta; e é após o final de cada resposta que há um espaço de uma linha entre a resposta e a próxima pergunta. Desse modo, parece possível levantar a hipótese de que, talvez, o jornalista não tenha se preocupado com as legendas por ter interpretado que as análises seriam feitas de modo que, ao ler as transcrições, seria feita uma correlação entre texto transcritível e transcrição de modo a serem identificadas as falas dos sujeitos participantes das entrevistas, ou, ainda, que ele não achou necessária uma legenda, pois nesse caso, ele não estaria transcrevendo especificamente para publicar em jornal ou revista. Para nós, essas hipóteses somente são relevantes porque denunciam a maneira como o jornalista se comportou diante do texto transcritível ao fazer sua transcrição. Outra observação importante a ser feita é que, no que se refere ao linguista e ao pesquisador, a escolha da legenda também denuncia a forma como a língua funciona em ambos. Por exemplo, a legenda do linguista possui um item a mais que a do pesquisador: uma marca que servirá para sinalizar sobreposição de falas e trechos inaudíveis. O linguista ainda coloca na legenda o nome com as iniciais do presidente Lula (PL), o que no trecho relativo à transcrição feita pelo pesquisador é posto no corpo do texto, já que o presidente Lula aparece em uma reportagem, que é transcrita pelo transcritor/pesquisador com uma característica de citação direta. Além desses itens a mais, a ordem em que estão dispostos os nomes dos participantes das entrevistas também varia, a disposição em que se encontra o texto é diversa.

Na transcrição feita pelo jornalista, como vimos, não há inicialmente uma legenda; portanto, o texto da transcrição já começa diretamente e é em fonte Arial, com o texto alinhado à esquerda. Nos outros dois, o do linguista e do pesquisador, a fonte é Times New Roman e o alinhamento do texto é justificado. Outro detalhe que emerge do texto do linguista é que, além das características apontadas acima, ainda há um recuo do corpo do texto em relação às legendas, o que difere em relação à transcrição do pesquisador. Todos estes elementos apontados são elementos que não aparecem linguisticamente nas vozes dos locutores que integram a cena enunciativa que compõe o texto transcritível, mas que fazem aparecer um sujeito mobilizando o sistema linguístico para realizar suas transcrições. De acordo com Flores (2009)⁴⁰, da perspectiva enunciativa, cada texto apresenta sua própria gramática, suas próprias regras. Isso porque, considerando a transcrição, cada transcritor se

⁴⁰ Conversa pessoal ocorrida durante o XII SILEL – XII Simpósio Nacional de Letras e Linguística e II Simpósio Internacional de Letras e Linguística - promovido pelo Instituto de Letras e Linguística – ILEEL – da Universidade Federal de Uberlândia, realizado nos dias 17,18 e 19 de novembro de 2009.

utiliza de estratégias diferentes ao produzir seus textos, e, dessa forma, cada texto, submetido ao princípio de ordenação do sistema linguístico, carrega em si normas, leis e estratégias únicas, já que cada texto surge a partir de um ato enunciativo. Assim, afirmar que cada texto possui uma gramática própria não é instituir um estado de desordem e caos nos processos de produção textual e, com isso, queimar as gramáticas que servem para definir uma norma culta de dada língua, mas é, talvez, tentar mostrar que a língua não deve ser tratada de maneira prescritiva, já que, no que se refere à língua, não há univocidade, homogeneidade, *a priori* e, sim, equivoco, falta, heterogeneidade, opacidade.

Pensando em elementos que apontam para a subjetividade implicada à linguagem, observemos a próxima sequência:

Jornalista	
Joelmir: Ministro “habemos” TV digital. Ministro: “Habemos”	
Linguista	
JB:	Ministro Hélio Costa, <i>havemos</i> TV digital.
MHC:	Havemos.
Pesquisador	
J.B.- Ministro Hélio Costa, <i>havemos</i> TV digital H.C.- <i>Havemos</i>	

Sequência 6

Na sequência 6 acima, observamos que a palavra *havemos* aparece marcada, diferenciada. Segundo a norma culta, toda vez que ocorrer em um texto uma palavra estrangeira é preciso que essa receba uma marca que a diferencie: geralmente, usam-se aspas ou itálico. Observamos que apenas dois transcritores realizam a marca em questão e a realizam de maneiras diferentes: o pesquisador utiliza o itálico e escreve a palavra em português e o jornalista utiliza a aspa e escreve a palavra em espanhol. Já o linguista não usa marca alguma e escreve a palavra em português. Assim, podemos perceber uma escrit(ur)a que não cessa de escrever uma falta constitutiva, já que há um resto que escapa entre uma transcrição e outra, permitindo a possibilidade de novos dizeres. Possibilidade essa que se mostra no momento em que percebemos que a cada nova transcrição feita de um “mesmo” texto transcritível, por ser um ato enunciativo, apresentará diferenças em relação às transcrições anteriores. Observando a sequência abaixo, podemos perceber semelhança em relação ao ponto analisado acima: o destaque a uma palavra de origem estrangeira.

Jornalista	
E aí as <i>teles</i> não gostam?	
Linguista	
FM:	E aí as <i>teles</i> não gostam.
Pesquisador	
F.M.- e, aí, as <i>teles</i> não gostam?	

Sequência 7

Na sequência 7 acima, há uma semelhança na marca feita na palavra *teles* em relação à marca feita na palavra *havemos*, analisada anteriormente. Nesse caso, apenas o pesquisador marca a palavra *teles*, de modo a diferenciá-la, destacá-la, já que se trata de uma abreviação da palavra televisões, utilizada pelo entrevistador para fazer referência às operadoras de televisão. Por isso, dizemos que é uma abreviação aparente, já que o referente não é exatamente televisões e, sim, operadoras de teledifusão. Considerando que essa marca feita pelo pesquisador não provém de algum tipo de equívoco, já que é uma escolha subjetiva, uma vez que a marca feita pelo pesquisador parece sinalizar, além da circunstância em que ocorre a palavra que parece denotar uma abreviação feita em decorrência da forma que essa palavra se inseriu naquele momento da entrevista, marcando certa ironia por parte do entrevistador, também uma marca de oralidade, já que a palavra *teles* emerge no referido contexto carregada de um tom de gíria, o que é aceito pelo interlocutor [o entrevistado] que demonstra ter compreendido o uso da palavra *teles* pelo locutor. Toda essa circunstância pode servir de motivação para que o pesquisador tenha usado o realce *itálico* ao transcrever a palavra em questão.

No começo do parágrafo, apontamos para possíveis semelhanças para o uso do *itálico* na palavra *teles* em relação ao uso do *itálico* feito na palavra *havemos*. O que é preciso observar é que as semelhanças se restringem basicamente ao uso do recurso de formatação (*itálico*). No entanto, é preciso observar que a recorrência do uso do *itálico*, nesses dois casos, emerge na medida em que *havemos* é uma palavra do idioma espanhol, por isso, estranha ao idioma português, além do fato de que é convencionado na norma culta que sempre que houver a ocorrência de palavras de outros idiomas, esta deverá ser marcada com *itálico*; e a palavra *teles* surge como uma novidade para a língua portuguesa, já que, apesar de o contexto contribuir para a aceitação por parte do interlocutor, ainda assim é uma palavra estranha à língua portuguesa, até porque sua ocorrência se marca em um contexto bem específico e remete a uma referência diversa daquela que seria a usual, ou seja, pensando que *teles* pudesse

ser a abreviação da palavra televisões, mais diretamente no que se refere ao aparelho televisivo, o uso dessa palavra no contexto em que aparece aponta para outro referente, a saber, as operadoras de televisão.

Desse modo, parece possível pensar nesse tipo de marca impressa no texto como o que Lahud (1979) problematiza em relação à noção de dêixis. Para Lahud (*idem*, p. 68),

a significação de um dêitico deve fornecer uma indicação que permita a identificação, o isolamento do objeto denotado, mas que seja de tal ordem que o conhecimento das circunstâncias discursivas torne-se uma condição necessária para a determinação exata desse singular.

Assim, na perspectiva enunciativa, problematizando as diferenças que emergem das transcrições como rastros de singularidade, a noção de dêixis traz para essa análise a necessidade de se observar as marcas deixadas pelos transcritores, nas quais, conforme as circunstâncias em que emerge, seja possível observar o sujeito da enunciação, de certo modo, dizendo *eu*, uma vez que cada marca dessas é uma “escolha” do sujeito que, em um investimento imaginário, acredita estar garantindo a contensão do não-um do sentido.

Jornalista
RODRIGO IDAUD DE SÃO PAULO PARA O CANAL LIVRE
Linguista
Rodrigo I. de São Paulo, para o Canal Livre.
Pesquisador
Rodrigo Hidalgo, de São Paulo, para o Canal Livre.

Sequência 8

A princípio, o primeiro detalhe que observamos nessa sequência é a escrita do sobrenome do repórter que produz a reportagem, citada na entrevista com o então Ministro Hélio Costa. Há uma disparidade proveniente do que Flores (2006) considerou como sendo um deciframento, a partir da escuta que o transcritor faz. Nesse sentido, o jornalista transcreve IDAUD, o pesquisador, Hidalgo; já o linguista transcreve apenas a letra inicial do sobrenome do repórter. O que essa sequência permite observar é que essas diferenças contribuem para reafirmar o conceito benvenistiano de que há um funcionamento geral, que submete todo sujeito que intente enunciar, que só tem valor no ato individual de apropriação da língua. Em relação à sequência 8, é possível observar o mesmo sistema linguístico funcionando de

maneira distinta em cada transcritor. Há, na escrita do sobrenome do repórter, a emergência de uma paronímia⁴¹: a semelhança sonora do significante e a diferença do significado.

Além dessa questão envolvendo o sobrenome, referente ao que analisamos nas sequências 6 e 7, o jornalista deixa emergir uma marca que põe à mostra sua subjetividade, no momento em que transcreve em caixa alta o trecho referente à última fala do repórter, na reportagem. Nesse caso, observamos que não parece haver indício sonoro algum que comporte a necessidade de se utilizar caixa alta, uma vez que, no trecho em que se circunscreve a reportagem, há outras falas do repórter e, por isso, aparentemente não há elemento algum que aponte para a necessidade dessa marcação, elementos como uma alteração no tom de voz, por exemplo. Assim, o que nos parece emergir como possibilidade para o uso de caixa alta para marcar todo o trecho (e somente este trecho da reportagem), é algo relativo à escuta do transcritor que, em decorrência da forma como o funcionamento da linguagem (se) opera (n)este sujeito, transcreve o trecho em caixa alta. É possível, portanto, que esse transcritor tenha escutado uma diferença sonora nesse trecho, já que a escuta é algo singular, relativo à interpretação.

Outro fato interessante nessa sequência refere-se à abreviação feita pelo linguista ao transcrever seu trecho. Se observarmos essa abreviação, ela pode ter uma motivação sonora, pois pode representar o não entendimento do linguista em relação ao sobrenome do repórter e, por isso, como estratégia de escrita, optou por transcrever apenas a letra inicial. A cada detalhe analisado, torna-se mais evidente o fato de que não há a possibilidade de univocidade no que refere à linguagem, muito menos de uma simetrização entre texto transcritível e transcrição ou entre as transcrições realizadas pelos transcritores, uma vez que a emergência de subjetividade é algo inalienável ao processo de transcrição. Emergem, no fio do discurso, diferenças que colocam uma possível (imaginária) noção de espelhamento no processo de transcrição do oral para o escrito na condição apenas de semelhança, já que as

⁴¹ Conceitualmente, paronímia ocorre quando “palavras ou sequência de palavras de sentidos diferentes, mas com a forma relativamente aproximada; “homofonia é a identidade fônica entre duas ou mais unidades significativas, ou entre dois ou mais significantes.” (DUBOIS et al., 1973, p. 327 e 457). Em ambos casos, é possível observar que há uma relação de semelhança entre as pronúncias, porém com a diferença de significação. Assim, podemos observar uma paronímia em um conhecido ditado popular, na sua forma inicial: “Ele é o pai esculpido em carrara” e sua forma mais usual: “Ele é o pai cuspidor e escarrado”. Ou seja, na primeira sequência, o sentido pode caminhar na direção de dizer que o filho é uma cópia do pai, porém melhorada, já que carrara é um tipo nobre de mármore; já na segunda sequência, parece que há uma tentativa de dizer que pai e filho são idênticos; no entanto, parece assumir também um caráter um tanto quanto pejorativo. Em relação à homofonia, observamos *caçar* (um animal) e *cassar* (um mandato). Há, nessas duas palavras, uma mesma sequência de fonemas, mas, além de haver uma diferença nas letras que representam o fonema /s/(ç, ss), há ainda a diferença na significação de ambas.

diferenças assumem a função delimitadora, pois permitem entrever a instauração da subjetividade em decorrência da operação do sujeito que mobiliza a língua ao transcrever. Sendo assim, reafirma-se a tese de que a transcrição é um ato enunciativo, primeiro porque, considerando um *mesmo* texto transcritível como base para todos os transcritores, cada um dos transcritores realiza a transcrição de forma única e irrepetível; segundo, por ser, cada transcrição, única e irrepetível, se um transcritor realizar uma nova transcrição do *mesmo* texto transcritível, ter-se-á um texto diferente daquele da primeira transcrição.

*

Com essas análises, pudemos demonstrar que a emergência de subjetividade no ato de transcrever é algo inalienável e, por isso, constitutivo. Trata-se, portanto, da escrit(ur)a de algo do transcritor naquilo que transcreve. Nesse sentido, é necessário dizer ainda que a escrit(ur)a imprime diferença à transcrição e essas diferenças foram, por nós, tratadas como diferenças decorrentes das associações subjetivas que o transcritor realiza. É impossível para o transcritor, assim como para aquele que traduz, escapar às associações, já que está imerso no simbólico, nas redes históricas dos sentidos estabilizados. O mo(vi)mento de desestabilização irrompe via associações, porque estas são da ordem do singular, da contingência, da efemeridade, relativas ao processo de enunciação.

Assim sendo, as diferenças que são atribuídas a erros de escuta também são diferenças relativas à emergência de subjetividade, porque são da ordem das associações. Se alguém diz a outrem: “_Meninos guardem esse milho. Eles vão pegar vocês!⁴²” e o interlocutor escuta: “_O que ela disse? Pra gente contar até seis!?” , aquilo que o interlocutor escuta é atravessado pela interpretação que faz e essa interpretação é determinada por associações subjetivas, assim como por fatores históricos, como, por exemplo, questionar o quê, nesse contexto específico, pode ser dito pelo locutor em questão.

Caso análogo ocorre com certos ditos populares, como, por exemplo, com o dito “Batatinha quando nasce espalha a rama pelo chão” que se tornou “Batatinha quando nasce se esparrama pelo chão”. Podemos dizer, por conseguinte, que as associações, nesses casos específicos, mantêm uma relação com a sonoridade do significante, cuja aproximação põe em relevo o fato linguístico denominado paronímia. As incompreensões também podem ser consideradas um fato linguístico derivado de associações subjetivas.

⁴² Exemplo extraído da animação infantil *Putz! A coisa está feia*. Série em seis DVDs.

Nessa perspectiva, concluimos que as diferenças que indiciam a emergência de subjetividade no ato de transcrição são fundamentadas por associações subjetivas. Neste sentido, quando para um transcritor é possível relacionar entrevista tanto a entrevistado quanto a convidado, para outro transcritor pode não sê-lo e essa interdição pode, inclusive, fazê-lo escutar o termo *entrevistado* no lugar do termo *convidado*. Por exemplo, o termo *entrevistado* é muito mais frequente no espaço jornalístico que o termo *convidado*. Talvez, por isso, esse seja o termo que aparece na transcrição feita pelo jornalista.

Considerações finais

A escrita das considerações finais é sempre algo complicado, porque tem por objetivo encerrar uma discussão. No entanto, esta discussão não pára; ela se desdobra em outras questões. Em nosso caso específico, mostrar a emergência de subjetividade como algo inalienável à transcrição leva a outras questões, como, por exemplo: como considerar, na pesquisa linguística, a repetição com diferença, sem colocar em xeque o estatuto das regularidades e das generalizações invariantes? Essas questões mostram que é preciso ir além. Assim sendo, falar em considerações finais para este trabalho implica falar em um encerramento momentâneo, haja vista que, no que se refere à língua e à linguagem, há sempre algo a ser dito, sempre e a cada vez que se empreenda um novo ato enunciativo. Por isso, uma enunciação que o encerre é (im)possível: possível porque, na medida em que haja um sujeito disposto a converter a língua em discurso, há sempre uma possibilidade de enunciação; e impossível porque, na medida em que uma enunciação é sempre um gesto de abertura, mesmo quando se tem por sentença a morte, enunciar sempre sobra como legado, senão para aquele que morre, então para aqueles que permanecem. Nesse sentido, a nós, soa como paradoxo ter que escrever essas considerações finais, especialmente porque se trata de um texto e, sendo assim, a cada vez que este for lido, sempre haverá nova abertura para a emergência de novos efeitos de sentido.

Quanto às análises das transcrições, muito aprendemos com elas, especialmente que, com o *corpus* que elegemos, poderíamos ficar páginas e páginas em um mo(vi)mento interminável de análise. De nossa perspectiva teórica, as possibilidades de dizer algo sobre essa questão brotaram, brotam e brotariam se continuássemos a analisar as transcrições. Assim, foi necessário romper com o mo(vi)mento de análise, já que essa escrita, como qualquer outra escrita, (in)prescinde de um ponto final. Queda-nos a compreensão de que o

mo(vi)mento referente à enunciação depende essencialmente de relações, porque, além de uma referência, a enunciação funciona em uma direção, em direção à alteridade. Isso porque o sujeito da enunciação está buscando no outro, no interlocutor, no mundo a sua volta, uma possibilidade para si próprio e, baseado num investimento imaginário, este sujeito, que se constitui a partir de uma falta, acaba se inscrevendo em um jogo de busca incessante pela felicidade ou por qualquer coisa que lhe retire a angústia de saber que algo sempre lhe faltará. Assim, da mesma forma que este sujeito se constitui da/na alteridade, ele também contribui para a constituição dessa alteridade e, assim, se destitui nela. Ou seja, todo mo(vi)mento que o sujeito faz para se constituir, também se destitui na medida em que doa de si para a constituição de seus interlocutores e do mundo em que se insere. Talvez por isso, o sujeito nunca cesse de buscar sua completude, uma vez que todo ganho implica uma perda e para que se possa reparar essa perda é preciso haver novo ganho e, portanto, nova perda. De fato não termina! Ainda sob esse raciocínio que não cessa de retornar, o que se observa é que, como consideramos a transcrição um ato enunciativo, cada transcrição é única e irrepetível; no entanto, há algo que não cessa de se repetir: o equívoco. Na medida em que se tenta dominar a rebeldia dos sentidos, os sentidos insistem em escapar ao nosso domínio, como diz Teixeira (*apud* FLORES, 2008, p. 5) em epígrafe ao livro “Enunciação e gramática”:

Os poetas sempre souberam da rebeldia da palavra, de sua “resistência” em colocar-se sob o domínio daquele que a utiliza: ela diz mais ou diz menos, diz outra coisa; ela não cessa de produzir sentidos através do tempo, sentidos esses nunca acabados, jamais detidos. Se, de um lado, não se pode realizar uma fala “satisfatória”, de outro lado, a palavra “justa” insiste em se dizer e é para encontrá-la que seguimos falando. [grifos do autor]

Assim, o falante não cessa de falar porque está o tempo todo buscando esta “palavra justa”, que insiste em se esquivar de ser dominada pelo falante. Com isso, a cada vez que o falante tenta conter o não-um do sentido, ele se depara com o equívoco, pois se depara com a impossibilidade de estabilização deste sentido. É o que se observa nas diferenças analisadas ao compararmos as transcrições, uma vez que essas diferenças põem à mostra as particularidades de cada transcritor, em um esforço imaginário para manter o estatuto do texto transcritível.

Os transcritores fizeram sua parte nos dando o privilégio de analisar os aspectos que diziam de sua subjetividade, que demonstravam ser na ruptura da estabilidade discursiva que se pode definir os contornos que envolvem cada sujeito, nesse caso, os transcritores. Eles,

os transcritores, permitiram que percebêssemos que a igualdade, o mesmo são efeitos da presença do trabalho do imaginário que faz com que haja semelhante, igual. Por conta do imaginário é que iniciamos esta pesquisa, já que nos incomodava sobremaneira o lugar tranquilo em que se encontra o assunto da transcrição, uma vez que, na academia, se trabalha com a transcrição, mas não se problematiza o seu processo de produção. Talvez, o assunto da transcrição ainda continue lá tranquilo, mas, para nós, a compreensão da emergência de subjetividade na transcrição impõe novos horizontes sobre a pesquisa em Linguística. Esses novos horizontes podem ser vislumbrados como elementos de auxílio para o pesquisador na medida em que este possa considerar sua condição de sujeito e todas as implicações que envolvem esta condição. Entendemos que considerar a própria subjetividade possa contribuir para ampliar a perspectiva do pesquisador no que se refere ao manuseio e definição/seleção dos dados a serem analisados. Se, como dissemos em algum momento de nosso texto, a enunciação deixa emergir rastros que funcionam de modo a desestabilizar, a permitir que as rupturas apontem para a subjetividade enquanto os procedimentos de pesquisa apontem para um investimento imaginário que possibilita um efeito de objetividade, mesmo quando o objeto de estudos é a linguagem, é preciso entender que considerar a subjetividade do pesquisador não prejudica o processo de pesquisa. Isso porque pensar em transcrição como ato enunciativo, mesmo em pesquisas como a Fonologia, não se configura como um problema, haja vista que o imaginário sempre fará parte da tríade, trazida por Lacan como nó borromeano, real, simbólico e imaginário. Ou seja, é importante pensar que, independente de qual seja a perspectiva teórica, o sujeito está sempre submetido a um funcionamento sistêmico da linguagem. E é exatamente por isso que entendemos que o fato de pensarmos o estatuto das transcrições que fazemos em nossas pesquisas, considerando-as como atos enunciativos não se constitui como uma ameaça ao rigor metodológico, bem como ao efeito de objetividade que deve ser impresso aos trabalhos acadêmicos. Por isso mesmo, permanece nosso interesse por problematizar seu processo de realização e buscar entender um pouco de seu funcionamento.

Podemos dizer que a palavra *diferença* fez toda a diferença. Isso porque quando colocamos as três transcrições lado a lado, apesar de acreditarmos, em decorrência de um investimento imaginário, que as semelhanças são mais evidentes e, por isso, muitas vezes ganham grande importância, especialmente no que tange a aspectos sociais e históricos e, por isso mesmo, aspectos de constituição subjetiva, percebemos que, no que se refere à transcrição, as diferenças subjetivas são evidentes. Pudemos observar que detalhes que

pareciam óbvios, dado o fato de que havia um *mesmo* texto transcritível, não eram tão óbvios assim. Como diria Pêcheux, há que se questionar o óbvio e a sua evidência; se a linguagem não é transparente, o que é óbvio? Com isso, o equívoco se fez um companheiro inseparável no processo de comparação das sequências, já que um mero espaço em branco que deixava de existir entre a preposição *por* e o pronome interrogativo *que* acabava provocando um “rebuliço” nos efeitos de sentido passíveis de serem entrevistados no trecho analisado.

Da mesma forma, ocorriam acréscimos de palavras, ou a supressão delas, e, então, nos perguntávamos: mas não são as *mesmas* gravações? Por isso, foi importante problematizar o estatuto do conceito de *mesmo*, buscando nas teorias sobre diferença, representação, repetibilidade e irrepetibilidade, parâmetros teóricos que pudessem mostrar que não há possibilidade para o *mesmo* a não ser no âmbito da semelhança, da familiaridade, já que o que há é o diferente. Com essa reflexão, pudemos entender porque Authier-Revuz (2004) defende a não-simetrização do sujeito, nem a si mesmo e nem em relação à linguagem, uma vez que esse sujeito encontra-se às voltas consigo mesmo no outro, num jogo de faz e desfaz, como já dissemos algumas linhas acima. Ainda podemos estender essa não-simetrização para o âmbito da transcrição, pois, assim como não há possibilidade de simetrização entre texto transcritível e transcrição, haja vista que há uma diferença fundante de materialidade entre a oralidade e a escrita, também não há a possibilidade de simetrização entre transcrições, sejam elas feitas por transcritores diferentes como pudemos observar no objeto próprio desta pesquisa, sejam elas feitas pelo mesmo transcritor. Essa simetrização é da ordem do impossível de acontecer, uma vez que uma enunciação jamais se repete e um dos nossos esforços iniciais nessa pesquisa era de tentar conferir ao ato de transcrever o caráter de ato enunciativo. Aliás, pensando bem, simetrização é também um fruto de investimento imaginário e, por isso, mesmo na matemática, por meio de comprovações numéricas, seja complicado falar em simetria, uma vez que, mesmo havendo semelhança, haverá sempre a diferença, já que simetria é igualdade de medidas entre dois ou mais elementos. Assim, talvez fosse o caso de colocarmos simetria no mesmo quadrado do conceito de *mesmo*. Desse modo, não há *mesmo*, não há simetria, a não ser no âmbito imaginário.

Em suma, o que concluir após todas essas reflexões e análises? Parece possível dizer que confirmamos nossa hipótese, a saber, de que se partimos do pressuposto de que o ato de transcrever é um ato enunciativo porque prevê a ação de um transcritor ao realizar uma transcrição e se consideramos o conceito de sujeito da enunciação, constituído na e pela linguagem de forma singular, parece ser possível observar alguns rastros de singularidade.

Nesse sentido, se há grande número de diferenças emergindo entre as transcrições e se é a partir dessas diferenças que podemos observar a emergência de subjetividade, portanto, lugar onde o sujeito diz de si, então parece possível pensar nessas diferenças como um ponto de observação interessante para a emergência de subjetividade. Ou seja, em toda essa discussão sobre o estatuto da transcrição, pudemos vê-la como ato enunciativo, uma vez que as análises nos mostraram que cada transcrição é única e irrepetível. Sendo assim, tornou-se possível analisar os rastros de singularidade deixados pelos transcritores. Outro ponto que observamos é que de fato as diferenças expõem o sujeito deixando escapar, no fio do discurso, um funcionamento subjetivo que se manifesta a partir da operatividade do sujeito em relação com a língua. Assim, essas diferenças expõem também um mecanismo constituinte da língua que Benveniste chamou de *aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 2006).

Gostaríamos de colocar ainda, e “por último”, que ficaram alguns senões no transcorrer da pesquisa. Um deles é que, durante mais de setenta por cento do período de execução desta pesquisa, estivemos caminhando na direção de estudar a transcrição do oral para o escrito tendo, como ponto de observação, a pontuação. Entendemos, no entanto, depois de algumas sugestões muito pertinentes – que a princípio rejeitamos –, que seria mais interessante observarmos as diferenças de um modo geral. Assim, se tivéssemos acatado mais cedo essas sugestões, talvez pudéssemos ter aprofundado mais no conceito da diferença, que parece um assunto tranquilo de se tratar, mas que é bastante complexo. No que se refere a futuras discussões, ou quais os rumos a serem seguidos, por exemplo, em um curso de doutorado, acho que o tema é bastante amplo e nos permite muitos caminhos. Talvez fosse interessante trabalhar com transcrições de naturezas diferentes das que foram trabalhadas nesta pesquisa, por exemplo, transcrições que envolvessem pintura e/ou música, temas que apreciamos muito.

BIBLIOGRAFIA

Referências bibliográficas

AGUSTINI, C. & BERTOLDO, E. S. **A constituição de corpora em Linguística da Enunciação**. Uberlândia: UFU, 2009. Cópia cedida pelos autores.

ALFERES, Sirlene Cíntia. 199 f. **A escrita de Arnaldo Antunes em seu(s) (40) escritos** [manuscrito]. Dissertação [Mestrado em Estudos Linguísticos. Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada] – Programa de Pós-Graduação Estudos Linguísticos, Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**. As não-Coincidências do dizer. Trad. Maria Onice Payer. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998, 200 p.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato** (1919 – 1921). Tradução inédita, sem revisão, destinada ao uso didático de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza do texto da edição americana *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, 1993, 108 p.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 2005, 388 p.

_____. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas, Pontes, 2006, 294 p.

CALIL, Eduardo e FELIPETO, Cristina. **A singularidade do erro ortográfico nas manifestações d'alíngua**. *Estilos clin.* [online]. 2008, vol.13, n.25, pp. 118-137. ISSN 1415-7128.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010, 768 p.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002, 144 p.

DAHLET, Veronique. **As (man)obras da pontuação**: usos e significados. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, 320 p.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2 ed. 1995, 251 p.

_____. **A farmácia de Platão**. Tradução de Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2 ed. 1995, 126 p.

FALBO, Caterina. La transcription: une tâche paradoxale. **The Interpreter's Newsletter**, Trieste, n. 13, Out. 2005, p. ?.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2001, 790 p.

FLORES, Valdir do Nascimento et. al. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008, 187 p.

_____. **Transcrição e enunciação**. Porto Alegre. No prelo.

_____. Enunciação, singularidade e autoria. In: TFOUNI, Leda Verdiani (org.). **Múltiplas faces da autoria**: Análise do Discurso, Psicanálise, Literatura, Modernidade e Enunciação. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008, p. 255 – 271.

_____. **Entre o dizer e o mostrar**: a transcrição como modalidade de enunciação. *Organon*, Porto Alegre, v. 20, n. 40/41, p. 61-75, jan.-dez. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Isso não é um cachimbo?** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989, 86 p.

FUCHS, Catherine et. al. **La genèse du texte**: les modèles linguistiques. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1987, 176 p.

_____. **La paraphrase**. Paris: Press Universitaires de France, 1982.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. São Paulo: Editora Scipione, 6 ed. 2001, 615p.

LAHUD, Michel. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979, 144 p.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 7. ed. 2006, 133 p.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1995, 82 p.

_____. **Os nomes indistintos**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007, 122 p.

NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2009, 208 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 27. ed. 2006, 279 p.

Bibliografia consultada

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a Transparência e a Opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004, 257 p.

ARROJO, Rosemary. (org.). **O signo desconstruído**. Campinas, SP: Pontes, 2. ed. 2003, 121 p.

BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed., 2004, 486 p.

CALIL, Eduardo. **Modalizações autonômicas como marcas de subjetividade em processos de criação**. *Revista Intercâmbio*, v. 15. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.

_____. (org.). **Trilhas da Escrita**. Autoria, Leitura e Ensino. São Paulo: Cortez, 2007, 207 p.

CARDOSO, Cancionila J. **Da Oralidade a escrita: a produção do texto narrativo no contexto escolar**. Cuiabá: Editora UFMT, 2000, 286 p.

CATACH, Nina. (org.). **Para uma Teoria da Língua Escrita**. São Paulo: Ática, 1996, 246 p.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. 206 f. **A escrita enunciativa e os rastros da singularidade**. Tese [Doutorado em Estudos da Linguagem. Área de concentração: Teorias do texto e do discurso] – Programa de Pós – graduação em Letras, Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Lingüística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005, 128 p.

FLORES, Valdir. **Lingüística e Psicanálise**. Princípios de uma semântica da enunciação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, 252 p.

FUCHS, Catherine. **Paraphrase et énonciation**. Paris: Ophrys, 1994.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985, 91 p.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2001, 162 p.

KRISTEVA, Júlia. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1999, 331 p.

LACAN, Jacques. **O Seminário XX mais, ainda**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 204 p.

MALINSKA, Maurício E. **Entre a Lingüística e a Psicanálise**. O real como causalidade da Língua em Saussure. Curitiba: Juruá Editora, 2003, 100 p.

MELMAN, Charles. **O significante, a letra e o objeto**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006, 144 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001, 222 p.

_____. A incompletude do sujeito. Sílvia Lane. (Org.). **Sujeito e texto**. São Paulo: 1988, v.? , p. ?.

_____. **Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1996, 156 p.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 297 p.

_____. Indícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis-SC, v. 20, n. 1, jan./jun. 2002.

_____. Enunciação, autoria e estilo. **Revista da FAEEBA**, Salvador-BA, v. 10, n. 15, jan./jun. 2001.

REGO, Cláudia de Moraes. **Traço, letra, escrita**. Freud, Derrida, Lacan. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, 256 p.

TEIXEIRA, T. M. L. Benveniste: um talvez terceiro gesto?. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, 2004, p. 107-120.

ANEXOS

Transcrições do Jornalista

Transcrição Badan Palhares

Ele foi chefe do Instituto Médico Legal de Campinas e do Departamento de Medicina Legal da USP, responsável por milhares de laudos em três décadas de carreira, participou das mais importantes autopsias da história recente do País. Em seu currículo está entre outros a identificação da ossada do carrasco nazista Joseph Mengele. Mas foi em 1996 que participou do seu caso mais polêmico até hoje contestado. A investigação sobre as circunstâncias da morte de Paulo César Faria o PC farias e sua namorada Suzana Marcolino em casa de praia do empresário, no litoral de Alagoas. Evidentemente que o nosso entrevistado do Canal Livre de hoje é o médico legista Badan Palhares que está lançando o livro "Porque Converso com os Mortos", reunião de relatos de este e outros casos importantes de sua carreira e da própria história do País. Entrevista da qual participam os jornalistas Fernando Mitre, Fernando Vieira de Melo e Marcelo Parada. Mas antes um pouco mais sobre o nosso entrevistado e os casos que já participou.

Doutor em medicina Legal pela universidade de Campinas, Fortunato Badan Palhares é um dos mais conhecidos e polêmicos médicos legistas do País. Em seus mais de 30 anos de carreira autou na investigação de crimes que chocaram o país. Em 1996 fez parte da equipe que identificou a ossada do carrasco nazista Joseph Mengele, foi o legista responsável pelos laudos dos 111 mortos do massacre do Carandiru e do confronto entre policiais e sem terra em Eldorado dos Carajás, no Pará. Esses e outros casos estão relatados no livro "Porque Converso com os Mortos" que Badan Palhares lança ainda este mês pela editora Lands Caps. No livro o legista dedica 11 capítulos a um dos episódios mais polêmicos de sua carreira: a morte de PC Farias e sua namorada Suzana Marcolino, em junho de 1996. Em "Porque Converso com os Mortos" Badan desabafa se defende das acusações que recebeu ao longo de sua carreira e defende duas teorias: que não existe crime perfeito e que a verdade sempre vem à tona.

Apresentador:

É isso aí “não existe crime perfeito, a verdade sempre vem à tona”. No seu caso então professor, basta saber conversar com os mortos e a verdade transparece.

Badan:

Na verdade a conversa com os mortos ela está envolvida de todas as circunstâncias que envolvem aquela morte bem como todo um processo de investigação também que se realiza em cima do fato de avaliação pelo perito médico legal. Porque o médico legista é uma peça da investigação criminal. Ele necessita conhecer a história que antecedeu a morte, ele precisa conhecer o local em que o fato ocorreu, as pessoas que estão envolvidas e depois uma investigação posterior ao fato. O médico legista não pode ser aquele indivíduo que fica adstrito ao Instituto Médico Legal aguardando o corpo que muitas vezes chega sem qualquer informação. Portanto a carreira de médico legista e perito criminal ela é uma carreira envolvida por uma circunstância extremamente importante que são estes elementos que eu acabei de mencionar. E a cena do crime é, sem sombra de dúvida, a peça fundamental para se resolver uma questão principalmente nos casos dos crimes chamados crimes xxxxx

Bom, dentro do que o senhor falou porque então existem tantos conflitos nos casos os quais o senhor participou, como, por exemplo, no caso PC Farias, o seu laudo é contestado. Em outros casos também porque há tanta divergência na área legal nesses casos mais polêmicos da história brasileira?

Na verdade eu não vejo polêmica na área legal. Eu vejo posições de interpretações diferentes de um mesmo fato. E essas interpretações podem acontecer exatamente em função do conhecimento pessoal do indivíduo, do domínio da técnica, em que muitas vezes a pessoa que emite uma segunda ou até uma terceira opinião sobre o fato não conhece o dado, o fato em sua totalidade. Eu tenho muito poucos casos contestados. O caso realmente exigiu maior divulgação da mídia, inclusive o Caso do PC.

Mas o PC, para falar especificamente desse que até hoje suscita muita curiosidade, professor, as pessoas não queriam acreditar e até hoje não querem acreditar que foi a solução mais prosaica que aconteceu [um crime passional] um crime passional. Porque o senhor chegou a essa conclusão e onde há o atrito entre a sua conclusão e a de outros.

Agora, antes da sua resposta vamos rever aí cenas deste episódio.

Junho de 1996. Paulo César Farias e sua namorada Suzana Marcolino são encontrados mortos, na casa de praia de PC em Guaxuma litoral de Alagoas. Badan Palhares é convidado para auxiliar nas investigações sobre o crime. Badan e outros dez peritos defendem um laudo a tese de crime passionai. Suzana teria matado PC farias por ciúme de depois se suicidado. Em 1997 um novo laudo contesta a conclusão de Badan e sustenta que os dois teriam sido assassinados. PC farias foi tesoureiro da campanha de Fernando Collor de Mello à presidência em 1989 e acusado de montar um esquema de corrupção dentro do governo. Dois anos após o novo laudo, Augusto Farias, irmão de PC é indiciado sob acusação de participação no crime. O inquérito foi acusado em dezembro de 2002 sem apontar os responsáveis.

Então professor, no caso a opinião pública de uma forma geral entendia que foi uma queima de arquivo. O senhor baseado única e exclusivamente nas evidências chegou à conclusão de crime passionai. Porque o senhor acha que houve essa polêmica em torno de um caso que o senhor tem absoluta convicção que foi crime passionai.

Acho que a reportagem mostrou também muito claramente, uma coisa que muito pouca gente conhece: Badan Palhares não foi o único legista neste caso. O laudo foi assinado por dez peritos. Somente o Badan Palhares foi objeto da mídia. Se nós formos avaliar o contexto nos vamos ver que os peritos que avaliaram num primeiro momento eles conseguiram levantar este local com muita precisão e muita técnica. Só que já existia desde o início do levantamento alguém levantando a hipótese sobre a possibilidade de não ser aquilo que a polícia já estava investigando desde o início. Daí a necessidade do próprio ministro da Justiça na ocasião Nelson Jobim solicitar a nossa participação para que pudéssemos dar uma assessoria àquilo que já existia como levantamento de local. Nós chegamos lá depois de sete dias. E ao avaliar todos os elementos colhidos, estarmos presente no local, conversar com as pessoas que estavam nesse local antes e depois do fato acontecido. E baseado fundamentalmente que o local levantado pelos peritos de Alagoas, os peritos todos envolvidos e *entre eles peritos da Polícia Federal* não tiveram dúvidas de que aquele crime era sim um crime sim de homicídio seguido de suicídio.

Professor, deixa eu fazer uma pergunta: há um dado me parece muito simples também e que é ponta ai de uma grande polêmica que é a altura de Suzana. Meu Deus do céu. O senhor garante que a Suzana tem um 1,67 metro, outros levantamentos falam de 1,57 metro. O senhor garante e parece que não é contestado é quatro centímetros, seria, era, quatro centímetros mais alta que o PC, o que na segunda hipótese daria ao PC a altura de 1,53 o que seria uma piada. Agora, não é simples pegar uma carteira de identidade, pegar os documentos da

vida de Suzana, ou medir o corpo da Suzana com uma mera fita métrica lá no IML, então porque ficou essa polêmica tão complicada em torno de um dado que é decisivo e me parece tão simples?

Exatamente, é simples realmente. O erro cometido na verdade que eu não aponto isso como erro e uma falha. É que no laudo original não se constou o tamanho exato de Suzana, ou seja, não se constou o tamanho exato do corpo de Suzana, [do conclusivo, constou] *dos 10 peritos, perdão, dos 10 peritos. Ele foi revisto por todos.*

E ninguém notou?

Não notou porque, porque a mesa de necropsia tem uma fita métrica metálica e ali você já vê o tamanho. Isso está gravado por quatro vezes na fita feita no local, tá certo? Mostrando e interrogando os próprios peritos de quanto um dia Suzana, quando nós chegamos a primeira coisa que perguntamos foi isso. Mas a grande polêmica não foi tão quanto ao tamanho da Suzana, quando nós estávamos nos referindo à estatura dela sentada na cama quando levou o tiro. E disto houve toda uma modificação de caracterização do tamanho de Suzana.

E aí a trajetória da bala...

É importante exatamente por isso. *Porque, você tendo a altura dela sentada na cama e você tendo a possibilidade de mostrar qual é a trajetória você vai saber onde ela estava sentada e qual a posição dela sentada na cama.* E foi isso que nós levantamos.

A sua certeza veio daí, professor?

A minha certeza não veio só daí. A minha certeza veio da constatação dela na mesa de necropsia que nós a medimos. Eu tenho isso anotado, aliás tinha até bem pouco tempo porque a Polícia Federal ficou com essa minha agenda, mas na minha agenda no momento em que eu anotava todos os procedimentos está consignado o tamanho dela. Além disso como eu já disse, a fita realizada no primeiro exame e durante os exames que nós realizamos está muito bem clara. É pena que eu não tinha ideia que estas coisas poderia acontecer porque senão eu traria...

Porque a Polícia Federal está com sua agenda, apreendeu sua agenda?

Porque na época em que houve a CPI do narcotráfico, houve uma dúvida em relação aos meus rendimentos. E a Polícia Federal foi acionada e eu fui indiciado por sonegação fiscal. *E todos os meus documentos foram levados e eu fiz questão que a Polícia Federal levasse a minha agenda para mostrar que na minha agenda estava consignada a altura dela. Além de todas as fitas. São oito fitas que gravam exatamente todos os momentos que nós participamos.* Portanto isto está mais do que documentado. Não há absolutamente dúvidas. E a

maior certeza é que a segunda equipe *quando foi fazer a necropsia de Suzana ou seja a exumação do corpo de Suzana*, fizeram somente do corpo de Suzana, não fizeram de PC, *que isso fica bem claro [Porque?] Porque, até hoje eu não sei o porque*. Se os dois morreram e se existia dúvidas em relação ao tamanho, obrigatoriamente tinha que fazer as duas exumações, mas só fizeram o de Suzana. E ao medir o corpo de Suzana no caixão que é o procedimento correto, está consignado no laudo deles 1 metro e 67. E é exatamente esse o tamanho que consignei quando o vi na mesa de necropsia.

Dr Badan qual é a maior falha de quem defende a tese crime passionai? O laudo?

No laudo eu não vejo nenhuma falha.

E de quem defende crime conspiratório, de que os dois teriam sido mortos, de que não houve crime passionai?

A falha está exatamente no laudo emitido pela segunda perícia. Quando nós estivemos lá existia um orifício na parede por onde o projétil passou. Depois de ter transfixado o corpo de Suzana na continuidade ele transfixou a parede. E foi exatamente este orifício, a parede tinha sete centímetros e meio de espessura, nós conseguimos saber onde tinha sido a entrada e onde tinha sido a saída do projétil. E por aí nós traçamos uma reta, e desta reta nós fizemos uma prorrogação da reta que deu a trajetória deste projeto. Dentro do ambiente e sabendo o tamanho dela, evidentemente pelo tamanho do corpo, nós sabíamos exatamente onde estava sentada Suzana, onde realmente transfixou e a posição dela na cama quando houve a transfixação. Acontece que a segunda, acontece que esse material precisava ser analisado. E nós retiramos esse fragmento de parede e elevamos para o laboratório para fazer a constatação através do DNA se aquele era o projétil que tinha transfixado o corpo dela, deixado ali na sua superfície fragmentos dela e depois de ter batido numa cadeira na sala e ali nós encontramos material genético de Suzana. Portanto não há dúvida nenhuma que o projeto que transfixou o corpo de Suzana é o mesmo que transfixou a parede. .. Só pra terminar o raciocínio, esse local não existia mais quando a segunda equipe esteve ou tentou fazer a reconstituição do local, não existiam vísceras, não tinha mais como fazer a trajetória, não tendo como fazer mais, eles colocaram um número - vou respeitar os colegas que trabalharam - um número imaginário e daí chegaram a uma conclusão totalmente sem lógica.

O senhor diz no seu livro que houve um elemento na equipe que trabalhou com o senhor que teria traído a sua equipe. Um elemento que teria tido um comportamento estranho e contra o trabalho dado a impressão de que houve um traidor. Quem é essa pessoa?

Eu acho que houve uma pessoa que realmente nos traiu no momento final quando tudo estava terminado. Provavelmente por questões de foro íntimo ele acabou revelando o resultado final antes que o entregássemos o laudo definitivo à autoridade solicitante.

E porque o senhor acha que ele fez isso?
Ah isso só ele poderia explicar

Professor Badam e o bastidor político durante esse processo de apuração? Pressões que o senhor possa ter recebido durante esse processo de investigação. O senhor pode revelar como foi esse dia a dia? Na verdade em Maceió eu não tive nenhum tipo de processo de pressão. Pelo contrário, fui muito bem recebido em Maceió. Durante todo o tempo que lá estivemos eu e a equipe da Unicamp tivemos a liberdade de fazer o que achávamos que tinha que ser feito neste caso, discutimos todos os passos com os colegas que lá estavam. E fizemos mais ainda do que isso. Como existia uma pessoa em Maceio que levantou a hipótese de duplo homicídio, que nunca foi médico legista mas que era professor de medicina legal - Jorge Sanghinette - eu convidei pessoalmente esse senhor para que fizesse parte do nosso grupo para que ele pudesse acompanhar todo tipo de trabalho e a resposta que ele deu que era no dia que eu lhe fiz o convite e era o em nós íamos exumar os corpos ele disse: eu não posso participar do seu grupo porque estou indo participar do programa do Jô Soares.

Doutor Badan uma questão que fica no ar a respeito da sua trajetória, é que desde o caso Menghele, o senhor se tornou uma pessoa muito conhecida o que é raro no caso da sua profissão, é difícil a gente saber na ponta da língua o nome de um médico legista, o senhor adquiriu notoriedade e fez ao lado do professor Molina uma dupla, e qualquer caso que tinha era os dois que eram chamados. Porque essa dupla termina de forma tão rachada e de uma forma tão polêmica parecendo que há alguma coisa alguma sujeira jogada debaixo do tapete.

Me perdoe somente não concordar com os termos usados pelo senhor. Primeiro quero deixar bem claro aqui que não fui eu quem fiz a identificação do Menghele. Eu participei do segundo momento do caso Menghele onde houve uma dúvida em relação ao ferimento encontrado na região malar, suspeito que ele tivesse levado um tiro e isso mudaria toda a história do caso Menghele. Como sou anatopatologista fui designado pelo professor Rubens Maluf e emiti depois de um estudo aprofundado com mais de três meses de trabalho emite um documento mostrando que aquele ferimento era resultante de uma fístula dentária que ele tinha há muitos anos. Ao terminar este trabalho, quem havia solicitado ao doutor Maluf até por interseção do governo americano foi o doutor Romeu Tuma – foi aí que eu conheci o doutor Tuma – e, ao apresentar o caso, eu sugeri ao doutor Tuma fazer uma reconstituição

facial do crânio do Menghele dizendo que aquilo seria uma outra forma de mostrar ao povo como é que era realmente a fisionomia ou muito próximo da fisionomia. Ele achou ótimo, me deu a autorização porque eu era o único responsável por este caso convidei alguns amigos colegas de faculdade de outras agremiações e fizemos essa reconstituição. Essa sim acabou sendo ou acabou tendo uma maior notoriedade maior até mesmo do que a própria identificação do Menghele. Esta teve notícias internacionais etc

Mas o doutor Molina nunca foi médico, primeiro. Segundo, ele só participou... [doutor Molina não é médico?] ele é um foneticista, ele não é médico. [Ele é o que?] – Foneticista. [ele estudou o quê, linguística?] Ele estudou linguística. O doutor Molina nunca foi meu colega de perícias médico legais. O doutor Molina... [o senhor, desculpa, mas os senhores parecia quase como uma dupla]. Não, aí talvez exista um espaço de tempo que precisa ser bem colocado. O doutor Molina veio para o departamento de medicina legal a meu convite para fazer realmente exatamente exames de fita, de fonética [De áudio?] de áudio, exatamente. *Ele veio para o meu departamento na época em que o Magri, o Rogério Magri, esteve envolvido com aquele problema* e foi a partir daí que ele começou a freqüentar o laboratório da medicina legal, mas nunca como médico, nunca participando de perícias médico-legais, mas sim de perícias forenses. Tanto é que nós criamos o primeiro laboratório de fonética forense no Brasil, no departamento de medicina legal na Unicamp onde ele trabalhava. Nós passamos a trabalhar juntos em alguns casos em que existia o envolvimento da fonética. Fora a fonética nós não tivemos nenhuma participação juntos.

Mas porque houve essa briga entre os senhores?
Certamente por causa de vaidade de vaidade pessoal

Do senhor ou dele?
Seguramente dele, não minha..

Ele diria o contrário....[risos]
Ele pode dizer o contrário

Mas e as contestações dele em relação ao trabalho do senhor. Que resposta o senhor tem?

A minha resposta é o seguinte: o doutor Molina primeiro precisa se formar médico, precisa se formar como perito, precisa ter graduação que não e depois ele poderá contestar os meus laudos.

Mas no caso do doutor Sanghinete o senhor o processou
Sim e o Molina também. O Molina foi processado e perdeu a causa.

O doutor Sanghinete o processo não avançou, foi até recusado

Não, não. Eu tenho contra o Sanghinete cinco processos. [Eu sei de um que...] um único processo que num primeiro momento eu ganhei. Houve uma apelação, a partir dessa apelação, e ele ganhou.

E os outros quatro?

Os outros quatro estão em andamento

Nós vamos agora fazer a nossa primeira parada, o Canal Livre hoje com o médico legista Badan Palhares, volta em um instante

Voltamos com o Canal Livre que hoje recebe o médico legista Badan Palhares. Como vimos no bloco anterior, Badan Palhares entrou em choque com algum de seus pares. Vamos ver uma das polêmicas entre ele e seu colega da Unicamp, Ricardo Molina

17 de abril de 1996. Dezenove pessoas morrem e 84 ficam feridas no confronto entre sem terras e policiais militares em Eldorado dos Carajás, no Pará. Seis anos depois durante o julgamento do caso Badan Palhares e seu colega da Unicamp, o foneticista, Ricardo Molina, travam uma verdadeira guerra de laudos sobre o episódio. Para Molina a Polícia atirou primeiro e foi responsável pela tragédia. Já Badan discorda e não reconhece o massacre.

Não reconhece o massacre. O que teria ocorrido então?

Ali foi mais do que um massacre. Ali as pessoas foram escolhidas. No massacre não o massacre, você, quem está na frente vai em frente, tá certo? crianças, mulheres, o que tiver realmente ali foi uma barbárie, realmente. Ali as pessoas foram escolhidas.

Pior que uma barbárie?

Muito pior. Muito pior. E o fato de dizer que a polícia atirou primeiro, é impossível dar este diagnóstico. Porque as primeiras imagens e os primeiros sons que se escutam são de muito longe não é possível dizer qual foi a arma, qual foi o tipo de arma que disparou. O que na verdade ocorreu é que o Molina tentou focar no único momento em que foi possível avaliar um policial atirando. Mas este não foi o primeiro disparo. Esse não foi o momento do primeiro disparo. [Não foi ali que começou] Não foi ali que começou. O grande erro dele, que infelizmente não é perito, para este tipo de discussão, como eu já disse, foi exatamente, foi lamentável ele dar um parecer de algo que ele não conhecia e não tinha capacidade para isso.

Mas o senhor sustenta então que a polícia atirou em determinadas pessoas que ela já sabia quem exatamente seriam essas pessoas?

No meu parecer eu não digo quem matou quem. Eu digo que as pessoas foram escolhidas.(neste trecho, não fica claro a separação das

falas do entrevistador e do entrevistado, grifo pesquisador) Até porque, porque ali a grande maioria das pessoas não morreu por projéteis de armas de fogo. Morreram armas brancas. Com ferimentos profundos produzidos por facões, por foices, por enxadas...

E que a polícia não usa...

E que a polícia. Bom eu usei esse termo "e que a polícia não usa". Entretanto eu coloquei no meu parecer que é imprescindível que se avalie esse tipo de ferimento, particularmente nas pessoas que foram atingidas. Porque, porque eu não sabia como tinha ocorrido isso, a não ser por imagens.

Professor, quando o senhor diz que a maioria das armas usadas, era uma maioria de armas brancas...

A maioria das mortes e não das armas utilizadas...

A maioria das mortes, pois é, a maioria das mortes veio de armas brancas. Armas que a polícia não usa *[normalmente não usa]*. Mas o senhor queria concluir então que não foi a polícia?

Não, não. O que eu queria concluir é que a investigação deveria ser muito mais minuciosa do que estava sendo até então. E o que, que aconteceu depois que nós demos essa informação? A promotoria pública foi procurar exatamente quais os soldados que sim participaram. *E encontraram uma companhia que era de policiais florestais. Os policiais florestais... [que usam armas brancas..] isto, os policiais florestais...*

Então isso não isenta a polícia de nada?

Não, não, pelo contrário.

Quer dizer, na verdade o que o senhor diz é que foi pior do que massacre e foi mais cruel ainda...

Não tenho dúvida nenhuma, e isto está no meu parecer.

Por que o que ficou parecendo é que de um lado Molina atuava como um defensor da tese de que houve um massacre e o senhor era um defensor de que não houve, digamos a violência policial que ficou muito evidente.

Mas a promotoria pública soube usar exatamente o nosso laudo.

Professor, o senhor acha então, a sua conclusão é que tudo aquilo ali começou com pedras, paus e facas...

Bombas de gás lacrimogêneo

As primeiras imagens mostram disparos, mas não mostram de onde aonde. Depois é que o cinegrafista consegue se locomover como se fosse esse aqui o foco. Nós temos uma imagem que vem daqui, dali a

pouco esse cinegrafista começa a se mover aonde aparece depois aquele grupo apedrejando a polícia e a polícia correndo...

Esse é o primeiro momento?

Esse é um terceiro momento. E um quarto momento é aquele que nenhuma câmera mostrou. É onde realmente as mortes aconteceram. Porque estas mortes não aconteceram quando a câmera estava focando aquele tipo de procedimento.

E neste quarto momento existe a possibilidade de que não só a polícia tenha cometido estas mortes?

Esse é o nosso grande problema. E é por isso que nós colocamos que precisava ser melhor investigado, porque ali também existia outros interesses dos próprios fazendeiros, existiam interesse dos próprios sem terra, que provavelmente por algum tipo de desavença alguém pudesse – estou levantando uma hipótese, não estou afirmando absolutamente nada – alguém pudesse aproveitar esse momento. Mas o que precisa realmente saber é porque aqueles corpos foram mortos fora daquele ambiente e quem procedeu esse tipo de crime.

Doutor Badan, até que ponto esse choque de laudos atrapalha a justiça? Ou quando esse processo é levado aos tribunais a justiça tem frieza para analisar qual lado está certo qual laudo está errado e a justiça efetivamente é feita?

Nós temos muitos casos em que a justiça não é feita. Infelizmente porque, porque nem todos os laudos recebem o mesmo tipo de tratativas, nem todos os laudos refletem exatamente aquilo que aconteceu. Portanto, eu já participei de vários pareceres negando um laudo, exatamente porque esse laudo não contempla todos os fatos que envolvem um procedimento.

Como é que se corrige isso? A pergunta é a justiça tem condições técnicas de avaliar um laudo?

Não. A justiça deve se ater a solicitar pareceres de peritos que tenha capacitação não só moral, técnica, e de instrumental para poder resolver suas questões. Infelizmente nem sempre esses instrumentais estão presentes nos nossos institutos de criminalísticas e nossos institutos médicos legais. Isso então pode...

Por falta de investimento, por falta de gente. O que falta então?

Na verdade eu vou dizer de uma forma geral o que existe no Brasil. Existe falta investimento sim, nós não temos institutos de criminalística, institutos médicos legais para poder atender a cem por cento daquilo que é atribuição do perito médico, do perito criminal. Nós temos em São Paulo um instituto de criminalística primeira linha, mas é algo que está se desenvolvendo mais recentemente do que há alguns anos atrás.

E um IML que não funciona, né, doutor Badan?
O IML, eu não sei em que ponto o senhor diz que ele não funciona

No seu dia a dia...

O IML tem suas falhas, mas nós temos excelentes peritos médicos legais. Em comum, como em todas as outras áreas, nós também temos peritos que não conseguem contemplar realmente aquilo para o qual ele foi escolhido como perito ou passou no seu programa de preparação...

Se o senhor já teve um parente ou um amigo morto em São Paulo sabe do que eu estou falando...

É verdade, eu já tive. Eu acho que existem falhas sim, existem não vamos deixar isso passar em branco. Mas a tentativa hoje de melhorar esse quadro é muito maior do que na época de um ex-secretário de segurança pública em que eu me dirigi a ele até como médico legista pedindo melhores condições técnicas e ele era até um coronel e me disse quantos casos o senhor consegue resolver com a tecnologia que o senhor tem hoje no instituto médico legal que era péssima. Olha, 80 a 90%. E ele disse tá ótimo doutor, pra que mais então?

Era o Erasmo Dias, doutor?

Era, era ele.

Doutor Badan que avaliação o senhor da medicina legal do ponto de vista jurídico.

Jurídico. Eu acho que em primeiro lugar nós estamos comentando no País um grande erro de permitir que faculdade de Direito deixem de ter em seu programa de formação de medicina legal

Ué não tem mais?

Não tem mais. Boa parte das faculdades de Direito já não possuem mais a cátedra e a cadeira de medicina legal. Em segundo lugar, a própria faculdade de medicina o espaço de tempo para a medicina legal também é muito pequeno não é uma carga que ofereça ao médico a oportunidade de conhecer realmente a medicina legal.

...E o interesse dos jovens pela especialidade...

Eu já lhe dou a resposta. A Medicina Legal não é importante só para o mortos. Ela é muito mais importante para os vivos. Noventa por cento da nossa clientela *médico legal* são os vivos: são os crimes contra as crianças, contra as mulheres, são os acidentes de trânsito, são os vários tipos de lesões corporais existentes. E o jovem, ele hoje tem uma visão diferente da medicina legal. A medicina legal mudou a sua fisionomia. A medicina legal da época que eu entrei na faculdade, um pouco antes disso, o médico legista era configurado como aquele médico que fedia

no necrotério. Hoje não. Hoje o médico legista é visto como o médico investigador. O médico que está feito à tentativa de resolver as questões que envolve uma morte.

Doutor voltando á questão do conflito de laudos e a incapacidade da Justiça de resolver essa questão, na Paraíba houve um caso lá em que o senhor atuou, é foi um caso polêmico, o vice governador apareceu morto, o senhor deu um laudo falando que havia se suicidado depois apareceu um laudo dizendo que não, que ele havia sido assassinado. É onde se divulgou aquela informação que o senhor nega, que no seu laudo havia uma negligência em relação ao revólver, parece que seria uma bobagem, mas apareceu divulgado em tudo quanto é lugar. A questão é: como se vai do suicídio ao assassinato assim e a justiça diante dessa ambiguidade como é que fica? O que o senhor tem tanta certeza que foi suicídio?

Pelos fatos reais encontrados, pelos fatos reais existentes. Mas eu vou historiar um pouco mais. Este caso quando o médico legista, os peritos criminais foram ao local chegaram à conclusão de que realmente era um suicídio. *A família não contente com esse documento, solicitou um perito do Sul que através das fotografias que eles mandaram - que foram duas fotografias - emitisse um parecer - parecer particular.* Esse parecer foi dado dizendo que aquilo era um homicídio e não um suicídio. Diante desse fato, a Polícia Federal nos solicitou na universidade para que nós nos dirigíssemos para poder emitisse um parecer. Eu disse que só daria um parecer se estivesse presente, se examinasse este corpo, se pudesse conversar com os primeiros peritos que lá estiveram. E foi assim que aconteceu. Nós lá estivemos, examinamos todo o material, fomos à casa, conversamos com o filho, fizemos uma tentativa de reconstituição em função do que o filho nos contou como encontrou o pai, as características, os ferimentos encontrados na parede, ferimentos, quer dizer, as lesões encontradas na parede e etc. E baseados nestes elementos materializados é que nós chegamos à conclusão definitiva de que ali era um caso de suicídio.

O senhor continua afirmando então...

Não tenho dúvida. Eu não tenho dúvida nenhuma.

O senhor sustenta que não existe crime perfeito. Um caso que deu muita notoriedade em São Paulo – o caso da Rua Cuba que já tem mais de 10 anos - inclusive um grande jurista acabou morto junto com a mulher. A primeira, tudo apontava que o filho fosse o assassino, inclusive o atual secretário acho que da Justiça que na época era procurador geral, ele sustentava toda investigação em torno de Jorge Bouchabki [Doutor Marrei, né] – Doutor Marrei, exatamente - e no fim até hoje não se sabe o que aconteceu ali. O senhor foi chamado no

caso, teve algum tipo de conhecimento? Esse não é então um tipo de crime perfeito?

Inclusive disseram na época que mexeram demais na casa e quando a perícia chegou não deve condições de levantar os elementos fundamentais para elucidar o caso.

É verdade. Aquele local foi manuseado. Aquele local foi mexido. E nós pudemos provar isso através das fotos que haviam sido tiradas pelos primeiros peritos que lá estiveram. E o doutor Marrei foi incansável nesta procura, nós trabalhamos juntos nisso. E todos os elementos, todos os elementos levantados apontavam exatamente para o filho. Só que a arma do crime não foi encontrada e o ambiente, infelizmente, fora manuseado, em sorte a prejudicar alguns dos dados que seriam relevante para você poder ter uma prova cabal, definitiva e materializada.

Então esse não seria um crime perfeito?

Não, esse foi um crime manuseado

Perfeito no sentido de que a pessoa, o eventual culpado está por ai nunca foi punido...

No caso do Maranhão, viu Fernando, aquele daquele jovem de 15 anos que morreu, o senhor estudou o caso e fez um laudo dizendo como conclusão que o que o senhor examinou não era o menino.

- Não...

O senhor disse que não era o menino e mais tarde ficou claro que o senhor examinou um corpo que não era dele. Quer dizer teve ali um problema grave.

Este caso o que aconteceu foi que o menino desapareceu, seis dias depois foi encontrado um cadáver em uma praia 90 quilômetros distante de onde tinha desaparecido o menino. Este corpo foi examinado pelo Instituto Médico Legal de lá e eles identificaram o menino porque um dentista olhou a criança e disse que era ele. Mas não disseram do que ele havia morrido. Ai o pai solicitou à Polícia Federal que nós fôssemos até lá. Nesta ocasião eu estava de férias e quem me substituíria no departamento é que se deslocou para conhecer a história. E, ao voltar, disse que não podia por compromissos e me pediu que eu o substituísse. Eu estive, junto com minha equipe, com a equipe da universidade, examinamos e demonstramos lá mesmo que aquela criança tinha sido assassinada. Fomos nós quem provamos que aquela criança tinha sido assassinada. Mas através dos elementos encontrados e nós fazíamos naquela ocasião a superposição de imagens, nós não conseguimos através da superposição de imagens, que foram os meus colegas, infelizmente nesta ocasião eu estava com outro trabalho, os meus colegas não conseguiram identificar aquele crânio as imagens das fotografias fornecidas pela família. Portanto nós demos que as imagens

não correspondiam na sua totalidade portanto não poderia ser a mesma pessoa.

E como é que depois chegaram à conclusão de que era?

Isto. Depois foi feito, depois nós mandamos um material que existia dentro da universidade para um exame de DNA, esse exame realizado por um laboratório conceituado no Brasil, que o material enviado não tinha condições de ter relação com a família. Ficou então sendo o resultado negativo a exemplo do que tinha acontecido com a superposição das imagens. Posteriormente, alguns anos depois estes ossos foram solicitados, nós devolvemos esse material para o Maranhão, um outro laboratório examinando o material que nós examinamos e chegou à conclusão de que era o menino.

E hoje o senhor acha que era o menino?

Bom, eu estou dentro do meu laudo que era aquele que não pode comprovar que era o menino

Que não era comprovado

É que não era.

O Canal Livre faz mais uma parada a gente volta dentro de instantes.

Estamos de volta para o último bloco do Canal Livre que hoje entrevista o médico legista Badan Palhares.

Doutor Palhares com a publicação do seu livro "Porque converso com os Mortos", o senhor pretende fazer a exposição da carreira e também pretende fazer a exumação da polêmica?

Eu acho que na verdade a intenção de colocar esse livro foi para deixar para os meus filhos para a minha família de uma maneira geral um pouco da minha vida que eles não conhecem em sua totalidade. Evidentemente que eu não coloquei tudo no livro. Mas também para servir como um ponto de informação para os nossos estudantes de direito, para os nossos estudantes de medicina que nós temos condições de poder realizar trabalhos mesmo sem todo o instrumental técnico necessário. Eu vou dia 26 agora fazer uma tarde autógrafos exatamente na sede da OAB aqui em São Paulo, na praça da Sé, uma entidade extremamente respeitada, portanto me sinto extremamente envaidecido de poder fazer esse lançamento lá. Mas na verdade essa intenção foi de tentar mostrar um pouco das dificuldades que eu tive na minha vida para poder à procura da verdade trazer situações que vivi muitas vezes até sem condições físicas de poder resistir a certos empreendimentos como por exemplo o caso que fui atuar para tabalhar com os garimpeiros mortos na Amazônia venezuelana. Portanto acho que a intenção do livro é exatamente tentar mostrar a importância das

particularidade que existe em todos os corpos e que o legista precisa estar muito presente para poder saber retirar deste cadáver as informações mais precisas de um diagnóstico final.

Professor, aquele episódio da CPI foi um episódio duro para o senhor, não é? Alguns deputados davam entrevistas se referindo ao senhor em uma linguagem duríssima de uma objetividade, de uma agressividade impressionante. O senhor foi ali acusado até de vender laudo para o narcotráfico. As cenas mais feias foram pintadas ali naquela CPI. O senhor processou aqueles deputados? O que aconteceu ali como consequência daquilo tudo. Como o senhor encara aquele episódio hoje?

Eu para ser muito sincero digo isso no meu livro. Ali foi uma exposição de alguns deputados para as próximas eleições. Eles não tinham nenhum elemento materializado contra a minha pessoa, tanto é que eu não recebi, embora tenha sido indiciado, eu não fui indiciado por venda de laudos, eu não fui indiciado por falsidade de laudos, eu não fui indiciado por absolutamente nada relacionado aos laudos, eles me indicaram por sonegação fiscal...

Eles levantaram sua conta e tinha lá uma movimentação de dinheiro que tava...

Só que a movimentação que eles fizeram foi uma movimentação ridícula que nem primário faz, nem criança do primário faz. Eles estavam somando todos os ganhos com caderneta de poupança e somavam como nova aplicações. Foi coisa hilariante que eles acabaram brigando entre eles mesmos. Mas a secretaria da Receita Federal acabou depois de dois anos me mandando um documento me pedindo desculpas como os – está no livro também – como os seus membros chegaram até a minha pessoa me levando lá uma dívida de 197 mil reais de impostos que eu não havia pago. Na verdade eu contestei e recebi essa carta pedindo desculpas pela forma como fora tratado.

Doutor Badan está no livro também os três processos que o senhor sofre na Unicamp?

Que eu sofro? Nenhum

Que teria utilizado um microscópio, utilizado um microscópio que foi doado pela *comissão de energia nuclear para a Unicamp* que apareceu em seu laboratório. O senhor vendeu uma fita...

Não, não vamos por partes.

Então vamos por partes.

O microcópico foi um microscópio doado pela "Gnem" e como eu era o único patologista do departamento de medicina legal e como esse material era contaminado, o chefe do departamento na ocasião, como nós não tínhamos condições de ter no laboratório que nós tínhamos no IML, como não tínhamos condições de poder ter esse material no

laboratório ele pediu que eu levasse para o meu laboratório porque lá sim eu tinha todas as condições de poder dar todos estes diagnósticos. Isto houve realmente a iniciativa de uma sindicância interna foi devidamente esclarecida com provas contundentes contra essa denúncia malfadada.

Segundo o trabalho dos Irmãos Maristas. O senhor teria cobrado dos irmãos Maristas mas a Unicamp não recebeu nenhum tostão.

Na verdade quem foi procurado para o caso do padre Marcelino Champagnat fui eu pessoalmente - e individualmente. Mas como eu fazia parte da universidade eu levei para a universidade para que outras pessoas pudessem participar a exemplo do caso Menghele que também não foi a Unicamp que recebeu o Menghele fui eu pessoalmente. Eu levei para a universidade pelo espírito realmente acadêmico de poder trazer esse tipo de procedimento para que os alunos pudessem participar. Ocorre que nessa ocasião o doutor Molina era um dos integrantes e nós já tínhamos alguns problemas pessoais, ele acabou impedindo que toda uma tramitação burocrática pudesse ocorrer dentro da universidade. Eu não tive dúvida, como eu tinha sido o requisitado, tirei da universidade, fiz o que tinha que ser feito e doei este dinheiro ganho a uma entidade assistencial, aliás o que estou fazendo com o livro que estou publicando. Esse livro, a renda deste livro está sendo doado a duas entidades: São Jerônimo Emiliano que é uma igreja e uma creche Semente de Davi de Campinas. Portanto não estou recebendo absolutamente nenhum emolumento pelo livro publicado.

O senhor vendeu a fita da gravação da autópsia do PC Farias?

Isto. Isto é um outro problema em que há um grande erro neste procedimento. Eu apresentei junto com o nosso querido amigo Bastos falecido já num programa de televisão eu apresentei o caso PC para esclarecimento dos fatos. E o jornalista que fez esta matéria entendeu que aquela matéria a partir daquele momento era dele e publicou num segundo momento, publicou não, apresentou num segundo momento no programa dele um título: "PC Farias por Badam Palhares". Sem que nós tivéssemos autorizado absolutamente nada. Imediatamente quando eu tive notícias disso eu entrei com a administração da universidade contra esse repórter, fomos procurá-lo pessoalmente e impedimos que ele divulgasse qualquer tipo de matéria e a fita não existiu. Acontece que um deputado estadual que morava em Campinas e que era um indivíduo que realmente tinha tido um atrito sério comigo em função das ossadas de "Perus". Ele, quando o repórter publicou que deveria sair esse livro ele deu uma caixa postal e uma conta para depositar e receber o dinheiro em casa. Ele fez o depósito e em cima disse ele fez a acusação de que havia comprado o livro. Mas qual foi a matéria que ele entregou junto com esse depósito? Foi uma locadora que ele pegou em São Paulo e copiou aquele programa. Fez o programa de uma editora

totalmente diversa daquela do jornalista entregou como sendo a prova. Nós entramos na polícia, pedimos uma perícia deste material e provamos que ele havia forjado a fita. Da mesma forma que três docentes do meu departamento acabaram respondendo por este tipo de procedimento.

Muito bem nós vamos chegando ao fim Canal Livre, mas nós queremos o doutor Badam Palhares, o senhor tem agora um minuto para concluir a "sua conversa com os vivos".

Eu agradeço a oportunidade de estar com vocês todos aqui para uma conversa franca, aberta, para poder mostrar realmente a importância da medicina legal e da perícia criminal. Eu faria um apelo ao nosso governador de estado e a todos os governadores de estados que deem mais atenção à polícia científica, porque é através da polícia científica que nós conseguimos resolvermos os grandes problemas da nossa sociedade principalmente aqueles que envolve o crime principalmente aquele chamado crime de sangue. E não é só isso. Veja nas grandes catástrofes quem são os primeiros a serem chamados? São os peritos de local e os médicos legistas. Haja vista este desastre que aconteceu com a TAM em que os nossos peritos médicos e os nossos peritos de locais foram fundamentais para que em tempo recorde pelo número de pessoas mortas e pelas circunstâncias em que foram mortas fossem identificadas.

Muito bem o Canal Livre de hoje fica por aqui, nós agradecemos a participação do médico legista Badan Palhares no programa. A todos também o nosso muito obrigado pela audiência. A gente se vê no próximo domingo. Até lá e boa noite.

Ministro Hélio Costa
Boa noite

O canal Livre está no ar. E no dia que o Brasil entra na era da TV digital nós recebemos aqui, ao vivo, o Ministro das Comunicações Hélio Costa. Que é um dos responsáveis por sua implantação do sistema no País. Nós vamos tratar deste assunto em detalhes da nova tecnologia que promete mudar o jeito como nós brasileiros assistimos televisão. As vantagens da alta definição, os novos equipamentos, as dúvidas mais comum que já surgiram, os detalhes do padrão adotado e também desenvolvido pelo Brasil. Em seguida, nós vamos falar das telecomunicações de um modo geral no país, o problema das rádios piratas, a terceira geração de celulares. Bom, também comigo aqui na mesa os jornalistas Fernando Mitre, Antonio Teles e Marcelo Pará. Mas antes da entrevista vamos ver como foi o evento do lançamento esta noite em São Paulo da TV Digital no Brasil.

O âncora do Jornal da Band Ricardo Boechat deu início à cerimônia que inaugurou as transmissões da TV digital no Brasil, primeiro na cidade de São Paulo

O brasileiro que já é louco por TV agora vai ficar ainda mais porque a era digital chega para ficar

Na Sala São Paulo palco de apresentações da Orquestra Sinfônica, âncoras de todas as redes de televisão ressaltaram as vantagens do novo sistema. Fim dos fantasmas e chuviscos na imagem, a interatividade e a possibilidade de assistir a TV em movimento no telefone celular, dentro do carro.

Às oito e meia da noite a cerimônia passou a ser transmitida em Rede Nacional.

O presidente Lula saudou o novo sistema:

"É uma verdadeira revolução. Por um lado vai proporcionar um aumento extraordinário nos espaços de difusão da cultura brasileira e na veiculação de informações. Por outro, vai estimular a nossa indústria gerando emprego, renda e oportunidades para o país."

Em seu discurso o presidente Lula anunciou que o Governo vai financiar através do BNDES um programa para baratear o preço dos conversores para que mais brasileiros possam assistir a TV digital.

"Determinei ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que desenvolva um programa de incentivo à implantação da TV digital no valor de um bilhão de reais. Ele irá dar apoio à rede varejista para baratear a venda do conversor que permita a recepção do sinal digital pelos atuais televisores analógicos".

Um clic no controle remoto simbolizou a chegada da TV digital que gradualmente deve revolucionar o jeito de ver TV no Brasil.

"Estamos nos preparando a muitos anos pra isso, se tornou um grupo multimídia, produzindo, distribuindo, interagindo. Ela tem muitas áreas hoje ligadas à interatividade. Então ela se preparou para esse mundo novo".

O evento terminou com o som da cantora Maria Rita.
SOB SOM

Joelmir: Ministro "habemos" TV digital.
Ministro: "Habemos"

Em São Paulo, a partir deste domingo. Agora Rio e Brasília só no ano que vem. Belo Horizonte só no ano que vem. Salvador e Fortaleza só em 2010. Porque este arrastar aí de difusão do sistema no País?

Nós criamos um cronograma de implantação da TV digital. Porque primeiro ela precisa atender a uma série de exigências da parte das empresas de rádio e difusão e tem uma imposição de uma carga de trabalho dos técnicos do governo. Nós temos que fazer a canalização de cada cidade do Brasil. Quer dizer aonde existe o sistema analógico você tem que fazer o sistema tem que fazer o sistema digital funcionar praticamente pareado quer dizer cada canal analógico corresponde a um canal digital. E nós temos que, ao mesmo tempo, estar mudando todo o sistema de televisão no Brasil. Por essa razão nos resolvemos fazer essa cronologia, este cronograma de implantação, primeiro por São Paulo, porque é o mercado mais importante da televisão brasileira. Em seguida...

Com maior densidade também
Maior densidade
Maior densidade
Mais importante em todos os sentidos
Maior na escala
Na escala sem dúvida

Em janeiro, fevereiro, no mais tardar fim de fevereiro nós já podemos estar chegando a Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Na virada do segundo semestre nós pegamos duas capitais do Sul e duas do Norte e até dezembro nós já podemos estar em todas as capitais brasileiras. E a partir daí...

Nas capitais?
Nas capitais

O processo completo ele se dá até 2016?
Até 2016 é o tempo que nós estabelecemos para a vida útil do sistema analógico funcionando junto com o sistema digital para que ninguém deixe de ver TV. Enquanto isso...

Enquanto isso... e o senhor tem uma sensibilidade especial para esse detalhe. Detalhe não, ele é fundamental que é o aparelho que vai permitir ao telespectador mesmo tendo a TV analógica ver a imagem com nitidez. Isso, o preço deste negócio está um absurdo. A gente vê aí mil e noventa reais, 499 reais o mais barato. E o senhor tem falado em preços [bem mais humanos digamos assim] e hoje o senhor parece que teve a primeira vitória. Mas o que significa isso na prática. O telespectador quando é que vai poder comprar este aparelho mais barato? Olha nós estabelecemos no próprio decreto que cria a TV Digital – o 5820 – a obrigatoriedade de se ter o conversor, porque senão você condenaria o telespectador brasileiro a ter de comprar um aparelho novo para ver televisão digital. Então ficou estabelecido para que isso não aconteça você compraria o conversor e usaria o antigo televisor. Se

quiser um televisor de mais definição com maior número de linhas então você faz um investimento no aparelho. Pode ser agora, ou daqui a dois, três, quatro anos. Só que lamentavelmente parece que não souberam entender que nós temos que colocar no mercado brasileiro de 60 a 70 milhões de conversores da TV digital e todo mundo quer ganhar, o máximo, no primeiro dia do lançamento da TV digital. Porque eu não consigo entender Fernando, como é que você faz um conversor de TV digital no Brasil custar mil reais. Se ele custa exatamente 64 dólares no Japão, que representa aí 110 reais. Ele custa em torno de 100 reais na Europa e custa menos de 100 reais nos Estados Unidos.

Acharam que aqui era uma galinha dos olhos, dos ovos de ouro. Esse conversor tem 90% das mesmas peças, dos mesmos componentes. É este que está nas mãos do Joelmir. [aqui está pode focalizar]. Diga-se de passagem, isso aqui é meio jurásico. Porque o conversor é uma coisa pequeninha, é uma caixinha simples igual à que você tem possivelmente na sua casa na TV à cabo, no entanto a que começa, começa com esse tipo grandão aqui.

Esse custa 1.090?

Esse custa 1.090

Porque não pode importar, então esse conversor, Ministro?

Pode importar. É claro que pode importar. Exatamente o que o Presidente quis dizer hoje à noite é que você vai criar linhas de financiamento para o mercado varejista, para as grandes distribuidoras de eletrodomésticos no país inteiro, você vai colocar recursos disponíveis para a indústria poder fabricar um conversor não só no pólo de Manaus, mas também em outros estados, possivelmente desonerando, porque só com a desoneração você corta esse preço em 50%, mas eu confesso que não entendo o valor que se estabeleceu para o Brasil porque o chip set, o chamado chip, que é o principal instrumento que vai dentro desta caixinha para criar o processo de conversão da imagem para você poder ver a TV analógica no seu televisor comum ele custa 22 dólares em qualquer lugar do mundo. Esse é o preço base. Quando você acrescenta os demais componentes, e eu tenho informações inclusive da própria academia, dentro da própria USP, os professores que participaram conosco do projeto da TV digital nos deram essa semana o custo médio em dólar de 60 a 70 dólares no máximo para os componentes da caixa conversível.

E querem cobrar 1090? Ai não dá..

Eu cheguei a dizer que essa caixa para custar 1100 reais ela tem obrigação de falar com ET, tem obrigação de fazer contatos imediatos de terceiro grau, tem completa certeza que vai fazer contato com Marte, porque não é possível

Ministro, então é uma tradicional, uma manobra de especulação do comércio ou da indústria?

Olha, vamos estabelecer o seguinte, eu vou, possivelmente, até ferir alguns interesses, mas eu vou falar a verdade, o que eu sinto que tem que ser dito para o Brasil. Em primeiro lugar, não existe o menor interesse das grandes empresas que estão no mercado principalmente no pólo industrial de Manaus para fazer a caixinha conversora. Querem vender o televisor, querem vender o LCD, o plasma, querem vender o LCD de 46 polegadas, de 50 polegadas. Ninguém quer fazer o conversor. Então quando você chega e força essa empresa que quer fazer o televisor, a fazer o conversor ela diz eu faço, mas faço por mil reais. Porque ela faz por mil reais, porque que ela faz por mil reais? Porque se ela não fizer por mil reais ela vai prejudicar o seu próprio mercado, porque o Brasil produz hoje 10 milhões de aparelhos de televisão por ano. Se não produzir uma caixinha conversora de 200 reais, ninguém compra televisão...

*Vai prolongar a vida daquilo que querem trocar
Claro, evidente, então não tem o menor interesse*

Agora vamos para o lado do celular. Nós criamos um sistema que é o único no mundo capaz de transmitir a TV digital no celular gratuitamente. Em todos os outros sistemas você tem que pagar para a companhia telefônica para receber a TV no seu celular, como você baixa um programa da internet fazendo download, o chamado download, ou então quando você recebe uma ligação no celular pagando entre 40 centavos e 1 real e 20 dependendo do celular que você tem. Bom, o sistema que nós adotamos que é o sistema digital japonês, ele permite que você faça essa transmissão de graça.

Agora, quem é que vai com o tempo não esteja sendo taxada pela operadora de telefonia?

Claro, claro é uma operação de rádio e difusão.

Completamente de graça.

Completamente de graça

E aí as teles não gostam?

Não gostam porque, porque se você puser o televisor no celular, ao invés de eu gastar fazendo uma ligação pra você eu vou estar vendo televisão de graça. Então não há o menor interesse na transmissão via celular.

Ministro, amanhã, nesta segunda-feira, a Band lança via satélite a TV digital de alta definição em banda C. Amanhã já para todo o País.

Olha isso vai fazer uma grande diferença. Primeiro porque você começava pensando no mercado de 10 milhões de consumidores que é a Grande São Paulo, para o começo da TV digital. Na medida em que você introduz o mercado brasileiro ligado à Banda C, que são 19 milhões de antenas parabólicas espalhadas em todo o território nacional [até em favelas] – até em favelas. Eu estou dizendo agora que o mercado para a venda do conversor seja ele satélite ou terrestre já chegou perto dos 30 milhões, imediatamente [Band e Rede TV] . Então já existe escala. Porque com a previsão inicial de 30 milhões de compradores para a caixinha, para um conversor, [já nesta segunda-feira, só isso já baixaria o preço?] tem de baixar.

Veja que curioso. A velha e boa banda C, parabólica que tem 20 anos, ela dá esse passo gigantesco e se atualiza e acaba ficando disponível para o consumidor de menor renda, porque a gente viu aí que as parabólicas nunca param de vender e sempre venderam cada vez mais. Elas tiveram uma popularidade muito grande na medida em que havia dificuldade de se receber a transmissão terrestre. Isso ocorre muito no interior, principalmente nas pequenas cidades onde você não tem uma transmissão local, então você prevê receber via satélite. Agora onde é que entra a modernidade do sistema digital de televisão? Você está fazendo a transmissão da TV Bandeirantes na Banda C, você gasta um espaço de 36 megahtz, ou seja, 36 unidades, vamos dizer assim popularmente. Para você fazer uma transmissão de alta fidelidade, de alta resolução, a chamada HD de alta definição você gasta nove apenas. Então em um espaço onde você coloca uma imagem analógica que mesmo a melhor ainda é distorcida, você coloca quatro imagens digitais de alta definição.

É o que a Band está fazendo. Três vezes mais no mesmo espaço. Você tem uma compressão do sinal de vídeo. Isto graças ao sistema que nós adotamos que é o mais moderno sistema de compressão de vídeo da TV mundial que se chama H264, que é o MPEG4. Os técnicos e engenheiros reconhecessem esse sistema como o mais avançado que existe no mundo. Então na verdade hoje nós fazemos quatro canais dentro de um espaço analógico e, no máximo, até meados do ano que vem é possível que a gente faça 8 canais. Tudo isso é o que a TV digital vem propiciar. E até mesmo a democratização, Fernando Mitre, da TV no Brasil, Joelmir, vai ocorrer através da TV digital porque você cria novos espaços, na verdade você está abrindo as portas

Estamos à frente dos Estados Unidos, por exemplo. Em termos de interatividade estamos com uma perspectiva muito melhor. É verdade.

Agora o senhor imagina que essa mudança da TV analógica para a TV digital deve produzir uma movimentação econômico-financeira da ordem de 100 bilhões de dólares em 10 anos. Evidentemente que os grandes usufrutuários dessa mudança são exatamente os industriários e comerciantes. Ainda assim eles consideram insuficientes pra sua vontade de lucros?

Olha existe uma guerra mal definida, mal decidida, principalmente por aqueles que perderam a guerra, que ainda está prejudicando este extraordinário processo de implantação da TV digital. Quando houve uma pressão muito grande de grupos econômicos pela implantação do sistema europeu e estes grupos perderam a guerra. Perderam a guerra para um sistema que é mais popular, que é mais democrático, que é mais justo...

Porque havia o interesse no sistema europeu, havia...

Havia o seguinte, é porque eu poderia aproveitar todas as plataformas já existentes dos televisores, dos celulares, tudo seria a mesma coisa. Era praticamente importar de lá e trazer pra cá

Além das nossas telefonias made in Europa

Isto. Quer dizer nós continuaríamos na verdade naquele processo lamentável de apenas montar aparelhos de televisão, montar aparelhos de telefone. Quer dizer nós somos grandes montadores, nós não fazemos nada. [Tecnologia, nada]. A única contribuição nossa é a caixa de papelão. É onde a gente bota televisão para mandá-la para qualquer ponto do Brasil. O que nós tentamos fazer com a implantação do sistema japonês, foi negociar com o Japão. Olha, em primeiro lugar nós queremos transferência de tecnologia. Hoje nós já temos cientistas, técnicos e engenheiros japoneses vindo ao Brasil a cada 90 dias, sentando em seminário com os nossos engenheiros, com os nossos técnicos em Brasília e aqui em São Paulo.(?) Exatamente para produzir uma ferramenta brasileira. O sistema operacional da TV digital brasileira que é nosso. Que não é um sistema proprietário, quer dizer, eu não tenho que pagar nem à Microsof, nem a quem quer que seja, porque ele usa o sistema aberto. O software é livre. Ou seja, ele dá ao Brasil, aos brasileiros, aos técnicos, às empresas que trabalham com software de produzir todo o sistema de interatividade que nós vamos usar na televisão brasileira. Porque eu posso criar dentro do sistema operacional "Ginga" como software livre, eu estou livre para criar o que eu quiser, como eu quiser. Então eu quero fazer educação à distância, ótimo, então vai ser o modelo brasileiro para a televisão brasileira. Eu quero fazer telemedicina, eu quero fazer medicina à distância, como já existe neste momento através da internet banda larga, precisamente vamos fazer com esta ferramenta extraordinária que já está sendo vendida também na Europa, ela é reconhecida como uma ferramenta brasileira internacional.

Ministro tem um sistema terrestre que já está sendo preparado tendo em vista a educação à distância de comunicação, não?

É importante ressaltar porque uma coisa está relacionada com a outra. A implantação da TV digital exige a interatividade. É bom saber que o governo deu as ferramentas, deu o caminho, o governo indicou quais são as normas técnicas para se fazer a TV digital como a interatividade. Não é responsabilidade de o governo fazer os programas da interatividade, quem tem que fazer o programa da interatividade são as empresas da iniciativa privada.

É o conteúdo – o chamado conteúdo

O chamado conteúdo. Quer dizer, o governo não tem que fazer, ele pode até fazer. Ele tem interesse, porque a medicina é importante para o governo, todos os programas sociais podem ter um programa de interatividade sem dúvida. Mas quem tem que produzir esse conteúdo é a iniciativa privada, possivelmente até com a ajuda das nossas universidades.

Mas a educação à distância especificamente, vai ter uma atenção maior?

Com certeza. Agora, o que nós estamos fazendo? Estamos dando um passo à frente para ajudar nesta interatividade, na medida em que nós estamos elaborando um grande projeto que é agora o carro chefe do Ministério das Comunicações depois de instalada a TV digital, hoje, neste domingo, nós partimos para o segundo grande projeto do Ministério das Telecomunicações que é uma rede nacional de internet de alta velocidade. Isso utilizando todos os recursos possíveis. Onde não tem outro jeito vai ser via satélite, se tiver ligação a cabo, é cabo, se tiver rádio, é rádio, se não tiver nós vamos botar fibra ótica, nós vamos encontrar um caminho.

Mas sempre sobre da base das operadoras de telefonia que existe hoje?

Tem dois caminhos. Nós entendemos que as operadoras de telefonia que deveriam ter investido mais nos chamados tubulões, que nós usamos um termo em inglês backdroll – o tubo grande que tem que caminhar com o feixe capaz de carregar a internet de alta velocidade em qualquer lugar. Esse tubo, ele chega em determinados lugares e para, ele não continua. Você chegar no meu estado de Minas Gerais, por exemplo, ele sobe pelo estado e quando chega em Montes Claros e pára. Ele não vai para o Jequitinhonha, ele não vai para a fronteira com a Bahia, não pega o sul da Bahia, não entra para o estado de Goiás, ele não vai nem para esquerda, nem para a direita.

Eles não gostam é que cobram

Concordo eles não gostam que cobram

Ministro, nós vamos, infelizmente, fazer agora uma nova parada e depois o Canal Livre estará de volta com o ministro Hélio Costa das Comunicações, que hoje está aqui.

Voltamos com o Canal Livre que hoje recebe o Ministro Hélio Costa, mas antes de seguir em frente vamos agora entender um pouquinho mais tecnicamente como funciona e o que muda com a chegada da TV digital no País

A televisão brasileira entrou hoje numa nova era. A TV digital chega ao Brasil e com ela o fim das sombras e chuviscos.

"Nós vamos oferecer para a população uma melhor qualidade da imagem e além da tradicional qualidade da imagem o áudio vai melhorar muito".

E as novidades não param por aí. Outras inovações prometem revolucionar a maneira como o brasileiro vê TV hoje.

"e a TV digital oferece uma série de vantagens com alta definição, portabilidade, mobilidade, interatividade, ou seja aquilo que já é hoje o lazer e entretenimento da população vai ser ainda agora ofertado para a população com maior qualidade."

Quem quiser desfrutar de seu programa preferido em alta definição terá que ter uma antena UHF e um conversor como este vendido hoje entre 500 e mil reais.

"Há uma tendência muito natural dos preços caírem em função do tamanho desse mercado. Mas o que eu aconselho é pesquisar e pesquisar bem."

Quem ainda não tem ou não pretende comprar o equipamento por enquanto nenhum problema. As emissoras de televisão vão continuar transmitindo seu sinal analógico até 2016. E a transmissão será gradual.

"A população pode ficar tranqüila que efetivamente ela vai continuar assistindo por mais dez anos, conforme decreto do presidente Lula, a televisão analógica."

Inicialmente a TV digital será transmitida apenas para a Grande São Paulo. Outras capitais devem iniciar suas transmissões a partir de 2008.

"Mesmo aquele que tem a sua televisão pequena ou sua televisão normal também vai ter uma melhora na qualidade da recepção da imagem e do som.

RODRIGO IDAUD DE SÃO PAULO PARA O CANAL LIVRE

O bloqueador vai aparecer aí também nesta discussão?

O bloqueador na verdade teve uma discussão totalmente equivocada. Porque nunca se pensou, o governo nunca quis, e nunca propôs se fazer bloqueio de um canal de televisão. Na verdade a televisão é transmitida normalmente em 480 linhas como você recebe hoje na sua no sistema analógico. Você passa para o sistema digital você vai para 1080 linhas.

Isso quer dizer que numa transmissão em alta definição é como se fosse original, é como se fosse um DVD na sua casa. Evidentemente você tem que ter um pouco mais de cuidado. Porque uma transmissão em alta definição é o original para o pirata, ele pega dali e faz quantas cópias ele quiser. Então o que se propôs: nós propusemos que o sistema brasileiro de TV digital tenha incluído um dispositivo necessário para você fazer um míni controle daquilo que você transmite em alta definição. Em outras palavras. A transmissão em 480 linhas como você recebe hoje está liberada e você pode gravar quantas vezes quiser. A transmissão em alta definição você para o seu uso em casa. Você grava e vê quantas vezes você quiser em seu aparelho em seu gravador. Agora essa gravação que você vai fazer na sua casa não vai permitir tecnicamente você reproduzi-la. Acho que é muito aceitável isso.

Na verdade, o bloqueio, vai ser bloqueada a reprodução?

A reprodução apenas. Para comercialização. Como já acontece nos Estados Unidos porque o sistema é a cabo. Todo o sistema a cabo já tem esse bloqueio inclusive no Brasil. Aqui no Brasil nós temos o sistema bloqueado no sistema de cabo. Quando você transmitir em alta definição você não vai poder reproduzir, vai poder apenas ver na sua casa quantas vezes você quiser. E no entanto fizeram uma tremenda discussão sobre isso como se o governo estivesse propondo bloquear o seu televisor.

Essa já é a posição?

Essa já é a posição

Ministro outro fator importante. O senhor disse que as telefônicas ainda não aderiram a condição de colocar a imagem da TV aberta no celular. Neste caso a TV está hoje no ar. EU pergunto o seguinte quando é que as pessoas poderão receber pelo celular, isso dependerá ainda de uma negociação com as operadoras?

Sem duvida nenhuma, vai depender bastante

Então o governo não impoe isso já que a televisão aberta tem por principio ser universal e gratuita. [Veja só] O presidente hoje durante o seu discurso reafirmou essa condição da tv aberta, universal e gratuita.

Olha só, Teles, o que está acontecendo. O seu celular já tem alguns dispositivos caros e certamente outros populares. Por exemplo ele tem uma câmera fotográfica de 3 mega pixels, que é um instrumento caro se comprado em qualquer loja, custa no mínimo 200 reais. Ele tem um ipod se você quiser você compra para manter dentro do seu proprio telefone as suas músicas. Você tem no seu celular vários instrumentos. O que não tem no seu celular. O que normalmente você não vê. O rádio. E quando põe o rádio você só consegue ouvir o rádio se você tiver um xxx para botar no ouvido como ninguém carrega um xx no bolso, evidentemente ninguém ouve rádio no celular. Porque. Porque se

você estiver ouvindo rádio você não está telefonando, você não está gastando seu dinheiro para pagar ligação que você está fazendo para seu amigo, para o seu parente. A mesma coisa acontece com a televisão. Porque se você puser televisão no celular, eu vou, ao invés de telefonar vou ficar vendo televisão. Imagina eu no ônibus indo pra casa. Ao invés de telefonar pros meus amigos e gastar meia hora de telefonema, vou ficar meia hora vendo a Band e vendo um jogo à tarde, vendo novela.

Gastando bateria...

Eles vão querer cortar...

Vai ter que ter uma demanda. As pessoas vão ter que exigir. O telefone trazendo dispositivo de ver televisão vai entrar no mercado.

Mas vai ter preço, eles [telefônicas] vão querer cobrar por isso, ou não?

Não necessariamente. O que vai acontecer é que vai haver uma grande procura por este telefone. Porque as pessoas vão querer ver televisão no celular. Isso foi um sucesso no Japão. O lançamento da Tv digital aberta igualzinha à que nós temos em São Paulo no telefone celular. Em Tóquio já produziu a venda de 6 milhões de aparelhos telefônicos com a Tv aberta. E irá acontecer a mesma coisa aqui.

Eu queria retomar o tema da banda larga, das interligações, acho que ficou aí, o bloco anterior ficou meio cortado. Qual é exatamente o plano do governo e como garantir que estes lugares mais distantes, remotos, possam ter a banda larga sobretudo neste grande processo de educação, de levar informação às pessoas.

É ilimitado o poder do sistema de poder da internet banda larga para poder trabalhar com a comunidade. Você tem aplicações extraordinárias conforme nós já dissemos aqui em termos de educação, saúde pública, de comércio eletrônico. Em todos os sentidos a banda larga tem uma participação decisiva agora em todas essas atividades

E entramos com o primeiro lote de 142 mil escolas públicas, com banda larga.

Isso. Porque hoje, Joelmir, nós temos de 5,4 mil municípios brasileiros aproximadamente, apenas 1,8 mil cidades brasileiras tem internet banda larga. Só mil e 800. Então nós temos mais de três mil cidades para cobrir com internet de alta velocidade. Então o governo brasileiro fez uma proposta às companhias telefônicas. Elas tinham a obrigação de colocar imediatamente desde 1 de setembro deste ano nas principais cidades brasileiras um dispositivo que se chama terminal popular de computação, é uma cabinezinha chamada TFC você tem ali dentro telefone, um computador, um fax, só que você teria que pagar para usar isso, Você teria que pagar à companhia telefônica. Nós fizemos a

seguinte proposta: ao invés de arrumar isso, me ponha internet de alta velocidade nas escolas. As empresas vieram com uma contraposta: Olha ós vamos cobrir 142 mil escola se nós não tivermos que instalar estes TFC. Então nós concordamos. Então está para aprovar e ao mesmo tempo nós estamos acrescentando uma outra proposta dentro do grande problema da internet de alta velocidade que é a utilização de algumas fibras óticas que estão por cima das nossas torres de alta tensão de eletricidade. Quando aquelas torres foram feitas ao invés de se colocar um cabo que fosse apenas um cabo terra ele veio a ser um cabo de fibra ótica que é terra e ao mesmo tempo fibra ótica. Nós desconhecemos estes vabos por cerca de 8 ou 10 anos e agora descobrimos que nós temos no país inteiro coberto por esta rede de transporte de alta velocidade com essas fibras óticas.

São infovias?

São infovias. Então nós estamos nos preparando para utilizar o conjunto destas fibras óticas mais as propostas que fizemos para as companhias telefônicas e cm isso vamos chegar a 142 mil escolas e mais cerca de 50 mil postos de serviços como se fosse a delegacia de polícia, postos de saúde, as associações comunitárias etc, num total de 207 mil postos em todos os municípios brasileiros. Isso quer dizer que em três anos aproximadamente, no máximo até o último ano do governo do presidente Lula todos os 5 mil e 400 municípios brasileiros estarão cobertos com a internet de alta velocidade. Isso ai nos leva novamente à TV digital. Porque a TV digital para ela ter realmente um sistema de interatividade ela depende da internet. Este é um dos modelos. [é a convergência] É a convergência. Primeiro você pode usar a linha física do telefone. Pela linha física do telefone você pode fazer tudo isso que você disse no começo deste bloco. Olha eu posso durante um jogo de futebol ver a escalação do meu time, se eu quiser eu vejo o gol que passou enquanto o jogo está correndo do direito da tela e etc.. Agora o segundo passo é você usar a internet de alta velocidade para fazer você poder fazer uma interação com o estúdio. Então o telespectador estaria agora em casa e você faria a pergunta: olha se você concorda com isso que o Hélio Costa está dizendo você aperta a letra A ou então o número 1 do seu controle remoto, se você não concorda você aperta o número 2. E você teria aqui na sua tela de volta [em tempo real] a resposta do telespectador. Essas coisas vão ocorrer porque é um sistema de internet, quer dizer eu vou e volto. Eu informação e recebo informação. Só com esse sistema de alta velocidade que vamos colocar no país possivelmente, Fernando, nós vamos chegar a ter predominância de técnica de interatividade no mundo inteiro. Agora o que me deixa preocupado é que infelizmente alguns setores da crítica diz assim: poxa nós vamos começar a internet, vamos começar a TV de alta definição em São Paulo e não temos interatividade. Como não temos interatividade. Temos sim. O sistema

permite, o sistema está instalado. Agora... são etapas, primeiro eu preciso colocar o time em campo e depois começar a jogar e depois saber qual técnica vamos usar para fazer o gol, não é assim que o presidente costuma dizer? Usando sempre o artifício de que deveria ter feito mais um gol.

Nesse caso da interatividade é um caso especialmente interessante, porque pelo menos em termos de perspectivas estamos à frente dos Estados Unidos. Como é que foi produzir isso tecnologicamente, essa perspectiva é o grupo Ginga que já está mexendo nisso, isso é todo um conjunto que inclui outras pesquisas. Como é que chegamos neste ponto??

Na verdade foi a necessidade que nós tivemos de fazer com que este extraordinário instrumento que é a internet chegue a todas as cidades brasileiras. Porque hoje nos estamos praticamente em todas as grandes cidades, as pequenas cidades brasileiras não tem, se tem é a internet discada que ainda é um contato muito lento. Nós recentemente conseguimos um bom acordo com as companhias telefônicas para que as pessoas possam ter 400 minuto por mês pagando apenas 7 reais e 50 centavos. Isso já ajudou um pouco, mas não resolve o problema porque a internet tem de ser a banda larga, tem de ser a de alta velocidade para que você possa realmente transmitir dados, enviar uma foto e até mesmo o raio x de uma criança a um hospital e receber de volta uma informação técnica, tem de ser de alta velocidade. A internet de baixa velocidade vai desaparecer, ela vai deixar de existir.

Ela já está na idade da "web lascada"?

Já está na idade da "web lascada" isso mesmo [risos]

O canal Livre faz mais uma parada, a gente volta daqui a pouco logo depois do intervalo com o ministro Hélio Costa, das Comunicações.

Estamos de volta para o último bloco do Canal Livre, que está esta noite entrevistando aqui, ao vivo, o Ministro das Comunicações, Hélio Costa. Mitre!

Ministro, há alguns dias colocamos no ar aqui no jornal da Band uma matéria que provocou uma repercussão diferente. Mostrava por dentro como é que funcionavam as rádios piratas interferindo na comunicação dos aeroportos. É um negócio incrível. A impressão que se tem vendo aquilo ali é que a qualquer momento pode acontecer uma tragédia. Eu perguntaria ao senhor. O senhor deve também sofrer pressões e perguntas sobre isso. O que é que se pode fazer para evitar essa pré catástrofe, porque uma hora vai acontecer.

Em primeiro lugar a responsabilidade pela fiscalização do sistema de rádio não é do Ministério das Comunicações e sim da Anatel que é a

agência fiscalizadora. O Ministério das Comunicações tem que ser acionado, ele tem que ser na verdade provocado. Alguém tem que mandar uma carta, fazer um telefonema, fazer um telegrama, dizendo, olha em tal bairro em São Paulo tem uma rádio pirata, ou na região X ou Y, para que nós podemos acionar que tem, aliás, um grande contingente em São Paulo, acima de 100 funcionários, para que ela possa ir dedicadamente naquele lugar específico e fechar a rádio pirata.

Mas não existem equipamentos, estrutura, para localizar?

Ela tem equipamentos para localizar. Mas o que eu estou dizendo é que para ser democrático, o processo, você tem que ser acionado. Como Ministro, eu vou lá e peço à Anatel. Se eu disser onde mais ou menos é a rádio,, ela vai lá com estes instrumentos faz o cruzamento [com a polícia], lógico com a polícia porque dependendo do lugar você tem dificuldade para sair. Esse é o procedimento normal.

Mas isso é pouco?

Isso é muito pouco. O que está acontecendo na verdade. São Paulo passou, anos, desde a criação da TV comunitária, passou anos sem ter o direito de ter a habilitação da radio comunitária. Nós fizemos neste ano o primeiro processo de habilitação. O que é o processo de habilitação? Os bairros de São Paulo fazem o procedimento junto ao Ministério das Comunicações, onde você pega os formulários na internet na página do Ministério das Comunicações e pede para você habilitar uma rádio de baixíssima potência porque é 0,25 watts. Só cobre obrigatoriamente o bairro, não interfere em nada, não teria condições de trazer preocupação.

Nós estamos falando em rádio Comunitária. Não tem nada a ver com rádio pirata.

Nada haver com rádio pirata. Então de repente este procedimento tem que ser cumprido. Nós fizemos o primeiro deles. Tem quase 10 anos de existência da rádio comunitária e é a primeira vez que se fez um processo de habilitação de rádio comunitária em São Paulo. Eu espero que isso venha colaborar para acabar com o procedimento da rádio pirata. Porque a rádio pirata existe. Quando a comunidade querendo ter uma rádio para poder se comunicar não tem este acesso porque não há a habilitação então o sujeito compra um transmissor e evidentemente bota uma rádio pirata no ar.

Ministro, agora vem o financiamento para a rádio pirata, para a rádio comunitária?

Nós vamos ter o financiamento [riso geral porque o entrevistador (Joelmir) falou em rádio pirata quando na verdade era rádio comunitária] porque na chegada do rádio digital nós esperamos ter equipamento de baixo custo exatamente para nós podermos criar um

sistema de rádio comunitária dentro do sistema digital, um rádio que evite estes problemas da rádio pirata. Porque infelizmente a rádio pirata é um procedimento perigoso nós temos, conforme você disse, nós temos algumas gravações que são enviadas para as torres dos aeroportos de São Paulo, no aeroporto de Congonhas. É inacreditável.

Ministro, eu quero falar com o senhor sobre a Telebrás, Ministro. Houve recentemente uma explosão do valor das ações da Telebrás 200% num dia, gente inclusive, que viu ali algum tipo de interesse diferente daquele que originou a informação. Afinal de contas qual é o seu objetivo? É fazer com que a Telebrás se fortaleça novamente e exista como uma empresa forte, um braço do Estado, ou não?

Olha é a idéia é o seguinte: a Telebrás, ela era a holding das empresas de companhias de telefone fixo. Quando as empresas foram privatizadas o que que fizeram? Pegaram todas as dívidas das empresas e jogaram dentro da Telebrás, venderam as empresas de telefonia [limpas] todas sadias [limpas] sem problema nenhum e as dívidas ficaram com a Telebrás. Mas a Telebrás continua existindo. Ela tem 200 funcionários que estão cedidos à Anatel, ela tem engenheiros, técnicos, advogados que estão cedidos ao Ministério das Comunicações.

E as dívidas?

E tem as dívidas para administrar. Ainda assim ela tem recursos próprios para que ela mantenha essas dívidas sendo rolada, ela tem o produto dos investimentos que ela faz para poder pagarem seus funcionários, ela é ainda uma empresa viável. Onde que nós encontramos novamente a Telebrás? Como possivelmente a empresa capaz de fazer a gestão deste grande projeto de internet de alta velocidade. Porque? O que você tem, e você certamente conhece o procedimento do fundo, o chamado Funtel [Fust] o Fust e o Funtel. O Funtel é mais fácil porque ele se encarrega de fazer pesquisa na área de tecnologia e todo mundo usa o dinheiro. Já o Fust infelizmente nunca se conseguiu utilizar o recurso do Fust que tem hoje cerca de 6 bilhões de reais em caixa. O Ministério das Comunicações conseguiu agora recentemente...

Esse dinheiro está aplicado?

Está aplicado. Não, não. Perdão, aplicado não. Esse dinheiro existe no caixa do governo, mas não está aplicado.

Escritural apenas?

Ele não é só escritural não. Ele está em caixa e o responsável por ele é o ministro da Fazenda. Ele existe. Então na verdade o que nós imaginamos: que uma empresa pública, que é a única forma de você usar o recurso do Fust é através de uma empresa pública como a

Telebrás poderia utilizar o recurso do Fust para o sistema de universalização da telefonia através deste modelo e deste projeto de internet de alta velocidade. Esta é uma hipótese. Então, eu estava participando de um grande congresso de internet no Rio de Janeiro sobre o fórum de governança da internet, quando alguns jornalistas me perguntaram se a Telebrás ia voltar a operar no mercado porque ela era uma empresa sadia em condições de poder fazer essa gestão. Eu disse olha, nós temos três oportunidades. Primeiro com o ???Cepes, nós podemos fazer isso com os Correios, nós podemos fazer com a Telebrás. Mas para fazer isso com a Telebrás, primeiro nós temos que saldar as dívidas da Telebrás. E este foi o procedimento e é assim que se falou para a imprensa e no dia seguinte as ações começaram a crescer. Agora, cresceram de 10 centavos para 20 centavos. Foi de 10 centavos para 20 centavos, o que não é uma coisa espetacular. Mas pelo menos alguém entendeu que existe sim, um caminho útil para que os funcionários servidores da Telebrás e a própria empresa possa ter uma participação decisiva neste modelo de internet de alta velocidade.

Ministro, há uma questão pendente também que é a questão da telefonia, terceira geração de celular. O governo vai colocar em licitação. O senhor acha que o perfil dessa licitação acompanhará aquele mesmo ritmo que orientou as privatizações durante o governo FHC ou será mais de um lado da privatização das rodovias que aconteceu recentemente?

Nós vamos ter, na realidade, um bom aproveitamento das licitações da terceira geração. Porque a terceira geração é uma grande novidade, é um grande avanço na telefonia celular, porque ela vem como a internet de altíssima velocidade, sem fio. Você vai chegar em qualquer cidade onde você tiver terceira geração de telefonia celular com uma internet móvel como já existe hoje só nos Estados Unidos, em alguns setores dos Estados Unidos. E você vai ter no Brasil. Agora, o que nós decidimos fazer: ao invés de simplesmente abriremos uma licitação para este telefone sofisticadíssimo, este telefone capaz de trazer internet de altíssima velocidade, nós fizemos uma propostas às companhias telefônicas. Nós vamos abrir a licitação, mas com uma condição: vamos baixar o preço da licitação da terceira geração e esta diferença de preço você vai levar telefone que fala só, só fala e ouve para o interior do Brasil. Porque tem mais de 2 mil cidades querendo telefone só pra falar e ouvir e não consegue. Então se ela pode economizar ao comprar essas licenças da terceira geração vamos dizer aí 50 milhões de reais, esses 50 milhões de reais nós queremos que ele seja aplicado no interior, na telefonia celular, simples, que leva a telefonia para as pequenas cidades. Já é um grande avanço.

O senhor acha que esse compromisso das operadoras de telefonia é confiável?

Olha, eu tenho que acreditar que sim, eu entendo que...

Por exemplo, essa incompatibilidade com o projeto da TV digital, essas dificuldades que ela cria. Ora o projeto da TV digital é um projeto estratégico para o Governo e ainda assim frontalmente as operadoras de telefonia são contrárias

Vou de dar um exemplo do que aconteceu há 10, 15 anos atrás quando o governo tentou criar o Proálcool e as montadoras se recusaram a fazer o carro a álcool. Quer dizer o programa não foi pra frente porque você não tinha o carro que usasse álcool. De repente veio o momento em que o próprio produtor e as próprias montadoras entenderam que era o instante de se voltar para o programa do álcool, de voltar a produzir o carro com o motor a álcool e hoje o motor a álcool é uma tecnologia brasileira da maior competência, diga-se de passagem. Eu não estou preocupado com isso. A minha preocupação é que este confronto continue existindo. Ele tem que ser resolvido. Nós temos que entrar numa arbitragem, nós temos que encontrar um caminho que diga olha, é um novo modelo, a radiodifusão tem um novo modelo nesse instante, que é transmitir a televisão através do celular. São 100 milhões de novos aparelhos de televisão que estão no mercado. Eu entendo que as companhias telefônicas estejam relutantes porque elas perderam este nicho. Elas queriam fazer a transmissão da televisão no celular cobrando. Na verdade não vão poder fazer isso. Mas elas tem que oferecer o telefone celular capaz de receber a televisão porque é desejo do usuário do telefone celular. Ele quer ver televisão no celular. (?)

Só, nesse final de programa fazer uma pergunta de política. [Pra encerrar porque o tempo está esgotado]. Como fica o seu partido o PMDB o senhor que era o representante do PMDB no Senado, agora aí tem mais um processo envolvendo o senador Renan Calheiros. Como fica a sucessão no Senado, a presidência, como o senhor está vendo esse momento, especificamente do Senado e do seu partido.

Olha, lamentavelmente o Senado passou por um momento muito difícil, onde teve seu prestígio abalado, com todo o caso que envolveu o Senador Renan Calheiros, que excedeu todos os limites e que foi motivo para que a oposição pudesse ter uma bandeira não só para levar o Senador Renan Calheiros à situação crítica que ele se encontra e até mesmo usar isso como desculpa para bater no governo. Eu acho que tem solução a questão da crise política que está sobre o Senado. O que eu vou dizer aqui talvez seja uma opinião pessoal minha, mas como senador eu tenho uma visão de que nós precisamos da candidatura do Senador José Sarney. Eu acho que se o Senador Sarney concordasse em ser o candidato à Presidência do Senado, isso partindo do pressuposto que o Senador Renan Calheiros eventualmente deixe o cargo de Presidente do Senado que eu acho que é até um entendimento dele mesmo que neste instante caminha para isso, está apenas

aguardando o procedimento da votação da CPMF porque tentaram, mais uma vez, como oposição fazer a ligação dos dois casos. E com isto nós retardamos o processo de substituição do presidente.

O Senador José Sarney seria a solução?

É um ex-presidente da República. É um homem da maior integridade. Um homem que une o Senado e que tem inclusive o apoio da oposição, possivelmente não tem o apoio do PFL, mas também não tem importância. Acho até que o apoio do PSDB ele teria. E seria talvez a grande solução para nós encontrarmos a paz no Senado e voltarmos, restituirmos ao Senado a sua integridade.

Ministro, voltando à idade digital do Brasil, o senhor tem um minuto para concluir a sua participação no programa.

Primeiro agradecer a Rede Bandeirantes. Cumprimentar o Jhony Saad que foi o grande companheiro junto com os técnicos e os companheiros da Rede Bandeirantes em todo este procedimento de formação da nossa equipe que trabalhou, lutou bravamente pela TV digital no modelo que nós temos, o sistema brasileiro de TV digital com a modulação japonesa, que permite a radiodifusão um novo nicho que é esta transmissão pelo celular. Então eu vejo que nós estamos no caminho certo. Muito obrigado ao Mitre, muito obrigado ao Marcelo, muito obrigado ao Teles e a você Joelmir mais uma vez pela oportunidade que me dão democraticamente aqui no Canal Livre, mas livre mesmo, me dar a oportunidade de falar o que penso, como penso e eu acho que contribuir dessa forma para que a gente comemore a implantação da TV digital em alta escala pela Band, no Canal Livre.

Assim seja!

Muito obrigado, Ministro pela participação em nosso programa. O Canal Livre fica por aqui a gente estará de volta no próximo domingo. A todos muito obrigado pela audiência e boa noite!

Transcrições do linguista

BP: Badan Palhares

JB: Joelmir Beting

R: Repórter

FM: Fernando Mitre

AT: Antônio Telles

MP: Marcelo Parato

(xxx): trecho em que há sobreposição de falas, trecho cuja transcrição ficou impossibilitada.

Entrevista com Badan Palhares

- JB: Boa noite. Ele foi chefe do Instituto Médico Legal de Campinas e do Departamento de Medicina Legal da UNICAMP. Responsável por milhares de laudos em três décadas de carreira, participou das mais importantes autópsias da história recente do país. Em seu currículo, está, entre outros, a identificação da ossada do carrasco nazista (?)Joseph Menghelli; mas foi em 1996, que participou do seu caso mais polêmico até hoje cotestado: a investigação sobre as circunstâncias da morte de Paulo César Farias, PC Farias, e sua namorada Suzana (?)Marcolino, em casa de praia do empresário, no litoral de Alagoas. Evidentemente que nosso convidado, no Canal Livre de hoje, é o médico legista Badan Palhares (BP), que está lançando o livro *Por que converso com os mortos?*, reunião de relatos sobre esses e outros casos importantes de sua carreira e da própria história do país. Entrevista da qual participam os jornalistas Fernando Mitre (FM), Fernando Vieira de Melo (FVM) e Marcelo Parato (MP). Mas, antes, um pouco mais sobre nosso convidado e os casos que já participou.
- R: Doutor em Medicina Legal pela Universidade de Campinas, Fortunato Badan Palhares é um dos mais conhecidos e polêmicos médicos legistas do país. Em seus mais de trinta anos de carreira, atuou na investigação de crimes que chocaram o país. Em 1996, fez parte da equipe que identificou a ossada do carrasco nazista Joseph Menghelli; foi o legista responsável pelos laudos dos 111 mortos do massacre do Carandiru e do confronto entre policiais e sem-terra no Eldorado dos Carajás no Pará. Esses e outros casos estão relatados no livro *Por que converso com os mortos?*, que Badan Palhares lança ainda este mês pela Editora Landscape. No livro, o legista dedica 11 capítulos a um dos episódios mais polêmicos de sua carreira: a morte de PC Farias e sua namorada, Suzana Marcolino, em junho de 1996. em *Por que converso com os mortos?*, Badan desabafa, se defende das acusações que recebeu ao longo de sua carreira e defende duas teorias: que não existe crime perfeito e que a verdade sempre vem à tona.
- JB: É isso aí: "não existe crime perfeito", "a verdade sempre vem à tona". No seu caso, então, professor, basta saber conversar com os mortos e a verdade transparece?
- BP: Na verdade, a conversa com os mortos, ela está envolvida de todas as circunstâncias que envolvem aquela morte, bem como todo um processo de investigação também que se baliza em cima do fato, objeto de avaliação pelo perito médico legal; porque o medico legista é uma peça da investigação criminal. Ele necessita conhecer a história que antecedeu a morte, ele precisa conhecer o local em que o fato ocorreu, as pessoas que estão envolvidas e depois uma investigação posterior ao fato. Um médico legista não pode ser aquele indivíduo que fica adstrito ao Instituto Médico Legal, aguardando o corpo, que, muitas vezes, chega sem qualquer informação. Portanto, a carreira de médico legista e de perito criminal, ela é uma carreira envolvida por uma circunstância extremamente importante, que são esses elementos que eu acabei de mencionar. E a cena do crime é, sem sombra de dúvida, a peça fundamental pra se resolver uma questão, principalmente nos casos chamados crimes de sangue.
- ?: Bom, diante do que o senhor falou, por que, então, existem tantos conflitos nos casos os quais o senhor participou, como, por exemplo, no caso do PC Farias –

- o seu laudo é contestado. E outros casos também. Por que que há tanta divergência na área legal, nesses casos mais polêmicos da história brasileira?
- BP: Na verdade, eu não vejo polêmica na área legal. Eu vejo (?)ouvições de interpretações diferentes de um mesmo fato. E essas interpretações podem acontecer exatamente em função do conhecimento pessoal do indivíduo, do domínio da técnica, né, em que, muitas vezes, a pessoa que emite um segundo ou até um terceiro, uma terceira opinião sobre um fato, não conhece o dado, o fato na sua totalidade. Eu tenho muitos poucos casos contestados. O caso realmente que exigiu maior divulgação da mídia, inclusive no caso do PC.
- ?: O PC, no caso, pra falar especificamente desse que até hoje suscita muita curiosidade, professor, as pessoas não queriam acreditar, e até hoje não querem acreditar que foi a solução mais, digamos, prosaica é que aconteceu.
- JB: Um crime passional.
- ?: Um crime passional. Por que que o senhor chegou a essa conclusão e onde que há o atrito entre a sua opinião e a de outros?
- JB: Agora, antes a sua resposta, nós vamos rever aí cenas desse episódio.
- R: Junho de 1996: Paulo César Farias e sua namorada, Suzana Marcolino, são encontrados mortos na casa de praia de PC, em (?)Guaxuma, litoral de Alagoas. BP é convidado para auxiliar as investigações sobre o crime. Badan e outros 10 peritos defendem em um laudo a tese de crime passional. Suzana teria matado PC Farias por ciúme e, depois, se suicidado. Em 1997, um novo laudo contesta a decisão de Badan e sustenta que os dois teriam sido assassinados. PC Farias foi tesoureiro da campanha de Fernando Collor de Melo (FCM) à presidência em 1989 e acusado de montar um esquema de corrupção dentro do Governo. Dois anos após o novo laudo, Augusto Farias, irmão de PC, é indiciado sob a acusação de participação no crime. O inquérito foi arquivado em novembro de 2002, sem apontar os responsáveis.
- ?: Então, professor, no caso, a opinião pública, de uma forma geral, entendia que foi uma queima de arquivo, né. E o senhor, baseado, única e exclusivamente, ali nos, nas evidências, chegou à conclusão do crime passional. Por que que o senhor acha que houve essa polêmica em torno de um caso em que o senhor tem absoluta convicção de que foi mesmo um crime passional?
- BP: Bem, eu acho que a reportagem já mostrou também, muito claramente, coisa que muito poucas pessoas conhecem. BP não foi o único legista nesse caso. O laudo foi assinado por dez peritos. Somente o BP foi objeto de mídia. Se nos formos avaliar exatamente o contexto, nós vamos ver que os peritos que atuaram num primeiro momento, eles conseguiram levantar este local com muita precisão e muita técnica. Só que já existiu, desde o início do levantamento, alguém que levantou uma hipótese sobre a possibilidade de não ser aquilo que a polícia estava investigando desde o início. E daí a necessidade de o próprio Ministro da Justiça, na ocasião, Nelson Jobim, solicitar a nossa participação, pra que pudéssemos dar uma assessoria àquilo que já existia como levantamento de local. Nós chegamos lá depois de 7 dias. E, ao avaliar todos os elementos colhidos, estarmos presente no local, conversarmos com as pessoas que estavam neste local antes e depois do fato acontecer e, baseado, fundamentalmente, no local levantado pelos peritos de Alagoas, os peritos todos envolvidos e, entre eles inclusive peritos da polícia federal, não tiveram dúvida de que aquele crime era um crime (xxx), de um homicídio seguido de suicídio.

??: Professor, deixa eu fazer uma pergunta. Há um dado, me parece, muito simples também e que é ponto aí de uma grande polêmica, que é a altura da Suzana. Meu Deus do céu. O senhor garante que a Suzana tem 1m67. Outros levantamentos falam de 1m57. O senhor garante e parece que não é contestado que a Suzana é 4cm, seria, era, né, 4cm mais alta do que o PC, o que, na segunda hipótese, daria ao PC a altura de 1m53, o que seria uma piada, não é? Agora, não é simples pegar uma carteira de identidade, pegar os documentos da vida da Suzana, ou medir o corpo com uma mera fita métrica lá no IML e tal; por que que ficou essa polêmica tão complicada em torno de um dado que é decisivo e que me parece tão simples?

BP: Exatamente. É simples, realmente. O erro cometido, na verdade, que eu não (xxx/(?)vejo) isto como erro, mas uma falha, é que, no laudo original, não se constou o tamanho exato de Suzana, ou seja, não se constou o tamanho do corpo de Suzana.

??: (xxx)

BP: Não. Dos dez peritos. Dos dez peritos, porque ele foi (xxx/(?)medido) por todos.

??: Ninguém notou isso?

BP: Não notou, por quê? Porque a mesa de necropsias, ela tem uma fita métrica metálica e ali você já vê o tamanho. Isso está gravado por quatro vezes, na fita feita no local, tá certo?, mostrando e interrogando os próprios peritos de quanto media a Suzana quando nós chegamos. A primeira coisa que nós perguntamos foi isso. Mas a grande polêmica não foi tão o tamanho de Suzana. Quando nós falamos sobre o tamanho de Suzana, nós estávamos nos referindo à estatura dela sentada na cama quando levou o tiro, e disto houve toda uma modificação de caracterização do tamanho de Suzana.

??: Pela trajetória da bala...

BP: Isto. Exatamente.

??: (xxx)

BP: Isto. Era importante exatamente por isso. Porque você tendo a altura dela sentada na cama e você tendo a possibilidade de mostrar qual é a trajetória, você vai saber exatamente onde ela estava sentada e qual a posição dela sentada na cama. E foi isso que nós levantamos.

??: E a sua certeza, professor, veio daí?

BP: Ela não veio só daí.

??: Hã.

BP: Minha certeza veio da constatação dela na mesa de necropsia que nós medimos. Eu tenho isso anotado; aliás, tinha até bem pouco tempo, porque a Polícia Federal ficou com esta minha agenda. Mas, na minha agenda, no momento em que eu anotava todos os procedimentos, está consignado o tamanho dela, tá. Além disto, eu, como já disse, a fita realizada durante o primeiro exame durante os exames que nós realizamos está muito bem clara. É pena que eu não tive idéia de que estas coisas pudessem acontecer; eu traria...

??: Por que que a Polícia Federal apreendeu sua agenda?

BP: Porque, na época em que houve a CPI do narcotráfico, houve uma dúvida em relação aos meus rendimentos e Polícia Federal foi acionada e eu fui indiciado inclusive por sonegação fiscal. E todos os meus documentos foram levados. Eu fiz questão de que a Polícia Federal levasse inclusive a minha agenda, pra mostrar que na agenda estava consignado o tamanho dela. Tá certo? Além de

- todas as fitas: são 8 fitas que gravam exatamente todos os minutos que nós participamos. Portanto, isto está mais do que documentado. Não há absolutamente dúvida. E a maior certeza disso é que a segunda equipe, quando foi fazer a necropsia de Suzana, ou seja, a exumação do corpo de Suzana, e só fizeram de Suzana, não fizeram de PC – isto que fique muito claro...
- ??: Por quê?
- BP: Não fizeram do PC, eu até hoje não sei porquê. Porque, se os dois morreram e os dois tinham dúvidas em relação ao tamanho, obrigatoriamente, ter-se-ia que fazer as duas exumações, mas só fizeram de Suzana. E, ao medir o corp no caixão, que é exatamente isso o procedimento técnico, está consignado no laudo deles: um metro e sessenta e sete. E foi exatamente aquilo que eu consignei quando vi o corpo na mesa de necropsia.
- ??: Professor Badan, qual é a maior falha de quem defende a tese de crime passionai? No laudo?
- BP: Bom, no laudo eu não vejo nenhuma falha. E de quem defende a tese de crime passionai, eu não vejo...
- ??: Não, de quem matou..., de que os dois teriam sido mortos. E que não houve crime passionai.
- JB: Que foi conspiratório.
- BP: Que foi conspiratório. Bom, a falha está exatamente no erro cometido pela própria segunda perícia. Por quê? Porque, quando nós estivemos lá, existia, na parede, um orifício por onde o projétil passou. Depois de ter transfixado o corpo de Suzana, na continuidade, ele transfixou a parede. E foi este exatamente, como ele tinha 7cm e meio de largura, essa parede, nós conseguimos saber onde tinha sido a entrada e onde tinha sido a saída desse projétil. E por aí nós traçamos uma reta e dessa reta nós fizemos a prorrogação da reta que deu a trajetória deste projétil. Dentro da trajetória com o ambiente e sabendo o tamanho dela sentada evidentemente, todo o tamanho do corpo, nós sabíamos exatamente onde estava sentada a Suzana e onde realmente transfixou, e a posição dela na cama quando houve a transfixação. Acontece que esse material precisava ser analisado e nós retiramos esse fragmento de parede e levamos pro laboratório, pra poder ver a constatação, através do DNA, se aquele era o projétil que tinha transfixado o corpo dela, deixado ali, na sua superfície, restos de fragmentos dela, né, e, depois, ter batido numa cadeira na sala. E ali nós encontramos material genético de Suzana. Portanto, não há dúvida nenhuma que o projétil que transfixou o corpo de Suzana foi o mesmo que transfixou aquela parede.
- ??: Agora...
- BP: Portanto – só pra terminar o raciocínio: este local não existia mais. Quando a segunda equipe fez, ou tentou fazer a reconstituição deste local, não existiu isso, eles não tinham mais como fazer a trajetória. Não tendo como fazer mais, eles colocaram um número – eu vou respeitar, inclusive, os colegas que trabalharam, não é, um número imaginário. E daí, então, chegaram a uma conclusão totalmente diversa.
- ??: Mas, o senhor diz, no livro, que houve um elemento, na equipe que trabalhou com o senhor, que teria traído essa equipe, um elemento que teria tido um comportamento estranho e contra o trabalho adequado e...
- BP: Não.

- ?: Porque cê dá essa impressão. Ce dá essa impressão de que, ah! houve um traidor ali. Quem é essa figura?
- BP: Eu acho que houve uma pessoa que realmente nos traiu, no momento final, em que tudo estava terminado. Provavelmente, por questões de foro íntimo, né. Ele acabou dizendo qual era o nosso resultado antes de nós entregarmos o laudo definitivo à autoridade requisitante.
- ?: E o senhor acha que ele fez isso por quê?
- BP: Aí só ele poderia explicar.
- ?: Ô Badan, e o bastidor político nesse período de apuração, as pressões que o senhor possa ter recebido durante o processo de investigação? O senhor pode revelar como é que foi esse dia-a-dia?
- BP: Na verdade, em Maceió, eu não tive nenhum tipo de processo, é, de pressão. Muito pelo contrário. Eu fui muito bem recebido em Maceió, durante todo o tempo que lá estivemos; eu e mais uma equipe da UNICAMP tivemos a liberdade de fazer o que nós achávamos que devia ser feito, neste caso. Discutimos todos os passos com os colegas que lá estavam. E fizemos mais ainda do que isto. Como existia uma pessoa, em Maceió, que foi a primeira que levantou a hipótese de um duplo homicídio, que nunca foi médico legista, mas que era professor de Medicina Legal, Jorge Sanguinete, eu convidei pessoalmente esse senhor pra vir fazer parte do nosso grupo, pra que ele pudesse acompanhar todo o tipo de trabalho; e a resposta que ele me deu, no dia que eu lhe fiz o convite, e que era o dia que nós íamos exumar os corpos, ele disse: "eu não posso participar do seu grupo porque estou indo prum Programa do Jô Soares".
- ?: Professor Badan, uma questão que fica no ar também a respeito da sua trajetória, que, desde o momento do Caso Menguelli, o senhor se tornou uma pessoa muito conhecida, o que é raro no caso da sua profissão. Difícil a gente saber, na ponta da língua, um nome de um médico legista. E o senhor adquiriu uma notoriedade. E fez ao lado do professor Molina uma dupla. E qualquer caso que tinha eram os dois que eram chamados. Por que que essa dupla termina de forma tão rachada de uma forma tão polêmica, parecendo que há aí alguma sujeira jogada pra debaixo do tapete?
- BP: Me perdoe só não concordar exatamente com os termos usados pelo senhor. Por quê? Primeiro, eu queria deixar muito claro aqui que não fui eu que fiz a identificação do Menguelli. Eu participei do segundo momento do Caso Menguelli, onde houve uma dúvida em relação ao ferimento encontrado na região (?)molar, suspeita de que ele tivesse levado um tiro – e isso mudaria toda a história do Caso Menguelli. Aí como eu sou um hematopatologista, eu fui designado pelo professor Rubens Maluschi; emití, depois de um estudo aprofundado, com mais de dois meses de trabalho, emití um documento mostrando que aquele ferimento era resultante de uma físsula dentária que ele tinha há muitos anos. Ao terminar esse trabalho, quem havia solicitado ao Dr. Maluschi esse pedido, até pó r intersecção do Governo Americano, foi o (?)Dr. O. Truman. E foi aí que eu conheci o Dr. Truman. E, ao apresentar o caso, eu sugeri ao Dr. Truman fazer uma reconstituição facial do crânio do Mengueli, dizendo que aquilo seria uma outra forma de mostrar ao povo como é que era realmente a fisionomia, e muito próximo da fisionomia. Ele acho ótimo. Me deu a autorização, porque eu era o único responsável por este caso; eu convidei alguns amigos, colegas de faculdade de outras agremiações e fizemos essa

reconstituição. Essa sim acabou sendo ou acabou tendo uma notoriedade, maior até do que a própria identificação do Menguelli. Essa teve notícias internacionais, etc. Mas o Dr. Molina, ele nunca foi médico, primeiro. Segundo, ele só participou...

??: O Dr. Molina não é médico?

BP: Ele é um foneticista. Não. O Dr. Molina não é médico.

JB: Ele é o quê?

BP: Foneticista.

??: Mas ele estudou o quê? Linguística?

BP: Linguística. Exatamente. O Dr. Molina nunca foi meu colega de perícias médico-legais.

??: Os senhores apareceram – desculpa – quase como uma dupla.

BP: Não. Não. Aí existe talvez um espaço de tempo que precisa ser bem colocado. O Dr. Molina veio pro departamento de Medicina Legal a meu convite, pra fazer exames de fitas, exames de fonética.

JB: Laudos, né?

BP: Laudos. Exatamente. E ele veio pro um Departamento, na época em que o Magri, o Rogério Magri esteve envolvido com aquele problema. Nós o convidamos e, a partir daí, é que ele começou realmente a frequentar o Laboratório da Medicina Legal. Mas nunca como médico e nunca participando de perícias médico-legais, mas sim de perícias forenses, tanto é que nós criamos o primeiro Laboratório de Fonética Forense do Brasil, no Departamento de Medicina Legal da UNICAMP, onde ele trabalhava. Nós passamos a trabalhar juntos em alguns casos em que existia o envolvimento da fonética. Fora a fonética, nós não tivemos nenhuma participação em conjunto.

??: Mas por que que houve esta briga entre os senhores?

BP: Bom, aí é questão de vaidade pessoal.

??: Mais do senhor ou dele?

BP: Ah, seguramente dele, não minha.

(risos)

??: Ele diria o contrário.

BP: Bom, ele pode dizer o contrário.

??: Mas e as contestações dele ao trabalho do senhor. Que resposta o senhor tem?

BP: A minha resposta é o seguinte. O Dr. Molina, primeiro, precisa se formar médico, precisa se formar como perito, precisa ter graduação, que não tem nisto, e, depois, ele poderá contestar os meus laudos.

??: Mas, no caso do Dr. (?)Sanguenete o senhor processou.

BP: E o Molina também. O Molina foi processado e perdeu a causa.

??: Mas o do Dr. Sanguenete, o processo do senhor não avançou, foi até recusado.

BP: Não, não, eu tenho contra o Sanguenete, cinco processos.

??: Eu sei de um que...

BP: O único processo que, num primeiro momento, eu ganhei. Houve uma apelação. A partir dessa apelação, foi...

??: Ele ganhou.

BP: É. Ele ganhou. Não é que ele ganhou...

JB: E o s outros quatro.

BP: Os outros quatro estão em andamento. Ainda estão em andamento.

JB: Nós vamos agora fazer nossa primeira parada. O Canal Livre, hoje, com o médico legista Badan Palhares, volta em um instante.

- (intervalo)
- JB: Voltamos com o Canal Livre, que hoje recebe o médico legista Badan Palhares. Como vimos aí, no bloco anterior, Badan Palhares entrou em choque com alguns dos seus pares. Vamos ver uma das polêmicas entre ele e o seu colega da UNICAMP, Ricardo Molina.
- R: 17 de abril de 1996. 19 pessoas morrem e 84 ficam feridas num confronto entre sem-terra e policiais militares em Eldorado dos Carajás, no Pará. Três anos depois, durante o julgamento do caso, Badan Palhares e seu colega de UNICAMP, o foneticista Ricardo Molina, travam uma verdadeira guerra de laudos sobre o episódio. Para Molina, a polícia atirou primeiro e foi responsável pela tragédia. Mas Badan discorda e nem reconhece o Massacre.
- JB: Não reconhece o massacre. O que que teria ocorrido então?
- BP: Ali foi mais do que um massacre. Ali as pessoas foram escolhidas. O massacre não. O massacre não. O massacre, você... quem está na frente vai em frente, tá certo? Criança, mulher, o que tiver realmente... ali foi uma barbárie, realmente. Ali, as pessoas foram escolhidas...
- ?: Pior do que um massacre?
- BP: Muito pior. Muito pior. E o fato de dizer que a polícia atirou primeiro é impossível de dar esse diagnóstico porque as primeiras imagens e os primeiros sons que se escutam são de muito longe. Não é possível dizer qual foi a arma, qual foi o tipo de arma que disparou. O que, na verdade, ocorreu é que o Molina tentou focar um único momento em que foi possível avaliar um policial atirando. Mas esse não foi o primeiro disparo. Esse não foi o momento do primeiro disparo.
- JB: Não foi ali que começou?
- BP: Não foi ali que começou. Então, o grande erro dele, que, infelizmente, não é perito, pra esse tipo de discussão, como eu já disse, foi exatamente, foi lamentável ele dar um parecer de algo que ele não conhecia, não tinha capacitação técnica pra isso.
- ?: Mas então o senhor suspeita então que a polícia atirou em determinadas pessoas que ela já sabia exatamente quem seriam essas pessoas?
- BP: No meu parecer, eu não digo quem matou quem. Eu digo que as pessoas foram escolhidas. (neste trecho, não fica claro a separação das falas do entrevistador e do entrevistado, do trecho do jornalista)
- ?: Mas...
- BP: Até porque, porque, ali, a grande maioria das pessoas não morreram por projéteis de arma de fogo.
- ?: Ham?
- BP: Morreram por armas brancas. Foram ferimentos profundos produzidos por facões, por foices, por enxadas...
- JB: E que a polícia (?)usou?
- BP: E que a polícia... Bom, eu não usei esse termo, porque a polícia não usa. Entretanto, eu coloquei no meu parecer que é imprescindível que se avalie esses tipos de ferimentos, particularmente nas pessoas que foram atingidas. Por quê? Bem, porque eu não sabia como tinha ocorrido isso, a não ser por essas imagens.
- ?: Professor, mas quando o senhor diz "a maioria das armas usadas era uma maioria de armas brancas"...
- BP: A maioria das mortes...

??: Pois é...

BP: Não das armas utilizadas.

??: Sim, mas...

BP: A maioria das mortes veio de armas brancas.

??: Armas que a polícia não usa.

BP: Normalmente, não usa.

??: Mas o senhor queria concluir o quê? (xxx) a polícia, ou não?

BP: Não, não. O que eu queria concluir...

??: (xxx) essas armas.

BP: O que eu queria concluir é que a investigação tinha que ser muito mais minuciosa do que estava sendo até então. E por que que aconteceu depois que nós demos essa informação? A promotoria pública foi procurar exatamente quais os soldados que tinham participado. E encontraram uma companhia que eram de policiais florestais. Os policiais florestais...

??: Que usam arma branca.

BP: Isso.

??: Então isso não isenta a polícia de nada?

BP: Não, muito pelo contrário.

??: Quer dizer, na verdade, o que o senhor diz é que foi pior do que massacre, e foi mais cruel ainda (xxx).

BP: Com certeza. Não tenho dúvida nenhuma. Não tenho dúvida nenhuma. E isto está no meu parecer.

??: Porque o que ficou parecendo é que, de um lado, Molina torna como um defensor da tese de que houve um massacre e o senhor era um defensor de que não houve, digamos, a violência policial, que foi muito, ficou muito evidente.

BP: Mas a promotoria pública soube usar exatamente o nosso laudo.

??: Mas professor, o senhor acha então, a sua conclusão é que tudo aquilo ali começou com pedras, paus e facas, bombas de gás lacrimogênio...

BP: (xxx) As primeiras imagens, as primeiras imagens mostram disparos. Mas não mostra de onde e aonde. Depois é que o cinegrafista consegue se locomover como se fosse esse aqui o foco. Nós temos uma imagem que vem daqui. Dali a pouco, esse cinegrafista começa a se mover e aonde aparece depois aquele grupo apedrejando a polícia, a polícia correndo, né...

??: Esse já era o segundo momento?

??: O terceiro momento.

BP: O terceiro momento. E o quarto momento é aquele que nenhuma câmera mostrou: é onde realmente as mortes aconteceram; porque essas mortes vão acontecer enquanto a câmera estava focando aquele tipo de procedimento.

JB: E, nesse quarto momento, há a possibilidade de que não só a polícia tenha cometido essas mortes ou não?

BP: Esse é o nosso grande problema. E é por isso que nós colocamos que devia ser melhor investigado. Por quê? Porque ali existiam outros interesses dos próprios fazendeiros, não é? Existiam interesses dos próprios sem-terra, que, provavelmente, por algum tipo de desavença, alguém pudesse – estou levantando uma hipótese, não estou afirmando absolutamente nada – alguém pudesse aproveitar esse momento. Mas, o que precisa realmente é saber porque que aqueles corpos foram mortos fora daquele ambiente, não naquele ambiente, e quem procedeu esse tipo de crime.

- ??: Até que ponto esse choque de laudos atrapalha a justiça? Ou quando esse processo é levado aos tribunais, a justiça tem frieza pra analisar qual laudo está certo, qual laudo está errado, e a justiça efetivamente é feita?
- BP: Nós temos muitos casos que a justiça não é feita. Infelizmente, por quê? Porque nem todos os laudos recebem o mesmo tipo de tratativa e nem todos os laudos refletem exatamente aquilo que aconteceu. Portanto, eu já participei de vários pareceres, negando um laudo, exatamente por quê? Porque esse laudo não contempla todos os fatos que envolvem o procedimento.
- ??: A pergunta é: a justiça tem condições técnicas de avaliar um laudo?
- BP: Não. A justiça deve-se ater a quê? A solicitar pareceres de peritos que tenham capacitação não só moral, técnica – tá? – e de instrumental, para poder resolver as suas questões. Infelizmente, nem sempre esses instrumentais estão presentes nos nossos institutos de criminalística e nos nossos institutos médicos-legais. E isso então pode...
- ??: Por falta de investimento? Por falta de gente? O que que tá faltando?
- BP: Na verdade, eu vou dizer, de uma forma geral, o que existe no Brasil. Existe falta de investimento sim. Nós não temos institutos de criminalística, institutos médicos-legais pra poder atender 100% daquilo que é atribuição do perito médico, do perito criminal. Nós temos, em São Paulo, um instituto de criminalística de primeira linha, mas é algo que está se desenvolvendo mais recentemente do que alguns anos atrás.
- ??: E um IML que não funciona, não é Dr. Badan?
- BP: É. O IML – eu não sei em que ponto você diz que não funciona. O IML...
- ??: Não, no dia-a-dia da...
- BP: O IML tem as suas falhas, mas nós temos excelentes peritos médicos-legais; em comum, em todas as outras áreas, nós também temos peritos que não conseguem contemplar realmente aquilo para o qual ele foi escolhido como perito ou participou ou passou o seu programa de preparação.
- ??: Pra quem já teve um parente, um amigo morto em São Paulo, o senhor sabe do que eu estou falando.
- BP: É verdade. Eu já tive. Eu acho que existem falhas sim. Existem. Não vamos deixar isso passar em branco. Mas a tentativa, hoje, de melhorar esse quadro é muito maior do que na época de um ex-secretário de segurança pública, em que eu me dirigi a ele, até como médico legista, pedindo melhores condições técnicas – e ele era até um coronel; e ele me disse "quantos casos o senhor consegue resolver com a tecnologia que o senhor tem, hoje, no Instituto Médico Legal?", que era péssima. Eu disse "olha, 80, 90 por cento". "Tá ótimo, doutor. Pra que mais?"
- ??: Dr. Badan, era o xxx?
- BP: Era. Era ele.
- JB: Que avaliação o senhor faz, então, da Medicina Legal, do ponto de vista jurídico?
- BP: Jurídico. Eu acho que, em primeiro lugar, nós estamos cometendo, no país, um grande erro de permitir que faculdades de Direito deixem de ter no seu programa de formação Medicina Legal.
- ??: Ué. Não tem mais Medicina Legal?
- BP: Boa parte das faculdades de Direito já não possuem mais a cátedra e a cadeira de Medicina Legal. Em segundo lugar, na própria Faculdade de Medicina, o

espaço de tempo para a Medicina Legal também é muito pequeno. Não é uma carga que ofereça ao médico a oportunidade de conhecer realmente a importância da Medicina Legal.

JB: E o interesse dos jovens pela especialidade?

BP: Então, eu já lhe dou a resposta. A medicina legal, na verdade, ela não é importante só pro morto. Ela é muito mais importante pros vivos. 90% da nossa clientela médico-legal são os vivos. São os crimes contra as crianças, são os crimes contra as mulheres. São os acidentes de trânsito, são os vários tipos de lesões corporais existentes. E o jovem, ele hoje tem uma visão diferente da Medicina Legal. A Medicina Legal mudou a sua fisionomia. A Medicina Legal, na época que eu entrei na faculdade, um pouco antes disso, o médico legista era considerado como aquele médico que (xxx)/(?)fediu no necrotério. Hoje não. Hoje, o médico legista é visto como médico investigador. O médico que está afeito à tentativa de poder resolver as questões que envolvem uma morte.

?: Professor, voltando à questão de conflito de laudos e a incapacidade da justiça de resolver essa questão, na Paraíba, houve um caso lá, o senhor atuou, e foi um caso polêmico – o vice-governador, que apareceu morto – e o senhor deu o laudo lá de que ele tinha se suicidado. Depois, apareceu outro laudo dizendo que não, ele foi assassinado. É onde se divulgou, até, aquela informação, que o senhor nega, de que no seu laudo havia uma negligência com relação ao revolver e tal – parece que seria uma bobagem isso, mas saiu publicado em todo lugar. Mas, a questão é: como é que se vai do suicídio para o assassinato assim, e a justiça diante dessa ambiguidade como é que fica?

BP: Bom, então, eu vou...

?: Por que que o senhor teve tanta certeza de que foi suicídio?

BP: Pelos elementos encontrados. Pelos fatos reais existentes. Mas, eu vou (?)explorar um pouquinho isso. É... este caso, quando ocorreu, o médico legista e os peritos criminais que foram ao local chegaram à conclusão de que realmente era um suicídio. A família, não contente com esse documento, solicitou a um perito do sul que, através das fotografias que lhe mandaram, são duas fotografias, ele emitisse um parecer – parecer particular. Esse parecer foi dado, dizendo que aquilo era um (?)homicídio e não um suicídio. Diante desse fato, a polícia federal nos solicitou, na universidade, para que nós nos dirigíssemos para poder emitir um parecer. Eu disse que só daria um parecer se estivesse presente, se examinasse esse corpo e se pudesse conversar com os primeiros peritos que lá estiveram. E foi assim que aconteceu. Nós lá estivemos, examinamos todo o material, fomos à casa, conversamos com os filhos, tivemos uma tentativa de reconstituição, em função do que o filho nos contou quando encontrou o pai, as características, os ferimentos encontrados na parede – os ferimentos, quer dizer, as lesões encontradas na parede –, etc.; e, baseados nesses ferimentos materializados, é que nós chegamos à conclusão definitiva que ali era um caso de suicídio.

?: O senhor continua afirmando (xxx).

BP: Não tenho dúvida. Eu não tenho dúvida nenhuma.

FM: O senhor sustentaria que não existe o crime perfeito?

BP: Isto.

FM: Num caso muito..., que ganhou muita notoriedade em São Paulo, do caso da rua Cuba, que já tem mais de 10 anos, e que, inclusive, um grande jurista

acabou morto, a primeira, junto com a mulher; a primeira... tudo apontava para que o filho, né, fosse o assassino – inclusive, o atual secretário acho que da justiça, que na época era o procurador geral, ele, ele, o promotor público dessa época, ele sustentava toda a investigação em torno do jovem (xxx).

BP: O Dr. Mxxx, né?

FM: O Dr. Mxxx, exatamente. E, no fim, até hoje não se sabe o que aconteceu ali. P senhor foi chamado nesse caso? Teve algum tipo de conhecimento?

BP: Fui.

FM: Esse não é um tipo de crime perfeito, então?

??: Inclusive, acrescentando aqui ao que o (xxx) tá dizendo, dizem que mexeram demais na casa e, quando a perícia chegou, não teve condições de levantar os elementos fundamentais para o caso.

BP: É verdade. Aquele local foi (xxx). Aquele local foi mexido. E nós pudemos provar isto através das fotos que tinham sido tiradas pelos primeiros peritos que lá estiveram. E o Dr. Mxxx foi muito xxxfável nessa procura, e trabalhamos juntos nisso, não é. E todos os elementos, todos, os elementos levantados, eles apontavam exatamente pro filho. Só que a arma do crime não foi encontrada, não é, e o ambiente, infelizmente, fora manuseado, de sorte a prejudicar alguns dos dados que seriam relevantes pra você poder ter a prova cabal, definitiva, materializada.

FM: Então, esse não seria um crime perfeito?

BP: Não. Esse foi um crime manuseado.

FM: Não, perfeito no sentido de que a pessoa, o eventual culpado

??: Está por aí.

FM: Está por aí, nunca foi punido.

BP: É.

??: Mas, doutor, em outro caso, viu Fernando, no caso lá do Maranhão, naquele caso daquele jovem de 15 anos que morreu...

BP: Certo.

??: E o senhor estudou o caso e fez um laudo dizendo, como conclusão, que o que o senhor examinou não era o menino.

BP: Não.

??: Ou o senhor disse que não era o menino e, mais tarde, ficou claro que o senhor examinou um corpo que não era o dele. Quer dizer, houve ali um problema grave.

BP: Este caso, o que aconteceu foi que esse menino desapareceu. Seis dias depois, foi encontrado um cadáver numa praia a 90 quilômetros distante de onde tinha desaparecido o menino. Este corpo foi examinado pelo Instituto Médico Legal de lá e eles identificaram o menino porque um dentista olhou a criança e disse que era ele, né. Por isto.

??: Aí, depois...

BP: Aí, o pai, o pai... Mas não disseram do que que tinha morrido a criança.

??: Ham.

BP: Aí, o pai solicitou à Polícia federal que nós fôssemos até lá. Eu, nessa ocasião, estava de férias. E quem me substituíra no Departamento é que se deslocou para conhecer a história. E, ao voltar, disse que não podia, por compromissos pessoais, e me pediu que o substituísse. Eu estive, junto com a minha equipe, com a equipe da Universidade, e (xxx) e, lá mesmo, nós demonstramos que a aquela criança tinha sido assassinada. Fomos nós que provamos que aquela

criança tinha sido assassinada. Mas, através dos elementos encontrados, e nós fazíamos, naquela ocasião, superposição de imagens, nós não conseguimos, através da superposição de imagens, que foram os meus colegas – eu, infelizmente, nessa ocasião, estava com outro trabalho. Os meus colegas não conseguiram identificar naquele crânio, as imagens das fotografias fornecidas pela família. Portanto, nós vemos que as imagens não correspondiam, na sua totalidade, portanto, não poderia ser a mesma pessoa.

??: E como é que, depois, chegaram à conclusão de que era?

??: Isto.

BP: É que, depois, foi feito...; depois, nós mandamos um material que existia, ainda, dentro da Universidade, para um exame de DNA. Esse exame, realizado por um laboratório conceituado no Brasil, acabou dizendo que aquele material enviado não tinha condições de ter relação com a família. Ficou, então, sendo um resultado negativo, a exemplo do que tinha acontecido com a superposição de imagens. (?)Possivelmente, alguns anos depois, esses ossos foram solicitados – nós devolvemos todos os ossos para o Maranhão; um outro laboratório, examinando o material que nós enviamos, chegou à conclusão que era o menino.

??: E hoje o senhor acha que era o menino?

BP: Bom, eu estou dentro do meu laudo, que era aquele que não pode comprovar que era o menino.

??: Que não é adotado mais.

BP: É: que não é.

JB: O Canal Livre faz mais uma parada. A gente volta dentro de instantes.

JB: Estamos de volta para o último bloco do Canal Livre que, esta noite, entrevista o médico legista Badan Palhares. Dr. Palhares, com a publicação do seu livro, Por que converso com os mortos?, o senhor pretende fazer a exposição da carreira ou também pretende fazer a exumação da polêmica?

BP: Eu acho que, na verdade, a intenção de colocar esse livro foi pra deixar pros meus filhos, pra minha família, de uma maneira geral, um pouco da minha vida que eles não conhecem, na sua totalidade. Evidentemente que eu não coloquei tudo no livro. Mas, também pra servir como um ponto de informação, pros nossos estudantes de Direito, pros nossos estudantes de Medicina, que nós temos condições de realizar trabalhos, mesmo sem todo o instrumental técnico necessário. Eu vou, dia 26 agora, fazer uma tarde de autógrafos, exatamente na sede da OAB aqui em São Paulo, na Praça da Sé. Uma entidade extremamente respeitada, portanto, me sinto extremamente envaidecido de poder fazer o lançamento lá. Mas, na verdade, essa intenção foi de tentar mostrar um pouco das dificuldades que eu tive na minha vida, pra poder, à procura da verdade, trazer situações que vivi, muitas vezes, até, sem condições físicas de poder resistir a certos empreendimentos, como por exemplo, o caso que eu fui atuar, para trabalhar com os garimpeiros mortos, na Amazônia venezuelana. Portanto, eu acho que a intenção do livro é, exatamente, tentar mostrar a importância das particularidades que existe em todos os corpos; e que o legista precisa estar muito presente, pra poder saber retirar desse cadáver as informações precisas pra um diagnóstico final.

??: Professor, aquele episódio da CPI foi um episódio bomba pro senhor, né. Alguns deputados davam entrevista se referindo ao senhor numa linguagem duríssima, de uma objetividade, de uma agressividade impressionante. O

- senhor foi, ali, acusado, até, de vender laudo, não é, para o narcotráfico. Quer dizer, as cenas mais feias foram pintadas ali naquela CPI. O senhor processou aqueles deputados, o que que o senhor, o que que aconteceu ali, como consequência daquilo tudo? Como é que o senhor encara esse episódio hoje?
- BP: Bom, eu, pra ser muito sincero, eu digo isso como eu vivo, né. Ali foi uma exposição de alguns deputados pras próximas eleições, né. Eles não tinham nenhum elemento materializado contra a minha pessoa; tanto é que eu não recebi, embora tenha sido indiciado – eu não fui indiciado por venda de laudos, eu não fui indiciado por falsidade de laudos, eu não fui indiciado por absolutamente nada relacionado aos laudos. Eles me indicaram por sonegação fiscal.
- ?: É. Levantaram a sua conta e tinha lá uma movimentação de dinheiro que estava...
- BP: Só que a movimentação que eles fizeram foi uma movimentação ridícula, que nem primário faz, não é. Nem criança do primário faz. Eles estavam somando todos os ganhos, por exemplo, com caderneta de poupança, etc., somado como se fosse novas aplicações...; foi coisa hilariante, que eles acabaram brigando entre eles mesmos. Mas, a secretaria da Receita Federal acabou, depois de dois anos que eu tinha sido indiciado, me mandando um documento, pedindo desculpas pela forma como os – está no livro também – como os seus membros, né, chegaram até a minha pessoa, levando lá uma dívida de 197 mil reais de impostos que eu não havia pago. Na verdade, eu contestei e recebi essa carta pedindo desculpas da forma como fora tratado.
- ?: Dr. Badan, estão no livro também os três processos que o senhor sofre na UNICAMP?
- BP: Que eu sofro?
- ?: É.
- BP: Nenhum.
- ?: Que o senhor teria um microscópio, utilizado um microscópio que foi doado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear da UNICAMP e apareceu no seu laboratório.
- BP: Isso.
- ?: O senhor teria vendido uma fita...
- BP: Não, (xxx) laboratório. Então, vamos por partes...
- ?: Vamos por partes.
- BP: O microscópio foi um microscópio doado pela CNEN e, como eu era o único patologista do Departamento de Medicina Legal, esse material era contaminado, o chefe do Departamento, na ocasião, como nós não tínhamos condições de ter, no Laboratório que nós tínhamos no IML, condições de poder ter esse material lá no Laboratório, ele pediu que eu levasse para o meu laboratório – que lá sim, eu teria condições de dar todos esses diagnósticos. Isto... houve, realmente, a iniciativa de uma sindicância interna – foi devidamente esclarecida, com todas as provas contundentes contra essa denúncia malfadada. Segundo...
- ?: E o trabalho dos irmãos Marista? Que o senhor teria cobrado dos irmãos Marista, mas a UNICAMP não recebeu um tostão.
- BP: Na verdade, quem foi procurado pra fazer o caso do padre Marcelino Cxxx fui eu, pessoalmente e individualmente. Mas, como eu fazia parte da Universidade, eu levei pra Universidade, pra que outras pessoas pudessem participar, a

exemplo do Caso Menguelli, que também não foi a UNICAMP quem recebeu o Menguelli; fui eu pessoalmente. Eu levei pra Universidade, pelo espírito, realmente, acadêmico de poder trazer esse tipo de procedimento, pra que os alunos pudessem aproveitar. Ocorre que, nesta ocasião, o Dr. Molina era um dos integrantes e nós já tínhamos alguns problemas pessoais. Ele acabou impedindo que toda uma tramitação burocrática pudesse ocorrer dentro da Universidade. Eu não tive dúvida. Como eu tinha sido o requisitado, tirei da Universidade, fiz o que tinha que ser feito, e doei este dinheiro ganho a uma entidade assistencial – aliás, o que estou fazendo com o livro que estou publicando. Esse livro está sendo, a renda desse livro está sendo doada a duas entidades: São (xxx), que é uma igreja; e uma creche, (xxx) de Davi, de Campinas. Portanto, eu não estou recebendo nenhum (xxx) pelo livro publicado.

?: O senhor vendeu a fita com a gravação da autópsia do PC Farias?

BP: Isto. Isto é um outro problema em que há um grande erro nesse procedimento. Eu apresentei, junto com o nosso querido amigo Bastos, falecido já, um programa de televisão. Eu apresentei o caso PC, pra esclarecimento do fato. E o jornalista que fez essa matéria, ele entendeu que aquela matéria, que a partir daquele momento, aquela matéria era dele. E publicou, num segundo momento – publicou não; apresentou, num segundo momento, no programa dele, com o título "PC Farias por Badan Palhares", sem que nós tivéssemos autorizado absolutamente nada. Imediatamente, quando eu tive notícias disso, eu entrei, com a administração da Universidade, contra este repórter. Fomos procurados, pessoalmente. Impedimos que ele divulgasse qualquer tipo de matéria e a fita não existiu. Acontece que um deputado estadual, que morava em Campinas, e que era um indivíduo que, realmente, tinha tido um atrito muito sério comigo, em função das ossadas de (xxx), ele, quando o repórter publicou que deveria sair esse livro, ele deu uma caixa postal e uma conta, pra poder receber esse dinheiro em casa. Ele fez o depósito e, em cima disto, ele fez uma acusação de que tinha comprado o livro. Mas, qual foi a matéria que ele entregou junto com esse depósito? Foi uma locadora, que ele pegou em São Paulo, que copiou aquele programa, fez o programa de uma editora totalmente diversa daquela do jornalista, entregou como sendo a prova. Nós entramos na polícia, pedimos uma perícia desse material, e provamos que ele havia forjado uma fita; da mesma forma que três docentes do meu departamento também acabaram respondendo criminalmente por este tipo de procedimento.

JB: Muito bem. Nós vamos chegando ao fim do Canal Livre, mas, antes, nós queremos que o Dr. Badan Palhares – o senhor tem agora um minuto para concluir a sua conversa com os vivos.

(risos)

BP: Eu agradeço a oportunidade de estar com vocês todos aqui, numa conversa bastante franca, aberta, não é, pra poder mostrar realmente a importância da Medicina Legal e da perícia criminal, no nosso meio social. Eu faria um apelo ao nosso Governador de Estado e ao Governador de todos os Estados: que dêem um pouco mais de atenção à nossa polícia científica porque é, através da polícia científica, que nós conseguimos resolver os grandes problemas da nossa sociedade, principalmente aqueles que envolvem o crime, o chamado crime de sangue. E não só isto. Vejam, nas grandes catástrofes, quem são os primeiros a serem chamados? São os peritos do local e são os médicos legistas, haja visto

esse desastre que aconteceu com a TAM, em que os nossos peritos médicos e nossos peritos locais foram fundamentais, pra que, em tempo recorde, pelo número de pessoas mortas e pelas circunstâncias em que elas morreram, pudessem ser identificadas.

JB: Muito bem. O Canal Livre de hoje fica por aqui. Nós agradecemos a participação do médico legista Badan Palhares, no programa. A todos também o nosso muito obrigado pela audiência. A gente se vê no próximo domingo. Até lá e boa noite.

JB: Joelmir Beting

R: Repórter

MHC: Ministro Hélio Costa

RB: Ricardo Boechat

PL: Presidente Lula

FM: Fernando Mitre

AT: Antônio Telles

MP: Marcelo Parato

(xxx): trecho em que há sobreposição de falas, trecho cuja transcrição ficou impossibilitada.

JB: Boa noite. O Canal Livre está no ar. E, no dia em que o Brasil entra, na era da TV digital, nós recebemos aqui ao vivo... o Ministro das Comunicações Hélio Costa; que é um dos responsáveis por sua... implantação do sistema, no país. Nós vamos tratar desse assunto em detalhes: da nova tecnologia que promete mudar o jeito como nós brasileiros assistimos televisão; as vantagens da alta definição, os novos equipamentos, as dúvidas mais comuns que já surgiram, os detalhes do padrão adotado e também desenvolvido pelo Brasil; em seguida, nós vamos falar é... das telecomunicações de um modo geral no país: os problemas das rádios- piratas, da terceira geração de celulares. Bom, também comigo aqui na mesa os jornalistas Fernando Mitre, Antônio Telles e Marcelo Parato. Mas antes da entrevista, vamos ver como foi o evento do lançamento, esta noite, em São Paulo, da TV digital no Brasil.

R: O âncora do Jornal da Band, Ricardo Boechat, deu início à cerimônia que inaugurou as transmissões da TV digital, no Brasil – primeiro na cidade de São Paulo.

RB: O brasileiro, que já é louco por TV, agora vai ficar ainda mais, porque a era digital chega para ficar.

R: Na sala São Paulo, palco de apresentações da Orquestra Sinfônica, âncoras de todas as redes de televisão ressaltaram as vantagens do novo sistema: o fim dos fantasmas e chuviscos na imagem, a interatividade e a possibilidade de assistir à TV em movimento: no telefone celular, dentro do carro. Às oito e meia da noite, a cerimônia passou a ser transmitida em rede nacional. O Presidente Lula saudou o novo sistema.

PL: É uma verdadeira revolução. Por um lado, vai proporcionar um aumento extraordinário nos espaços de difusão da cultura brasileira e na veiculação de informações. Por outro, vai estimular nossa indústria, gerando emprego, renda e oportunidades para o país.

R: Em seu discurso, o Presidente Lula anunciou que o governo vai financiar, através do BNDES, um programa para baratear o preço dos conversores, para que mais brasileiros possam assistir à TV digital.

PL: Determinei ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que desenvolva um programa de incentivo à implantação da TV digital, no valor de 1 bilhão de reais. Ele irá dar apoio à rede varejista, para baratear a venda do conversor que permita a recepção do sinal digital pelos atuais televisores analógicos.

R: Um clique no controle remoto simbolizou a chegada da TV digital, que, gradualmente, deve revolucionar o jeito de ver TV no Brasil.

E: Estamos nos preparando há muitos anos pra isso, que se tornou um grupo multimídia, produzindo, distribuindo, interagindo – ela tem muitas áreas hoje ligadas à interatividade; então, ela se preparou para esse mundo novo.

R: O evento terminou com um show da cantora Maria Rita.

JB: Ministro Hélio Costa, havemos TV digital.

MHC: Havemos.

JB: Em São Paulo, a partir desse domingo. Agora, Rio e Brasília só no ano que vem; em Belo Horizonte só no ano que vem; Salvador e Fortaleza só em 2010. Por que esse arrastar aí de difusão do sistema pelo país?

MHC: Joelson, nós criamos um cronograma de implantação da TV digital porque, primeiro, ela precisa atender a uma série de exigências, da parte das empresas de rádio-difusão; e tem uma imposição de uma carga de trabalho muito grande para os técnicos do Governo. Nós temos que fazer a canalização de cada cidade do Brasil, quer dizer, aonde existe o sistema analógico, você tem que fazer o sistema digital funcionar praticamente parido; quer dizer, a cada canal analógico corresponde um canal digital. E nós temos que, ao mesmo tempo, estar mudando todo um sistema de televisão no Brasil. Por essa razão, nós resolvemos fazer essa cronologia, este cronograma de implantação. Primeiro por São Paulo, porque é o mercado mais importante da televisão brasileira; em seguida...

JB: De maior densidade também né...

MHC: Maior densidade – o mais importante em todos os sentidos, né.

JB: Melhor na escala, né.

MHC: Na escala, sem dúvida. Em janeiro, fevereiro, no mais tardar fim de fevereiro, nós já podemos estar chegando a Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Na virada do segundo semestre, nós pegamos duas capitais do sul e duas do norte. E, até dezembro, nós já podemos estar em todas as capitais brasileiras. E, a partir daí...

JB: Nas capitais?

MHC: Nas capitais.

FM: O processo completo, ele se dá até 2016?

MHC: Até 2016 é o tempo que nós estabelecemos para a vida útil do sistema analógico, funcionando junto com o sistema digital, pra que ninguém deixe de ver TV, pra que ninguém perca o direito de ver TV.

FM: Mas, enquanto isso Ministro, enquanto isso, e o senhor tem lá sensibilidade especial pra esse detalhe – detalhe não, ele é fundamental, que é o aparelho que vai permitir ao telespectador, mesmo tendo a TV analógica, ver a imagem digital...

MHC: Isso.

FM: Isso, o preço desse negócio tá um absurdo. A gente vê aí: mil e noventa reais; quatrocentos e noventa e nove é o mais barato. E o senhor tem falado em preços bem mais humanos, digamos assim. E hoje o senhor parece que teve a primeira vitória, digamos. Mas o que que significa isso na prática? O telespectador quando é que vai poder comprar este aparelho mais barato?

MHC: Olha, nós estabelecemos no próprio decreto que cria a TV digital, que é 5820, a obrigatoriedade de se ter o conversor, porque senão você condenaria o telespectador brasileiro a ter de comprar um aparelho novo para ver a televisão digital. Já ficou estabelecido que, para que isso não aconteça, você compraria o conversor e usaria o antigo televisor. Se quiser um televisor de mais definição, com um maior número de linhas, então você faz um investimento no aparelho. Pode ser agora, pode ser daqui a dois, três, quatro anos. Só que, lamentavelmente, parece que... não souberam entender que nós temos que colocar, no mercado brasileiro, de sessenta a setenta milhões de conversores da TV digital e todo mundo que ganhar o máximo, no primeiro dia do lançamento da TV digital. Porque eu não consigo entender, Fernando, como é que você faz um conversor de TV digital no Brasil custar mil reais, se ele custa exatamente 64 dólares no Japão, que representa aí cento e dez reais. Ele custa em torno de cem reais nas Europa. E custa menos de cem reais nos Estados Unidos.

FM: Acharam aqui que era uma galinha dos olhos, dos ovos de ouro.

MHC: É. Esse conversor, ele tem noventa por cento das mesmas peças, dos mesmos componentes; é esse que está na mão do Joelson.

JB: Aqui está. Pode focalizar aí.

MHC: E, diga-se de passagem, esse aqui ainda é um negócio meio jurássico, porque o conversor é uma coisa pequenininha, é uma caixinha simples, igual ao que você tem, possivelmente na sua casa, na TV a cabo. Então, começa com esse tipo grandão aqui, que é...

MP: Esse que custa mil e noventa?

MHC: Isso custa mil e noventa.

MP: Por que que não pode importar então esse conversor Ministro?

MHC: Pode importar. É claro que pode importar. Exatamente o que o Presidente quis dizer hoje a noite: é que você vai criar linhas de financiamento para o mercado varejista, para as grandes distribuidoras de eletrodomésticos no país inteiro; você vai colocar recursos disponíveis para indústria poder fabricar um conversor, não só no pólo industrial de Manaus, mas também em outros estados. Possivelmente, desonerando-o. Porque só com a desoneração você corta esse preço aí em cinquenta por cento. Mas eu confesso que não entendo o valor que se estabeleceu para o Brasil porque o "chip set", o chamado chip, que é o principal instrumento que vai dentro desta caixinha para criar o processo de conversão de imagem, para você poder ver a TV analógica no seu televisor comum, ele custa vinte e dois dólares em qualquer lugar do mundo. Esse é o preço base. Quando você acrescenta os demais componentes, eu tenho informações, inclusive da própria academia, dentro da própria USP – os professores que participaram conosco do projeto da TV digital nos deram essa

semana o custo médio em dólar de sessenta a setenta dólares, no máximo, para os componentes da caixa conversora.

FM: E querem cobrar mil e noventa.

MHC: Eu cheguei a dizer que essa caixinha, pra custar mil e cem reais, ela tem obrigação de falar com ET, tem obrigação de fazer contatos imediatos do terceiro grau, tem razão, tem completa certeza que vai falar com Marte, Júpiter, qualquer coisa (xxx). Não é possível!

AT: Ministro, então essa é uma tradicional manobra de especulação – do comércio ou da indústria?

MHC: Olha, vamos estabelecer o seguinte. Eu vou, possivelmente, até ferir alguns interesses, mas eu vou falar a verdade – o que eu sinto que tem de ser dito para o Brasil. Em primeiro lugar, não existe o menor interesse das grandes empresas que estão no mercado, principalmente no pólo industrial de Manaus, para fazer a caixinha conversora. Elas querem vender o televisor. Querem vender o LCD, querem vender o Plasma, querem vender o LCD de 46 polegadas, de 50 polegadas; ninguém quer fazer o conversor. Então, quando você chega e força esta empresa que quer fazer o televisor a fazer o conversor, ela diz "eu faço, mas eu faço por mil reais".(grifo do transcritor) Por que que ela faz por mil reais? Porque, se ela não fizer por mil reais, ela vai prejudicar o seu próprio mercado, porque o Brasil produz hoje 10 milhões de aparelhos de televisão por ano. Se eu produzir uma caixinha conversora de duzentos reais, ninguém compra televisão neste ano.

FM: Vai prolongar a vida daquilo que eles querem trocar. Pra ganhar mais.

MHC: Claro. É evidente – "Eu não tenho o menor interesse". Agora, vamos pro lado do celular. Nós criamos um sistema que é o único no mundo capaz de transmitir a TV digital no celular gratuitamente. Em todos os outros sistemas, você tem de pagar a companhia telefônica para receber a TV no seu celular, ou quando você baixa um programa da internet, fazendo o download, o chamado download, ou então, quando você recebe uma ligação no celular pagando entre 40 centavos e um real e vinte, dependendo do celular que você tem. Bom, o sistema que nós adotamos, que é o sistema digital japonês, ele permite que você faça essa transmissão de graça. Agora, quem é que vai...

AT: Sem que o tempo esteja sendo taxado pela operadora de telefonia.

MHC: Claro. Claro. É uma operação de rádio-difusão.

AT: Sim.

FM: Completamente de graça.

MHC: Completamente de graça.

FM: E aí as teles não gostam.

MHC: Não gostam por quê? Porque se você puser o televisor no celular, ao invés de eu gastar fazendo uma ligação pra você, eu vô ta vendo televisão de graça. Então, evidentemente que elas perdem dinheiro. Então, não há o menor interesse em...

JB: Agora, Ministro. Ministro! Ministro, amanhã, amanhã; nesta segunda-feira – já estamos na segunda-feira –, a BAND lança, via satélite, a TV digital, de alta definição em Banda C. Amanhã, já, para todo o país.

MHC: Olha, isso vai fazer uma grande diferença. Primeiro porque você começava pensando no mercado de 10 milhões de consumidores, que é a grande São Paulo – para o começo da TV digital. Na medida em que você introduz o

mercado brasileiro ligado à Banda C, que são 19 milhões de antenas parabólicas espalhadas em todo o território nacional...

JB: Tem até em favela.

MHC: Tem até em favelas. Eu estou dizendo agora que o mercado para a venda do conversor, seja ele satélite ou terrestre, já chegou perto dos 30 milhões. Imediatamente.

JB: É BAND e Rede TV.

MHC: BAND e Rede TV. Então, já existe escala. Porque, com a previsão inicial de 30 milhões de compradores para a caixinha, para o conversor...

JB: Já nesta segunda-feira.

MHC: É.

FM: Então, só isso já baixaria o preço.

MHC: Tem de baixar.

MP: A velha e boa Banda C da parabólica, que tem 20 anos...

MHC: É verdade.

MP: Ela dá esse passo gigantesco e se atualiza e... e... acaba ficando disponível pro consumidor de menor renda, porque a gente viu aí que a banda... as parabólicas nunca pararam de vender e sempre venderam cada vez mais.

MHC: É. Elas tiveram uma popularidade muito grande na medida em que havia dificuldade de se receber a transmissão terrestre. Isso ocorre muito no interior, principalmente nas pequenas cidades, onde você não tem uma transmissão local. Então, você prefere receber via satélite.

Agora, onde é que entra a modernidade do sistema digital de televisão? Você pra fazer uma transmissão da TV Bandeirantes na Banda C, você gasta um espaço de 36 MHz, ou seja, 36 unidades – vamos dizer assim, popularmente. Pra você fazer uma transmissão de alta fidelidade, de alta resolução, a chamada HD de alta definição, você gasta 9 apenas. Então, em um espaço onde você coloca uma imagem analógica – que mesmo a melhor ainda é distorcida –, você coloca 4 imagens digitais de alta definição. É o que a BAND está fazendo.

JB: (xxx) 3 vezes mais (xxx).

MHC: 3 vezes mais (xxx).

JB: (xxx)

MHC: Porque você teve a compressão do sinal de vídeo. Isto, graças ao sistema que nós adotamos, que é o mais moderno sistema de compressão de vídeo da TV mundial, que se chama H264, que é o MPEG4. Os técnicos engenheiros reconhecem esse sistema como o mais avançado que existe no mundo. Então, na verdade, hoje nós fazemos 4 canais dentro de um espaço analógico e, no máximo até meados do ano que vem, é possível que a gente faça 8 canais. Tudo isso é o que a TV digital vem propiciar; quer dizer, até mesmo a democratização – Fernando Mitre – da TV no Brasil – Joelmir – vai ocorrer através da TV digital, porque você cria novos espaços. Na verdade, você está abrindo as portas...

FM: Inclusive, estamos à frente dos Estados Unidos, por exemplo.

MHC: Nós estamos à frente... é verdade.

FM: Em termos de interatividade, estamos com uma perspectiva muito melhor.

MHC: É verdade.

AT: Agora, o senhor imagina que essa mudança da TV analógica pra digital deve produzir uma movimentação econômico-financeira da ordem de

- 100 bilhões de dólares em dez anos. Evidentemente, que os grande usufrutuários dessa mudança são exatamente os industriais e os comerciantes. Ainda assim eles consideram insuficiente pra sua vontade de lucros?
- MHC: Olha, existe uma guerra mal definida, mal decidida, principalmente por aqueles que perderam a guerra que ainda está prejudicando este extraordinário processo de implantação da TV digital. Quando houve uma pressão muito grande de grupos econômicos pela implantação do sistema europeu e estes grupos perderam a guerra. Perderam a guerra para um sistema que é mais popular, que é mais democrático e que é mais robusto...
- AT: E por que havia um interesse no sistema europeu? Havia...
- MHC: Havia o seguinte: é que eu poderia aproveitar todas as plataformas já existentes dos televisores, dos celulares, tudo seria a mesma coisa, era praticamente importar de lá e trazer pra cá.
- JB: Além das nossas telefonias made in Europa, né?
- MHC: Isto. Quer dizer, nós continuaríamos, na verdade, aquele processo lamentável de apenas montar aparelhos de televisão, montar aparelhos de telefone. Veja, nós somos grandes montadores. Nós não fazemos nada!
- JB: Tecnologia lá.
- MHC: Tecnologia lá. A única contribuição nossa é a caixa de papelão, aonde a gente bota a televisão pra esticá-la, mandá-la pra qualquer ponto do Brasil. O que nós tentamos fazer, com a implantação do sistema japonês, Joelmir, foi negociar com o Japão. Olha, em primeiro lugar, nós queremos transferência de tecnologia. Hoje, nós já temos cientistas e técnicos e engenheiros japoneses vindo ao Brasil, a cada noventa dias, sentando em seminários com os nossos engenheiros, com os nossos técnicos, em Brasília, aqui em São Paulo
- ?? (xxx) GINGA , né?
- MHC: Exatamente. Para produzir uma ferramenta brasileira, que é o sistema operacional da TV digital brasileira, que é nosso; que não é um sistema proprietário. Quer dizer, eu não tenho que pagar, nem à Microsoft, nem q quem quer que seja, porque ele usa o sistema aberto, o software livre. OU seja, ele dá ao Brasil, aos brasileiros, aos técnicos, às empresas que trabalham com software de produzir todo o sistema de interatividade que nós vamos usar na televisão brasileira, porque eu posso criar, dentro do sistema operacional GINGA, com o software livre, eu estou livre para criar o que eu quiser, como eu quiser. Então, eu quero fazer Educação a Distância, ótimo, vai ser um modelo brasileiro para a televisão brasileira. Eu quero fazer Telemedicina, eu quero fazer Medicina a Distância, como já existe neste momento através da Internet de Banda Larga, precisamente, nós vamos fazer com essa ferramenta extraordinária, que já está sendo vendida também na Europa. Ela é reconhecida como uma ferramenta brasileira internacional.
- FM: Já não tem um sistema terrestre que já está sendo preparado, tendo em vista a Educação a Distância, de comunicação, ou não?
- MHC: É importante ressaltar, e o Fernando parece que queria entrar nesse assunto, no momento em que ele fez a pergunta dele, porque uma coisa está relacionada com a outra. A implantação da TV digital exige a interatividade. É bom saber que o Governo deu as ferramentas, deu o caminho, o Governo indicou como são as normas técnicas para se fazer a TV digital com a interatividade. Não é responsabilidade do Governo fazer os programas da interatividade. Quem tem

que fazer o programa da interatividade são as empresas, (xxx), são as universidades.

JB: É o conteúdo.

MHC: Hein?

JB: É o chamado conteúdo.

MHC: O chamado conteúdo. Quer dizer, o governo não tem de fazer, ele pode até fazer, ele tem interesse no que; a medicina é importante para o Governo. Então, todos os problemas sociais do Governo podem ter um programa de interatividade, sem dúvida. Mas quem tem de produzir este conteúdo é a iniciativa privada, possivelmente até com a ajuda das nossas universidades.

FM: Mas a Educação a Distância, especificamente, vai ter uma atenção maior, eu imagino.

MHC: Com certeza. Com certeza. Agora, o que que nós estamos fazendo? Nós estamos dando um passo à frente para ajudar nessa interatividade, na medida em que nós estamos elaborando um grande projeto, que é agora o carro-chefe do Ministério das Comunicações: depois de instalada a TV digital, hoje, neste domingo, nós partimos para o segundo grande projeto do Ministério das Comunicações, uma rede nacional de internet de alta velocidade. E isso utilizando todos os recursos possíveis. Onde não tem outro jeito, vai ser via satélite. E se tiver ligação a cabo, é cabo. Se tiver rádio, é rádio. Se não tiver, nós vamos botar por fibra óptica, nós vamos encontrar um caminho.

?: Mas isso dependendo (xxx) sobre a base das operadoras de telefonia que existem hoje?

MHC: Tem dois caminhos. Nós entendemos que as operadoras de telefonia, que deveriam ter investido mais nos chamados tubulões, que nós usamos um termo em inglês, backhall, ou seja, o tubo grande que tem de caminhar com o fecho capaz de carregar a internet de alta velocidade em qualquer lugar. Esse tubo, ele chega a determinados lugares e pára, ele não continua pelo interior. Se você chegar no meu Estado de Minas Gerais, por exemplo, ele sobe pelo estado, chega em Montes Claros ele pára. Ele não vai pro Jequitinhonha, ele não vai pra fronteira com a Bahia, ele não pega o sul da Bahia, ele não entra pelo estado de Goiás, ele não vai pela esquerda, nem pra direita.

?: Ele só não gosta de pobre, né.

MHC: (risos) Ele não gosta do interior (risos). Não gosta de pobre.

JB: Não, Ministro, nós, infelizmente, vamos fazer agora uma, nossa parada e depois o Canal Livre estará de volta com o Ministro Hélio Costa, das Comunicações. Em um instante.

----- intervalo comercial -----

JB: Voltamos com o Canal Livre, que hoje recebe o Ministro das Comunicações, Hélio Costa. Mas, antes de seguir em frente, nós vamos agora entender um pouquinho mais, assim tecnicamente, de como funciona e o que muda com a chegada da TV digital no país.

R: A televisão brasileira entrou hoje em uma nova era. A TV digital chega ao Brasil e, com ela, o fim das sombras e chuviscos.
 [(Entrevistado na reportagem:) Isso vai oferecer pra população maior qualidade na imagem e, além de maior qualidade na imagem, também o áudio vai melhorar muito.]
 As novidades não param por aí. Outras inovações prometem revolucionar a maneira como os brasileiros assistem TV hoje.

[(Entrevistado na reportagem:) E a TV digital força uma série de vantagens como alta definição, portabilidade, mobilidade, interatividade possível. Aquilo que já é hoje o lazer e o entretenimento da população vai ser ainda agora ofertado pra população com maior qualidade.]

Quem quiser desfrutar de seu programa preferido em alta definição terá que ter uma antena UHF e um conversor como este, vendido hoje entre 500 e mil reais.

[(Entrevistado na reportagem:) Há uma tendência muito natural dos preços caírem, em função do tamanho desse mercado. Mas, o que eu aconselho é pesquisar e pesquisar bem.]

Para quem ainda não tem ou não pretende comprar o equipamento, por enquanto, nenhum problema. As emissoras de televisão vão continuar transmitindo os seus sinais analógicos até 2016. E a transição será gradual.

[(Entrevistado na reportagem:) A população pode ficar tranqüila, que, efetivamente, ela vai continuar assistindo por mais dez anos, conforme o decreto do Presidente Lula, a televisão analógica.]

Inicialmente, a TV digital será transmitida apenas para a Grande São Paulo. Outras capitais devem iniciar suas transmissões a partir de 2008.

[(Entrevistado na reportagem:) Mesmo aquele que tem sua televisão pequena ou sua televisão normal também vai ter uma melhor qualidade na recepção dessa imagem e desse som.]

Rodrigo I. de São Paulo, para o Canal Livre.

JB: E o bloqueador – vai aparecer também aí nessa discussão?

MHC: O bloqueador... Na verdade, teve uma discussão totalmente equivocada. (xxx) Nunca se pensou, o Governo nunca quis e nunca propôs se fazer bloqueio de um canal de televisão. Na verdade, a televisão, ela é transmitida normalmente em quatrocentas e oitenta linhas, como você recebe hoje na sua casa, no sistema analógico. Quando você passa para o sistema digital, você vai pra mil e oitenta linhas. Isso quer dizer que uma transmissão em alta definição é como se fosse o original, como se fosse um DVD na sua casa. Então, evidentemente que você tem que ter um pouco mais de cuidado porque uma transmissão em alta definição é um original de um pirata. Ele pega dali e faz quantas cópias ele quiser. Então, o que se propôs? Nós propusemos que o sistema brasileiro de TV digital tenha incluído o dispositivo necessário pra você fazer um mini-controle do que você transmite em alta definição. Em outras palavras: a transmissão em 480 linhas, como você recebe hoje, essa está liberada, não tem problema nenhum, pode gravar quantas vezes quiser. A transmissão em alta definição, você pode gravar pra você, pro seu uso em casa. Você grava e vê quantas vezes você quiser, no seu aparelho, no seu gravador. Agora, esta gravação que você vai fazer na sua casa não vai lhe permitir, tecnicamente, você reproduzi-la. Ora, eu acho que é muito aceitável isso. E, na verdade...

?: Então, o bloqueio é esse: vai ser bloqueado a reprodução...

MHC: A reprodução apenas. Pra comercialização, como já acontece nos Estados Unidos, porque o sistema é a cabo, e todo sistema a cabo já tem esse bloqueio, inclusive no Brasil. Aqui, no Brasil, nós temos o sistema: bloqueado no sistema de cabo. Quando você transmitir em alta definição, você não vai poder reproduzir, vai poder apenas ver na sua casa, quantas vezes quiser. E, no entanto, fizeram uma tremenda discussão sobre isso, como se o governo estivesse propondo bloquear o seu televisor.

?: Essa já é a posição do governo?

AT: Tem um fator importante. O senhor disse que as telefônicas ainda não aderiram ao..., à condição de colocar a imagem da TV aberta no celular.

MHC: Sim.

AT: Nesse caso, a TV está hoje no ar. Eu pergunto o seguinte: quando é que as pessoas poderão receber pelo celular. Isso dependerá ainda de uma negociação com as...

MHC: Com as companhias telefônicas. Sem dúvida nenhuma.

AT: Dependerá?

MHC: Vai depender.

AT: Mas por que, então, o governo não impõe isso já que a televisão aberta tem, por princípio, ser universal e gratuita?

MHC: Veja só...

AT: E o Presidente, hoje, durante o seu discurso, reafirmou essa condição da televisão aberta, universal e gratuita.

MHC: Olha só. Olha, Telles, o que que está acontecendo. O seu celular, ele já tem alguns dispositivos caros e, certamente, muito populares. Por exemplo, ele tem uma câmera fotográfica de 3 megapixels. É um instrumento caro de se comprar em qualquer loja. Ele custa, no mínimo, 200 reais. Ele tem um ipod: se você quiser, você compra para manter dentro do seu próprio telefone 2000 músicas.

AT: Sim.

MHC: Você tem, no seu celular, vários instrumentos necessários.... O que que não tem no seu celular? O que que normalmente você não vê? O rádio. E quando põe o rádio, o que que ele faz? Você só consegue ouvir rádio se você tiver com o egoísta pra botar no ouvido. Como ninguém carrega egoísta no bolso, evidentemente, ninguém ouve rádio no celular. Por quê? Porque, se você estiver ouvindo rádio, você não está telefonando, você não está gastando o seu dinheiro para pagar a ligação que você está fazendo para falar com seu amigo, com seu parente. A mesma coisa acontece com a televisão. Porque. Se você puser televisão no celular, eu vou, ao invés de telefonar, ficar vendo televisão. Imagina eu no ônibus, indo pra casa, ao invés de telefonar pros meus amigos e gastar meia hora num telefonema, eu vou ficar meia hora vendo a BAND e vendo um jogo a tarde, e vendo uma novela...

?? Vai ficar sem bateria.

MHC: É evidente.

AT: Mas isso não é uma vantagem.

??: Eles vão querer cortar.

MHC: O que acontece é o seguinte: vai ter que ser uma demanda. As pessoas vão ter que exigir. O telefone trazendo um dispositivo de televisão vai entrar no mercado.

??: Mas eles vão querer cobrar isso, ou não?

MHC: Não necessariamente. O que vai acontecer é que vai haver uma grande procura por este telefone e que as pessoas vão querer ver televisão no celular. Isso foi um sucesso no Japão. O lançamento da TV digital aberta igualzinha a que nós temos hoje em São Paulo, no telefone celular em Tóquio, já produziu a venda de seis milhões de aparelhos telefônicos com a TV aberta. Vai acontecer a mesma coisa aqui. É inevitável.

FM: Eu queria retomar o tema da Banda Larga, dessa interligação, porque eu acho que ficou aí, no final do bloco anterior, esse assunto foi cortado.

MHC: Sim.

FM: Qual é exatamente o plano do Governo e como fazer pra garantir que esse lugares mais distantes, remotos, possam ter a Banda Larga, sobretudo, nesse grande processo de Educação, de levar informação até as pessoas?

MHC: Olha, é ilimitado o poder do sistema de internet Banda Larga, para você trabalhar com a comunidade. Você tem aplicações extraordinárias conforme nós já dissemos aqui, em termos de Educação, de Saúde Pública, de Comércio Eletrônico, em todos os sentidos, a Banda Larga tem uma participação decisiva, agora, em todas essas atividades.

JB: E entram com um primeiro lote de 142 mil escolas públicas.

MHC: Isso.

JB: Com Banda Larga.

MHC: É. Por quê? Porque hoje, Joelson, nós temos de 5400 municípios brasileiros, aproximadamente, apenas 1800 cidades brasileiras têm internet Banda Larga. Só 1800. Então, nós temos mais de 3000 cidades para cobrir com a internet de alta velocidade. O Governo, então, fez uma proposta às companhias telefônicas. Elas tinham a obrigação de colocar, imediatamente, desde primeiro de setembro deste ano, em todas as principais cidades brasileiras, um dispositivo que se chama Terminal Popular de Computação, como se fosse assim. É uma cabinezinha, chamada TSP. Você tem ali dentro um telefone, você tem um computador e você tem um fax; só que você tem de pagar pra usar isso. Você teria que pagar à companhia telefônica. Nós fizemos a seguinte proposta: não instale isso e me ponha internet de alta velocidade nas escolas. Então, as empresas telefônicas vieram com uma contraproposta: nós vamos cobrir 142 mil escolas, se nós não tivermos que instalar esses TSPs. Então, nós concordamos. O Presidente está para aprovar este procedimento e, ao mesmo tempo, nós estamos acrescentando uma outra proposta, dentro do grande programa da internet de alta velocidade, que é a utilização de algumas fibras óticas, que estão por cima das nossas torres de alta tensão de eletricidade. Quer dizer, quando aquelas torres foram feitas, ao invés de se colocar um cabo que fosse apenas um cabo terra, ele veio a ser um cabo de fibra ótica, que é terra e, ao mesmo tempo, fibra ótica. Nós desconhecemos esse cabo durante quase 8, 10 anos. E agora descobrimos que nós temos o país inteiro coberto por essa rede de internet de alta velocidade, com essas fibras óticas.

AT: São infovias.

MHC: São infovias. Então, nós estamos preparando para utilizar o conjunto dessas fibras óticas, mais a proposta que fizemos para as companhias telefônicas e vamos poder chegar ao que o Joelson lembrou: 142 mil escolas públicas e mais cerca de 50 mil postos de serviços, como se fosse a delegacia de polícia, o posto de saúde, as associações comunitárias, etc., num total de 207 mil postos em todos os municípios brasileiros. Isso quer dizer que, em três anos aproximadamente, no máximo até o último ano do Governo Presidente Lula, todos os 5400 municípios brasileiros estarão cobertos com Internet de alta velocidade. Bom, isso aí nos leva novamente a TV digital. Porque a TV digital, para ela ter realmente um sistema de interatividade, ela depende da internet. Porque este é um dos modelos.

JB: É a convergência já.

MHC: É a convergência. Primeiro você pode usar a linha física do telefone, pela linha física do telefone fazer tudo isso que você estava explicando no começo deste bloco. Olha, eu posso, durante o jogo de futebol, ver a escalação do meu time,

se eu quiser; eu vejo o gol que passou enquanto o jogo tá correndo do lado direito da tela, etc. Agora, o segundo passo é você usar a internet de alta velocidade pra você poder fazer uma interação com o estúdio. Então, o telespectador estaria agora em casa e você faria uma pergunta. "Olha, se você concorda com isso que o Hélio Costa tá dizendo, você aperte a letra A ou então o número 1, no seu controle remoto. Se você discorda, você aperta o número 2. E você teria aqui, na sua tela, de volta, o retorno...

JB: Em tempo real.

MHC: Em tempo real, a resposta do seu telespectador. Essas coisas vão ocorrer porque é um sistema de internet. Quer dizer, eu vou e volto: eu mando informação e recebo informação. Só com esse sistema de alta velocidade que nós vamos colocar no país, possivelmente, Fernando, nós vamos chegar a ter predominância de técnica de interatividade no mundo inteiro. Agora, o que me deixa preocupado é que, infelizmente, alguns setores da crítica dizem assim "poxa, nós vamos começar a internet, nós vamos começar a TV de alta definição em São Paulo, e não temos interatividade?". Como não temos interatividade? Nós temos sim. O sistema permite, o sistema está instalado. Agora, são etapas.

AT: Ele precisa ser explorado.

MHC: Claro, são etapas. Eu tenho que, primeiro colocar o time em campo, e depois começar arrumar. E depois saber qual é a técnica que eu vou usar pra poder fazer o gol. Não é assim como o meu Presidente costuma (xxx)? Costuma dizer?

?: Usando sempre o artifício (xxx)

?: Podia ter feito mais um gol (xxx)

?: Mas, ô Ministro, esse caso da interatividade é um caso especialmente interessante porque, pelo menos em termos de perspectiva, nós estamos a frente dos Estados Unidos.

MHC: Sem dúvida.

?: Pois é. Isso... e como é que foi produzido isso? Tecnicamente? Essa perspectiva. É o grupo GINGA que já está mexendo nisso? Isso é todo um conjunto que inclui outras pesquisas? Como é que chegamos a esse ponto?

MHC: Olha, na verdade foi a necessidade que nós tivemos de fazer poder fazer com que esse extraordinário instrumento, que é a Internet, chegue a todas as cidades brasileiras. Porque, hoje, nós estamos praticamente nas grandes cidades. As pequenas cidades brasileiras não tem. E se tem, tem apenas a Internet discada, que ainda é um contato muito lento. Nós, recentemente, conseguimos um bom acordo com as companhias telefônicas, para que as pessoas possam ter 400 (?)mililitros por mês pagando apenas sete reais e cinquenta centavos. Isso já ajuda um pouco, mas não resolve o problema, porque a Internet, ela tem de ser a banda larga, ela tem de ser de alta velocidade, para que você possa realmente poder transmitir dados, enviar uma foto, até mesmo um raio-X de uma criança num hospital, receber de volta uma informação técnica – tem de ser de alta velocidade. A Internet baixa velocidade, ela vai desaparecer, ela vai deixar desistir.

JB: Ela já está na idade da WEB-Lascada.

MHC: (Risos) Já está na idade da WEB-Lascada.

JB: E o Canal Livre faz mais uma parada. A gente volta daqui a pouco. E logo depois do intervalo com o Ministro Hélio Costa das Comunicações.

(Intervalo)

- JB: Estamos de volta para o último bloco do Canal Livre, que está, esta noite, entrevistando ao vivo aqui o Ministro das Comunicações, Hélio Costa. Mitre.
- FM: Ministro, há alguns dias, colocamos no ar aqui no Jornal da BAND uma matéria que provocou uma repercussão diferente, que mostrava, por dentro, como é que funcionam as rádios-piratas, interferindo na comunicação do aeroporto com os aviões. É um negócio incrível. A impressão que se tem, vendo aquilo ali, é que, a qualquer momento, pode acontecer uma tragédia. Eu perguntaria ao senhor: o senhor deve sofrer pressões e perguntas sobre isso: o que é que se pode fazer para evitar essa pré-catástrofe, né, porque uma hora vai acontecer sim.
- MHC: Bom, em primeiro lugar, a responsabilidade pela fiscalização do sistema de rádio não é do Ministério das Comunicações e sim da ANATEL, que é a agência fiscalizadora. O Ministério das Comunicações tem que ser acionado, ele tem que ser, na verdade, provocado: alguém tem que mandar uma carta, fazer um telefonema, um telegrama, dizendo "olha, em tal bairro, em São Paulo, assim, assim, tem uma rádio-pirata, ou pelo menos na região x ou y, pra que nós possamos acionar a ANATEL, que tem, aliás, um grande contingente em São Paulo, acima de 100 funcionários, para que ela possa ir, dedicadamente naquele lugar específico, e fechar a rádio-pirata.
- AT: Mas ela não tem equipamentos ou estrutura pra localizar?
- MHC: Não ela tem. Ela tem. Ela tem equipamento para localizar, mas o que eu tô dizendo é que, para ser democrático, o processo, você tem que ser acionado, como Ministro, e eu vou lá e peço a ANATEL: se eu disser mais ou menos onde que é a rádio, ela vai, com estes instrumentos, faz o cruzamento da onda e...
- JB: E com a polícia.
- MHC: E com a polícia. Normalmente com a polícia, porque são lugares que, se você entrar, você dificuldade de sair. Então, esse é o procedimento normal. Agora...
- ?: Mas isso é pouco em Ministro.
- ?: É muito pouco.
- MHC: É muito pouco.
- AT: E pouco prático né.
- ?: É.
- MHC: É. O que que tá acontecendo na verdade: é..., São Paulo passou anos, desde a criação da TV Comunitária, passou anos sem ter o direito de ter a habilitação da Rádio Comunitária. Nós fizemos, este ano, o primeiro processo de habilitação – o que que é o processo de habilitação? Os bairros de São Paulo fazem um procedimento junto ao Ministério das Comunicações, onde você pega os formulários na Internet, na página do Ministério das Comunicações, e pede para você habilitar uma rádio de baixíssima potência, porque é zero vinte e cinco watt, quer dizer só cobre realmente o bairro – não interfere em ninguém, não teria condição de trazer nenhuma preocupação.
- JB: Estamos falando de rádio comunitária.
- MHC: Rádio comunitária.
- JB: Nada a ver com rádio-pirata.
- MHC: Nada a ver com rádio-pirata. Então, de repente, este procedimento tem que ser cumprido. Nós fizemos o primeiro item. Tem quase dez anos de existência da Rádio Comunitária. Foi a primeira vez que se fez um processo de habilitação

de rádio comunitária em São Paulo. Eu espero que isso venha a colaborar para acabar com o procedimento da rádio-pirata, porque a rádio-pirata existe quando a comunidade, querendo ter uma rádio para poder se comunicar, não tem este acesso porque não há habilitação, então o sujeito compra um transmissor e evidentemente bota a rádio no ar.

JB: Agora vem um programa de financiamento para a rádio-pirata, não é, para, para a rádio comunitária.

MHC: Nós vamos ter o financiamento porque, na chegada do rádio digital, nós esperamos ter equipamentos de baixo custo, exatamente pra nós podermos criar um sistema de rádio comunitário, dentro do sistema digital. Um rádio que evite esses problemas da rádio pirata. Porque, infelizmente, a rádio-pirata é um procedimento perigoso. Nós temos, conforme você disse, algumas gravações, que são enviadas, inclusive, pelas torres dos aeroportos, de São Paulo, tanto de Congonhas, quanto de...

?: Ministro, eu queria falar com o senhor sobre a TELEBRÁS, ministro. Houve, recentemente aí, uma explosão no valor da ação da TELEBRÁS, 200% num dia. Gente, inclusive, que viu ali algum tipo de interesse diferente daquele que originou a informação. Afinal de contas, qual é o seu objetivo – é fazer com que a TELEBRÁS se fortaleça novamente, exista como uma empresa forte, um braço do Estado, ou não?

MHC: Olha, a idéia é a seguinte: a TELEBRÁS, ela era holding das empresas de companhia de telefone fixo. Quando as empresas foram privatizadas, que que fizeram? Pegaram todas as dívidas das empresas (xxx), jogaram dentro da TELEBRÁS, venderam todas as empresas de telefonia todas sadias, limpas, sem problema nenhum e as dívidas ficaram com a TELEBRÁS. Mas a TELEBRÁS continuou existindo. Ela tem 200 funcionários que estão cedidos à ANATEL, ela tem engenheiros, técnicos, advogados que estão cedidos ao Ministério das Comunicações...

AT: E as dívidas?

MHC: E tem as dívidas para administrar. Ainda assim, ela tem recursos próprios para que ela mantenha essas dívidas sendo roladas, ela tem o produto dos investimentos que ela faz para poder pagar os seus funcionários; ela é ainda uma empresa viável. Onde que nós encontramos novamente a TELEBRÁS? Como possivelmente a empresa capaz de fazer a gestão deste grande projeto de Internet de alta velocidade. Por quê? Porque você tem, você certamente conhece o procedimento do fundo, o chamado FUNTEL, o FUST-FUNTEL. O FUNTEL é mais fácil porque ele se encarrega de fazer pesquisa dentro da área de telefonia e todo mundo usa o dinheiro. Já o FUST, infelizmente, nunca se conseguiu utilizar recursos do FUST, ele tem hoje cerca de 6 bilhões de reais em caixa. O Ministério das Comunicações conseguiu agora, recentemente...

AT: Esse dinheiro está aplicado?

MHC: Tá aplicado. Não, não. Perdão. Aplicado não. Esse dinheiro existe no caixa do Governo, mas não está aplicado.

AT: (?)Estrutural apenas.

MHC: Ele não é só estrutural não. Ele está em caixa e o responsável por ele é o Ministro da Fazenda. Ele existe. Então, na verdade, o que que nós imaginamos: que uma empresa pública, que é a única forma de você usar os recursos do FUST é através de uma empresa pública, como a TELEBRÁS, poderia sim utilizar recursos do FUST, para o sistema de universalização da telefonia

através deste modelo e deste projeto de Internet de alta velocidade. Essa é uma hipótese. Então, eu estava participando de um grande Congresso de Internet no Rio de Janeiro, sobre o Fórum de Governança da Internet, quando alguns jornalistas me perguntaram se a TELEBRÁS ia voltar a operar no mercado, porque ela era uma empresa sadia em condições de fazer essa gestão. Eu disse "olha, nós temos três oportunidades: nós podemos fazer isso primeiro com o SEPRO. Nós podemos fazer isso com os Correios. Nós podemos fazer isso com a TELEBRÁS, mas para fazer isso com a TELEBRÁS, nós temos que, primeiro, saldar as dívidas da TELEBRÁS. Esse foi o procedimento. Foi assim que se falou para a imprensa. No dia seguinte, as ações da empresa começaram a crescer. Agora, cresceram de 10 centavos para 20 centavos. Evidentemente 100%. Foi de 10 centavos para 20 centavos. Quer dizer, não é uma coisa espetacular, mas pelo menos alguém entendeu que existe sim um caminho útil novamente para que os funcionários, os servidores da TELEBRÁS, e a própria empresa possa ter uma participação decisiva neste modelo da Internet de alta velocidade.

AT: Ministro, há uma questão pendente também que é a questão da telefonia terceira geração de celular. Quer dizer, o governo vai coloca em licitação. O senhor acha que o perfil dessa licitação acompanhará aquele mesmo ritmo que orientou as privatizações durante o governo FHC, ou será mais pro lado da privatização das rodovias, que aconteceu recentemente?

MHC: Nós vamos ter, na realidade, um bom aproveitamento das licitações da terceira geração. Porque a terceira geração é uma grande novidade, é um grande avanço na telefonia celular porque ela vem com uma internet de altíssima velocidade sem fio. Você vai chegar em qualquer cidade onde você tiver terceira geração de telefonia celular com uma internet móvel, como já existe hoje, só nos Estados Unidos, em alguns setores dos estados Unidos. E você vai ter no Brasil. Agora, o que que nós decidimos fazer? Ao invés de simplesmente abrimos uma licitação, para este telefone sofisticadíssimo, este telefone capaz de trazer Internet de altíssima velocidade, nós fizemos uma proposta às companhias telefônicas. Nós vamos abrir a licitação, mas com uma condição: vamos baixar o preço da licitação da terceira geração e esta diferença de preço, você vai levar telefone que fala só, só fala e ouve para o interior do Brasil. Porque tem mais de duas mil cidades querendo telefone só pra falar e ouvir e não consegue. Então, se ela pode economizar, ao comprar essas licenças da terceira geração, vamos dizer aí, 50 milhões de reais, esses 50 milhões de reais, nós queremos que ele seja aplicado no interior, na telefonia celular simples; que leve telefonia para as pequenas cidades. Eu acho um grande avanço nesse sentido.

AT: E o senhor acha que esse compromisso das operadoras de telefonia são confiáveis?

MHC: Olha, eu tenho que acreditar que sim. Eu entendo que elas prestam...

AT: Por exemplo, essa incompatibilidade com o Projeto da TV digital, essas dificuldades que ela cria – ora, o projeto da TV digital é um projeto estratégico para o Governo. E ainda assim, frontalmente, as operadoras de telefonia são contrárias a esse...

MHC: Olha. Eu vou te dar um exemplo do qu aconteceu há 10, 15 anos atrás, quando o Governo tentou criar o Pró-Álcool e a montadoras se recusaram a fazer o motor a álcool. Quer dizer, o programa não foi pra frente porque você não tinha

o carro que usasse álcool. De repente, veio o momento em que o próprio condutor e as próprias montadoras entenderam que era o instante de se voltar pro programa do álcool, de voltar a produzir o carro com motor a álcool. Hoje, o motor a álcool é uma tecnologia brasileira da maior competência, diga-se de passagem. Eu não to muito preocupado com isso. A minha preocupação é que este confronto continue existindo. Quer dizer, ele tem de ser resolvido. Nós temos que entrar numa arbitragem. Nós temos que encontrar um caminho de dizer "olha, é um novo modelo; a rádio-difusão tem um novo modelo neste instante que é transmitir televisão através de celular. São 100 milhões de novos aparelhos de televisão que estão no mercado". Isso, eu entendo que as companhias estejam relutantes porque elas perderam este nicho: elas queriam fazer a transmissão da televisão no celular cobrada. Na verdade, não vão poder fazer isso. Mas elas têm de oferecer o telefone celular capaz de receber televisão porque é desejo do usuário do telefone celular.

?: É inevitável.

MHC: É inevitável.

?: Eu queria, só, nesse final de programa, fazer uma pergunta de política né.

JB: Pra encerrar. Pra encerrar porque o tempo já está estourado.

?: Pelo menos, né. Como é que fica o seu partido, o PMDB, o senhor que é também representante do Ministério do PMDB no Senado; agora tem aí mais um processo envolvendo o Senador Renan Calheiros. Como é que fica a sucessão no Senado, a presidência; como é que o senhor tá vendo esse momento especificamente do senado e do seu partido?

MHC: Olha, lamentavelmente o Senado passou por um momento muito difícil, onde ele teve o seu prestígio abalado, com todo o caso que envolveu o Senador Renan Calheiros, que excedeu todos os limites e que foi motivo para que a oposição pudesse ter uma bandeira para não só levar o Senador Renan Calheiros à situação crítica em que ele se encontra, e até mesmo usar isso como desculpa para bater no governo. Eu acho que tem solução a questão da crise política que está sobre o Senado. Eu vou dizer aqui que; talvez seja uma opinião pessoal minha, mas que, como Senador, eu tenho uma visão de que nós precisamos da candidatura do Senador José Sarney. Eu acho que o Senador Sarney concordasse em ser um candidato à Presidência do Senado – isso, partindo do pressuposto de que o Senador Renan Calheiros, eventualmente, deixe o cargo de Presidente do Senado, que eu acho que é até entendimento dele mesmo que neste instante ele caminha para isso. Ele está apenas aguardando esse procedimento da votação do CPMF, porque tentaram, mais uma vez, como oposição, fazer a ligação dos dois casos. E, com isso, nós retardamos o processo de substituição do Presidente. O Senador José Sarney é a solução; é o ex-presidente da República, é um homem da maior integridade, é um homem que une o Senado, que tem, inclusive, o apoio da oposição – possivelmente não tem o apoio do PFL, mas também não tem importância. Acho até que o apoio do PSDB ele teria, entendeu. E seria talvez a grande solução de nós encontrarmos a paz no Senado e voltarmos, restituirmos ao Senado a sua credibilidade.

JB: Ministro, voltando à idade digital do Brasil, o senhor tem um minuto pra concluir a sua participação no programa.

MHC: Primeiro, agradecer à Rede Bandeirantes, cumprimentar o J. Saiad, que foi um grande companheiro, junto com os técnicos e os companheiros da Rede

Bandeirantes, em todo este procedimento de formação da nossa equipe, que trabalhou, lutou bravamente pela TV digital, no modelo que nós temos, o Sistema Brasileiro de TV digital; com a modulação japonesa, que permite à rádio-difusão um novo nicho, que é esta transmissão pelo celular. Então, eu vejo que nós estamos no caminho certo. Muito obrigado ao Mitre, muito obrigado ao Marcelo, muito obrigado ao Teles e a você Joelmir, mais uma vez, pela oportunidade que me dão de, democraticamente, aqui no Canal Livre, mais livre mesmo, me dar a oportunidade de falar o que penso, como penso; e eu acho que contribuir, dessa forma, para que a gente comemore essa implantação da TV digital em alta escala pela BAND, no Canal Livre. Que assim seja.

JB: Obrigado Ministro pela participação no nosso programa. O Canal Livre fica por aqui. A gente estará de volta no próximo domingo. A todos muito obrigado pela audiência e boa noite.
(vinheta)

Transcrições do pesquisador

Transcrições para o mestrado

Médico Legista Badhan Palhares

Legenda:

apresentador

J.B.- Joelmir Bething

convidados

F.M.- Fernando Mitre

F.V.- Fernando Vieira de Melo

M.P.- Marcelo Parada

entrevistado

B.P.- Badhan Palhares

J.B.- boa noite! Ele foi chefe do Instituto Médico Legal de Campinas e do departamento de medicina legal da Unicamp, responsável por milhares de laudos em três décadas de carreira, participou das mais importantes autópsias da história recente do país. Em seu currículo, está, entre outros, a identificação da ossada do carrasco nazista Joseph Menguele. Mas foi em 1996 que participou do seu caso mais polêmico, até hoje contestado: a investigação da morte de Paulo César Farias – PC Farias – e sua namorada Suzana Marcolino em casa de praia do empresário, no litoral de Alagoas. Evidentemente que o nosso convidado do Canal Livre de hoje é o médico legista Badhan Palhares que está lançando o livro: “Por que converso com os mortos?” – reunião de relatos sobre esses e outros casos importantes de sua carreira e da própria história do país. Entrevista da qual participam os jornalistas Fernando Mitre, Fernando Vieira de Melo e Marcelo Parada. Mas, antes, um pouco mais sobre o nosso convidado e os casos que já participou.

Reportagem: Doutor em medicina legal pela Universidade de Campinas, Fortunato Badhan Palhares é um dos mais conhecidos e polêmicos médicos legistas do país e, nos mais de trinta anos de carreira, atuou na investigação de crimes que chocaram o país. Em 1996, fez parte da equipe que identificou a ossada do carrasco nazista Joseph Menguele, foi o legista responsável pelos laudos dos cento e onze mortos do massacre do Carandiru e do confronto entre policiais e sem-terras em Eldorado dos Carajás no Pará. Esses e outros

casos estão relatados no livro “Por que converso com os mortos” que Badhan Palhares lança ainda este mês pela editora Landscape. No livro o legista dedica onze capítulos a um dos episódios mais polêmicos de sua carreira: a morte de PC Farias e sua namorada Suzana Marcolino, em junho de 1996. Em “Por que converso com os mortos” Badhan desabafa, se defende das acusações que recebeu ao longo de sua carreira e defende duas teorias: que não existe crime perfeito e a verdade sempre vem à tona.

J.B.- é isso aí. Não existe crime perfeito, a verdade sempre vem à tona. No seu caso então, professor, basta saber conversar com os mortos e a verdade transparece?

B.P.- na verdade, a conversa com os mortos, ela está envolvida de todas as circunstâncias que envolvem aquela morte, bem como todo um processo de investigação, também, que se realiza em cima do fato, objeto de avaliação pelo perito médico legal, porque o médico legista é uma peça da investigação criminal. Ele precisa conhecer a história que antecedeu a morte, ele precisa conhecer o local em que o fato ocorreu, as pessoas que estão envolvidas e depois uma investigação posterior ao fato. Então, o médico legista não pode ser aquele indivíduo que fica adstrito ao instituto médico legal aguardando o corpo que, muitas vezes, chega sem qualquer informação. Portanto, a carreira de médico legista e de perito criminal, ela é uma carreira envolvida por uma circunstância extremamente importante, que são esses elementos que eu acabei de mencionar e a cena do crime é, sem sombra de dúvida, a peça fundamental para se resolver uma questão, principalmente, nos casos chamados crimes de sangue.

F.V.- bom! Então, diante do que o senhor falou, por que então existem tantos conflitos nos casos, os quais o senhor participou, como por exemplo, no caso do PC Farias, o seu laudo é contestado, em outros casos também. Por que há tanta divergência na área legal nesses casos mais polêmicos da história brasileira.

B.P.- na verdade, eu não vejo polêmica na área legal, eu vejo posições de interpretações diferentes de um mesmo fato e essas interpretações podem acontecer, exatamente, em função do conhecimento pessoal do indivíduo, do domínio da técnica em que, muitas vezes, a pessoa que emite uma segunda ou até uma terceira opinião sobre um fato não conhece o dado, o fato na sua totalidade. Eu tenho muito poucos casos contestados. O caso que realmente exigiu maior divulgação, na mídia inclusive, o caso do PC.

M.P.- mas o PC, no caso, para falar especificamente desse que, até hoje, suscita muita curiosidade, professor, as pessoas não queriam acreditar ou, até hoje, não querem acreditar que foi a solução mais, digamos, prosaica que aconteceu...

B.P.- um crime passional

M.P.- ...um crime passional. Por que é que o senhor chegou a essa conclusão e onde é que há o atrito entre sua opinião e a de outros?

J.B.- agora, antes de sua resposta, nós vamos rever, aí, cenas desse episódio.

Reportagem: junho de 1996. Paulo César Farias e sua namorada, Suzana Marcolino, são encontrados mortos na casa de praia de PC, em Guaxuma, litoral de Alagoas. Badhan Palhares é convidado para auxiliar as investigações sobre o crime. Badhan e outros dez peritos defendem, em um laudo, a tese de crime passional. Suzana teria matado PC Farias por ciúmes e depois se suicidado. Em 1997, um novo laudo contesta a conclusão de Badhan e sustenta que os dois teriam sido assassinados. PC Farias foi tesoureiro da campanha de Fernando Collor de Melo, à presidência, em 1989 e acusado de montar um esquema de corrupção dentro do governo. Dois anos após o novo laudo, Augusto Farias, irmão de PC, é indiciado sob a acusação de participação no crime. O inquérito foi arquivado em novembro de 2002, sem apontar os responsáveis.

M.P.- então, professor. No caso, a opinião pública, de uma forma geral, entendia que foi uma queima de arquivo e o senhor, baseado única e exclusivamente ali, nas evidências,

chegou à conclusão do crime passional. Por que é que o senhor acha que houve essa polêmica em torno de um caso em que o senhor tem absoluta convicção de que foi mesmo um crime passional?

B.P.- bem! Eu acho que a reportagem já mostrou, também, muito claramente, coisa que muito poucas pessoas conhecem. Badhan Palhares não foi o único legista nesse caso. O laudo foi assinado por dez peritos, somente Badhan Palhares foi objeto de mídia. Se nós formos avaliar o contexto, nós vamos ver que os peritos que atuaram num primeiro momento, eles conseguiram levantar este local com muita precisão e com muita técnica. Só que já existiu, desde o início do levantamento, alguém que levantou a hipótese sobre a possibilidade de não ser aquilo que a polícia já estava investigando desde o início. Daí a necessidade do próprio ministro da justiça, na ocasião Nelson Jobim, solicitar a nossa participação para que pudéssemos dar uma assessoria àquilo que já existia como levantamento de local. Nós chegamos lá depois de sete dias e ao avaliar todos os objetos colhidos, estarmos presente no local, conversarmos com as pessoas que estavam nesse local antes e depois do fato acontecer e baseado, fundamentalmente, no local levantado pelos peritos de Alagoas, os peritos todos, envolvidos, e entre eles, inclusive, peritos da polícia federal não tiveram dúvida de que aquele crime era um crime simples, de um homicídio seguido de suicídio.

F.M.- mas professor, deixa eu lhe fazer uma pergunta. Há um dado que me parece muito simples também e que é ponta, aí, de uma grande polêmica que é a altura da Suzana. Meu Deus do céu, o seu (laudo) garante que a Suzana tem 1,67m, outros levantamentos falam de 1,57m. O senhor garante, e parece que não é contestado, que a Suzana era 4cm mais alta do que o PC, o que, na segunda hipótese, daria ao PC uma altura de 1,53m, o que seria uma piada. Agora, não é simples pegar uma carteira de identidade, os documentos da vida da Suzana ou medir o corpo da Suzana com uma mera fita métrica, lá no IML. Então, por que é que ficou essa polêmica tão complicada em torno de um dado que é decisivo e que me parece tão simples?

B.P.- exatamente. É simples, realmente. Erro cometido, na verdade, que eu não conto isso como um erro, mas uma falha é que no laudo original não se constou o tamanho exato de Suzana, ou seja, não se constou o tamanho do corpo de Suzana.

F.M.- então foi um cochilo seu?

B.P.- meu não, dos dez peritos, porque ele foi vivido por todos.

F.M.- e ninguém notou isso?

B.P.- não notou por que? Porque a mesa de necropsias, ela tem uma fita métrica e ali você já vê o tamanho. Isso está gravado por quatro vezes na fita feita no local. Está certo? Mostrando e interrogando os próprios peritos de quanto media Suzana, quando nós chegamos. A primeira coisa que nós perguntamos foi isso. Mas a grande polêmica não foi pelo tamanho de Suzana. Quando nós falamos sobre o tamanho de Suzana, nós estávamos nos referindo à estatura dela sentada na cama, quando levou o tiro. E, disto, houve toda uma modificação de caracterização do tamanho de Suzana.

F.M.- e a trajetória da bala, ela começa a ser vista de vários ângulos?

B.P.- isso. É importante, exatamente, por isso. Porque, você tendo a altura dela, sentada na cama e você tendo a possibilidade de mostrar qual é a trajetória, você vai saber exatamente onde ela estava sentada e qual a posição dela sentada na cama. E foi isso que nós levantamos.

F.M.- e a sua certeza, doutor, veio daí?

B.P.- não veio só daí. A minha certeza veio da constatação dela na mesa de necropsia em que nós a medimos. Eu tenho isso anotado, aliás tinha até bem pouco tempo, porque a polícia federal ficou com essa minha agenda. Mas, na minha agenda, no momento em que

eu anotava todos os procedimentos, está consignado o tamanho dela. Além disso, como já disse, a fita realizada durante o primeiro exame e durante os exames que nós realizamos está muito bem clara. É pena que eu não tinha idéia de que essas coisas me pudessem acontecer.

M.P.- por que é que a polícia federal está com a sua agenda? Apreendeu a sua agenda?

B.P.- porque na época em que houve a CPI do narcotráfico, houve uma dúvida em relação aos meus rendimentos, a polícia federal foi acionada e eu fui indiciado, inclusive, por sonegação fiscal. E todos os meus documentos foram levados e eu fiz questão de que a polícia federal levasse, inclusive, a minha agenda para mostrar que na agenda estava consignado o tamanho dela. Está certo? Além de todas as fitas, são oito fitas que gravam exatamente todos os momentos de que nós participamos. Portanto, isso está mais do que documentado. Não há, absolutamente, dúvidas e a maior certeza disto é que a segunda equipe, quando foi fazer a necropsia de Suzana, ou seja, a exumação do corpo de Suzana. E só fizeram a de Suzana, não fizeram a de PC. Isso, que fique bem claro isso.

M.P.- por que?

B.P.- não quiseram do PC, até hoje eu não sei por que. Se os dois morreram e os dois tinham dúvida em relação ao tamanho, obrigatoriamente, ter-se-ia que fazer as duas exumações e só fizeram a de Suzana. E, ao medir o corpo no caixão, que é exatamente esse o procedimento técnico, está consignado no laudo deles 1,67m e foi exatamente aquilo que eu consignei quando vi o corpo na mesa de necropsia.

M.P.- doutor Badhan, qual é a maior falha de quem defende a tese de crime passionai... no laudo?

B.P.- Maior falha? Bom! No laudo, eu não vejo nenhuma falha.

M.P.- de quem defende a tese de que os teriam sido mortos. De que não houve crime passionai.

J.B.- que foi conspiratório.

B.P.- de que foi conspiratório. Bom! A falha está exatamente no erro cometido pela própria segunda perícia. Por quê? Porque, quando nós estivemos lá, existia na parede um orifício por onde o projétil passou. Depois de ter transfixado o corpo de Suzana, na continuidade, ele transfixou a parede. E foi esse exatamente, como ele tinha 7,5cm de largura essa parede, nós conseguimos saber onde tinha sido a entrada e onde tinha sido a saída desse projétil. E por aí nós traçamos uma reta e desta reta nós fizemos a prorrogação da reta que deu a trajetória deste projétil. Dentro da trajetória, com o ambiente e sabendo o tamanho dela sentada e, evidente, todo o tamanho do corpo, nós sabíamos exatamente onde estava sentada Suzana e onde realmente transfixou e a posição dela na cama quando houve a transfixação. Acontece que esse material precisava ser analisado e nós retiramos esse fragmento de parede e levamos para o laboratório para poder ver a constatação, através do DNA, se aquele era o projétil que tinha transfixado o corpo dela, deixado ali na sua superfície restos de fragmentos dela e depois ter batido numa cadeira na sala. E ali nós encontramos material genético de Suzana. Portanto, não há dúvida nenhuma que o projétil que transfixou o corpo de Suzana foi o mesmo que transfixou aquela parede. Portanto...

F.M.- Agora...

B.P.- só para terminar o raciocínio. Este local não existia mais. Quando a segunda equipe fez ou tentou fazer a reconstituição deste local, eles não tinham mais como fazer a trajetória. Não tendo como fazer mais, eles colocaram um número, eu vou respeitar, inclusive, os colegas que trabalharam, um número imaginário e daí então chegaram a uma conclusão totalmente diferente.

F.M.- o senhor diz no livro que houve um elemento na equipe que trabalhou com o senhor que teria traído essa equipe, um elemento que teria tido um comportamento estranho e contra o trabalho...

B.P.- não...

F.M.- o senhor dá essa impressão, o senhor dá a impressão de que houve um traidor ali. Quem é essa figura?

B.P.- eu acho que houve uma pessoa que realmente nos traiu no momento final em que tudo estava terminado. Provavelmente por questões de foro íntimo ele acabou dizendo qual era o nosso resultado antes de nós entregarmos o laudo definitivo à autoridade requisitante.

F.M.- e o senhor acha que ele fez isso por que?

B.P.- aí, só ele poderia explicar.

M.P.- doutor Badhan, e os bastidores políticos nesse período de apuração, pressões que o senhor possa ter recebido durante o processo de investigação. O senhor podia revelar como é que foi esse dia-a-dia?

B.P.- na verdade, em Maceió eu não tive nenhum tipo de processo de pressão, muito pelo contrário. Eu fui muito bem recebido em Maceió, durante todo o tempo que lá estivemos. Eu e mais uma equipe da Unicamp tivemos a liberdade de fazermos o que nós achávamos devia ser feito nesse caso. Discutimos todos os passos com os colegas que lá estavam e tivemos mais, ainda, do que isso. Como existia uma pessoa em Maceió que foi a primeira que levantou a hipótese de um duplo homicídio que nunca foi um médico legista, mas que era professor de medicina legal, Jorge Sanguinete, eu convidei pessoalmente esse senhor para vir fazer parte do nosso grupo, para que ele pudesse acompanhar todo tipo de trabalho. E a resposta que ele me deu, no dia em que eu lhe fiz o convite, e que era o dia que nós íamos exumar os corpos, ele disse: eu não posso participar do seu grupo porque estou indo para um programa do Jô Soares.

M.P.- doutor Badhan, uma questão que fica no ar também a respeito da sua trajetória, é que desde o momento do caso Menguele, o senhor se tornou uma pessoa muito conhecida, o que é raro no caso da sua profissão. Difícil a gente saber, na ponta da língua, o nome de um médico legista. O senhor adquiriu uma notoriedade e fez, ao lado do professor Molina, uma dupla e qualquer caso que tinha, os dois eram chamados. Por que é que essa dupla termina de forma tão rachada e de uma forma tão polêmica e parecendo que há, aí, alguma sujeira jogada para debaixo do tapete?

B.P.- me perdoe somente não concordar com os termos usados pelo senhor. Por quê? Primeiro eu queria deixar muito claro que não fui eu que fiz a identificação do Menguele. Eu participei do segundo momento do caso Menguele, onde houve uma dúvida em relação ao ferimento encontrado na região malar, suspeita de tivesse levado um tiro, isso mudaria toda a história do caso Menguele. Aí, como eu sou anato-patologista, eu fui designado pelo professor Rubens Maluf, emiti, depois de um estudo aprofundado com mais de dois meses de trabalho, emiti um documento mostrando que aquele ferimento era resultante de uma fistula dentária que ele tinha há muitos anos. Ao terminar esse trabalho, quem havia solicitado ao doutor Maluf esse pedido, até por interseção do governo americano, foi o doutor Romeu Tuma e foi aí que eu conheci o doutor Tuma e ao apresentar o caso, eu sugeri ao doutor Tuma fazer uma reconstituição facial do crânio do Menguele, dizendo que aquilo seria uma outra forma de mostrar ao povo como é que era realmente a fisionomia, muito próximo da fisionomia. Ele achou ótimo, me deu a autorização porque eu era o único responsável por este caso, eu convidei alguns amigos, colegas de faculdade, de outras agremiações, e fizemos esta reconstituição. Esta, sim, acabou sendo ou acabou tendo uma notoriedade maior até do que a própria identificação do Menguele. Essa teve notícias

internacionais, etc. Mas o doutor Molina, ele nunca foi médico, primeiro, segundo ele só participou...

F.M.- doutor Molina não é médico?

B.P.- ele é um foneticista. Doutor Molina não é médico. Foneticista.

F.M.- mas o que é que ele estudou? Linguística?

B.P.- linguística, exatamente. O doutor Molina nunca foi meu colega de perícias médico-legais.

M.P.- os senhores apareciam quase que como uma dupla!

B.P.- não, não. Aí existe, talvez, um espaço de tempo que precisa ser bem colocado. O doutor Molina veio para o departamento de medicina legal a meu convite para fazer realmente exames de fitas, exames de fonética.

J.B.- de áudio?

B.P.- de áudio, exatamente. E ele veio para o meu departamento na época em que o Magre, o Rogério Magre esteve envolvido com aquele problema e nós o convidamos e a partir daí é que ele começou realmente a frequentar o laboratório da medicina legal. Mas nunca como médico e nunca participando de perícias médico-legais, mas sim de perícias forenses. Tanto é que nós criamos o primeiro laboratório de fonética forense do Brasil no departamento de medicina legal da Unicamp onde ele trabalhava. Nós passamos a trabalhar juntos em alguns casos que tinham o envolvimento da fonética, fora a fonética, nós não tivemos nenhuma participação juntos.

M.P.- mas por que é que houve essa briga entre os senhores.

B.P.- bom! Aí é questão de vaidade pessoal...

M.P.- mas do senhor ou dele?

B.P.- seguramente dele, não minha.

F.M.- ele diria ao contrário, hein doutor.

B.P.- ele pode dizer o contrário...

F.M.- mas e às contestações dele ao trabalho do senhor, que resposta o senhor tem?

B.P.- minha resposta é o seguinte: o doutor Molina, primeiro, precisa se formar médico, precisa se formar como perito, precisa ter graduação que não tem nisto e depois ele poderá contestar os meus laudos.

F.M.- mas no caso do doutor Sanguinete o senhor processou?

B.P.- o Molina também. O Molina foi protestado e perdeu a causa.

F.M.- o doutor Sanguinete, o processo do senhor não avançou, foi até recusado.

B.P.- eu tenho contra o Sanguinete cinco processos.

F.M.- eu sei de um que...

B.P.- não. Um único processo que, em um primeiro momento, eu ganhei. Houve uma apelação, a partir dessa apelação ele ganhou.

F.M.- e os outros quatro?

B.P.- os outros quatro estão em andamento.

J.B.- nós vamos agora fazer a nossa primeira parada, o Canal Livre hoje com o médico legista Badhan Palhares volta em um instante.

J.B.- voltamos com o Canal Livre que hoje recebe o médico legista Badhan Palhares. Como vimos aí no bloco anterior, Badhan Palhares entrou em choque com alguns de seus pares. Vamos ver uma das polêmicas entre ele e o seu colega da Unicamp, Ricardo Molina.

Reportagem: 17 de abril de 1996. Dezenove pessoas morrem e oitenta e quatro ficam feridas num confronto entre sem-terras e policiais militares em Eldorado dos Carajás no Pará. Seis anos depois, durante o julgamento do caso, Badhan Palhares e seu colega foneticista, Ricardo Molina travam uma verdadeira guerra de laudos sobre o episódio. Para

Molina, a polícia atirou primeiro e foi responsável pela tragédia. Já Badhan discorda, não reconhece o massacre.

J.B.- não reconhece o massacre. O que é que teria ocorrido então?

B.P.- aquilo ali foi mais do que um massacre! Ali, as pessoas foram escolhidas. O massacre, não. O massacre você, quem está na frente vai em frente. Está certo!? Criança, mulher, o que estiver. Realmente, ali foi uma barbárie realmente. Ali as pessoas foram escolhidas...

J.B.- pior do que massacre?

B.P.- muito pior! E o fato de dizer que polícia atirou primeiro é impossível de dar esse diagnóstico, porque as primeiras imagens e os primeiros sons que se escutam são de muito longe, não é possível dizer qual foi a arma, qual foi o tipo de arma que disparou. O que na verdade ocorreu é que o Molina tentou focar um único momento em que foi possível avaliar um policial atirando. Mas esse não foi o primeiro disparo, esse não foi o momento do primeiro disparo, não foi ali que começou. Então, o grande erro dele que, infelizmente, não é perito para esse tipo de discussão, como eu já disse, foi exatamente, foi lamentável ele dizer de algo que ele não conhecia, não tinha capacitação técnica para isso.

M.P.- mas o senhor sustenta, então, que a polícia atirou em determinadas pessoas que ela já sabia quem exatamente seriam essas pessoas?

B.P.- olha, no meu parecer eu não digo quem matou quem. Eu digo que as pessoas foram escolhidas, (neste trecho, não fica claro a separação das falas do entrevistador e do entrevistado, do trecho do jornalista) até porque, ali, a grande maioria das pessoas não morreram por projéteis de armas de fogo, morreram por armas brancas, foram ferimentos profundos, produzidos por facões, por foices, por enxadas. Mas eu usei esse termo: que a polícia não usa. Entretanto, eu coloque no meu parecer: é imprescindível que se avalie esses tipos de ferimentos, particularmente, nas pessoas que foram atingidas. Por quê? Porque eu não sabia como tinha ocorrido isso, a não ser por essas imagens.

F.M.- mas professor, quando você diz: a maioria das armas usadas era de armas brancas...

B.P.- ...não das armas utilizadas, a maioria das mortes veio de armas brancas, armas que a polícia normalmente não usa.

F.M.- mas o senhor queria concluir o quê? Que o culpado não foi a polícia, ou não?

B.P.- o que eu queria concluir é que a investigação tinha que ser muito mais minuciosa do que estava sendo até então. E o que é que aconteceu depois que nós demos essa informação? A promotoria pública foi procurar, exatamente, quais os soldados que tinham participado e encontraram uma companhia que era de policiais florestais, que usam arma branca.

F.M.- e isso não isenta a polícia de nada.

B.P.- muito pelo contrário

F.M.- na verdade o que o senhor diz é que foi pior do que massacre e que foi mais cruel ainda...

B.P.- não tenho dúvida nenhuma. E isso está no meu parecer.

M.P.- porque o que ficou parecendo é que de um lado Molina estava como um defensor da tese de que houve um massacre e o senhor era um defensor de que não houve a violência policial que ficou muito evidente.

B.P.- mas a promotoria pública soube usar exatamente o nosso laudo.

F.M.- mas professor, o senhor acha então, a sua conclusão é que tudo aquilo ali começou com pedras, paus e bombas de gás lacrimogêneo, a primeira ação...

B.P.- as primeiras imagens mostram disparos, mas não mostram de onde e aonde. Depois é que o cinegrafista consegue se locomover como se fosse esse aqui o foco (mostram as imagens). Nós temos uma imagem que vem daqui. Dali a pouco, esse cinegrafista começa

a se mover e é aonde aparece depois aquele grupo apedrejando a polícia, a polícia correndo. Esse é um terceiro momento, e o quarto momento é aquele que nenhuma câmera mostrou. É onde realmente as mortes aconteceram, porque essas mortes não aconteceram enquanto a câmera estava focando aquele tipo de procedimento.

J.B.- e nesse quarto momento, há a possibilidade de que não só polícia tenha cometido essas mortes?

B.P.- esse é o nosso grande problema e é por isso que nós colocamos que deveria ser melhor investigado. Porque ali também existiam outros interesses dos próprios fazendeiros. Existiam interesses dos próprios sem-terra que, provavelmente, por algum tipo de desavença – estou levantando uma hipótese, não estou afirmando absolutamente nada – alguém pudesse aproveitar desse momento. Mas o que precisa, realmente, é saber por que é que aqueles corpos foram mortos fora daquele ambiente e não naquele ambiente e quem procedeu esse tipo de crime.

M.P.- doutor Badhan, até que ponto esse choque de laudos atrapalha a justiça? Ou quando esse processo é levado aos tribunais, a justiça tem frieza para analisar qual laudo está certo e qual laudo está errado e a justiça efetivamente é feita?

B.P.- nós temos muitos casos em que a justiça não é feita. Por quê? Porque nem todos os laudos recebem os mesmos tipos de tratativa e nem todos os laudos refletem aquilo que aconteceu. Portanto, eu já participei de vários pareceres, negando um laudo. Por quê? Porque esse laudo não contempla os fatos que envolvem o procedimento.

F.M.- me corrija, mas a pergunta é: a justiça tem condições técnicas de avaliar um laudo?

B.P.- não. A justiça deve se ater a quê? A solicitar pareceres de peritos que tenham capacitação não só moral, técnica e de instrumental para poder resolver suas questões. Infelizmente, nem sempre estes instrumentais estão presentes em nossos institutos de criminalística e nos nossos institutos médicos legais. Isso, então, pode...

F.V.- mas por falta de investimento, por falta de gente? O que é que está faltando?

B.P.- na verdade, eu vou dizer de uma forma geral o que existe no Brasil. Existe falta de investimento, sim. Nós não temos institutos de criminalística, institutos médicos legais para poder atender cem por cento daquilo que é atribuição do perito médico, perito criminal. Nós temos em São Paulo um instituto de criminalística de primeira linha, mas é algo que está se desenvolvendo mais recentemente do que há alguns anos atrás...

M.P.- ... e um IML que não funciona, doutor Badhan!

B.P.- o IML, eu não sei em que ponto o você diz que não funciona. O IML tem as suas falhas, mas nós temos excelentes peritos médicos legais, bem como em todas as outras áreas, nós temos peritos que não conseguem contemplar realmente aquilo para o qual ele foi escolhido como perito ou participou, passou no seu programa de preparação.

M.P.- se o senhor já teve um parente ou um amigo morto em São Paulo, o senhor sabe do que eu estou falando.

B.P.- é verdade. Eu já tive. Eu acho que existem falhas sim. Existem, não vamos deixar isto passar em branco, mas a tentativa hoje de melhorar esse quadro é muito maior do que na época de um ex-secretário de segurança pública em que eu me dirigi a ele, até, como médico legista, pedindo melhores condições técnicas e ele – era até um coronel – e ele me disse: quantos casos o senhor consegue resolver com a tecnologia que o senhor tem hoje no Instituto Médico Legal? – que era péssima – oitenta, noventa por cento – “está ótimo doutor, para que mais?”...

M.P.- doutor Badhan, era o Erasmo Dias?

B.P.- era.

J.B.- doutor Badhan, que avaliação o senhor faz então da medicina legal, do ponto de vista jurídico?

B.P.- jurídico. Eu acho que, em primeiro lugar, nós estamos cometendo, no país, um grande erro de permitir que faculdades de direito deixem de ter no seu programa de formação, medicina legal.

F.M.- ué! Não tem mais medicina legal?

B.P.- boa parte das faculdades de direito já não possuem mais a cátedra e a medicina legal. Em segundo lugar, na própria faculdade de medicina, o espaço de tempo para medicina legal também é muito pequeno. Não é uma carga que ofereça ao médico a oportunidade de conhecer realmente a importância da medicina legal.

J.B.- e o interesse dos jovens pela especialidade?

B.P.- ... eu já lhe dou a resposta. A medicina legal, na verdade, ela não é importante só para o morto. A medicina legal é muito mais importante para os vivos. Noventa por cento da nossa clientela médico-legal são os vivos: são os crimes contra as crianças, são os crimes contra as mulheres, são os acidentes de trânsito, são os vários tipos de lesões corporais existentes. E o jovem, ele hoje tem uma visão diferente da medicina legal. A medicina legal mudou a sua fisionomia. A medicina legal, na época em que eu entrei na faculdade, um pouco antes disso, o médico legista era considerado como aquele médico que fedia no necrotério. Hoje não, hoje o médico legista é visto como médico investigador, o médico que está afeito à tentativa de poder resolver as questões que envolvem uma morte.

F.M.- professor, voltando à questão do conflito de laudos e à incapacidade da justiça de resolver essa questão. Na Paraíba, houve um caso lá, o senhor atuou e foi um caso polêmico, o vice-governador que apareceu morto, o senhor deu um laudo que ele tinha se suicidado, depois apareceu outro laudo dizendo que não, que ele tinha sido assassinado. É onde se divulgou até aquela informação, que o senhor nega que no seu laudo havia uma negligência com relação ao revolver e tal. Parece que seria uma bobagem isso... mas saiu publicado em todo lugar. Mas a questão é: como é que se vai do suicídio para o assassinato, assim? E a justiça, diante dessa ambiguidade, como é que fica? Por que é que o senhor teve tanta certeza daquele suicídio?

B.P.- pelos elementos encontrados nos fatos reais existentes. Mas eu vou historiar, um pouquinho, isto. Este caso, quando ocorreu, o médico legista e os peritos criminais que foram ao local chegaram à conclusão de que realmente era um suicídio. A família, não contente com esse documento, solicitou um perito do sul que, através das fotografias que eles mandaram – que foram duas fotografias – emitisse um parecer, parecer particular. Esse parecer foi dado, dizendo que aquilo era um homicídio e não um suicídio. Diante deste fato, a polícia federal o solicitou na universidade para que nós nos dirigíssemos para poder emitir um parecer. Eu disse que emitiria um parecer se estivesse presente, se examinasse esse corpo e se pudesse conversar com os primeiros peritos que lá estiveram e foi assim que aconteceu. Nós lá estivemos, examinamos todo o material, fomos à casa, conversamos com os filhos, fizemos uma tentativa de reconstituição em função do que o filho nos contou, como encontrou o pai, as características, os ferimentos encontrados na parede, ou seja, as lesões encontradas na parede, etc. e baseado nesses elementos materializados é que nós chegamos à conclusão definitiva de que ali era um caso de suicídio.

F.M.- e o senhor continua afirmando isso?

B.P.- não tenho dúvida, eu não tenho dúvida nenhuma.

M.P.- o senhor sustenta que não existe o crime perfeito. Tem um caso que ganhou muita notoriedade em São Paulo: o caso da rua Cuba que já tem mais de dez anos e que inclusive um grande jurista acabou morto junto com a mulher. Tudo apontava para que o filho fosse

o assassino. Inclusive, o atual secretário da justiça, que na época era o procurador geral, o promotor público dessa época, ele sustentava toda investigação em torno do Jorge Bucat...

B.P.- doutor Marrei.

M.P.- doutor Marrei, exatamente, e, no fim, até hoje não se sabe o que foi que aconteceu ali. O senhor foi chamado nesse caso ou teve algum tipo de conhecimento? Esse não é o tipo de crime perfeito então?

F.V.- inclusive, acrescentando o que o doutor (M.P.) está dizendo, dizia-se na época que mexeram demais na casa e quando a perícia chegou não teve condições de levantar os elementos fundamentais para elucidar o caso.

B.P.- é verdade. Aquele local foi manuseado, aquele local foi mexido. Nós pudemos provar isso através das fotos tiradas pelos primeiros peritos que lá estiveram e o doutor Marrei foi incansável nessa procura, nós trabalhamos juntos nisso e todos os elementos levantados, eles apontavam exatamente para o filho. Só que a arma do crime não foi encontrada e o ambiente, infelizmente, fora manuseado de sorte a prejudicar alguns dos dados que seriam relevantes para você poder ter uma prova cabal, definitiva, materializada.

M.P. então não seria um crime perfeito?

B.P.- não. Esses foi um crime manuseado.

M.P.- bom! Perfeito, no sentido de que o eventual culpado ainda está por aí, não foi punido.

F.M.- doutor Badan, no Maranhão, o caso daquele jovem de quinze anos que morreu e o senhor estudou o caso e fez um laudo dizendo, como conclusão, que o que o senhor examinou não era o menino e mais tarde ficou claro que o senhor examinou um corpo que não era o dele. Quer dizer, teve ali um problema grave.

B.P.- este caso, o que aconteceu foi que esse menino desapareceu, seis dias depois foi encontrado um cadáver numa outra praia, noventa quilômetros distante de onde tinha desaparecido o menino, este corpo foi examinado pelo instituto médico legal de lá e eles identificaram o menino, porque um dentista olhou a criança e disse que era ele, mas não disseram do que tinha morrido a criança. Aí o pai solicitou à polícia federal que nós fôssemos até lá. Nesta ocasião, eu estava de férias e quem me substituíria no departamento é que se deslocou para conhecer a história e, ao voltar, disse que não podia, por compromissos pessoais e me pediu que o substituísse. Eu estive, junto com a minha equipe, a equipe da universidade, examinamos e lá mesmo nós demonstramos que aquela criança tinha sido assassinada, fomos nós que provamos que aquela criança tinha sido assassinada. Mas através dos elementos encontrados, e nós fazíamos, naquela ocasião, superposição de imagens, nós não conseguimos através da superposição de imagens – e eu infelizmente, nessa ocasião, estava com outro trabalho – os meus colegas não conseguiram identificar aquele crânio às imagens fornecidas pela família. Portanto, nós demos que as imagens não correspondiam na sua totalidade, portanto não poderia ser a mesma pessoa.

F.M.- e como é que depois chegaram à conclusão de que era?

B.P.- é que depois foi feito, depois nós mandamos um material que existia ainda dentro da universidade para um exame de DNA e esse exame realizado por um laboratório conceituado no Brasil acabou dizendo que aquele material enviado não tinha as condições de ter relação com a família. Ficou, então, sendo o resultado negativo a exemplo do que tinha acontecido com a superposição de imagens. Posteriormente, alguns anos depois, esses ossos foram solicitados, nós devolvemos todos os ossos para o Maranhão, um outro laboratório, examinando o que nós enviamos, chegou à conclusão de que era o menino.

F.M.- e hoje o senhor acha que era o menino?

B.P.- bom! Eu estou dentro do meu laudo que era aquele que não pode comprovar que era o menino.

F.M.- que não é o adotado mais?

B.P.- é. Que não é mais.

J.B.- o Canal Livre faz mais uma parada e a gente volta dentro de instantes.

J.B. estamos de volta para o último bloco do Canal Livre que esta noite entrevista o médico legista Badan Palhares. Doutor Palhares, com a publicação do seu livro “Por que converso com os mortos” o senhor pretende fazer a exposição da carreira ou também pretende fazer a exumação da polêmica?

B.P.- eu acho que, na verdade, a intenção de colocar esse livro foi para deixar para os meus filhos, para minha família de uma maneira geral um pouco da minha vida que eles não conhecem na sua totalidade – evidentemente que eu não coloquei tudo no livro – mas também para servir como um ponto de informação para os nossos estudantes de direito, os nossos estudantes de medicina que nós temos condições de poder realizar trabalhos, mesmo sem todo o instrumental técnico necessário. Eu vou, dia 26 agora, fazer uma tarde de autógrafos exatamente na sede da OAB aqui em São Paulo, na Praça da Sé. É uma entidade extremamente respeitada, portanto me sinto extremamente envaidecido de poder fazer o lançamento lá, mas, na verdade, esta intenção foi de tentar mostrar um pouco das dificuldades que eu tive na minha vida para poder, à procura da verdade, trazer situações que vivi, muitas vezes, até, sem condições físicas de poder resistir a certos empreendimentos como, por exemplo, o caso em que eu fui atuar para trabalhar com os garimpeiros mortos na Amazônia venezuelana. Portanto, eu acho que a intenção do livro é exatamente tentar mostrar a importância das particularidades que existe em todos os corpos e que o legista precisa estar muito presente para poder saber retirar, deste cadáver, as informações mais precisas de um diagnóstico em ordem.

F.M.- professor, aquele episódio da CPI foi um episódio duro para o senhor. Alguns deputados davam entrevistas se referindo ao senhor, numa linguagem duríssima, de uma agressividade impressionante. O senhor foi, ali, acusado até de vender laudos para o narcotráfico. As cenas mais feias foram pintadas ali, naquela CPI. O senhor processou aqueles deputados? O que é que aconteceu ali como consequência daquilo tudo? Como é que o senhor encara esse episódio hoje?

B.P.- eu, para ser muito sincero, eu digo isso no meu livro. Ali foi uma exposição de alguns deputados para as próximas eleições. Eles não tinham nenhum elemento materializado contra minha pessoa, tanto é que eu não recebi – embora tenha sido indiciado – eu não fui indiciado por venda de laudos, eu não fui indiciado por falsidade de laudos, eu não fui indiciado por absolutamente nada relacionado aos laudos. Eles me indicaram por sonegação fiscal.

F.M.- é. Levantaram a sua conta e tinha lá uma movimentação de dinheiro que estava...

B.P.- só que a movimentação que eles fizeram foi uma movimentação ridícula que nem criança do primário faz. Eles estavam somando todos os ganhos com caderneta de poupança, etc. e somavam como se fosse novas aplicações. Foi coisa hilariante que eles acabaram brigando entre eles mesmos. Mas a secretaria da receita federal acabou, depois de dois anos que eu tinha sido indiciado, me mandando um documento, pedindo desculpas pela forma – e está no livro também - como os seus membros chegaram até minha pessoa, levando lá uma dívida de cento e noventa e sete mil reais de impostos que eu não havia pago. Na verdade, eu contestei e recebi essa carta pedindo desculpas da forma como fora tratado.

M.P.- doutor Badan, estão no livro também os três processos que o senhor sofre na Unicamp?

B.P.- que eu sofro? Nenhum.

M.P.- de que o senhor teria usado um microscópio que foi doado pela comissão nacional de energia nuclear da Unicamp que apareceu no seu laboratório, o senhor teria vendido uma fita...

B.P.- não, não apareceu no meu laboratório.

M.P.- então vamos por partes.

B.P.- o microscópio foi um microscópio doado pela GNEM e como eu era o único patologista do departamento de medicina legal e este material era contaminado, o chefe do departamento na ocasião, como nós não tínhamos condições de poder ter este material lá no laboratório, ele pediu que eu levasse para o meu laboratório que lá, sim, eu tinha condições de poder dar todos esses diagnósticos. Houve realmente a iniciativa de uma sindicância interna, foi devidamente esclarecida com todas as provas contundentes contra essa denúncia mal fadada. Segundo...

M.P.- o trabalho dos irmãos Maristas. O senhor teria cobrado dos irmãos Maristas, mas a Unicamp não recebeu um tostão.

B.P.- isso. Na verdade, quem foi procurado para fazer o caso do padre Marcelino Champanhel fui eu pessoalmente e individualmente, mas como eu fazia parte da universidade, eu levei para a universidade para que outras pessoas pudessem participar, a exemplo do caso Menguele que também não foi a Unicamp que recebeu o Menguele, fui eu, pessoalmente. Eu levei para a universidade pelo espírito, realmente, acadêmico de poder trazer esse tipo de procedimento para que os alunos pudessem aproveitar. Ocorre que nesta ocasião o doutor Molina era um dos integrantes e nós já tínhamos alguns problemas pessoais e ele acabou impedindo que toda uma tramitação burocrática pudesse ocorrer dentro da universidade. Eu não tive dúvida. Como eu tinha sido o requisitado, tirei da universidade, fiz o que tinha que ser feito e doei esse dinheiro que foi ganho a uma entidade assistencial, aliás o que estou fazendo com o livro que estou publicando – a renda desse livro está sendo doada a duas entidades: São Jerônimo Eliminiane que é uma igreja e uma creche Semente David, de Campinas – portanto, eu não estou recebendo absolutamente nenhum emolumento pelo livro publicado.

M.P.- o senhor vendeu a fita da gravação da autópsia do PC Farias?

B.P.- isto é um outro problema em que há um grande erro neste procedimento. Eu apresentei, junto com nosso querido amigo Bastos – falecido, já – num programa de televisão, eu apresentei o caso PC para esclarecimento do fato e o jornalista que fez essa matéria, ele entendeu que aquela matéria, a partir daquele momento, era dele e publicou num segundo momento, publicou não, apresentou num segundo momento, no programa dele um título “PC Farias, por Badan Palhares”, sem que nós tivéssemos autorizado, absolutamente, nada. Imediatamente, quando eu tive notícias disso, eu entrei com a administração da universidade, contra este repórter, fomos procurá-lo pessoalmente, impedimos que ele divulgasse qualquer tipo de matéria e a fita não existiu. Acontece que um deputado estadual que morava em Campinas e que era um indivíduo que tinha tido um atrito muito sério comigo em função das ossadas de perus, ele, quando o repórter publicou que deveria sair esse livro, ele deu uma caixa postal e uma conta para poder depositar e receber esse dinheiro em casa. Ele fez o depósito e em cima disto ele fez uma acusação de que tinha comprado o livro. Mas qual foi a matéria que ele entregou junto com esse depósito? Foi uma locadora que ele pegou em São Paulo que copiou aquele programa, fez o programa de uma editora, totalmente diversa daquela do jornalista e entregou como sendo a prova. Nós entramos na polícia, pedimos uma perícia desse material e provamos que ele havia forjado uma fita, da mesma forma que três docentes do meu departamento acabaram respondendo criminalmente por esse tipo de procedimento.

J.B.- muito bem! Nós vamos chegando ao fim do Canal Livre, mas antes nós queremos que o doutor Badan Palhares, o senhor tem agora um minuto para concluir a sua conversa com os vivos.

B.P.- eu agradeço a oportunidade de estar com vocês todos aqui, numa conversa bastante franca, aberta para poder mostrar realmente a importância da medicina legal e a perícia criminal no nosso meio social. Eu faria um apelo ao nosso governador de estado e a todos os governadores de estados que deem um pouco mais de atenção à nossa polícia científica, porque é através da polícia científica que nós conseguimos resolver os grandes problemas da nossa sociedade, principalmente aqueles que envolvem o chamado crime de sangue. E não só isto, vejam nas grandes catástrofes quem são os primeiros a serem chamados. São os peritos de local, são os médicos legistas, haja vista esse desastre que aconteceu com a TAM em que os nossos peritos médicos e os nossos peritos de locais foram fundamentais para que, em tempo recorde, pelo número de pessoas mortas e pelas circunstâncias em que elas morreram, pudessem ser identificadas.

J.B.- muito bem! O Canal Livre fica por aqui. Nós agradecemos a participação do médico legista Badan Palhares no programa. A todos também o nosso muito obrigado pela audiência e a gente se vê no próximo domingo. Até lá e boa noite.

Transcrições para mestrado

Ministro Hélio Costa

Legenda:

apresentador

J.B.- Joelmir Bething

convidados

F.M.- Fernando Mitre

A.T.- Antônio Teles

M.P.- Marcelo Parada

entrevistado

H.C.- Ministro Hélio Costa

J.B.- Boa noite! O Canal Livre está no ar. E no dia em que o Brasil entra na Era da TV Digital, nós recebemos aqui, ao vivo, o Ministro das Comunicações Hélio Costa que é um dos responsáveis por sua implantação do sistema no país. Nós vamos tratar desse assunto, em detalhes, da nova tecnologia, que promete mudar o jeito como nós brasileiros assistimos televisão. As vantagens da alta definição, os novos equipamentos, as dúvidas mais comuns que já surgiram, os detalhes do padrão adotado e também desenvolvido em seguida. Nós vamos falar das telecomunicações, de um modo geral, no país, o problema das rádios piratas, da terceira geração de celulares. Bom! Também, comigo aqui na mesa, os jornalistas Fernando Mitre, Antônio Telles e Fernando Parada. Mas antes da entrevista, vamos ver como foi o evento do lançamento, esta noite, em São Paulo, da TV Digital no Brasil.

Reportagem: O âncora do jornal da Band, Ricardo Boechart, deu início à cerimônia que inaugurou as transmissões da TV digital no Brasil, primeiro na cidade de São Paulo: “O brasileiro que já é louco por TV, agora vai ficar ainda mais, porque a era digital chega para ficar”. Na sala São Paulo, palco de apresentação da orquestra sinfônica, âncoras de todas as redes de televisão ressaltaram as vantagens do novo sistema. O fim dos fantasmas e chuviscos na imagem, a interatividade e a possibilidade de assistir à TV em movimento, o

telefone celular dentro do carro. Às oito e meia da noite, a cerimônia passou a ser transmitida em rede nacional. O presidente Lula saudou o novo sistema: P. Lula: “é uma verdadeira revolução. Por um lado, vai proporcionar um aumento extraordinário nos espaços de difusão da cultura brasileira e na veiculação de informações. Por outro, vai estimular nossa indústria, gerando emprego, renda e oportunidades para o país”. Em seu discurso, o presidente Lula anunciou que vai financiar, através do BNDS, o programa para baratear o preço dos conversores, para que mais brasileiros possam assistir à TV digital. P. Lula: “determinei ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDS, que desenvolva um programa de incentivo à implantação da TV digital, no valor de um bilhão de reais. Ele irá dar apoio à rede varejista para baratear a venda do conversor que permite a recepção do sinal digital, pelos atuais televisores analógicos”. Um clique no controle remoto simbolizou a chegada da TV digital que, gradualmente, deve revolucionar o jeito de ver TV no Brasil. D.B.: “A Band vem se preparando, há muitos anos, pra isso e se tornou um grupo multimídia produzindo, distribuindo e interagindo. Ela tem muitas áreas, hoje, ligadas à interatividade. Então, ela se preparou para esse mundo novo”. O evento terminou com um evento da cantora Maria Rita (voz da cantora ao fundo).

J.B.- Ministro Hélio Costa, havemos TV digital

H.C.- Havemos

J.B.- em São Paulo, a partir desse domingo. Rio e Brasília só no ano que vem, Belo Horizonte só no ano que vem, Salvador e Fortaleza só em 2010. Por que esse arrastar, aí, de difusão do sistema no país?

H.C.- Joelson, nós criamos um cronograma de implantação da TV digital, porque, primeiro, ela precisa atender a uma série de exigências na parte das empresas de radiodifusão e tem uma imposição de uma carga de trabalho muito grande para os técnicos do governo. Nós temos que fazer a canalização de cada cidade do Brasil. Aonde existe o sistema analógico, você tem que fazer o sistema digital funcionar, praticamente, pareado. Quer dizer, cada um canal analógico corresponde a um canal digital e nós temos que, ao mesmo tempo, estar mudando todo um sistema de televisão no Brasil. Por essa razão, nós resolvemos fazer essa cronologia, este cronograma de implantação. Primeiro por São Paulo, porque é o mercado mais importante da televisão brasileira, em seguida...

J.B.- e com maior densidade também...

H.C.- o mais importante em todos os sentidos...

J.B.- o melhor na escala...

H.C.- na escala, sem dúvida... É, em janeiro, fevereiro, no mais tardar no fim de fevereiro, nós já podemos estar chegando a Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Na virada do segundo semestre, nós pegamos duas capitais do sul e duas do norte e até dezembro nós já podemos estar em todas as capitais brasileiras. E a partir daí...

J.B.- nas capitais?

H.C.- nas capitais.

F.M.- O processo completo, ele se dá até 2016?

H.C.- até 2016 é o tempo que nós estabelecemos para a vida útil do sistema analógico, funcionando junto com o sistema digital, para que ninguém deixe de ver TV, para que ninguém perca o direito de ver TV.

F.M.- mas enquanto isso, e o senhor tem uma sensibilidade especial para esse detalhe – detalhe não, fundamental - que é o aparelho que vai permitir ao telespectador, mesmo tendo a TV analógica, ver a imagem digital. Isso, o preço desse negócio está um absurdo. A gente vê aí, mil e noventa reais, quatrocentos e noventa e nove é o mais barato. E o senhor tem falado em preços bem mais humanos, digamos assim. Hoje, o senhor teve a

primeira vitória, digamos. Mas o que é que significa isso na prática? O telespectador quando é que vai poder comprar esse aparelho mais barato?

H.C.- olha, nós estabelecemos no próprio decreto que cria a TV digital, que é o 5820, a obrigatoriedade de se ter o conversor, porque, senão, você condenaria o telespectador brasileiro a ter de comprar um aparelho novo para ver a televisão digital. Então, ficou estabelecido que, para que isso não aconteça, você compraria o conversor e usaria o antigo televisor. Se quiser um televisor de mais definição, maior número de linhas, então você faz um investimento no aparelho, pode ser agora, pode ser daqui a dois, três, quatro anos. Só que, lamentavelmente, não souberam entender que nós temos que colocar no mercado brasileiro de sessenta a setenta milhões de conversores da TV digital e todo mundo quer ganhar o máximo, no primeiro dia da TV digital no Brasil. O que eu não consigo entender, Fernando, como é que você faz um conversor de TV digital no Brasil custar mil reais, se ele custa exatamente sessenta e quatro dólares no Japão, o que representa, aí, cento e dez reais. Ele custa em torno de cem reais na Europa e custa menos de cem reais nos Estados Unidos.

F.M.- acharam, aqui, que era uma galinha dos olhos de... dos ovos de ouro?

H.C.- é, este conversor... este conversor, ele tem noventa por cento das mesmas peças, dos mesmos componentes. É isso que está na mão do Joelson...

J.B.- aqui está, pode focalizar...

H.C.- diga de passagem, isso aqui ainda é um negócio meio jurássico, porque o conversor é uma coisa pequenininha, uma caixinha simples, possivelmente, igual à que você tem na sua casa, na TV a cabo. No entanto, o que começa, começa com esse tipo grandão aqui que é do tamanho de um DVD...

F.M.- que custa mil e noventa?

H.C.- isso custa mil e noventa.

M.P.- e por que é que não pode importar, então, esse... esse... essa... esse conversor, ministro?

H.C.- pode importar, é claro que pode importar. Exatamente, o que o presidente quis dizer hoje à noite, é que você vai criar linhas de financiamento para o mercado varejista, para as grandes distribuidoras de eletrodomésticos do país inteiro, você vai colocar recursos disponíveis para a indústria poder fabricar o conversor, não só no polo industrial de Manaus, mas também em outros estados, possivelmente, desonerando, porque só com a desoneração, você corta esse preço, aí, em cinquenta por cento, mas eu confesso que não entendo o valor que se estabeleceu para o Brasil, porque o tip set, o chamado tip que é o principal instrumento que vai dentro desta caixinha para criar o processo de conversão da imagem, para você poder ver a TV analógica no seu televisor comum, ele custa vinte e dois dólares em qualquer lugar do mundo. Esse é o preço base. Quando você acrescenta os demais componentes – e eu tenho informações, inclusive, da própria academia, dentro da própria USP, os professores que participaram conosco do projeto da TV digital nos deram, essa semana, o custo médio de sessenta a setenta dólares, no máximo, para os componentes da caixa conversora.

F.M.- ... e querem cobrar mil e noventa

H.C.- evidentemente...

M.P.- não faz sentido isso...

H.C.- não dá... eu cheguei a dizer que essa caixinha, para custar mil e cem reais, ela tem a obrigação de falar com ET, tem obrigação de fazer contatos imediatos de terceiro grau, tem a van... tem completa certeza de que vai falar com Marte...

F.M.- Caixinha de ouro...

H.C.- ...porque não é possível... porque não existe isso...

A.T.- ministro, então, é uma tradicional manobra de especulação. Do comércio ou da indústria?

H.C.- olha, vamos estabelecer o seguinte. Eu vou, possivelmente, até ferir alguns interesses, mas eu vou falar a verdade, o que eu sinto que tem de ser dito para o Brasil. Em primeiro lugar, não existe o menor interesse das grandes empresas, que estão no mercado, principalmente, no polo industrial de Manaus, para fazer a caixinha conversora. Elas querem vender o televisor, querem vender o LCD, querem vender o plasma, querem vender o LCD de quarenta e seis polegadas, de cinquenta polegadas. Ninguém quer fazer o conversor. Então, quando você chega e força esta empresa, que quer fazer o televisor, a fazer o conversor, ela diz: “eu faço, mas eu faço por mil reais”.(grifo do transcritor). Por que é que ela faz por mil reais? Porque se ela não fizer pelo mil reais, ela vai prejudicar o seu próprio mercado, porque o Brasil produz, hoje, dez milhões de aparelhos de televisão por ano. Se eu produzir uma caixinha conversora de duzentos reais, ninguém compra televisão este ano.

F.M.- vai prolongar a vida daquilo que querem trocar... para ganhar mais

H.C.- claro... evidente. então, não têm o menor interesse. Agora, vamos para o lado do celular. Nós criamos um sistema que é o único no mundo capaz de transmitir a TV digital no celular, gratuitamente. Em todos os outros sistemas, você tem de pagar a companhia telefônica para receber a TV no seu celular. Quando você baixa um programa da internet, fazendo um download, o chamado download, ou então, quando você recebe uma ligação no seu celular pagando entre quarenta centavos e um real e vinte, dependendo do celular que você tem. Bom! O sistema que nós adotamos, que é o sistema digital japonês, ele permite que você faça essa transmissão de graça. Agora, quem é que vai...

A.T.- sem que o tempo esteja sendo taxado pela operadora de telefonia?

H.C.- claro. É uma operação de rádio-difusão.

F.M.- completamente de graça?

H.C.- completamente de graça.

F.M.- e, aí, as teles não gostam?

H.C.- não gostam por que? Porque se você puser o televisor no celular, ao invés de eu gastar, fazendo uma ligação para você, eu vou estar vendo televisão de graça, como evidentemente elas perdem dinheiro. Então, não há o menor interesse em colocar a televisão no celular.

J.B.- Agora, ministro, amanhã, nesta segunda-feira – já estamos na segunda feira – a Band lança, via satélite, a TV digital de alta definição em banda C, amanhã, já. Para todo o país.

H.C.- olha, isso vai fazer uma grande diferença. Primeiro, porque você começava pensando no mercado de dez milhões de consumidores, que é a grande São Paulo, para o começo da TV digital. Na medida em que você introduz o mercado brasileiro ligado na banda C, que são dezenove milhões de antenas parabólicas espalhadas em todo território nacional...

J.B.- até em favelas

H.C.- até em favelas... eu estou dizendo agora que o mercado, para a venda do conversor, seja ele, satélite ou terrestre, já chegou perto dos trinta milhões, imediatamente...

J.B.- é Band e Rede TV...

H.C.- Band e Rede TV. Então, já existe escala, porque com a previsão inicial de trinta milhões de compradores para a caixinha, para o conversor...

J.B.- já nesta segunda-feira?!

F.M.- então, só isso já abaixaria o preço?!

H.C.- tem de baixar! E você vê que curioso...

M.P.- a velha e boa banda C, da parabólica que tem vinte anos...

H.C.- é verdade...

M.P.- ... ela dá esse passo gigantesco e se atualiza e acaba ficando disponível para o consumidor de menor renda, porque a gente viu, aí, que as parabólicas nunca pararam de vender e sempre venderam cada vez mais.

H.C.- é, elas tiveram uma popularidade muito grande, na medida em que havia dificuldade de se receber a transmissão terrestre. Isso ocorre muito no interior, principalmente nas pequenas cidades, onde você não tem uma transmissão local, então você prefere receber via satélite. Agora, onde é que entra a modernidade do sistema digital de televisão? Você, para fazer uma transmissão da TV Bandeirantes na banda C, você gasta um espaço de trinta e seis mega-hertz, ou seja, trinta e seis unidades, vamos dizer assim, popularmente. Para você fazer uma transmissão de alta fidelidade, de alta resolução, a chamada HD – de alta definição – você gasta nove, apenas. Então, em um espaço onde você coloca uma imagem analógica que, mesmo a melhor, ainda é distorcida, você coloca quatro imagens digitais de alta definição. É o que a Band está fazendo

J.B.- dão três vezes mais o mesmo espaço...

H.C.- três vezes mais o mesmo espaço. Por quê? Você tem uma compressão do sinal de vídeo. Isto, graças ao sistema que nós adotamos, que é o mais moderno sistema de compressão de vídeo mundial que se chama H264, que é o MPEG4. Os técnicos, engenheiros reconhecem esse sistema como o mais avançado que existe no mundo. Então, na verdade, hoje, nós fazemos quatro canais dentro de um espaço analógico e, no máximo até meados do ano que vem, é possível que a gente faça oito canais. Tudo isso é o que a TV digital vem propiciando, quer dizer, até mesmo a democratização, Fernando Mitre, da TV no Brasil, Joelmir, vai ocorrer através da TV digital, porque você cria novos espaços. Na verdade, você está abrindo as portas da televisão.

F.M.- nisso, estamos na frente dos Estados Unidos, por exemplo. Inclusive na interatividade, estamos com uma perspectiva muito melhor.

H.C.- é verdade...

A.T.- agora, o senhor imagina que essa mudança da TV analógica para a digital deve produzir uma movimentação econômico-financeira da ordem de cem bilhões de dólares em dez anos. Evidentemente que os grandes usufrutuários dessa mudança são, exatamente, os industriais e comerciantes. Ainda assim, eles consideram insuficiente para sua vontade de lucros?

H.C.- olha, existe uma guerra mal definida, mal decidida e principalmente por aqueles que perderam a guerra é que ainda está prejudicando esse extraordinário processo de implantação da TV digital. Quando houve uma pressão muito grande de grupos econômicos pela implantação do sistema europeu, estes grupos perderam a guerra. Perderam a guerra para um sistema que é mais popular, que é mais democrático, que é mais robusto...

A.T.- e pro que havia um interesse no sistema europeu, havia...

H.C.- havia o seguinte: é que eu poderia aproveitar todas as plataformas já existentes dos televisores, dos celulares. Tudo seria a mesma coisa. Era, praticamente, importar de lá e trazer para cá.

J.B.- além das nossas tecnologias made in Europa, né?!

H.C.- isto! Quer dizer, nós continuaríamos, na verdade, naquele processo lamentável de montar aparelhos de televisão, montar aparelhos de telefone. Quer dizer, nós somos grandes montadores, nós não fazemos nada!

F.M.- tecnologia, lá!

H.C.- pior! A única contribuição nossa é a caixa de papelão. É onde a gente bota a televisão para esticar, mandá-la para qualquer canto do Brasil. O que nós tentamos fazer, com a implantação do sistema japonês, foi negociar com o Japão. Olha, em primeiro lugar, nós queremos transferência de tecnologia. Hoje, nós já temos cientistas e técnicos engenheiros japoneses vindo ao Brasil a cada noventa dias, sentando em seminários com os nossos engenheiros, com os nossos técnicos em Brasília, em São Paulo e em outras capitais.

F.M.- é a operação ginga, né?!

H.C.- exatamente para produzir uma ferramenta brasileira, que é o sistema operacional da TV digital brasileira, que é nosso, que não é um sistema proprietário. Quer dizer, eu não tenho de pagar, nem à Microsoft, nem a quem quer que seja, porque ele usa o sistema aberto, o software livre, ou seja, ele dá ao Brasil, aos brasileiros, aos técnicos, às empresas que trabalham com software de produzir todo o sistema de interatividade que nós vamos usar na televisão brasileira, porque eu posso criar, dentro do sistema operacional ginga com o software livre, eu estou livre para criar o que eu quiser, como eu quiser. Então, eu quero fazer educação a distância? Ótimo! Vai ser um modelo brasileiro, para a televisão brasileira. Eu quero fazer telemedicina, eu quero fazer medicina a distância como já existe neste momento, através da internet banda larga. Precisamente, nós vamos fazer com esta ferramenta extraordinária, que já está sendo vendida também na Europa. Ela é reconhecida como uma ferramenta brasileira internacional.

F.M.- ministro, tem um sistema terrestre que já está sendo preparado, tendo em vista a educação a distância, de comunicação? Ou não?

H.C.- é importante ressaltar, e o Fernando parece que queria entrar nesse assunto, no momento em que ele fez a pergunta dele, porque uma coisa está relacionada com a outra. A implantação da TV digital exige a interatividade. É bom saber que o governo deu as ferramentas, deu o caminho, o governo indicou como são as normas técnicas para se fazer a TV digital com a interatividade. Não é responsabilidade do governo fazer os programas da interatividade. Quem tem que fazer o programa da interatividade são as empresas, são os rádio – difusores, são as universidades.

J.B.- é o conteúdo, o chamado conteúdo?

H.C.- o chamado conteúdo. Quer dizer, o governo não tem de fazer. Ele pode até fazer, ele tem interesse, porque a medicina é importante para o governo. Então, todos os programas sociais do governo podem ter um programa de interatividade, sem dúvida. Mas quem tem que produzir este conteúdo é a iniciativa privada, possivelmente, até com a ajuda das nossas universidades.

F.M.- mas a educação a distância, especificamente, vai ter uma atenção maior?

H.C.- com certeza, com certeza! Agora, o que é que nós estamos fazendo? Nós estamos dando um passo à frente para ajudar nessa interatividade, na medida em que nós estamos elaborando um grande projeto, que é agora o carro chefe do Ministério das Comunicações, depois de instalada a TV digital hoje, neste domingo, nós partimos para o segundo grande projeto do Ministério das Comunicações, que é uma rede nacional de internet de alta velocidade. E isso, utilizando todos os recursos possíveis. Onde não tem outro jeito vai ser via satélite, se tiver ligação a cabo é cabo, se tiver rádio é rádio, se não tiver, nós vamos botar por fibra ótica, nós vamos encontrar um caminho.

M.P.- mas isso, dependendo a... sobre a base das operadoras de telefonia que existem hoje?

H.C.- tem dois caminhos. Nós entendemos que as operadoras de telefonia que deveriam ter investido mais nos chamados tubolões, que nós usamos um termo em Inglês, o backhall, o tubo grande que tem que caminhar com o fecho capaz de carregar a internet de

alta velocidade em qualquer lugar. Esse tubo, ele chega a determinados lugares e para, ele não continua pelo interior. Se você chegar no meu estado de Minas Gerais, por exemplo, ele sobe pelo estado, chega em Montes Claros ele para. Ele não vai para o Jequitinhonha, ele não vai para a fronteira com a Bahia, ele não pega o sul da Bahia, ele não entra pelo estado de Goiás, ele não vai pela esquerda nem para a direita.

M.P.- o pessoal não gosta de pobre!!!

H.C.- não gosta do interior, não gosta de pobre!(risos)

J.B.- bom! Ministro, nós infelizmente vamos fazer agora uma... nossa parada e depois o Canal Livre estará de volta com o Ministro Hélio Costa das Comunicações, num instante.

J.B.- voltamos com o Canal Livre que hoje recebe o Ministro das Comunicações Hélio Costa. Mas antes de seguir em frente, nós vamos, agora, entender um pouquinho mais, assim, tecnicamente de como funciona e o que muda com a chegada da TV digital no país.

Reportagem: a televisão brasileira entrou, hoje, numa nova era. A TV digital chega ao Brasil e, com ela, o fim das sombras e chuviscos. “a gente vai oferecer para a população maior qualidade na imagem e, além de oferecer maior qualidade na imagem, também o áudio vai melhorar muito”. As novidades não param por aí. Outras inovações prometem revolucionar a maneira como os brasileiros assistem TV, hoje. “e a TV digital oferece uma série de vantagens como alta definição, portabilidade, mobilidade, interatividade, ou seja, aquilo que já é, hoje, o laser e o entretenimento da população, vai ser ainda, agora, ofertado para a população com maior qualidade...” Quem quiser desfrutar de seu programa preferido em alta definição, terá que ter uma antena UHF e um conversor como este, vendido hoje entre quinhentos e mil reais. “há uma tendência muito natural de os preços caírem em função do tamanho desse mercado, mas o que eu aconselho é pesquisar e pesquisar bem”. Quem ainda não tem ou não pretende comprar o equipamento por enquanto, nenhum problema. As emissoras de televisão vão continuar transmitindo seu sinal analógicos até 2016 e a transição será gradual. “a população pode ficar tranquila que, efetivamente, ela vai continuar assistindo por mais dez anos, conforme o decreto do presidente Lula, à televisão analógica”. Inicialmente, a TV digital será transmitida apenas para a grande São Paulo. Outras capitais devem iniciar suas transmissões a partir de 2008. “mesmo aquele que tem sua televisão pequena, sua televisão normal também vai ter uma melhor qualidade na recepção dessa imagem desse som”. Rodrigo Hidalgo, de São Paulo, para o Canal Livre.

J.B.- e o bloqueador? Vai aparecer, também, aí nessa discussão?

H.C.- o bloqueador, na verdade, teve uma discussão totalmente equivocada do que nunca se pensou. O governo nunca quis e nunca propôs se fazer bloqueio de um canal de televisão. Na verdade, a televisão, ela é transmitida em quatrocentos e oitenta linhas, como você recebe, hoje, na sua casa, no sistema analógico. Quando você passa para o sistema digital, você vai para mil e oitenta linhas. Isso quer dizer que uma transmissão em alta definição é como se fosse original, é como se fosse um DVD na sua casa. Então, evidentemente, que você tem que ter um pouco mais de cuidado, porque uma transmissão em alta definição é o original de um pirata. Ele pega dali e faz quantas cópias ele quiser. Então, o que é que se propôs? Nós propusemos que o sistema brasileiro de TV digital tenha incluído um dispositivo necessário para você fazer um “mini” controle do que você transmite em alta definição. Em outras palavras, a transmissão em quatrocentos e oitenta linhas, essa está liberada, não tem problema nenhum, você pode gravar quantas vezes quiser. A transmissão em alta definição, você pode gravar para você, para o seu uso em casa. Você grava e vê quantas vezes você quiser, no seu aparelho, no seu gravador. Agora, esta gravação que você vai fazer na sua casa não vai lhe permitir, tecnicamente, você reproduzi-la. Olha, eu acho que é muito aceitável isso e, na verdade...

F.M.- então, o bloqueio é isso. Vai ser bloqueado a reprodução

H.C.- a reprodução apenas...

A.T.- para a comercialização...?

H.C.- para comercialização, como já acontece nos Estados Unidos porque o sistema é a cabo e todo sistema a cabo já tem esse bloqueio, inclusive no Brasil. Aqui no Brasil, nós temos o sistema bloqueado no sistema de cabo, quando você transmitir em alta definição, você não vai poder reproduzir, vai poder apenas ver na sua casa, quantas vezes quiser e, no entanto, fizeram uma tremenda discussão sobre isso como se o governo estivesse propondo bloquear o seu televisor...

(confuso)

A.T.- isso é um fator importante. O senhor disse que as telefônicas não aderiram à condição de colocar a imagem da TV aberta no celular. Nesse caso, a TV está hoje no ar. Eu pergunto o seguinte: quando é que as pessoas poderão receber, pelo celular? Isso dependerá ainda de uma negociação com as...

H.C.- com as companhias telefônicas... sem dúvida nenhuma!

A.T.- dependerá?

H.C.- vai depender!

A.T.- mas, por que, então, o governo não impõe isso, já que a televisão aberta tem, por princípio, ser universal e gratuita...

H.C.- veja só...

A.T.- e o presidente, hoje, durante o seu discurso, reafirmou essa condição da televisão aberta, universal e gratuita?

H.C.- olha, Teles, o que está acontecendo. O seu celular, ele já tem alguns dispositivos caros e, certamente, muito populares. Por exemplo, ele tem uma câmera fotográfica de três megapixels. É um instrumento caro de se comprar em qualquer loja, ele custa no mínimo duzentos reais. Ele tem um i-pod, se você quiser, você compra para manter, dentro do seu próprio telefone, duas mil músicas. Você tem, no seu celular, vários instrumentos necessários. O que é que não tem no seu celular, o que é que normalmente você não vê: o rádio e quando põe no rádio, o que é que ele faz? Você só consegue ouvir rádio se você estiver com o “egoísta” para “botar” no ouvido. Como ninguém carrega “egoísta” no bolso, evidentemente, ninguém ouve o rádio no celular. Por quê? Porque se você estiver ouvindo o rádio, você não está telefonando, você não está gastando o seu dinheiro para pagar a ligação que você está fazendo para o seu amigo, para o seu parente. A mesma coisa acontece com a televisão. Se você puser televisão no celular, eu vou, ao invés de telefonar, ficar vendo televisão. Imagina eu, num ônibus, indo para casa. Ao invés de telefonar para os meus amigos e gastar meia hora de telefonema, eu vou ficar meia hora vendo a Band, e vendo um jogo à tarde, e vendo a novela.

J.B.- só gasta a bateria.

F.M.- eles vão querer cobrar, então!

A.T.- mas isso não é uma vantagem...

H.C.- o que acontece é o seguinte: (confusão) ... vai ter que ser uma demanda, as pessoas vão ter que exigir. O telefone trazendo o dispositivo de ver televisão vai entrar no mercado. Então...

F.M.- mas vai ter preço. Eles vão querer cobrar isso? Ou não?

H.C.- não necessariamente. O que vai acontecer é que vai haver uma grande procura por este telefone, porque as pessoas vão querer ver televisão no celular. Isso foi um sucesso no Japão. O lançamento da TV digital aberta, igualzinho ao que nós temos em São Paulo, do telefone celular em Tóquio, já produziu a venda de seis milhões de aparelhos telefônicos com a TV aberta e irá acontecer a mesma coisa aqui. É inevitável.

M.P.- eu queria retomar o tema da banda larga, dessa interligação, porque eu acho que ficou, aí, no final do bloco anterior, esse assunto cortado. Qual é, exatamente, o plano do governo e como fazer para garantir que esses lugares mais distantes, remotos possam ter a banda larga, sobretudo nesse grande processo de educação, de levar informação às pessoas?

H.C.- olha, é ilimitado o poder do sistema de internet banda larga, para você trabalhar com a comunidade. Você tem aplicações extraordinárias, conforme nós já dissemos aqui, em termos de educação ou de saúde pública, de comércio eletrônico. Em todos os sentidos, a banda larga tem uma participação decisiva, agora, em todas essas atividades.

J.B.- e entra com um primeiro lote de cento e quarenta e duas mil escolas públicas, em banda larga.

H.C.- isso, por quê? Porque hoje, Joelson, nós temos, de cinco mil e quatrocentos municípios brasileiros, aproximadamente, apenas mil e oitocentas cidades brasileiras tem internet banda larga. Só mil e oitocentas. Então, nós temos mais de três mil cidades para cobrir com a internet de alta velocidade. O governo, então, fez uma proposta às companhias telefônicas. Elas tinham a obrigação de colocar, imediatamente, desde primeiro de setembro deste ano, em todas as principais cidades brasileiras, um dispositivo que se chama terminal popular de computação. É como se fosse assim: é uma cabinezinha, chama TFP. Você tem ali dentro um telefone, você tem um computador e você tem um fax, só que você tem que pagar para usar isso. Você teria que pagar à companhia telefônica. Nós fizemos a seguinte proposta: não instale isso e me ponha internet de alta velocidade nas escolas. Então, as empresas telefônicas vieram com uma contraproposta: vamos cobrir cento e quarenta e duas mil escolas, se nós não tivermos que instalar esses TFPs. Então, nós concordamos. O presidente está para aprovar esse procedimento e, ao mesmo tempo, nós estamos acrescentando uma outra proposta dentro do grande programa da internet de alta velocidade, que é a utilização de algumas fibras óticas que estão por cima das nossas torres de alta tensão de eletricidade. Quer dizer, quando aquelas torres foram feitas, ao invés de se colocar um cabo que fosse apenas um cabo terra, ele veio a ser um cabo de fibra ótica, que é terra e ao mesmo tempo fibra ótica. Nós desconhecemos este cabo durante quase oito ou dez anos e agora descobrimos que nós temos o país inteiro coberto, por essa rede de internet de alta velocidade, com essas fibras óticas.

A.T.- são info vias?

H.C.- são info vias. Então, nós estamos preparando para utilizar o conjunto destas fibras óticas, mais a proposta que fizemos para as companhias telefônicas e vamos poder chegar ao que o Joelson lembrou, cento e quarenta e duas mil escolas públicas e, mais, cerca de cinquenta mil postos de serviços, como se fosse a delegacia de polícia, o posto de saúde, as associações comunitárias, etc. num total de duzentos e sete mil postos, em todos os municípios brasileiros. Isso quer dizer que em três anos, aproximadamente, no máximo até o último ano do governo do presidente Lula, todos os cinco mil e quatrocentos municípios brasileiros estarão cobertos com internet de alta velocidade. Bom! Isso aí nos leva novamente à TV digital, porque TV digital, para ela ter realmente um sistema de interatividade, ela depende da internet, porque este é um dos modelos.

J.B.- é a convergência, já?

H.C.- é a convergência. Porque, primeiro você pode usar a linha física do telefone e pela linha física do telefone fazer tudo isso que você estava explicando no começo deste bloco. Olha, eu posso, durante o jogo de futebol, ver a escalação do meu time, se eu quiser, eu vejo o gol que passou enquanto o jogo está correndo do lado direito da tela, etc. Agora, o segundo passo é você usar a internet de alta velocidade para você poder fazer uma interação com o estúdio. Então, o telespectador estaria, agora, em casa e você faria uma

pergunta: olha, se você concorda com isto que o Hélio Costa está dizendo, você aperte a letra A, ou então, o número um do seu controle remoto, se você discorda, você aperta o número dois e você teria aqui, na sua tela, de volta, um retorno...

J.B.- em tempo real...

H.C.- em tempo real, à resposta do telespectador. Essas coisas vão ocorrer, porque é um sistema de internet, quer dizer, eu vou e volto, mando informação e recebo informação. Só com esse sistema de alta velocidade que nós vamos colocar no país, possivelmente, Fernando, nós vamos chegar a ter predominância de técnica de interatividade no mundo inteiro. Agora, o que me deixa preocupado é que, infelizmente, alguns setores da crítica dizem assim: “poxa, nós vamos começar a internet, nós vamos começar a TV de alta definição em São Paulo e não temos interatividade”. Como não temos interatividade? Nós temos sim! O sistema permite, o sistema está instalado. Agora...

A.T.- já dá para explorar?

H.C.- claro. São etapas. Eu tenho que, primeiro, colocar o time em campo e depois começar a jogar e depois saber qual é a técnica que eu vou usar para fazer o gol. Não é assim que o meu presidente costuma dizer, usando sempre o artifício do jogo de futebol?

F.M.- bem que esse time besta podia ter feito mais um gol e não fez.(grifo do transcritor) Mas, ministro, esse caso da interatividade é um caso, especialmente, interessante, porque, pelo menos em termos de perspectiva, nós estamos à frente dos Estados Unidos...

H.C.- sem dúvida, sem dúvida...

F.M.- pois é. Como é que produziu isso tecnologicamente, essa perspectiva? É o grupo ginga que está mexendo nisso, isso é todo um conjunto que inclui outras pessoas? Como é que chegamos a esse ponto?

H.C.- olha, na verdade, foi a necessidade que nós tivemos de poder fazer com que este extraordinário instrumento, que é a internet, chegue a todas as cidades brasileiras, porque hoje nós estamos praticamente nas grandes cidades. As pequenas cidades brasileiras não têm. As que têm, têm apenas a internet discada que ainda é um contato muito lento. Mais recentemente conseguimos um bom acordo com as companhias telefônicas para que as pessoas possam ter quatrocentos minutos por mês, pagando apenas sete reais e cinquenta centavos. Isso aí já ajuda um pouco, mas não resolve o problema, porque internet, ela tem que ser a banda larga, tem de ser de alta velocidade para que você possa realmente transmitir dados, enviar uma foto ou até mesmo um raio x de uma criança no hospital e receber de volta uma informação técnica, tem de ser de alta velocidade. A internet de baixa velocidade, ela vai desaparecer, ela vai deixar de existir.

J.B.- já está na idade da web-lascada?

H.C.- já está na idade da web-lascada. (risos)

J.B.- bom! O Canal Livre faz mais uma para, a gente volta daqui a pouco, logo depois do intervalo, com o Ministro Hélio Costa das Comunicações.

J.B.- estamos de volta para o último bloco do Canal Livre que está, esta noite, entrevistando, ao vivo, aqui, o Ministro das Comunicações Hélio Costa. Mitre.

F.M.- ministro, há alguns dias, colocamos no ar, aqui no jornal da Band, uma matéria que provocou uma repercussão diferente. Que mostrava, por dentro, como é que funcionam as rádios piratas, interferindo na comunicação do aeroporto com os aviões. É um negócio incrível. A impressão que se tem, vendo aquilo ali, é que a qualquer momento pode acontecer uma tragédia. Eu perguntaria ao senhor: o senhor deve sofrer, também, pressões e perguntas sobre isso e o que é que se pode fazer para evitar essa pré-catastrofe? Porque uma hora vai acontecer, sim!

H.C.- bom! A responsabilidade pela fiscalização do sistema de rádio não é das Comunicações e, sim, da Anatel, que é a agência fiscalizadora. O Ministério das

Comunicações tem que ser acionado, ele tem que ser, na verdade, provocado. Alguém tem que mandar uma carta, fazer um telefonema, um telegrama dizendo: olha, em tal bairro, em São Paulo, assim, assim, tem uma rádio pirata ou, pelo menos, na região x ou y, para que nós possamos acionar a Anatel, que tem, aliás, um grande contingente em São Paulo, acima de cem funcionários, para que ela possa ir, dedicadamente, naquele lugar específico e fechar a rádio pirata. Isso...

A.T.- mas ela não equipamento ou estrutura para localizar?

H.C.- ela tem, ela tem equipamento para localizar, mas o que eu estou dizendo é que, para ser democrático o processo, você tem que ser acionado, como ministro eu vou lá e peço a Anatel, se eu disser, mais ou menos, onde é que é a rádio, ela vai com estes instrumentos, faz o cruzamento da onda e chega direitinho.

J.B.- e com a polícia?

H.C.- com a polícia. Normalmente, com a polícia porque são lugares que, às vezes, se você entrar, você tem dificuldades de sair. Então, esse é um procedimento normal. Agora...

F.M.- mas isso é pouco, ministro!

H.C.- é muito pouco, muito pouco...

A.T.- e democrático...

H.C.- o que é que está acontecendo, na verdade? São Paulo passou anos, desde a criação da TV comunitária, passou anos sem ter o direito à habilitação da rádio comunitária. Nós fizemos, este ano, o primeiro processo de habilitação. O que é o processo de habilitação? Os bairros de São Paulo fazem um procedimento junto ao Ministério das comunicações, onde você pega formulários na internet, na página do Ministério das Comunicações, e pede para você habilitar uma rádio de baixíssima potência, porque é zero vinte e cinco watts, quer dizer, só cobre realmente o bairro, não interfere ninguém, não teria condições de trazer nenhuma preocupação.

J.B.- estamos falando de rádio comunitária?

H.C.- rádio comunitária...

J.B.- nada a ver com rádio pirata?

H.C.- nada a ver com rádio pirata... Então, de repente, este procedimento tem que ser cumprido. Nós fizemos o primeiro, Mitre. Em quase dez anos de existência da rádio comunitária, foi a primeira vez que se fez um processo de habilitação de rádios comunitárias em São Paulo. Eu espero que isso venha a colaborar para acabar com o procedimento da rádio pirata, porque a rádio pirata existe quando a comunidade, querendo ter uma rádio para poder se comunicar, não tem este acesso porque não há a habilitação, então o sujeito compra um transmissor e, evidentemente, bota uma rádio onde ele quer.

J.B.- e, agora vem um programa de financiamento para a rádio pirata... para a rádio comunitária!?

H.C.- nós vamos ter o financiamento porque na chegada do rádio digital, nós esperamos ter equipamentos de baixo custo exatamente para nós podermos criar um sistema de rádio comunitária, dentro do sistema digital. Um rádio que evite estes problemas das rádios piratas, porque infelizmente a rádio pirata é um procedimento perigoso, nós temos, conforme você disse, algumas gravações que foram enviadas, inclusive, pelas torres dos aeroportos de São Paulo, como Congonhas...

M.P.- eu queria falar com o senhor sobre a Telebrás, ministro. Houve, recentemente, aí, uma explosão no valor da ação da Telebrás. Duzentos por cento num dia. Gente, inclusive, que viu ali algum tipo de interesse diferente daquele que originou a informação. A final de contas, qual é o seu objetivo? É fazer com que a Telebrás se fortaleça novamente e exista como uma empresa forte, um braço do Estado, ou não?

H.C.- olha, a idéia é a seguinte: a Telebrás, ela era holding das empresas de companhia de telefone fixo. Quando as empresas foram privatizadas, o que é que fizeram? Pegaram todas as dívidas das empresas públicas, julgaram dentro da Telebrás, venderam as empresas de telefonia todas sadias, limpas, sem problema nenhum e as dívidas ficaram com a Telebrás. Mas a Telebrás continuou existindo. Ela tem duzentos funcionários que estão cedidos à Anatel, ela tem engenheiros, técnicos, advogados que são cedidos ao Ministério das Comunicações e tem as dívidas para administrar. Ainda assim, ela tem recursos próprios para que ela mantenha essas dívidas sendo roladas, ela tem o produto dos investimentos que ela faz para poder pagar os seus funcionários. Ela é, ainda, uma empresa viável. Onde que nós encontramos novamente a Telebrás? Como, possivelmente, a empresa capaz de fazer a gestão deste grande projeto de internet de alta velocidade. Por quê? O que você tem, você, certamente, conhece o procedimento do fundo, o chamado funtel, o fust/funtel. O funtel é mais fácil porque ele se encarrega de fazer pesquisas dentro da área de telefonia e todo mundo usa o dinheiro. Já o fust, nunca se conseguiu utilizar o recurso do fust, ele tem hoje cerca de seis bilhões de reais em caixa. O Ministério das Comunicações conseguiu agora, recentemente...

A.T.- e esse dinheiro está aplicado?

H.C.- está aplicado. Não, não, perdão. Aplicado não. Esse dinheiro existe no caixa do governo, mas não está aplicado.

A.T.- escritura opend(?) ?

H.C.- ele não é só escritura, não, ele está em caixa e o responsável por ele é o ministro da fazenda, ele existe. Então, na verdade, o que é que nós imaginamos? Que uma empresa pública – que a única forma de você usar os recursos é através de uma empresa pública – como a Telebrás poderia, assim, utilizar recursos do fust para o sistema de universalização da telefonia, através deste modelo e deste projeto de internet de alta velocidade. Essa é uma hipótese. Então, eu estava participando de um grande congresso de internet no Rio de Janeiro sobre o fórum de governância da internet, quando alguns jornalistas me perguntaram se a Telebrás ia voltar a operar no mercado, porque ela era uma empresa sadia, em condições de fazer essa gestão. Eu disse: olha, nós temos três oportunidades. Nós podemos fazer isso primeiro com o Cepro, nós podemos fazer isso com os Correios, nós podemos fazer isso com a Telebrás, mas para fazer isso com a Telebrás, nós temos que, primeiro, saldar as dívidas da Telebrás. Este foi o procedimento, foi assim que se falou para a imprensa. No dia seguinte, as ações da empresa começaram a crescer. Agora, cresceram de dez centavos para vinte centavos. Evidentemente que cresceram cem por cento, mas foi de dez centavos para vinte centavos. Quer dizer, não é uma coisa espetacular, mas pelo menos alguém entendeu que existe um caminho útil para que os funcionários, os servidores da Telebrás e a própria empresa possa ter uma participação decisiva neste modelo de internet de alta velocidade.

A.T.- ministro, há uma questão pendente, também, que é a questão da telefonia, a terceira geração de celular. Quer dizer, o governo vai colocar em licitação. O senhor acha que o perfil dessa licitação acompanhará aquele mesmo ritmo que orientou as privatizações durante o governo FHC? Ou será mais para o lado das privatizações das rodovias, que aconteceu recentemente?

H.C.- nós vamos ter, na realidade, um bom aproveitamento das licitações da terceira geração, porque a terceira geração é uma grande novidade, é um grande avanço na telefonia celular, porque ela vem com uma internet de altíssima velocidade e sem fio. Você vai chegar em qualquer cidade onde você tiver terceira geração de telefonia celular, com uma internet móvel, como já existe, hoje, só nos Estados Unidos, em alguns setores dos Estados Unidos e você vai ter no Brasil. Agora, o que é que nós decidimos fazer? Ao invés

de simplesmente abriremos uma licitação para este telefone sofisticadíssimo, este telefone capaz de trazer internet de altíssima velocidade, nós fizemos uma proposta às companhias telefônicas. Nós vamos abrir a licitação, com uma condição: vamos baixar o preço da licitação da terceira geração e esta diferença de preço, você vai levar telefone que fala só, só fala e ouve para o interior do Brasil, porque tem mais de duas mil cidades querendo telefones só para falar e ouvir e não consegue. Então, se ela pode economizar ao comprar essas licenças da terceira geração, vamos dizer aí cinquenta milhões de reais, esses cinquenta milhões de reais, nós queremos que ele seja aplicado no interior, na telefonia celular simples, que leve telefonia para as pequenas cidades. Eu acho que vai ser um grande avanço nesse sentido.

A.T.- mas o senhor acha que os compromissos das operadoras de telefonia são confiáveis?

H.C.- olha, eu tenho que acreditar que sim. Eu entendo que elas prestam...

A.T.- por exemplo, essa incompatibilidade com o projeto da TV digital, essas dificuldades que ela cria. Ora, o projeto de TV digital é um projeto estratégico para o governo e ainda, assim, frontalmente, as empresas de telefonia são contrárias a isso.

H.C.- vou te dar um exemplo do que aconteceu há dez, quinze anos atrás, quando o governo tentou criar o pro-álcool e as montadoras se recusaram a fazer o motor a álcool. Quer dizer, o programa não foi para frente porque você não tinha o carro que usasse álcool. De repente veio um momento que o próprio produtor e as próprias montadoras entenderam que era o instante de se voltar ao programa do álcool, de voltar a produzir o carro com motor a álcool e hoje o motor a álcool é uma tecnologia brasileira da maior competência, diga-se de passagem. Eu não estou muito preocupado com isso. A minha preocupação é que este confronto continue existindo. Quer dizer, ele tem que ser resolvido. Nós temos que entrar numa arbitragem, nós temos que encontrar um caminho de dizer: olha, é o novo modelo, a radiodifusão. Tem um novo modelo nesse instante, que é transmitir a televisão através do celular. São cem milhões de novos aparelhos de televisão que estão no mercado. Eu entendo que as companhias telefônicas estejam relutantes, porque elas perderam esse nicho, elas queriam fazer a transmissão da televisão no celular, cobrando. Na verdade, não vão poder fazer isso, mas elas têm que oferecer o telefone celular capaz de receber a televisão, porque é desejo do usuário do telefone celular. Ele quer ver...

F.M.- é uma previsão inevitável?

H.C.- previsão inevitável.

M.P.- ministro, eu queria só, nesse final de programa, fazer uma pergunta de política...

J.B.- ... para encerrar, para encerrar porque o tempo está esgotado.

M.P.- pelo menos, né! ... como é que fica o seu partido, o PMDB, o senhor que é um representante do ministério, o PMDB do senado, agora, aí, tem mais um processo envolvendo o senador Renan Calheiros. Como é que fica a sucessão no senado, a presidência. Como é que o senhor está vendo esse momento, especificamente do senado e do seu partido?

H.C.- olha, lamentavelmente o senado passou por um momento muito difícil onde ele teve o seu prestígio abalado, com todo o caso que envolveu o senador Renan Calheiros, que excedeu todos os limites e que foi motivo para que a oposição pudesse ter uma bandeira para, não só, levar o senador Renan Calheiros à situação crítica em que ele se encontra e até mesmo usar isso como desculpa para bater no governo. Eu acho que tem solução, a questão da crise política que está sobre o senado. Eu vou dizer aqui, o que talvez seja uma opinião pessoal minha, mas que, como senador, eu tenho uma visão de que nos precisamos da candidatura do senador José Sarnei. Eu acho que, se o senador Sarnei concordasse em ser um candidato à presidência do senado, isso, partindo do pressuposto de que o senador Renan Calheiros, eventualmente, deixe o cargo de presidente do senado que eu acho que é

até entendimento dele mesmo que neste instante ele caminha para isso. Ele está apenas aguardando esse procedimento da votação da CPMF, porque tentaram, mais uma vez, como oposição fazer a ligação dos dois casos e com isso nós retardamos o processo de substituição do presidente. O senador José Sarnei é a solução, é um ex-presidente da república, é um homem da maior integridade, é um homem que une o senado, que tem, inclusive, o apoio da oposição. Possivelmente, não tem o apoio do PFL, mas também não tem importância. Acho até que o apoio do PSDB ele teria, entendeu? E seria a grande solução de nós encontrarmos a paz no senado e voltarmos, restituirmos ao senado sua credibilidade.

J.B.- ministro, voltando à idade digital do Brasil, o senhor tem um minuto para concluir a sua participação.

H.C.- primeiro agradecer à rede Bandeirantes, cumprimentar o Jonny Saad que foi um grande companheiro, junto com os técnicos e os companheiros da rede Bandeirantes em todo este procedimento de formação da nossa equipe que trabalhou, lutou bravamente pela TV digital, no modelo que nós temos no sistema brasileiro de TV digital, com a modulação japonesa que permite à rádio-difusão um novo nicho, que é esta transmissão pelo celular. Então, eu vejo que nós estamos no caminho certo. Muito obrigado ao Mitre, muito obrigado ao Marcelo, muito obrigado ao Teles e a você Joelmir mais uma vez pela oportunidade que me dão de, democraticamente, aqui no Canal Livre, mas livre mesmo, me dar a oportunidade de falar o que penso, como penso. Eu acho que contribui, dessa forma, para que a gente comemore essa implantação da TV digital, em alta escala, pela Band no Canal Livre.

J.B.- assim seja. Obrigado, ministro, pela participação em nosso programa. O Canal Livre fica por aqui, a gente estará de volta no próximo domingo. A todos, muito obrigado pela audiência e boa noite!